Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ)

DIOGO BAPTISTA PEREIRA

Diretrizes para o uso das redes sociais pelas instituições arquivísticas brasileiras

Rio de Janeiro
2018

DIOGO BAPTISTA PEREIRA

Diretrizes para o uso das redes sociais pelas instituições arquivísticas brasileiras

Produto técnico-científico, requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos, submetido ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva

Coorientadora: Profa. Dra. Beatriz Kushnir

Rio de Janeiro

2018

P436d Pereira, Diogo Baptista,

Diretrizes para o uso das redes sociais pelas instituições arquivísticas brasileiras [manuscrito] / Diogo Baptista Pereira. — 2018

210 f. : il. (algumas color.) ; 30 cm

Orientador: Eliezer Pires da Silva

Coorientadora: Beatriz Kushnir

Produto técnico-científico (Mestrado) —Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018

1. Instituição arquivística. 2. Funções arquivísticas. 3. Mediação da informação. 4. Teoria de redes. 5. Redes sociais virtuais. I. Silva, Eliezer Pires da, *orient*. II. Kushnir, Beatriz, *coorient*. III. Título.

CDD

DIOGO BAPTISTA PEREIRA

Diretrizes para o uso das redes sociais pelas instituições arquivísticas brasileiras

Produto técnico-científico, requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos, submetido ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Data de aprovação: ___/___/_____.

Banca examinadora

Eliezer Pires da Silva, Dr.

_____

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Beatriz Kushnir, Dra.

_____

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Mariana Lousada, Dra.

_____

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Diego Barbosa da Silva, Dr.

_____

Arquivo Nacional do Brasil

Evelyn Goyannes Dill Orrico, Dra.

_____

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Alexandre de Souza Costa, Dr.

_____

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rosale de Mattos Souza, Dra.

_____

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Para todos aqueles que se preocupam com a gestão de documentos, com a integridade e autenticidade da informação, com a organização física e intelectual dos acervos e com a preservação da memória: aos amigos arquivistas, com carinho.

AGRADECIMENTOS

Ao Cosmos, por colocar as pessoas certas, no momento certo, em minha vida.

Ao amigo, orientador e grande incentivador, Eliezer Pires da Silva, por toda transferência de conhecimento; pela generosidade que tem com todos os seus alunos, por ser um ser humano sem igual e por sua paixão e dedicação à Arquivologia. Hoje sou um arquivista muito melhor do que quando cheguei. Obrigado!

À Beatriz Kushnir, que foi brilhante, como sempre, nas sugestões e ideias que corroboraram para este trabalho e pela aplicação e energia com que conduz o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

À professora Mariana Lousada, por sempre se mostrar disponível para tirar dúvidas, pela humildade e por me apresentar a Mediação da Informação.

Ao Diego Barbosa da Silva, por ter uma visão progressista quando foi Diretor do Arquivo Nacional do Brasil, percebendo o potencial que as redes sociais virtuais têm e por sempre se mostrar interessado em colaborar.

À Rosale de Mattos Souza, professora e amiga, por eu ter feito parte de seu grupo de pesquisa “Linguagens Documentárias, semântica e representação da informação arquivística: impactos da análise, tratamento e disseminação da informação na sociedade do conhecimento” durante a graduação em Arquivologia, quando tivemos reuniões riquíssimas e que contribuíram em muito na minha formação profissional.

À professora Dra. Clarissa Schmidt, pelas ótimas aulas, pelas indicações de textos, pelo conhecimento dividido e por sua tese de doutorado tão inspiradora.

Ao saudoso prof. Dr. Ciro Flamarion, meu primeiro orientador, por tudo que me ensinou na graduação em História.

Ao prof. Dr. José Maria Jardim, por ter me orientado na graduação em Arquivologia e por ter acreditado nessa temática. Todo conhecimento que adquiri durante sua orientação colaborou para minha aprovação neste mestrado e na continuação desta temática na Arquivologia.

À profa. Dra. Evelyn Goyannes Dill Orrico, por fazer parte desta banca.

À minha namorada, Maria, por todo companheirismo, carinho e por me aturar.

Aos meus colegas de turma que fizeram tudo ser e ficar mais leve. Em especial: Sérgio, Flavio e Amanda.

Aos amigos que fizeram parte do Diretório Acadêmico de Arquivologia, Walmor Pamplona e José Fernando da Silva, por todos os cursos e eventos que organizamos juntos na área.

Ao meu pai, pelo suporte, carinho e amizade.

À minha mãe, por ser uma pessoa forte, inspiradora, pelo apoio cultural, suporte e por me levar aos jogos do Botafogo desde os 10 meses de vida.

Os arquivos refletem e documentam
a vida e atividades no mundo real.
O mundo real é complexo.
(CUNNHINGHAM, 2007)

RESUMO

As redes sociais virtuais não podem mais serem vistas como apenas passatempo, mas também como meio de associação e troca de informação. Este projeto de pesquisa objetivou estudar a utilização que as instituições arquivísticas brasileiras fazem dessas plataformas da web 2.0 nos dias de hoje, em que há diretamente uma interação com o usuário. Esta investigação buscou articular conceitualmente o tema abordando de modo horizontal três áreas de conhecimento: a arquivologia, a sociologia e a comunicação. Para entender o que é uma instituição arquivística foi necessário discorrer sobre sua construção histórica ao longo do tempo e como foi consolidou-se o saber-fazer arquivístico. Fez parte da estratégia metodológica o mapeamento das redes sociais virtuais adotadas pelos arquivos públicos estaduais, e pelo Arquivo Nacional, além da contextualização dessa realidade baseada nas sete funções arquivísticas na perspectiva dos autores canadenses, Couture e Rosseau (1998): criação/produção, avaliação, aquisição, difusão, classificação, conservação e descrição. A pesquisa realizada envolveu, ainda, o desenvolvimento do produto técnico-científico, que apresenta diretrizes para o uso das redes sociais pelos arquivos públicos brasileiros, caracterizando a necessidade de uma equipe específica e exclusiva para atualizar e criar os conteúdos nas redes sociais, o planejamento a médio e longo prazo, a avaliação permanente sobre o desempenho em relação dos objetivos e a atualização das estratégias e publicização dos indicadores alcançados com compartilhamento, comentários e interações das postagens de cada rede social virtual.

Palavras-chaves: Instituição arquivística. Funções Arquivísticas. Mediação da Informação. Teoria de redes. Redes sociais virtuais.

ABSTRACT

Virtual social networks can no longer be seen as just a pastime, but also as a means of association and information exchange. This research project aimed to study the use that Brazilian archival institutions make of these web 2.0 platforms these days, in which there is a direct interaction with the user. This research sought to conceptually articulate the theme by horizontally addressing three areas of knowledge: Archival Science, Sociology and Communication. In order to understand what an archival institution is, was necessary to discuss its historical construction over time and how it was consolidated the archival know-how. The mapping of virtual social networks adopted by the state archives and the National Archives, as well as the contextualization of this reality based on the seven archival functions from the perspective of the Canadian authors, Couture and Rosseau (1998) - creation / production, evaluation , acquisition, diffusion, classification, conservation and description - were part of the methodological strategy. The research also involved the development of the technical-scientific product, which presents guidelines for the use of social networks by Brazilian public archives, characterizing the need for a specific and exclusive team to update and create content in social networks, planning for medium and long term, the permanent evaluation on the performance in relation to the objectives and the updating of the strategies and publicity of the indicators achieved with sharing, comments and interactions of the posts of each virtual social network.

Keywords: Archival Institution. Archival Functions. Mediation of Information. Theory of networks. Virtual social networks.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 — Porcentagem dos assuntos dos vídeos no Youtube da Fundação Pedro Calmon 111

Gráfico 2 — Percentual dos assuntos relacionados em um mês no Facebook da Fundação Pedro Calmon 111

Gráfico 3 — Nível de Interação da página do AN no Facebook entre os meses de abril e junho de 2018 205

Gráfico 4 — Nível de Interação da página do AN no Facebook entre os meses de abril e junho de 2018 206

Gráfico 5 — Nível de Interação da página do AN no Twitter entre os meses de abril e junho de 2018 207

Gráfico 6 — Nível de Interação da página do APEP no Twitter entre os meses de abril e junho de 2018 208

Gráfico 7 — Nível de Interação da página do AN no Instagram entre os meses de abril e junho de 2018 209

Gráfico 8 — Nível de Interação da página do APEP no Instagram entre os meses de abril e junho de 2018 210

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 —	Classificação proposta para o Arquivo Nacional da França em 1811	42
Imagem 2 —	Eixo da gestão documental	51
Imagem 3 —	Informação arquivística	54
Imagem 4 —	Paradigma em abandono x paradigma em adoção	55
Imagem 5 —	Marcos no desenvolvimento da Arquivologia	57
Imagem 6 —	Árvore de Porfírio	67
Imagem 7 —	Instrumentos de pesquisa	73
Imagem 8 —	Guarda-chuva da preservação	80
Imagem 9 —	Diagrama esquemático de um sistema de comunicação	87
Imagem 10 —	Gráfico representando as pontes (linhas, arestas) e os quatro cantos da cidade (pontos, vértices)	95
Imagem 11 —	Rede centralizada, descentralizada e distribuída	97
Imagem 12 —	Rede sem escala	98
Imagem 13 —	Busca pelo Arquivo do DF dentro do Twitter	105
Imagem 14 —	Busca pelo Arquivo Público do DF no Youtube	105
Imagem 15 —	Exemplo de conta verificada no Twitter	106
Imagem 16 —	Exemplo de conta verificada no Facebook	106
Imagem 17 —	Página do AN atestada pelo Facebook	107
Imagem 18 —	Link da página do sítio Arquivo Público do Estado do Amazonas para o Youtube	108
Imagem 19 —	Sítio eletrônico do Arquivo Público do Rio Grande do Sul	109
Imagem 20 —	Página redirecionada através do sítio oficial do Arquivo Público do Rio Grande do Sul	109
Imagem 21 —	Playlists e slogan da Fundação	110
Imagem 22 —	Playlist marcados como “Gostei” pela Fundação Pedro Calmon no YouTube	112
Imagem 23 —	Página não oficial criada por fãs do Arquivo Público da Bahia	113
Imagem 24 —	Flickr de Arquivos Públicos Estaduais?	114
Imagem 25 —	Anúncio da conta do AN nacional no SoundCloud	115
Imagem 26 —	Banner do sítio eletrônico do AN e link errado	115

Imagem 27 —	Sítio do DF (com link quebrado do Flickr) e no canto superior direito link para quatro redes sociais no dia 4 de julho de 2018	116
Imagem 28 —	Aviso no sítio eletrônico do Arquivo do DF em 6 de julho de 2018	117
Imagem 29 —	Imagem encontrada nas redes sociais estaduais que saíram do Facebook durante o período eleitoral	120
Imagem 30 —	Notificação, prioridade	127
Imagem 31 —	Promoção da página	127
Imagem 32 —	Exemplo de percentuais dos seguidores de uma página no Facebook	129
Imagem 33 —	Eventos do APESP	130
Imagem 34 —	Eventos do AN	130
Imagem 35 —	Evento futuro do AN	130
Imagem 36 —	Publicação do APESP com uso de hashtags dentro do texto	132
Imagem 37 —	Uso da hastagh Lei Áurea à partir da publicação do APESP no Facebook	133
Imagem 38 —	Publicação do AN no Facebook	134
Imagem 39 —	Convergência de redes sociais virtuais dentro do Facebook da APESP	136
Imagem 40 —	Convergência de redes sociais virtuais dentro do Facebook do AN	136
Imagem 41 —	Transmissão ao vivo do AN	137
Imagem 42 —	Transmissão ao vivo da APESP	138
Imagem 43 —	Rua Toneleiro e FB do AN	139
Imagem 44 —	Rua Toneleiro e FB do AN	139
Imagem 45 —	Assuntos mais comentados no Brasil e no mundo	142
Imagem 46 —	Campanha #ArchivosParaNoOlvidar no Twitter	142
Imagem 47 —	APESP Twitter com postagens anexadas	144
Imagem 48 —	APESP Facebook	144
Imagem 49 —	AN e canal de mensagem com o usuário	145
Imagem 50 —	APESP sem canal de mensagem com o usuário no Twitter SP	146

Imagem 51 —	AN no Instagram	148
Imagem 52 —	APESP no Instagram	149
Imagem 53 —	Criação de subpastas dentro do Pinterest	153
Imagem 54 —	Divulgação do AN no Facebook para sua conta no Pinterest	154
Imagem 55 —	Oferta de fotografias baseada nas selecionadas	156
Imagem 56 —	Faixas que aparecem na página de quem segue o AN no MixCloud	157
Imagem 57 —	Página do AN no MixCloud com um áudio	158
Imagem 58 —	Campo “Grupo” do AN no Flickr	159
Imagem 59 —	Imagem de uma fotografia do AN no Flickr	161
Imagem 60 —	Imagem e uso de tags em imagem do AN no Flickr	162
Imagem 61 —	Índice de tags do AN no Flickr	163
Imagem 62 —	Vídeo mais visualizado do AN no Zappiens	164
Imagem 63 —	Imagem de fotografia postada na Wiki Commons pelo AN	166
Imagem 64 —	Metadados da imagem acima	167
Imagem 65 —	Exemplo de dados exclusivos de um administrador de uma página	174
Imagem 66 —	Diretrizes para o uso das redes sociais pelas instituições arquivísticas brasileiras	182

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Funções arquivísticas 84
Quadro 2 — Características das redes sociais virtuais 168
Quadro 3 — Possibilidades de usos das redes sociais 1 169

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Arquivos Públicos Estaduais e sua representação na internet 123

Tabela 2 — Assuntos mais comentados no Facebook do AN entre os meses de abril e junho 140

Tabela 3 — Assuntos mais comentados no Facebook do APESP entre os meses de abril e junho 141

Tabela 4 — Assuntos mais comentados no Twitter do AN entre os meses de abril e junho 147

Tabela 5 — Assuntos mais comentados no Twitter do APESP entre os meses de abril e junho 147

Tabela 6 — Assuntos mais comentados no Instagram do AN entre os meses de abril e junho 150

Tabela 7 — Assuntos mais comentados no Instagram do APESP entre os meses de abril e junho 150

Tabela 8 — Assunto e quantitativo de imagens do AN no Pinterest 155

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	18
2	**TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO**	29
2.1	INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS	29
2.2	DESENVOLVIMENTO DA ARQUIVOLOGIA	38
2.2.1	**Arquivologia pré-clássica**	39
2.2.2	**Arquivologia clássica**	40
2.2.3	**Arquivologia moderna**	46
2.2.4	**Arquivologia contemporânea**	49
3	**FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS**	58
3.1	PRODUÇÃO/CRIAÇÃO	58
3.2	AVALIAÇÃO	61
3.3	CLASSIFICAÇÃO	65
3.4	DESCRIÇÃO	70
3.5	DIFUSÃO	74
3.6	PRESERVAÇÃO	77
3.7	AQUISIÇÃO	82
4	**PROBLEMATIZAÇÃO CONCEITUAL E TEÓRICA DAS REDES SOCIAIS**	86
4.1	MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO	87
4.2	VIRTUALIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO	92
4.3	TEORIA DE REDES	94
5	**CENÁRIO DOS ARQUIVOS ESTADUAIS BRASILEIROS NAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS**	103
5.1	PROBLEMAS DE IDENTIFICAÇÃO E PESQUISA PARA O USUÁRIO	104
5.2	ANÁLISE DO USO DAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS PELO ARQUIVO NACIONAL E PELO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO	124
5.2.1	**APESP e AN no Facebook**	126
5.2.2	**APESP e AN no Twitter**	141
5.2.3	**APESP e AN no Instagram**	147
5.2.4	**APESP e AN no YouTube**	151

5.2.5 **AN no Pinterest** 153
5.2.6 **AN no MixCloud/SoundCloud** 156
5.2.7 **AN no Flickr** 158
5.2.8 **AN no Zappiens** 163
5.2.9 **AN no Wikimedia Commons** 165
6 **DIRETRIZES PARA O USO DAS REDES SOCIAIS PELAS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS BRASILEIRAS** 170
REFERÊNCIAS 183
APÊNDICE A – Lista de endereços eletrônicos das redes sociais dos arquivos públicos estaduais 200
APÊNDICE B – Níveis de interação do AN e do APESP no Facebook, Twitter e Instagram entre abril e junho de 2018 204

1 **INTRODUÇÃO**

A internet deixou de ser apenas um canal em que o mensageiro se comunicava com o receptor para se tornar um em que o receptor também se tornasse mensageiro. Nos últimos anos, constituiu-se também como um espaço mais amplo para debater e discutir ideias e opiniões.

Movimentos que começaram no final de 2010 (com a alcunha de “Primavera Árabe”) contra governos chamados de autoritários e que atingiram países como o Egito, a Tunísia, Líbia, Sudão, Iêmen, Jordânia, Argélia, Marrocos, entre outros, tiveram como resultado grandes protestos que variaram de acordo com os locais. Acontecimentos como deposições de governos, mudanças constitucionais, guerra civil, renúncia e reformas políticas ocorreram nessas regiões. As notícias e organizações para os atos contra os Estados se deram, principalmente e com grande força, através das redes sociais, como: o Facebook, Twitter e YouTube. Por este motivo, muitos líderes tentaram bloquear o acesso a essas redes e cortar tal forma de comunicação, que também era um meio de informação sobre o que ocorria em seus respectivos territórios para a imprensa internacional.

Em 2013, ocorreram, em várias cidades do Brasil, protestos que ficaram conhecidos como Manifestações de junho. O que antes pensavam ser protestos contra o aumento de 20 centavos na tarifa de ônibus em algumas capitais, logo viu-se ser bem mais que isso. Provavelmente, a chamada “Primavera Árabe” tenha servido de inspiração e a população foi às ruas reivindicar melhorias na saúde, educação, contra a corrupção e contra projetos polêmicos que tramitavam no Congresso. Nesse período, estava por começar a Copa das Confederações da FIFA[1], torneio que serve como evento teste da Copa do Mundo de Futebol (que foi realizada no ano seguinte no país).

Utilizou-se muito dinheiro público na construção e reformas de estádios para atingir o chamado “padrão FIFA” de qualidade. A falta de transparência nos gastos e reformas acima do valor planejado estão sendo investigadas (PEREIRA, 2017). A população foi às ruas pedindo hospitais e escolas no “padrão FIFA”.

No dia 17 de junho, a capital Brasília foi tomada por manifestantes que chegaram a ocupar o teto do Congresso Nacional. Uma imagem emblemática. Três

[1] Fédératoin Internacionale de Football Association.

dias depois, no Rio de Janeiro, cerca de 300 mil pessoas ocuparam a Avenida Presidente Vargas, da Central até a Candelária. O clima de tensão permaneceu durante todo o torneio das Copa das Confederações da FIFA (G1, 2013).

Esses protestos de junho de 2013 foram apartidários e as convocações surgiram nas redes sociais (tanto física como virtuais), em especial, no Facebook, devido sua popularidade e número de usuários no Brasil. *Hashtags* como "#vemprarua", "#oBrasilAcordou", entre outras, tomaram conta de plataformas como o próprio Facebook e o Twitter. A repressão violenta da Polícia Militar, além de alguns infiltrados nas manifestações, chamados de P2[2], foram denunciados em vídeos que foram postados por manifestantes e replicados pela imprensa alternativa no YouTube[3].

Outros movimentos ao redor do mundo e denúncias foram postados e replicados em vídeos e textos nas redes sociais virtuais, sendo grandes agentes de circulação de informação, denúncia contra abusos e democracia.

Por falar em democracia, a forma de se fazer marketing eleitoral foi modificada em 2008 com a campanha de Barack Obama à Presidência dos Estados Unidos. Com uma forma mais interativa e nova de fazer política, a campanha se utilizou bastante das redes sociais virtuais para construir a imagem do candidato, propagar as ideias do partido democrata para o mandato 2009-2013, além de interagir "diretamente" com o eleitorado, criando laços (G1, 2010). Ou seja, os promotores da campanha foram além dos veículos tradicionais de massa, como o rádio e a televisão e avançaram para as redes sociais (virtuais)[4], como o Facebook, MySpace, YouTube e o Twitter. Isso pode ter criado no subconsciente do eleitor uma ideia de candidato inovador e diferenciado, que "conversa" diretamente com o povo. O eleitor se viu diante de mais um meio para se tornar mais ativo, participativo. Além de ser também um meio de o candidato conhecer o eleitorado e elaborar propostas para um perfil específico, pois algumas redes sociais permitem que você saiba dados como sexo, idade, local e religião dos usuários.

Após eleito, Barack Obama, continuou com o uso das redes sociais. A Casa Branca passou a ter outro canal de comunicação que não fosse o sítio eletrônico,

---

[2] Policiais militares à paisana infiltrados colocados para começar um ato violento fingindo ser do corpo de manifestantes para legitimar a violência policial por parte do Estado (do Rio de Janeiro) e diminuir o apoio popular às reinvindicações e protestos.

[3] https://www.youtube.com/watch?v=OC_rns9bSG0

[4] A partir desse momento, as redes sociais virtuais serão tratadas apenas como redes sociais para uma maior leveza no texto.

um porta-voz ou anúncios do presidente para o país. O Arquivo Nacional dos Estados Unidos -*National Archives and Record Administration* (NARA) - mantém a guarda das contas das publicações oficiais da Casa Branca durante a gestão do governo Obama, entre 2009-2017, no Twitter, Facebook, Instagram, Medium, Flickr e Tumblr. Em outras palavras, o uso das redes sociais virtuais é muito relevante, ao ponto de o governo dos Estados Unidos as utilizar como veículo de comunicação e também de ter a custódia desse acervo online mantido pelo Arquivo Nacional (NARA) do seu país (OBAMAWHITE.GOV, 2017).

Ainda se tratando das eleições estadunidenses, só que agora das eleições presidenciais de 2016, é investigada a possível influência da Rússia sobre a disputa entre os candidatos, ou seja, a intromissão de um país estrangeiro na soberania estadunidense.

Em outubro de 2017, o senado dos Estados Unidos cobrou explicações das empresas Google e Facebook, por conta de anúncios patrocinados em suas páginas. A suspeita é de que esses anúncios patrocinados, em forma de *fake news*[5], teriam tido uma possível participação de agentes russos, com o intuito de criar uma divisão política no país e favorecer o então candidato republicano Donald Trump. As plataformas utilizadas teriam sido o Facebook, o YouTube e o Gmail (FOLHAPRESS, 2017).

Em março de 2018, as ações do Facebook caíram 6,8% na bolsa de valores de Nova York, fazendo a empresa perder cerca de 36,7 bilhões de dólares em valor de mercado (MARTÍ, 2018). Isso ocorreu após a notícia de que os dados de até 50 milhões de usuários da rede social teriam sido usados para favorecer a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos da América. A Cambridge Analytica, empresa britânica de consultoria política, teria tido acesso aos dados dos usuários e utilizado de estratégias traçadas com base nesses dados para atingir determinado eleitor segundo suas preferências, além de criar falsos Ids[6] e plantar notícias falsas. Uma gravação secreta, filmada[7] e divulgada pelo canal de TV “Channel 4 News”, mostra que a empresa fez campanhas secretas pelo mundo, já tendo atuado na África, Estados Unidos, México, Malásia e Austrália e que também

---

5 Notícias falsas, com o intuito de ludibriar pessoas (seja por fins políticos, econômicos etc.).
6 Perfis criado nas redes sociais, identidade.
7 https://youtu.be/mpbeOCKZFfQ

iria começar a atuar no Brasil (CHANNEL 4, 2018). A campanha de Trump tinha a Cambridge Analytica como contratada.

> Segundo o Facebook, Aleksandr Kogan, um professor de psicologia russo-americano da Universidade de Cambridge, acessou os perfis de milhões de usuários da rede social que baixaram um aplicativo chamado "This is your digital life" e que oferecia um serviço de prognóstico da personalidade.
> Com esse acesso, ele encaminhou mais de 50 milhões de perfis à Cambridge Analytica. Desses, 30 milhões tinham informações suficientes para serem exploradas com fins políticos. Ele conseguiu esses dados apesar de somente 270 mil usuários terem dado seu consentimento para que o aplicativo acessasse sua informação pessoal, segundo o "NYT". (G1, 2018, não paginado).

Analisando a política de dados do Facebook, uma das redes sociais mais utilizadas no planeta e alvo de diversas polêmicas, o contrato é claro quanto às informações coletadas pela empresa, tais como: ver o que você posta, compartilha e com quem se relaciona; suas pesquisas; os produtos que são observados; sua localização geográfica por GPS, WiFi e/ ou Bluetooth; número do IP de seu computador; provedor da internet; número do seu telefone celular e outros (FACEBOOK, 2015).

Não há muita transparência sobre como essas informações são utilizadas. Embora o termo de serviço diga que os dados são protegidos e utilizados para melhorar o serviço e personalizá-lo para melhor atender aos usuários, ele deixa também explícito que não garante que o Facebook será sempre protegido, seguro e sem erros. Ele também não se responsabiliza por ações, dados e conteúdos de terceiros, isentando a empresa de qualquer dano causado por terceiros. Caso isso ocorra, é por sua conta e risco (FACEBOOK, 2015b).

É importante salientar que as principais redes sociais (virtuais) são empresas privadas de capital aberto na Bolsa de Valores e também que, para participar delas, primeiro deve-se aceitar o termo de compromisso proposto pela empresa. Isso é um recurso obrigatório para quem quiser criar uma conta em suas páginas.

Sobre os dados coletados e privacidade do uso de seus respectivos usuários, as redes sociais e empresas estadunidenses já foram acusadas de colaborar com o governo dos Estados Unidos em vigilância e espionagem.

Em junho de 2013, o jornal inglês The Guardian publicou denúncias de um ex-funcionário de uma empresa que prestava serviços à *National Security Agency* (NSA), órgão do governo dos Estados Unidos. O funcionário em questão era Edward

Snowden. A reportagem de Glenn Greenwald (que mais tarde daria frutos a um filme dirigido por Oliver Stone e a um documentário vencedor do Oscar) dizia que o governo estadunidense, presidido por Barack Obama, o mesmo cuja campanha à presidência revolucionou o marketing político, fazendo uso das redes sociais, as utilizava agora para outros fins. Cada atividade dos cidadãos ao redor do mundo, na internet, era vigiada e rastreada. A NSA, através de dois softwares (PRISM e X-KEYSCORE), colhia os dados e informações de qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo, monitorando as atividades em tempo real (GREENWALD, 2014).

> Uma das funcionalidades mais valiosas do X-KEYSTORE para a NSA é a capacidade de vigiar as atividades nas redes sociais da internet como Facebook e Twitter, que a agência acredita representarem um tesouro de informações e 'de compreensão sobre a vida pessoal dos alvos'. […] O analista preenche o nome do usuário desejado, digamos, no Facebook, junto com um limite de datas e atividades, e o X-KEYSCORE então fornece todas as informações desse usuário, incluindo mensagens, chats e outros posts privados. (GREENWALD, 2014, Paginação irregular).

As páginas criadas no Facebook fornecem ao criador ou responsável pela página dados de quem "curtiu" a página e/ou postagens, quem as "compartilhou", o que comentou etc. Por exemplo, se uma postagem (post) da página do Arquivo Nacional for compartilhada e a pessoa que compartilhou tornou isso público, ou seja, não restringiu o conteúdo apenas aos seus amigos, o Arquivo Nacional poderá ter acesso aos comentários feitos na postagem compartilhada. Isso gerará ao gerenciador da página do AN mais dados e possibilitará reconhecer o perfil e o que pensa o usuário sobre aquele determinado assunto.

A instituição arquivística que possui uma página no Facebook tem também uma média do horário mais acessado por seus fãs[8] quando estão online, de qual pais e cidade são os usuários, qual o percentual dos gêneros masculino e feminino entre eles, sua faixa etária, além de poder acompanhar graficamente dados sobre alcance de suas publicações e diversas outras possibilidades estatísticas.

Para se ter uma ideia, o Facebook (que possui 2,3 bilhões de usuários ao redor do mundo) é uma das mais populares redes socias no Brasil. Com dados divulgados em janeiro de 2018, promovido pelas agências *HootSuite* e *We Are Social,* 62% da população brasileira está inscrita em alguma rede social. Isso representa aproximadamente 130 milhões de pessoas (WE ARE SOCIAL, 2018). O

[8] Fãs é o termo utilizado pela rede social para designar alguém que curtiu uma página.

Brasil é o segundo país com maior número de usuários no Instagram, cerca de 57 milhões, 27% da população; e também, o segundo que gasta maior tempo nas redes sociais, numa média de 3 horas e 39 minutos por dia, perdendo apenas para as Filipinas (WE ARE SOCIAL, 2018). De acordo com a página Think with Google, o YouTube é a rede social mais acessada no Brasil, chegando ao índice de 95% dos usuários de internet do país a acessando no mínimo uma vez ao mês (GOOGLE, 2017).

Ainda falando de números, dos cinco aplicativos mais baixados no Brasil no ano de 2017, quatro são de redes sociais: WhatsApp, Facebook, Facebook Messenger e Instagram (WE ARE SOCIAL, 2018). Todos os quatro são da empresa Facebook. A ausência do YouTube entre os mais baixados se dá provavelmente por conta de ele vir pré-instalado em aparelhos com o sistema operacional Android.

Percebendo a força de comunicação dessas redes, incluindo seu uso político, econômico e social, é objetivo desta pesquisa analisar os tipos de usos das redes sociais virtuais pelas instituições arquivísticas brasileiras e, dessa forma compreender: Como as redes sociais são utilizadas pelas instituições arquivísticas no Brasil hoje?

Partimos de dois pressupostos: o primeiro é que as funções arquivísticas - produção, avaliação, aquisição, classificação, descrição, difusão, preservação - formuladas pelos canadenses são pertinentes para caracterizar o profissional de arquivologia e, por conseguinte interferir no *modus operandi* das instituições arquivísticas atualmente (COUTURE, 1999).O segundo é que estamos assistindo a emergência da utilização das redes sociais pelas instituições arquivísticas na realização de algumas das funções arquivísticas formuladas pelos canadenses.

Para analisar os tipos de usos das redes sociais virtuais pelas instituições arquivísticas brasileiras, temos por objetivos específicos: 1) Articular conceitualmente os temas pertinentes às áreas de arquivologia, sociologia e comunicação que serão abordados nesta pesquisa (instituição arquivística, funções arquivísticas, mediação da informação, teoria de redes, redes sociais); 2) Investigar o uso feito pelo Arquivo Nacional e pelo Arquivo Público de São Paulo de suas respectivas redes sociais; 3) Formular diretrizes para o uso das redes sociais pelas instituições arquivísticas brasileiras.

O tema sobre instituição arquivística e rede sociais é um aprofundamento de um estudo iniciado durante a graduação em Arquivologia na Universidade Federal

do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A monografia, orientada pelo professor Dr. José Maria Jardim, foi um estudo comparativo dos usos que o Arquivo Nacional do Brasil e o National Archives and Records Administration (NARA) faziam da plataforma Facebook.

Desde de 2014, ano da monografia, a temática era muito pouco abordada no campo arquivístico. Assim, ao estudá-lo, percebeu-se o quão rico e útil esse tema pode ser para área e para as próprias instituições arquivísticas em relação à sua conduta e aos seus usuários.

Observa-se também o fato de o Conselho Internacional de Arquivos (ICA)[9] ter lançado, em 2012, os "Princípios de Acesso aos Arquivos". Esses princípios foram adotados pela Assembleia Geral do Conselho Internacional de Arquivos em Brisbane, na Austrália, em agosto de 2012. Ao todo, são dez princípios. Entre eles:

> Instituições custodiadoras de arquivos adotam uma abordagem proativa para acesso.
> Os arquivistas têm a responsabilidade profissional de promover o acesso aos arquivos. Eles divulgam informação sobre os arquivos, utilizando vários meios, como a internet e publicações na web, documentos impressos, programas públicos, meios comerciais e outras atividades de alcance. Eles devem estar continuamente atentos a mudanças nas tecnologias de comunicação e usam aquelas que são disponíveis e práticas para promover a divulgação dos arquivos. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2012, p. 14).

Isso aponta o reconhecimento da internet com meio propulsor e propagador de informações pelo Conselho Internacional de Arquivos, dando indicadores de que as instituições deveriam utilizar também essa plataforma como veículo de divulgação.

Nos marcos teóricos-conceituais, esta pesquisa se apoia em uma espécie de tríade: instituições arquivísticas, usuário e redes sociais. Essa tríade é também representada e costurada pelas áreas de arquivologia (instituições arquivísticas), sociologia (usuário) e comunicação (redes sociais).

Com base na Arquivologia, é apresentado um breve panorama do histórico do desenvolvimento teórico da área e das instituições arquivísticas, até chegar-se à fase contemporânea, onde se abordarão as funções arquivísticas (criação, avaliação, classificação, aquisição, descrição, disseminação e preservação) da

---

9 ICA é a sigla em inglês para *International Council Archives*.

perspectiva canadense e a noção de mediação da informação, que é o elo entre os campos da Arquivologia, Sociologia e Comunicação.

Na noção de mediação da informação, a percepção do usuário é fundamental na compreensão da informação (ou proto-informação, como apresentado adiante). É essencial para perceber que cada um poderá interpretar uma publicação de um jeito diferente e, assim, ressignificar o conteúdo original ao compartilhar.

Sobre o compartilhamento, esta pesquisa aborda a teoria de ator-rede originária da sociologia e antropologia social. Em linhas gerais, essa teoria abrange os elos entre as pessoas, que geralmente são divididos em laços fracos (com pouca interação) ou fortes (interação mútua e constante). Há também, dentro desses laços, os de manutenção, por exemplo, que podem ser aplicados no momento em que se "segue" ou "curte" uma instituição ou pessoa. Esses podem ser fortes ou fracos também, dependendo da troca entre os atores envolvidos. Dessa forma, ao falar da teoria ator-rede, naturalmente se fala de comunicação e das redes sociais virtuais, suas plataformas e como as instituições arquivísticas fazem uso das mesmas. O que fecha essa tríade.

Na dimensão empírico-exploratória, serão analisadas as duas maiores instituições arquivísticas brasileiras que se encontram imersas nas redes sociais virtuais: Arquivo Nacional e Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Em um primeiro momento, foi feito um reconhecimento das instituições arquivísticas brasileiras. Levando-se em conta que, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, o Brasil possui 5.565 municípios e, pressupondo que nem todos os municípios possuem uma instituição arquivística e muito menos um sítio eletrônico, considerou-se pouco representativo para essa pesquisa trabalhar com os arquivos municipais. Corroborou para essa decisão a tese de doutorado de Anna Carla Almeida Mariz (2011), que estudou os arquivos públicos na internet, com ênfase nos sítios eletrônicos e blogs, e que observou a baixíssima inserção dos arquivos municipais nesse ambiente virtual.

O princípio para encontrar os arquivos públicos estaduais que estão na internet foi o uso do sítio eletrônico do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)[10]. Embora muito útil, constatou-se que ele está um pouco defasado. O sítio do CONARQ serviu para buscar os nomes oficiais dos arquivos estaduais para

[10] http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/index.php/links-uteis/386-arquivos-p3%BAblicos-estaduais-e-do-distrito-federal %C

aprofundar a procura em sítios de busca virtual[11]. Logo, percebeu-se que o Conselho Nacional de Arquivos, entidade maior da arquivística do país, que traça diretrizes, só possui endereços virtuais (links) dos arquivos públicos estaduais.

Após a busca pelo sítio do CONARQ, esta pesquisa entrou nos sítios dos arquivos públicos apontados e procurou por links que pudessem apontar para alguma rede social virtual, e depois, foi feita uma busca diretamente no campo de pesquisa das plataformas estudadas.

A partir de seus endereços eletrônicos, foi possível ter acesso aos links e quantificar o número de redes sociais com que determinado órgão publica/trabalha e qual a publicidade que elas têm (número de “curtidas”, pessoas que seguem etc., dependendo da plataforma).

Nem todos os endereços eletrônicos dos arquivos estaduais apontaram para as suas respectivas páginas nas redes sociais. Esse foi o caso do Arquivo Público de Alagoas, Arquivo Histórico Estadual de Goiás (página), Arquivo Público Mineiro, Arquivo Público Estadual João Emerenciano (página), Arquivo Público Estadual do Amazonas e do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Por isso, também foi feita uma busca diretamente nas redes sociais: Twitter, Facebook, Instagram, Flickr, Pinterest, YouTube, MixCloud, SoundCloud, Zappiens e Commons Wikimedia. A escolha por elas se deu em razão de serem as utilizadas pelo Arquivo Nacional do Brasil.

O fato de os sítios e páginas oficiais não indicarem os links para as redes sociais faz com que muitos não tenham consciência da atuação, eventos e comunicações dos respectivos arquivos. Perdem, assim, uma chance de aumentar sua visibilidade e atuação junto aos cidadãos. Perde-se também na interação entre arquivo e usuário.

O Arquivo Nacional do Brasil, que é a maior instituição arquivística e referência do país, está presente em dez redes sociais: Facebook, Instagram, Pinterest, MixCloud, SoundCloud, Twitter, Zappiens, Commons Wikimedia, Flickr e YouTube. Até maio de 2014, era apenas o Twitter, mas, em agosto de 2014, o Facebook passou a fazer parte da lista e, com o passar dos anos, a instituição vem ampliando a quantidade de redes sociais em que se faz presente.

O Arquivo Público do Estado de São Paulo é o que mais possui seguidores

[11] As pesquisas nas redes sociais foram realizadas entre os dias 05 a 10 de agosto de 2017 nos sítios eletrônicos: facebook.com, aplicativo Instagram para iOS, youtube.com, twitter.com.

nas redes sociais entre os arquivos estaduais. As quatro presentes são Facebook, Twitter, YouTube e Instagram. Esses fatores resultaram na sua escolha como uma das duas instituições selecionadas como pontos-chave para as observações, ao lado do Arquivo Nacional.

No capítulo de análise, as discrepâncias ficam claras entre essas duas instituições e os demais arquivos estaduais. São Paulo é o estado brasileiro com maior representatividade econômica do país e isso pode ser um dos agentes facilitadores que faz com que o Arquivo Público do Estado de São Paulo se destaque em relação aos demais arquivos estaduais no engajamento nas redes sociais.

Explorou-se o uso das redes sociais por essas duas instituições, à luz da proposta canadense das funções arquivísticas, somado às práticas da referência internacional do National Archives e Records Administration (NARA), que possui mais de 20 redes sociais. Por último, formularam-se as diretrizes para o uso das redes sociais pelas instituições arquivísticas brasileiras.

Além desta introdução, a segunda seção do trabalho aborda a trajetória do pensamento arquivístico, principalmente o período contemporâneo, defendendo que a teoria tem impacto nas instituições arquivísticas e em seu *modus operandi*; ou seja, que, para entender o que hoje se configura como uma instituição arquivística, é necessário compreender a trajetória teórica da Arquivologia. Nesse capítulo, questões conceituais e uma breve dissertação sobre o que se entende por instituição arquivística nos dias atuais foram desenvolvidas.

Na terceira seção, foram trazidas, a partir da perspectiva da arquivística canadense, as sete funções arquivísticas que caracterizam o que deve fazer o profissional de arquivo, o arquivista, e, consequentemente, a influência da teoria nas funções de uma instituição arquivística.

Na quarta seção, está abordada a importância da comunicação na contemporaneidade, desde uma perspectiva sociológica, como a mediação da informação e a teoria de ator-rede, até um debate sobre virtualidade da comunicação e espaço virtual.

A quinta seção da pesquisa aborda e analisa o cenário em que se encontram as instituições brasileiras (com ênfase maior no Arquivo Nacional e Arquivo Público do Estado de São Paulo) e suas respectivas participações e usos das redes sociais.

Nas considerações finais, foram traçadas diretrizes para o melhor uso das

redes sociais pelos arquivos públicos brasileiros.

Com isso, este trabalho espera poder contribuir com uma maior aproximação dos cidadãos às instituições arquivísticas e destas a seus usuários/cidadãos.

2 **TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO**

Este capítulo está dividido em duas partes. A primeira propõe uma caracterização do que é uma instituição arquivística, para a qual, foram retratadas as suas origens, a maneira como ela era entendida e, depois, o que se entende dela hoje, especialmente no Brasil. E a segunda propõe um breve panorama da trajetória teórica-epistemológica arquivística. Defende-se que o Fazer arquivístico (prática) e o Saber científico (teoria) estão intrínsecos, sendo um parte do outro, interligando-se.

Com isso, pretende-se apresentar o quanto a instituição arquivística e o fazer/saber arquivístico são indissociáveis, interferindo-se mutuamente. A prática arquivística interferiu na teoria e a teoria na prática, dando assim norteamento do que se espera de uma instituição arquivística.

O conhecimento arquivístico, como aponta Jardim (2015), não ocorre de maneira universalizante, mas segundo o contexto de cada Estado e de suas respectivas realidades.

2.1 INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS

Ao longo de décadas e séculos, o que hoje denominamos de instituição arquivística foi se construindo, modificando, transformando e consolidando até chegar ao formato atual. Assim, também foi com a sua missão principal. Se antes a regra era guardar, agora é dar acesso.

Para entender um pouco da constituição de uma instituição arquivística, devemos também entender um pouco dos seus aspectos históricos, de sua necessidade de existência e do profissional que carrega o nome derivado da palavra arquivo: o arquivista. Afinal de contas, de certa forma, estão intrinsicamente ligados.

A palavra arquivo deriva do grego *archeion*, que significa palácio do governo, magistratura (sede). Depois, em latim, tornou-se *archivum*. O verbo grego *αρχενω* (*archeio*) significa “eu comando, eu guio, eu governo” (DURANTI, 1989, p. 3, tradução nossa). Já a palavra raiz (*arche*) de *archeion* e *archeio* significa “origem, fundação, comando, poder, autoridade”. (DURANTI, 1989, p. 3, tradução nossa).

Luciana Duranti (1989) lembra que a profissão de guardião de documentos é bem antiga, pois a necessidade de uma memória surge em qualquer organização e

naturalmente. Há que se tomar cuidado para não qualificar esse guardião como um arquivista, pois isso seria um anacronismo.

> O termo "records management[12]" não pode ser encontrado no livro de Posner, mas ele descreve repetidamente arquivos e atividades de arquivos, que datam de 4.000 aC, que estão ligados ao que hoje seria chamado de "arquivos correntes". Por exemplo, escavações arqueológicas de um palácio real. Em Mari (no rio Eufrates) descobriu cerca de 20 mil tabletes de argila que foram sistematicamente classificados para fácil recuperação. (DOLLAR, 1993, p. 38, tradução nossa).

Aristóteles (384-322 a.C.), em Política, cita a profissão arquivista, porém não devemos entender com o mesmo significado de hoje. Sem mencionar que uma tradução não deixa de ser uma nova versão.

> Otra clase de funcionarios está encargada del registro de los actos que tienen lugar entre los particulares, y de las sentencias dictadas por los tribunales, siendo estos mismos los que deben actuar en los procedimientos y negocios judiciales. A veces esta última magistratura se divide en otras muchas, pero sus atribuciones son siempre estas mismas que acabo de enumerar. Los que desempeñan estos cargos se llaman archiveros, escribanos, conservadores, o se designan con otro nombre semejante. (ARISTÓTELES, [20--], p. 243-244).

O que antes era transmitido por relato oral, pictogramas, ideogramas e passado através dos tempos ganhará mais uma forma de memória e guarda de acontecimentos através da criação da escrita. Segundo DURANTI (1989, p. 3, tradução nossa), “a escrita alfabética foi adotada na Suméria para responder às necessidades de uma vida política e econômica muito ativas”.

Existem diversas hipóteses para origem da escrita, sendo quatro motivos para seu surgimento mais prováveis: o religioso, o político, o literário e o administrativo. (BERWANGER; LEAL, 2012). Esta última é a mais provável, nascida…

> […]para resolver problemas burocráticos das sociedades, anotar registros preciosos e extensos de produções agrícolas, registros comerciais (débito/crédito), a fim de ajudar a memória, além do que podiam ser consultados por várias pessoas ao mesmo tempo. A confecção dos registros e sua custódia estava a cargo da classe sacerdotal que, no

[12] “A atividade denominada *records management*, originalmente cunhada em inglês e posteriormente traduzida como gestão de documentos, não surgiu da prática ou teoria dos arquivos, mas por uma necessidade da administração pública.” (RODRIGUES, 2006, p. 103). *Archive,* em inglês, é a denominação para o que aqui tratamos como Arquivo Permanente e *records*, para arquivos de uso corrente. Separam-se da profissão, pois, em países como EUA e Canadá, o arquivista atua apenas no arquivo permanente. Hoje já se discute a arquivística integrada nesses países, algo comum no Brasil por não existir essa separação nos conceitos.

> princípio, acumulava as funções administrativas e religiosas. (BERWANGER; LEAL, 2012, p. 43).

Ao longo dos tempos, foram diversos os suportes utilizados para registrar informações: argila, pedras, mármores, tabuinhas, papiro, pergaminho, papel e hoje, com o advento da informática, temos o documento em formato digital. Isso proporciona um novo campo para o arquivista se apropriar e fazer a gestão, além de novos desafios para as instituições arquivísticas.

A cidade-Estado de Atenas, por volta de 400 a.C., teria começado a guardar seus arquivos (leis, decretos, contratos, registros, processos judiciais, manuscritos de obras de Sófocles, Eurípides, etc), no Metroon[13].

> En lo quizá sea el primer ejemplo de instituición archivística que satisfacía la función de acceso público a los registros, de manera coherente com los principios democráticos del gobierno ateniense, los ciudadanos privados podían obtener copias de los registros em los archivos.
> […]Los primeros archivos publicos de Roma se fundaron alredor del 509 A.C., em el Aerarium, o erario, del templo de Saturno, y alojaban leyes, decretos, informes y registros financeiros. Como em el Metroón, las leyes alojadas em estos archivos podían ser consultadas por todos los ciudadanos. (CUNNINGHAM, 2006, p. 54).

Deve-se tomar cuidado com duas coisas na citação acima: a primeira é que não havia a noção ou ideia de uma "instituição arquivística" como hoje denominamos e caracterizamos o que seja uma; a segunda é não confundir a democracia ateniense com o conceito atual de democracia.

Segundo Jardim (2011, p. 4), foi na Europa, entre os séculos XIII e XIV, que se deu o surgimento dos depósitos de arquivos, que eram "associados a administrações locais e nacionais que" emergiram das práticas feudais. Posner também aponta a influência da idade média como custodiadora e vai além:

> Se tentarmos apontar os traços característicos dos antigos arquivos medievais, tanto eclesiásticos como seculares, verificaremos que, originalmente, eles eram quase sempre restritos aos materiais recebidos e, principalmente, aos instrumentos que tinham algum valor financeiro ou legal. Os reis e príncipes que não possuíam residência permanente costumavam preservar esses documentos em lugar seguro, junto com o tesouro e as relíquias preciosas de santos, ou então os depositavam nas instituições de igrejas, que foram as primeiras a desenvolver um certo sistema de guardar documentos.

[13] O Metroon era o santuário da mãe dos Deuses e também o local de depósito dos arquivos na Ágora em Atenas. (CAMP, 2003, p 16). O Metroon ficava próximo à casa do Senado (Bouleterion).

> […] Pelo fim da Idade Média (…) a residência dos monarcas, tornou-se fixa, a finalidade de suas administrações expandiu-se, as comunidades (…) começaram a estabelecer uma espécie primitiva de depósitos arquivístico, e, finalmente, o papel tornou-se usual, de onde resultaram grandes massas de materiais acumulados, necessitando cuidado e preservação. (POSNER, 2013, p. 274-275).

Posner (2013, p. 275) afirma ainda que a "Revolução Francesa marca o início de uma nova era na administração de arquivos", além de que a descentralização dos arquivos era "o traço característico da administração de arquivos antes da Revolução (…)". Afirmação esta que corrobora com Jardim (2011), que aponta que foi somente em 1790 (criação do Arquivo da Assembleia Nacional, hoje Arquivo Nacional da França) que se originaram as instituições arquivísticas como hoje a conhecemos. É válido ressaltar que os ideais iluministas permeavam a Europa ocidental, sendo um paradigma para o pensamento então vigente. O homem era detentor de seu próprio destino através da razão, do racionalismo, em oposição ao "direito divino" ao clero e à nobreza. Isso questionava o *modus operandi* que prevaleceu por séculos em parte da Europa ocidental. Até as doenças e epidemias eram explicadas através da religião. O Iluminismo criticava o Estado Absoluto e a igreja.

Jean-Jacques Rousseau (1712-1776), considerado um dos mais importantes iluministas, em *O contrato social* (1750, p. 5), diz que "O homem nasceu livre e, em toda parte, se encontra sob ferros". O livro traz a concepção da sociedade governada por todos (sociedade civil) e não pela monarquia e aristocracia. O rei não recebia de Deus o direito de governar, mas dos próprios homens através de um contrato social; afinal, eles defendiam que todos os homens são iguais. Portanto, não fariam sentido os privilégios do clero e da aristocracia.

Então, o momento estava propício para mudanças e não passaram despercebidos os direitos dos cidadãos. A *Declaração dos Direitos do Homem* (1789) tem em um de seus itens:

> Art. 11º A livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos mais importantes direitos do Homem; todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na Lei.
> Art. 15º. A sociedade tem o direito de pedir contas a todo agente público pela sua administração. (BRASIL, [20--], não paginado)

A livre opinião, o direito de se manifestar e de pedir conta a todo agente público são marcas de uma estrutura modificada. Essas mudanças ocorreram com o fim do Absolutismo e com a Revolução Francesa.

Antes da revolução, ainda durante o Antigo Regime, não havia nenhuma instituição que centralizasse os registros do governo, apenas os depósitos especiais (arquivos do Parlamento, arquivos da Secretaria de Relações Exteriores, Câmara de Contas etc). (ARCHIVES-NATIONALES, 2017).

É nesse embalo de mudanças (político e social) que a administração pública cria o Arquivo Nacional da França em 12 de setembro de 1790. Mas é a lei de 7 de Messidor Ano II, de 25 de junho de 1794, que "regulamenta" a função, o papel do Arquivo como um depósito central da documentação da República. Nos dispositivos gerais, artigo XXXVII, fica claro que qualquer cidadão pode requerer acesso aos documentos mediante a marcação de data e hora. Era o cidadão podendo ter acesso aos documentos do arquivo.

> Qualquer cidadão poderá requerer de todos os depósitos, nos dias e horários fixados, a divulgação de documentos que contêm: ela será dada sem custo e deslocamento e com precauções de segurança/ fiscalização. (FRANÇA, 1794, não paginado, tradução nossa).

A lei V do Brumário do ano V, de 26 de outubro de 1796, cria os arquivos departamentais, "para os quais foram destinados todos os arquivos até então em poder dos distritos". (ESTEVÃO; FONSECA, 2010, p. 82). É possível perceber na lei uma preocupação voltada para unificar e, de certa forma (incipiente), ter um controle (no sentido de posse e não de gestão) da documentação produzida e armazenada. Uma preocupação com a memória e prova, se levarmos em conta a possiblidade de acesso (ainda que remoto) trazida pela lei de 7 de Messidor, Ano II, de 25 de junho de 1794.

> Lei que ordena a reunião, nas capitais do departamento, de todos os títulos e papéis adquiridos na República.
> Art.1. As administrações centrais do departamento farão reunião nas capitais de departamento de todos os títulos e papéis pertencentes à República.
> 3. A Diretoria executiva fará proceder imediatamente a triagem de depósitos existentes nos departamentos reunidos, com a finalidade de juntar informações, respeitando a consistência dos domínios nacionais. (DUCHÂTEL, 1841, p. 30-31, tradução nossa).

No período napoleônico (1799-1815), ocorreu uma expansão hegemônica francesa na Europa. No Império Napoleônico, alguns países foram anexados à França, outros eram aliados e outros dependentes. Esse fato pode também ter influenciado e ajudado a consolidar um modelo de instituição arquivística na Europa Ocidental, além do pioneirismo francês de um Arquivo Nacional. É válido lembrar aqui que não existia a ideia de nação. Isso ocorreu apenas no século XIX.

Após a Revolução Francesa, alguns anos depois, foram surgindo arquivos nacionais em diversos países: Polônia (1809), Noruega (1817), Brasil e Reino Unido (1838), Espanha (1866), Canadá (1870). Durante muito tempo, o que era feito na França foi o modelo padrão de como deveria ser uma instituição arquivística.

A consolidação dos Estados Nacionais e o surgimento da ideia de nação trazem a atenção para a custódia da documentação produzida pelos setores da política e economia desses países. O surgimento dos Estados Nacionais fará, consequentemente, com que também aumente o número de arquivos nacionais ao redor do mundo.

Após essa breve consideração histórica, que interferiu e ainda interfere no *modus operandi* de um arquivo, é preciso analisar o que se entende por instituição arquivística. O *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* define arquivo como:

> Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Ver também fundo. 2 Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso(1) a documentos. 3 Instalações onde funcionam arquivos(2). 4 Móvel destinado à guarda de documentos. (ARQUIVO NACIONAL, 2013, p. 27)

No mesmo dicionário (2013, p. 35), entende-se arquivo público como “1. arquivo de entidade coletiva pública, independente de seu âmbito de ação e do sistema de governo do país . 2. integrante da administração pública”.

Há uma referência no *e-Arq Brasil* (*Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivísitca*) que entende instituição arquivística como “aquela que tem como finalidade a guarda, preservação, acesso e divulgação de documentos arquivísticos, ainda que integrando bibliotecas, museus e centros de documentação” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p. 16). No entanto, para Jardim (2011, p 5), ela é pouco consistente e a definição dada “ultrapassaria os

limites de um arquivo público, por exemplo, e seria definida não por sua atividade-fim, mas por sua condição de guardiã de documentos arquivísticos". É interessante notar que a definição dada pelo *e-Arq Brasil* (que é de certa forma parte do Arquivo Nacional, já que o presidente do Conselho Nacional de Arquivos é também o Diretor do Arquivo Nacional, assim determinado por lei) aparece numa nota de rodapé.

Em um primeiro momento, a instituição arquivística tinha um viés de prova. Depois, passou ao viés custodial, voltada para os chamados "arquivos históricos", ou seja, priorizando a guarda de documentos relevantes para a memória e a História. Essa foi uma das primeiras características de um arquivo. Le Goff (1990, p. 9) argumenta que "a constituição de bibliotecas e de arquivos forneceu assim os materiais da história".

> Como afirmou, na década de 1860, o fundador do Arquivo do Estado de Florença, Francesci Bonaini, onde anteriormente, os arquivos eram preservados para comprovar direitos e privilégios, eles deveriam agora ser preservados em "reais instituições científicas (…) primordialmente dedicadas a beneficiar disciplinas históricas". (EASTWOOD, 2016, p. 23).

Heloísa Bellotto (2006) corrobora a visão de que os arquivos públicos servem para auxílio do historiador e da administração.

> Os arquivos públicos existem com a função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir ao administrador, ao cidadão e ao historiador. (BELLOTTO, 2006, p. 227).

Partindo da premissa de que instituição arquivística e arquivo público são a mesma coisa, que se esperar deles hoje? Quais funções deverão ser atribuídas a eles?

No Brasil, a lei 8195/91, popularmente conhecida como "lei dos arquivos", estabelece, no artigo 1º, que a gestão documental[14] é função do poder público. E o artigo 7^{O} define que que os arquivos públicos são

> (…) os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito

[14] Art. 3º - Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente. (BRASIL, 1991, não paginado).

> Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias. (BRASIL, 1991, não paginado).

As instituições arquivísticas são reflexos de um tempo e de sua sociedade, ou seja, elas sofrem a influência externa (leis, decretos, pensamentos vigentes, fatores políticos, econômicos e sociais). Assim como sofrem influência externa, elas também influenciam. As políticas desenvolvidas para as instituições terão resultados internos e externos a elas, devendo ter influência na sociedade, seja através do pesquisador ou da memória (do passado, presente ou futura) de um país.

Por exemplo, se uma lei obrigar que não haja mais documentos físicos e que os arquivos permanentes existentes devam ser todos digitalizados e os originais eliminados, isso terá um impacto enorme em um arquivo público, nos profissionais e na sociedade[15].

> Todas las instuciones archivísticas satisfacén su misión, como mínimo, controlando y conservando los registros que constituyen em archivo, pero la naturaleza de la misión a la que sirven puede variar, y de hecho lo hace, de caso a caso. Las siempre em movimiento y sempre contestadas forma y misión del archivo reflejan la nuturaleza dinámica de la experiencia humana, su aspiración y actividad em toda su infinitamente rica variedad. (CUNNINGHAM, 2007, p. 47).

Os fatores políticos envolvem também a qual setor o Arquivo estará subordinado, ou seja, que característica pode (ou não) apresentar ou se esperar dele, se a instituição está ligada ao ministério de cultura, do planejamento, da casa civil, da defesa, da educação etc. Isso inclui recursos e como pode ser entendido o seu papel social.

Cunningham (2007) aponta alguns motivos para a existência/importância das instituições arquivísticas. Entre elas temos: guardar os arquivos para obrigações legais, direitos e apoiar tomada de futuras decisões; meio de conectar-se com os antepassados, com a comunidade e todo um país através da memória; para informar, educar e iluminar, apoiando a pluralidade de grupos e identidades; como uma forma simbólica de solidificação de uma nação; reforço contra a corrupção, má administração e autocracia.

Em um governo autoritário, ditatorial, um arquivo talvez não reflita a tarefa de combater males praticados por membros do governo. Não vivenciamos mais o

[15] A lei 8159/91 diz que “Art. 10º - Os documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis”.

período da Guerra Fria (1945-1989), em que muitos registros não poderiam ser acessados, pois poderia estar em jogo a segurança nacional. Por falar em documentos desse período, pouco tempo depois da revolução bolchevique (1917), a União Soviética estabeleceu um sistema altamente centralizado, assim como era o próprio Estado, e que seria um contraste com os estados democráticos, uma vez que o acesso aos arquivos não seriam um direito garantido ao cidadão de um estado totalitário (CUNNINGHAM, 2007).

> Os antigos países socialistas da Europa de Leste levam até as últimas consequências este conceito unicista dos arquivos, já que admitem que todos os documentos pertencentes ao Estado formam um único e gigantesco Fundo dos arquivos do Estado, base de toda a organização arquivista. (DUCHEIN, 1982, não paginado).

Os arquivos nacionais dos países que foram colônias provavelmente seguiram o modelo de administração do país colonizador. A Partilha da África (1884-1885) não respeitou as diferenças étnicas, políticas e históricas. Porém, após a descolonização dos países africanos (após a II Guerra Mundial), devem ter ocorrido problemas quanto à documentação histórica e territorialidade dos documentos. Faltam estudos para verificar as consequências das colonizações do século XIX nos países desse continente, sem falar na criação mais tardia de algumas instituições arquivísticas.

No Canadá, o Arquivo Nacional e a biblioteca ocupam o mesmo espaço, chamado de Bibliothèque et Archives Canada (BAC), uma única instituição desde 2002. Isso, além de ser algo não-comum, pode ter desdobramentos no âmbito político, econômico (ao receber recursos), acadêmicos (estudos e maior aproximação e trocas entre a biblioteconomia e a arquivologia), social (visibilidade e procura) etc.

Não dá para generalizar, ou melhor, universalizar o que deve se esperar de uma instituição arquivística. Cada país tem a sua história, seu contexto de produção, seu sistema governamental (democrático ou não) etc. É preciso respeitar as singularidades de cada local. Sendo assim, este trabalho acompanha a premissa da pesquisa de Jardim (2011, p. 7), considerando como instituições arquivísticas públicas as “organizações cuja atividade-fim é a gestão, recolhimento, preservação e acesso de documentos produzidos por dada esfera governamental […]”.

Hoje, estamos em um mundo globalizado, com empresas transnacionais, com a informação circulando numa velocidade maior que o tempo para compreendê-la e analisá-la. As trocas de informações entre as instituições, materiais publicados, seminários transmitidos ao vivo e online, um Conselho Internacional de Arquivos (ICA) facilitam essa aproximação e amplitude de conhecimento para a área e para os Arquivos de uma forma geral, com novas teorias, maior número de debates e um alcance de público maior.

2.2 DESENVOLVIMENTO DA ARQUIVOLOGIA

Hoje, a área da arquivologia possui curso de nível superior, periódicos especializados, arquivos públicos espalhados pelo mundo, eventos nacionais e internacionais, um conselho internacional de arquivos, legislação arquivística, entre vários outros ganhos. Isso ocorreu através do tempo, com a prática auxiliando o saber e o saber interferindo na prática, ao ponto de se confundirem. Todo o avanço foi construído e não foi isento de luta, pois durante muito tempo a Arquivologia era considerada uma ciência auxiliar da História.

O campo científico é também um local de disputas, lutas para se manter no poder, transformar ou modificar o *status quo*. No contexto brasileiro, cabe ilustrar o quanto fatores políticos e ideológicos podem fazer parte de uma grade curricular, podem influenciar na Tabela de Área de Conhecimento (TAC)[16] da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) etc. No entanto, para isso acontecer, haverá embates e um grupo vencedor sairá vitorioso “impondo” seus ideais. Sobre isso, Pierre Bordieu aponta que:

> Reciprocamente, os conflitos epistemológicos são sempre, inseparavelmente, conflitos políticos; assim, uma pesquisa sobre o poder no campo científico poderia perfeitamente só comportar questões aparentemente epistemológicas (BORDIEU, 1983, p. 124).

A teoria arquivística não é imutável. Com o tempo e as necessidades específicas de cada país e de sua organização, foram surgindo novas propostas de organização. Umas que se juntaram a outras já existentes e outras que substituíram

[16] Há autores que defendem a autonomia da Arquivologia em relação à Ciência da Informação (CI). Atualmente, a Arquivologia é subárea da CI. Destaca-se o trabalho de Angelica Alves da Cunha Marques (2013).

a forma antiga de se gerir um arquivo. Conforme afirma Thomas S. Khun (2011, p. 21), em *A estrutura das revoluções científicas*, “teorias obsoletas não são acientíficas em princípio, simplesmente porque foram descartadas”. Elas podem coexistir. Em outras palavras, não há uma evolução no sentido de melhoramento. O termo mais apropriado talvez seja adequação. Novas teorias se adequaram e se adequam e foram aos poucos substituindo antigas ou somando-se a elas.

A palavra paradigma significa modelo, padrão, e a ruptura do mesmo é a quebra de um modelo anterior já consolidado.

> Considero “paradigmas” as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para a comunidade praticante de uma ciência.
> […] são denominados de revoluções científicas os episódios extraordinários nos quais ocorrem essa alteração de compromissos profissionais. As revoluções científicas são complementos desintegradores da tradição à qual a atividade da ciência norma está ligada. (KUHN, 2011, p. 13-21).

Com o passar dos tempos, as instituições arquivísticas foram se readaptando, ganhando novas características para se modelar à sociedade vigente e à demanda que a mesma impõe. Algumas rupturas ou novos marcos foram destacados e serão retratados no decorrer deste capítulo.

2.2.1 **Arquivologia pré-clássica**

Segundo Duranti (1995) - embora aponte que, no Código Justianiano, há seções sobre o modo de criar e preservar documentos e que os primeiros estudos de temas arquivísticos relacionados com o material e tarefas de arquivos sejam do século XI, escrito por juristas -, o conhecimento arquivístico se desenvolveu com a formação dos Estados Modernos na Europa e a concentração de documentos produzidos por diversos órgãos do governo, usando os documentos como fonte de prova de direitos e privilégios pelas autoridades. Passou a ser utilizado na esfera administrativa ao decorrer do tempo, autenticando ações.

> Los métodos de ordenación que sugerían se basaban generalmente em las funciones que producían documentos, según se translucían en la estrutura de los estados absolutos y centralizados de esa época. Por ejemplo, von Rammingen proponía las siguintes agrupaciones primarias: documentos relacionados a los asuntos de soberania territorial; documentos relacionados con asuntos internos y documentos relacionados con asuntos externos. Cada agrupación primaria tenía que subdividerse em dos grupos:

> documentos relacionados con asuntos generales y documentos ralcionados con casos de personas o instituciones. (DURANTI, 1995, p. 4).

Vários métodos de classificação e arranjo foram feitos ao longo da trajetória arquivística. Duranti (1995) aponta que Glussianus propunha outra forma, dividindo em corpo (área geográfica), classes (administração, consultas etc.) e séries, que estava relacionada com a atividade cumprida pelo documento (cobrança de taxas, doações de terras, etc.).

Com a necessidade de se assegurarem os direitos e privilégios, desenvolveram-se métodos para provar a autenticidade do documento. Assim, no final do século XVII, nasceu a Diplomática.

Jean Mabiilon é considerado o pai da Diplomática por escrever, em 1681, o *De Re Diplomatica*. Esse documento foi uma resposta à Daniel von Papenbroeck que, em 1675, colocou em dúvida a autenticidade dos diplomas autenticados pelos monges da Abadia de Saint Denis, em que Mabillon era o chefe. A Diplomática "é a ciência que nos permite distinguir os documentos autênticos dos falsos ou falsificados e analisar a sua tipologia". (BERWANGER; LEAL, 2012, p. 25).

Em 1770, na Universidade de Bolonha (Itália), criou-se uma cadeira com o nome *De Chronologia et re diplomática* que devia ser lecionada por alguém responsável pela ordenação de arquivos públicos, transferindo para o ambiente científico (saber) o fazer decorrente de sua prática. (DURANTI, 1995). Em 1777, também na Itália, porém na Universidade de Nápoles, começou a ser ofertado um curso semelhante, com disciplinas filológicas (cronologia, sigilografia, paleografia, diplomática, etc.). A Revolução Francesa mudaria totalmente os rumos do desenvolvimento da ciência arquivística (DURANTI, 1995).

2.2.2 **Arquivologia clássica**

A chamada Arquivologia clássica remete ao período entre 1841 à 1940. A França, palco da revolução que transformaria o mundo com a queda da Monarquia, foi o local da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Isso é importante de salientar para que se perceba uma corrente de pensamento e atitudes.

Em 1789, na França, o padre Pierre Daunou se torna deputado na Convenção Nacional pelo distrito de Boulogne, aliando-se aos girondinos. Ele se destacou na

carreira política, opondo-se a Robespierre sobre o destino do então rei Luís XVI, votando pela deportação deste.

Derrotado na questão sobre o rei Luís XVI, que fora guilhotinado, Daunou viu crescer o poder e a influência jacobina. Acabou preso, junto com 134 deputados girondinos, por discordar e protestar (KERN, 2010). Só saiu da prisão após Robespierre ter o mesmo destino que o rei.

Seu destaque político não passou desapercebido e, em 1795, já era o presidente da convenção, membro da Comissão de Instrução Pública e da Comissão de Saúde Pública, além de ter apresentado o projeto de uma nova Constituição. Ele queria que a França seguisse um modelo semelhante ao dos Estados Unidos, tendo um presidente eleito democraticamente (KERN, 2010).

Com a falta de tranquilidade nos arredores franceses por conta da instabilidade política e medo de um golpe dos jacobinos, os girondinos anteciparam um golpe conhecido como 18 do Brumário[17], em que Napoleão iria de cônsul (1799-1804) a imperador (1804-1815). Daunou, com a sua maneira de pensar republicana, tornou-se um opositor dos projetos de Napoleão, tentando sempre limitar seus poderes. Este fez vários convites de cargos a Daunou, que recusou todos, exceto um: ser *garde des archives* (KERN, 2010).

Pierre-Claude-François Daunou foi o segundo diretor do *Archives Nationales* e deixou um instrumento de pesquisa intitulado *Tableau systématique des Archives de l'Empire au 15 août 1811.* Nele, é possível ver a classificação proposta para o Arquivo Nacional da França em seis divisões:

[17] 18 do Brumário é a data do golpe, segundo o calendário revolucionário. Equivale a 9 de novembro de 1799 do calendário gregoriano.

Imagem 1 – Classificação proposta para o Arquivo Nacional da França em 1811

Fonte: elaboração própria, baseado em Daunou (1811).

O primeiro diretor do *Archive Nationales* foi o bibliotecário Armand-Gaston Camus que "estabeleceu quatro grupos chamados *séries* para os documentos do governo central e a esses grupos Daunou, que o sucedeu em 1804, acrescentou mais 20 outros" (SCHELLENBERG, 2010, p. 240).

Cada seção classificada por Daunou estava dividida em partes e todas ganharam uma letra como símbolo uma letra do alfabeto. A seção legislativa estava dividida em: a) coleção de leis; b) atas da Assembleia Nacional; c) anexos às atas da Assembleia Nacional; d) documentos dos comitês e registro dos deputados em exercício. A seção administrativa ficou dividida em: e) administrações gerais, governo e Casa Real; f) ministérios; g) administrações especiais; h) administrações locais. A histórica era dividida em: j) *Trésor des Chartes*; k) monumentos históricos; l) monumentos eclesiásticos; m) miscelânea histórica. Já a tipográfica, em duas: n) divisão geográfica e população da França; o) mapas e planos. Na seção de propriedade, estava: p) Contas de Chambre; q) títulos de domínios; r) domínios dos príncipes; s) Propriedades eclesiásticas; t) sequestros, confiscos e vendas. E, por fim, a seção judiciária, dividida em: v) Grande chancelaria e Conselho; x) Parlamento de Paris; y) *Châtelet*; z) diversas cortes e jurisdições; &) tribunal criminal extraordinário (DANOU, 1811, tradução nossa).

> Os subgrupos, chamados *sous-séries*, dentro dos grupos, também representavam um agrupamento racional, ao invés de se basearem na proveniência, embora muitos subgrupos fossem estabelecidos tomando-se por base a origem dos mesmo numa determinada instituição ou gênero de instituição. (SCHELLENBERG, 2010, p. 240).

No ano seguinte ao fim do período napoleônico (1799-1815), Danou foi exonerado do cargo. Porém, em 1830, ele retorna ao Arquivo Nacional da França e conhece Natalys de Wailly, então chefe da seção administrativa.

Wailly tinha desenvolvido “um método de classificação para a série F (Seção Administrativa) através do qual eram respeitadas as origens dos documentos” (COUGO JÚNIOR, 2016, não paginado). O novo método de arranjo logo se fizera notar quando o então conde Duchatel, Ministro do Interior, assinou a circular nº 14, intitulada *Instructions pour la mise em ordre et le classement des Archives départmentales et communales*, em 24 de abril de 1841.

> Ordem e classificação de fundos. - Antes de proceder à classificação do material por fundos, é essencial fixar a ordem na qual eles devem ser estabelecidos: esta ordem é indicada pelo quadro associado a esta instrução e no qual se tentou abranger, tanto quanto possível, os diferentes tipos de arquivos que podem ser reunidos nos depósitos das prefeituras. (DALLOZ; DALLOZ, 1847, p. 217, tradução nossa).

O quadro associado (esquema proposto) foi uma nova proposta de arranjo para o Arquivo Nacional da França. Os princípios que estabeleceram este quadro foram os seguintes: 1° Reunir os diferentes documentos por fundos, isto é, formar uma coleção de todos os títulos que provenham de um corpo, de um estabelecimento, de uma família ou de um indivíduo, e dispor, de acordo com certa ordem, os diferentes fundos; 2º Classificar (arranjar) cada um dos documentos de acordo com os assuntos, atribuindo a cada um grau particular; 3º Coordenar os assuntos, de acordo com o caso, de acordo com a ordem cronológica, topográfica ou simplesmente alfabética (DUCHÂTEL, 1841).

Apesar da mudança, a sanção para que esse princípio fosse adotado e espalhado pelo mundo veio em 1898, com o Manual para a Organização e Descrição dos Arquivos, mais conhecido como Manual dos Holandeses, produzido pela Associação dos Arquivistas Holandeses (POSNER, 2013).

O manual foi ganhando o mundo conforme foi sendo traduzido, o que se fez para o alemão, em 1905, para o italiano, em 1908, e para o francês, em 1910 (COUGO JÚNIOR, 2016). Ele contém 100 itens divididos em seis partes: I- origem e composição dos arquivos (do item 1 ao 14); II- o arranjo dos documentos de arquivos (item 15 ao 36); III- a descrição dos documentos de arquivo (do item 37 ao 49); IV- estrutura do inventário (do item 50 ao 69); V- normas adicionais pra a

descrição do arquivo (do item 70 ao 83); VI- sobre o uso convencional de certos termos e sinais (do item 84 ao 100). Esse manual traz definições para “arquivo”, conceito sobre “organicidade” e fortalece, ratifica o princípio do respeito aos fundos (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973).

Embora alguns autores digam que o Manual dos Holandeses não passe de dogmas, metodologia e normas ou não o vejam como ponto de partida para que a arquivologia pudesse galgar *status* de ciência, Clarissa Schmidt (2012), aponta sobre a importância da sua publicação:

> Contudo, foi através dele que estes princípios teóricos, gradualmente evoluídos e aperfeiçoados ao longo de anos anteriores, foram mais divulgados e concebidos enquanto enunciados fundamentais. Ademais, outro elemento que justifica a “cientificidade” da Arquivologia a partir do Manual dos Holandeses é o que alguns teóricos da área definem como “autonomia” perante outras áreas do conhecimento, como a Paleografia, a Biblioteconomia e a Diplomática, por exemplo. Isto é: a afirmação de teorias e princípios próprios. (SCHMIDT, 2012, p. 112).

O I Congresso Internacional de Arquivistas e Bibliotecários[18] foi realizado em 1910 em Bruxelas, na Bélgica. Reuniu arquivistas de várias localidades do mundo para debater temas referentes às duas áreas do saber. Foi votado nesse congresso o princípio da proveniência[19] e aprovado por unanimidade.

> Sr. Presidente - Aqui está o desejo expresso pelo Sr. Wiersum: O princípio de proveniência é o melhor sistema para adotar classificar e inventariar os fundos de arquivo, não só do ponto de vista da classificação lógica das peças, mas também no melhor interesse de estudos históricos. (Voto aprovado por unanimidade). (CONGRÈS INTERNATIONAL DES ARCHIVISTES ET DES BIBLIOTHÉCAIRES, 1910, p. 635, tradução nossa).

Hilary Jenkinson, responsável pela tradução do manual dos holandeses para o francês em 1910, lança, em 1922, o *A Manual of Archive Administration Including the Problems of War Archives and Archive Making*, também conhecido como “Manual de Administração de Arquivo” (SCHMIDT, 2012, p. 119).

O Manual é dividido em cinco partes, sendo: I- introdução; II- origem e desenvolvimento dos arquivos e regras para sua custódia; III- Arquivos Modernos;

---

[18] O II Congresso foi marcado para 1915, em Milão, na Itália, a cargo de Eugênio Casanova, como organizador. Porém, a I Guerra Mundial impediu esse encontro. (SCHMIDT, 2012, p. 123).

[19] Embora respeito aos fundos e princípio da proveniência tenham uma diferença sutil, o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* os tratam como sinônimos.

IV- *Archive making page*; V- arquivos de guerra (JENKINSON, 1922, tradução nossa).

No primeiro capítulo de seu Manual, a autora apresenta duas qualidades que, segundo ela, devem ser preservadas na documentação: a imparcialidade (*impartiality*) e a autenticidade (*authenticity*) (JENKINSON, 1922).

> A imparcialidade está relacionada à razão de criação do documento e sua capacidade de refletir de maneira fiel as atividades de produção, ao passo que a Autenticidade condiciona-se aos procedimentos de custódia contínua para garantia do valor de prova. (SCHMIDT, 2012, p. 120).

Jenkinson (1922) divide em dois os deveres do arquivista. O primeiro, segundo a autora, é que o profissional de arquivo deve tomar todo cuidado para salvaguardar os documentos e manter sua custódia. O segundo é que o arquivista deve dar de sua melhor capacidade para atender aos historiadores e demais pesquisadores. Isto deixa claro que a autora via a Arquivologia como ciência auxiliar da História e o arquivista como guardião de documentos.

A temática da avaliação aparece no Manual. Para Jenkinson, os arquivos futuros deveriam ser avaliados pelo seu criador, por quem os produzisse (SCHMIDT, 2012). Apesar de soar muito perigoso para a manutenção de provas, direitos e memórias (como é), é necessário lembrar que esse manual foi escrito em 1922 e é ainda um dos primeiros manuais na área de Arquivologia. Portanto, apesar de críticas, ele deve ser entendido dentro de um contexto de aprimoramento da área, como ainda parte inicial dela.

Em 1928, o italiano Eugênio Casanova lança o *Archivistica*, o seu manual. Foi a primeira vez que foi feita uma menção a arquivos constituídos por pessoas e não apenas instituições (HEYMANN, 2009).

Este manual está dividido em: I- administração geral externa do arquivo e dos atos: *archiveconomia*; II- arquivística pura; III- história dos arquivos e da arquivística; IV- natureza jurídica e uso de arquivos (CASANOVA, 1928, tradução nossa). Casanova baseia seu manual na:

> Proposição de autonomia da arquivística em relação à Diplomática e História; ênfase no imperativo da historiografia positivista e ideia de ciência descritiva"; foco na ideia de que o documento é sempre produzido em consecução de objetivos políticos, legais e culturais, sendo fundamental a manutenção do vínculo entre o registro e seu produtor. (COUGO JÚNIOR, 2016, não paginado).

Outro manual também teve destaque na chamada Arquivologia clássica, o *Archivkunde*, de Adolf Brenneke, que foi reunido por Wolfgang Leesch com base nas anotações das palestras do autor e nos escritos deixados pelo mesmo, sendo publicado em 1953, na Alemanha (SCHMIDT, 2012).

Para Menne-Haritz (2005), a maior conquista de Brenneke foi explicar a proveniência por um viés funcional (funções) pela primeira vez, independentemente do caráter físico dos arquivos. Ele também assumiu a perspectiva dos usuários de arquivo e as necessidades deles com uma diretriz, um norteamento. Seu manual também fez análises sobre a relevância da organicidade dos documentos e demostrou os ganhos com os serviços e arquivos centralizados, "que, além de facilitar o acesso aos documentos, levava para as instituições arquivísticas a tarefa de decidir quanto à Avaliação" (SCHMIDT, 2012, p 125).

Essa "Era dos manuais" foi os primeiros sopros de vida de uma ciência arquivística, ratificando que a prática e a teoria caminharam juntas. Algumas das ideias apresentadas não são mais utilizadas em detrimento de outras que corroboraram ou simplesmente as substituíram, por se apresentarem mais eficazes na organização dos acervos. A Arquivologia é uma ciência em andamento, não é exata. O desenvolvimento que foi apresentado nesse tópico foi revisto, ampliado, transformado nas décadas seguintes. Novos paradigmas se apresentaram.

2.2.3 **Arquivologia moderna**

O período da Arquivologia moderna vai do fim da II Guerra Mundial até o final dos anos 80. Quando se muda de "era", é porque uma mudança de pensamento e paradigma maior ocorreu. Nesse caso, teremos o ciclo vital de documentos e a gestão de documentos.

O uso do termo "moderno" se dá por conta dos pensadores da época, pois aquilo que não era histórico era "moderno", atual. Clarissa Schmidt diz que o termo é resultado

> de uma nova realidade que se apresenta ao campo dos arquivos, isto é, a importância e a preocupação com os documentos administrativos, definidos pelos pensadores as Arquivologia, à época com "documentos modernos", visto que eram aqueles recém-produzidos e em grandes quantidades, diferentes da concepção vigente em cujo foco estavam os documentos

> considerados históricos e através do qual as teorias, Funções e Princípios da Arquivologia vinham sendo construídos. (SCHMIDT, 2012, p. 146-147)

Jardim (2011, p 4) aponta que, após o período da II Guerra Mundial, “modifica-se a concepção de instituição arquivística, ampliando-se seu espectro e suas funções, à luz dos preceitos da gestão de documentos”.

> A reorganização do contexto mundial pós Segunda Guerra coloca novas atuações ao campo dos arquivos, derivadas do desenvolvimento administrativo, burocrático e tecnológico da sociedade. É um tempo no qual a gestão administrativa, aliada às inovações tecnológicas, ganha fôlego e demanda novas atitudes por parte da Arquivologia e seus profissionais. Desta maneira, a literatura da área se expande, criam-se periódicos, associações profissionais, legislação específica, organismos internacionais para pensar políticas para os arquivos e cursos universitários de formação. (SCHMIDT, 2012, p. 147).

Após a II Guerra Mundial (1939-1945), ocorreu um grande aumento da produção documental. A Guerra Fria (1945-1989) foi um período em que a produção de informação se intensificou, além de haver um aumento na guarda e sigilo de muitos documentos estratégicos na disputa hegemônica entre os blocos capitalistas e soviéticos.

Os Estados Unidos passam a ter problema de armazenamento e controle documental após a II Guerra Mundial por conta dessa grande produção neste período. Comissões foram formadas para buscar melhorias, destacando-se a Comissão Hoover, em 1947 e 1953, que

> introduziu ações voltadas para o controle da produção documental, a racionalização das eliminações e a conservação econômica e concentrada dos documentos de guarda intermediária, bem como a difusão de manuais de procedimentos. (INDOLFO, 2007, p.32-33).

A partir disso, começa-se a pensar e dar importância a uma gestão de documentos. O ciclo vital dos documentos criado por Philip Brooks, em 1940, é uma das formas de facilitar o processo de gestão. Embora Eugênio Casanova, em 1928, em *Archivistica,* já dividisse os arquivos em *vivi* (vivo, arquivos correntes) e *morti* (morto, arquivo histórico), ainda que de forma incipiente. (CASANOVA,1928).

A teoria das três idades, muito utilizada no Brasil, foi uma criação, a partir da teoria do ciclo de vida de Brooks, do historiador belga Carlos Wyffelsem em 1972. Ela dividia os arquivos em correntes, intermediários e permanentes (BARROS,

2010). Ela é baseada no ciclo vital de documentos. Delmas diz que foi Yvés Pérotin que a formulou em 1961 e vai mais longe:

> [...] Yves Pérotin, arquivista do município de Paris, formulou a teoria das três idades dos arquivos, que os canadenses rebatizaram como ciclo de vida dos documentos e os australianos, como *continuum*. (DELMAS, 2010, p. 62).

Embora Delmas aponte como sendo a mesma coisa (ciclo de vida dos documentos, teoria das três idades e *records continuum*), outros autores irão discordar, vendo que são processos e coisas diferentes ao longo do tempo e do espaço.

A teoria das três idades recebe críticas de alguns autores por não ser universal e por não ser facilmente aplicada aos documentos eletrônicos por conta de sua rigidez (JARDIM, 2015). O ciclo vital dos documentos (que vem desde a década de 40) se tornou um paradigma e, segundo Cruz Mundet (2012 apud JARDIM, 2015), assemelhava-se a um organismo biológico que nasce (criação), vive (manutenção e uso) e morre (eliminação). Esse ponto de vista, no entanto, é criticado porque o arquivo não morre, mas, sim, ganha novas utilidades. Entre essas utilidades estão o valor probatório, histórico, cultural, jurídico etc. Ou seja, ele continua existindo e sendo usado e reutilizado. O ciclo de vida dos documentos e a teoria das três idades foram fundamentais para a aplicação da classificação e avaliação de documentos, que são etapas da gestão.

Em 1950, o governo estadunidense promulgou o *Federal Record Act*, lei que definiu pela primeira vez *records management*, entendido no Brasil como referente aos arquivos correntes e intermediários. Essa lei modelo influenciou a reforma dos arquivos no Canadá e na Inglaterra, dividindo *records management* de *documents* (voltados para os arquivos de valor permanente), e resultou na divisão entre *records* e *Archives* (SCHIMDT, 2012, 150-151).

Outro fator preponderante para esta “era” foi a teoria da avaliação. Theodore Roosevelt Schellenberg publica o livro *Modern Archives: principles and techniques* em 1956, sendo traduzido para o português anos depois.

Schellenberg (2010) dividiu os arquivos em dois tipos de valores: primários e secundários. Os primários seriam os documentos administrativos, ficais, legais e executivos que foram criados para cumprir uma necessidade, um propósito

institucional. Os documentos de valores secundários são os que foram preservados segundo seu conteúdo/valor histórico, cultural e até de prova.

> Essa abordagem dos valores proposta por Schellenberg estava inserida na perspectiva da gestão de documentos e consequentemente na do Ciclo Vital, na separação entre *records* e *archives* e entre *records managers* e *archivists*. (SCHMIDT, 2012, p. 157).

Os documentos de valor primário na teoria das três idades estão correlacionados aos arquivos correntes e intermediários. Já os de valor secundário estão relacionados com os arquivos permanentes.

2.2.4 **Arquivologia contemporânea**

Processos históricos são responsáveis por transformações que se efetivam no tempo e no espaço. O curso de ciência da computação de hoje não é igual ao da década de 70 e 80, pois muitos aspectos dessa área foram transformados. Quase ninguém possuía um computador dentro de casa nos anos 80 e nos anos 90. Predominantemente nas cidades cosmopolitas, quando havia um computador em casa, era exclusivamente este para toda a família, pelo menos no cenário brasileiro.

Com o desenvolvimento tecnológico, o que era antes um computador por família virou um ou mais por pessoa, se consideramos os smartphones, com seus altos graus de capacidade e desempenho, uma espécie de computador portátil. Portanto, mais um meio em que a informação passou a ser veiculada. Um e-mail pode possuir uma informação relevante para a empresa, além de poder ser prova de algo. No entanto, como garantir a autenticidade dessa informação? O documento não mais é só papel, mas também passou a ser um objeto digital. Aí, surge uma nova preocupação dentro do campo arquivístico.

Softwares utilizando OCR (reconhecimento ópticos de caracteres), digitalização, fotografias, áudios e vídeos em novos formatos etc., geraram muita mudança na sociedade e também trouxeram novos desafios à Arquivística. Desafios que existem não só na custódia desses novos formatos, mas também em relação à sua preservação. Como preservar algo que já nasceu em ambiente digital, salvar esses metadados? Como lidar com documentos que existem hoje e amanhã podem não existir mais porque a empresa proprietária do formato faliu? Como inserir tudo o

que já foi produzido na área nesse novo contexto que surge? Essas são algumas entre várias outras dúvidas e questionamentos que persistem.

A interdisciplinaridade na área, já presente em outros tempos com a Paleografia, Diplomática, História, Administração, entre outras, ganhou a também a computação. Essa computação e o advento da internet mudam também a forma com que o usuário é percebido e atendido no meio. Se antes era presencial, hoje essa "presença" se faz virtual também, como, por exemplo, nas redes sociais. Isso sem citar as leis de acesso à informação que foram crescendo e se transformando ao redor do mundo.

Todos os conhecimentos anteriores de princípios e métodos não se perderam e foram incorporados a essa nova perspectiva documental. Sem falar no atual momento brasileiro, em que, através de projetos de lei, tentam dar a digitalização poderes parecidos com os da microfilmagem o que faz reaparecer o debate entre o autêntico e o autenticado. Um arquivo digital aberto uma hora e salvo em outra, ou aberto em uma plataforma e depois em outra já não é mais o mesmo. É necessária, por isso, uma cadeia de custódia desde o seu "nascimento". Apenas um repositório digital confiável e arquivístico poderia manter a autenticidade do documento digital. Nesse momento, a Diplomática "renasce" no campo dos documentos eletrônicos. Ela servirá para manter a integridade, confiabilidade e autenticidade.

Essa porém não é uma preocupação que só passou a infligir aos arquivistas agora. Charles Dollar e Luciana Duranti já haviam observado a relevância da temática para a arquivologia. Existe, desde 1999, o projeto InterPARES[20], que tem por objetivo manter a preservação do documento digital a longo prazo, pois a obsolescência tecnológica tem ocorrido com maior velocidade e não se sabe o que pode ocorrer com o passar dos anos com os documentos digitais e seus formatos.

Um outro paradigma no campo arquivístico se iniciou na Austrália em meados dos anos 90. Foi o chamado *records continuum*, uma nova abordagem da gestão de documentos. Se nos EUA, Canadá e Inglaterra, a divisão se dá em *records* e *archives*, os australianos entendem o processo como um todo.

---

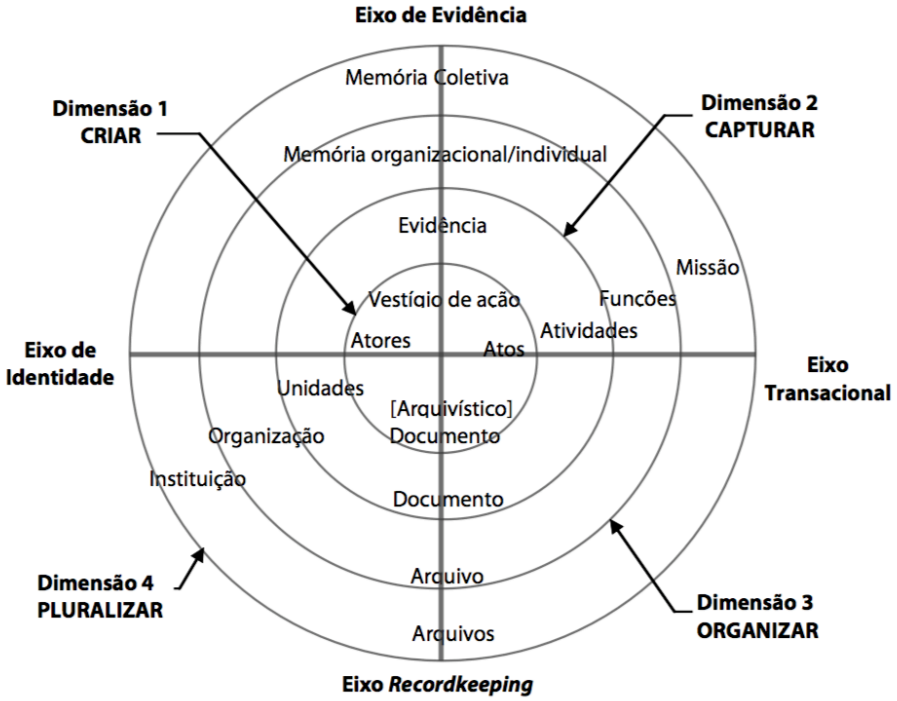
[20] International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems (Pesquisa Internacional sobre Documentos Arquivísticos Autênticos Permanentes em Sistemas Eletrônicos).

> Rompe-se com a ideia de fases distinta dos documentos, reinventa-se a gestão de documentos como um processo contínuo e configura-se um território unificado em oposição à visão dicotômica anglo-saxônica entre arquivologia e gestão de documentos. (JARDIM, 2015, p. 36)

Esse modelo foi criado na década de 60 (na Austrália) tendo como destaques Maclean, Scott e Penny (no âmbito do *Commonwealth Archive Office*), ressurgindo nos anos 90, articulado por Frank Upward, com o advento da gestão de documentos digitais (COSTA FILHO, 2016).

De acordo com Costa Filho (2016), Upward fez uma representação gráfica de eixos (quatro) que sintetizam grandes temas da arquivologia: identidade, evidência, transação e *recordkeeping*, traduzida como "Eixo da gestão documental" por GOMES (2011). Esses quatro eixos são englobados por quatro dimensões: criar, capturar, organizar e pluralizar. (GOMES, 2011).

Imagem 2 – Eixo da gestão documental



Fonte: Costa Filho (2016, p. 162) adaptado de Upward (1996).

O primeiro eixo (o *recordkeeping*) está relacionado com o registro das informações atividades humanas, tendo como elementos das coordenadas o documento arquivístico (representando uma ação), o documento, o arquivo (conjunto de documentos de uma instituição) e os arquivos (representando um conjunto

arquivístico de muitas instituições) (GOMES, 2011; COSTA FILHO, 2016). O segundo eixo (evidência) tem a ver com o caráter probatório dos documentos e sua importância na memória coletiva e da instituição. As coordenadas são: vestígio de ação, evidência, memória institucional ou individual e a memória coletiva (COSTA FILHO, 2016). O terceiro eixo (transação), que tem como coordenadas os atos, atividades, funções e missão, representa os documentos como registro das atividades desempenhadas na instituição (JARDIM, 2015). E o quarto eixo (identidade) é o responsável pela produção do documento e por seu uso. As coordenadas são ator, unidade, organização e instituição.

> Os produtos dos cruzamentos desses eixos são dimensões de análise para os seguintes elementos: a criação do aspecto probatório que a documentação apresenta, a preservação deste aspecto, já que se trata de um documento criado através da formalização de conexões que o prendem ao sistema de gestão documental; a estrutura interna do enquanto memória de seu criador; e a disseminação dessa memória em contexto sociais, culturais e históricos mais amplos.
> Embora haja quem discorde do modelo de Upwar, ou quem afirme não compreendê-lo, ele definitivamente disseminou o debate sobre muitas maneiras com que os documentos e sua organização interagem com a sociedade e sobre como um é moldado pelo outro. (DINGWALL, 2016, p. 220)

Nesse modelo, não há uma linearidade no ciclo de vida, mas uma interlocução. Ao invés do ciclo de vida ser linear (corrente, intermediário e permanente), ele é simultâneo. Alguns autores apontam que o ciclo vital tem o foco em documentos físicos e preza pela custódia e que essa teoria fica inadequada ao documento digital, pois o documento digital tem de ser preservado desde a sua criação, com os metadados, para evitar o risco de se tornarem obsoletos por conta de *hardwares* e *softwares* (COSTA FILHO, 2016). Para Cruz Mundet (2011 apud JARDIM, 2015), o *records cotinuum* corresponde à ideia da arquivística integrada.

Clarissa Schmidt (2012) aponta que a arquivística integrada, nascida no final dos anos 80 e representada pelos canadenses Carol Couture, Jacques Ducharme e Yves Rousseau, não desmerece a Teoria das Três Idades.

> O que a Arquivística Integrada almeja é uma abordagem onde a gestão da informação deve subsidiar a gestão de documentos, sendo que para isso revisitam conceitos, Princípios e teorias arquivísticas, considerando que a Classificação pode ocorrer em qualquer etapa das Três Idades e não apenas quando da chegada do documento ao arquivo. Valorizam a concepção de Fundo e a ela relacionam a garantia da integridade do documento. Reforçam como fundamental para a área a atribuição e

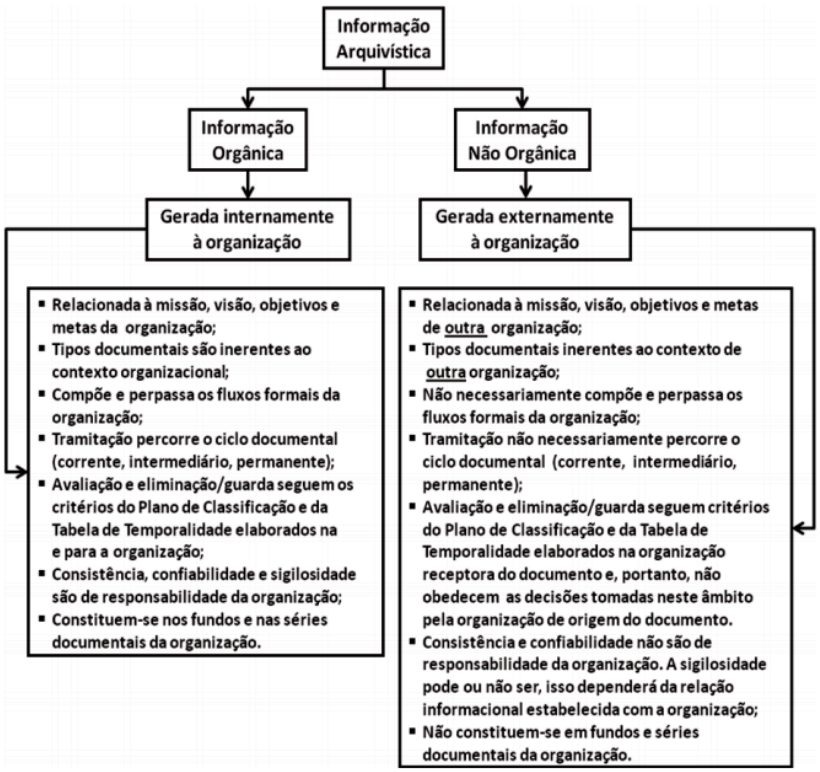
> integração dos valores primários e secundários aos documentos, e que o tratamento arquivístico deve ser iniciado no momento de produção do documento, pois se essa ação não for assim tomada, frente à grande produção documental em curso, principalmente em ambientes eletrônicos, se tornará inviável a aplicação dos Princípios como da Proveniência e a aplicação da teoria das Três Idades, sobre a qual adotam os conceitos de arquivos ativos, semiativos e inativos (…) (SCHMIDT, 2012, p. 192).

Na arquivística integrada, não há a divisão entre *records* e *archives*, passando a gestão da informação a ser o primordial na gestão de documentos. Para Marta Lígia Pomim Valentim…

> A gestão da informação pode ser compreendida como um conjunto de atividades informacionais integradas com enfoque nos fluxos formais existentes no ambiente organizacional. A gestão documental é parte da gestão da informação e pode ser definida como um conjunto de atividades documentais integradas com enfoque na informação arquivística – contempla a informação orgânica e não orgânica –, existente no ambiente organizacional. (VALENTIM, 2012, p. 15).

A autora corrobora a posição dos canadenses Couture e Rosseau ao citar a noção de informação arquivística, esta sendo dividida em orgânica e não orgânica. A primeira, decorrente do trâmite de criação dos documentos, tem a ver com as funções, atividades e missão da instituição, sendo gerados internamente. E a segunda é decorrente atividades de outras instituições. Abaixo, um quadro elaborado pela própria autora explicitando a noção de informação arquivística.

Imagem 3 – Informação arquivística



Fonte: Valentim (2012, p. 14).

Outra mudança na área é o paradigma pós-custodial na chamada sociedade da informação. Não há um consenso sobre o que é essa sociedade da informação. Porém, no senso comum, está atrelada à velocidade com que a informação circula e aos inúmeros meios que permitem essa circulação (TAKASHI, 2000).

Essa transformação em curso viria da convergência de conteúdos (livros, filmes, música, fotografia, documentos, etc.), das comunicações (imagens, voz, transmissão e recepção de dados) e da computação (informática e suas aplicações), representando uma “mudança na organização da sociedade e da economia, havendo quem a considere um novo paradigma técnico-econômico” (TAKASHI, 2000, p. 4-5).

> A ampliação do uso das tecnologias de informação, as novas formas de produção e uso das informações, associadas a novos padrões de competição internacional trouxeram vários impactos no ambiente das organizações, apesar das diferenças entre os países. (JARDIM, 2001, p. 9).

O paradigma pós-custodial provoca reflexões e debates na área acerca de seu objeto de estudo, que deixaria de ser o documento e passaria a ser a informação, e coloca a Arquivologia como subárea da Ciência da Informação.

> O paradigma pós-custodial, emergente no final do século XX, possui uma perspectiva que coloca a Arquivística no campo da Ciência da Informação, pois entende que o objeto científico da mesma não pode mais ser o documento de arquivo, mas sim a informação. Por esse motivo, esse paradigma contrapõe-se ao paradigma custodial voltado para valorização do documento de arquivo de valor permanente. (SOARES; PINTO; SILVA, 2015, p. 22).

Santos (2011) sintetizou um quadro sobre a evolução do pensar arquivístico baseado nas proposta de autores como Rosseau, Couture et al., Thomassen, Vivas Moreno, Silva, Tognoli, Rondinelli e Marques. Apesar de Santos (2011) colocar "paradigma em abandono" x "paradigma em adoção", ele sabe que os dois paradigmas existem e convivem simultaneamente na área. O autor ainda argumenta que "a disciplina ainda não superou a instabilidade da revolução tecnológica que a tem levado ao novo paradigma" (SANTOS, 2011, p. 123).

Imagem 4 – Paradigma em abandono x paradigma em adoção

	Paradigma em abandono	Paradigma em adoção
Denominação	Custodial, clássico, moderno, historicista, empírico-patrimonialista, tecnicista, estático.	Pós-custodial, pós-moderno, dinâmico, informacional, científico.
Visão da Arquivística	Historicoerudita, voltada aos acervos históricos, ou bibliodocumentária, voltada à gestão de documentos; descritiva.	Integrada ou contínua; interpretativa do contexto funcional.
Objetivo da disciplina	Preservação da memória registrada nos arquivos, para comprovação de direitos e obrigações, e resgate da história.	Eficiência e eficácia administrativa, pelo uso da informação de alta qualidade como instrumento de apoio à tomada de decisões na instituição.
Preservação	Guarda e conservação dos documentos (papel) como fonte de memória legitimadora do Estado.	Custódia e preservação das informações pela necessidade de garantir o acesso público.
Objeto	Instituições de arquivo, fundos documentais, documentos de arquivo.	Informação arquivística, arquivo como sistema de informação.
Profissional	Conservador e guardador de papéis.	Gestor de informações orgânicas e, ao mesmo tempo, construtor da memória.
Acervo	Documentos em papel, fotografias e, com menor ênfase, filmes e sonoros.	Documentos tradicionais e digitais.
Instrumentos	Inventário, protocolo, uniformização das formas documentais, classificação, avaliação.	Gestão de processos de negócio, classificação e avaliação funcional, vocabulário controlado, normas de descrição; retomada dos métodos da Diplomática.

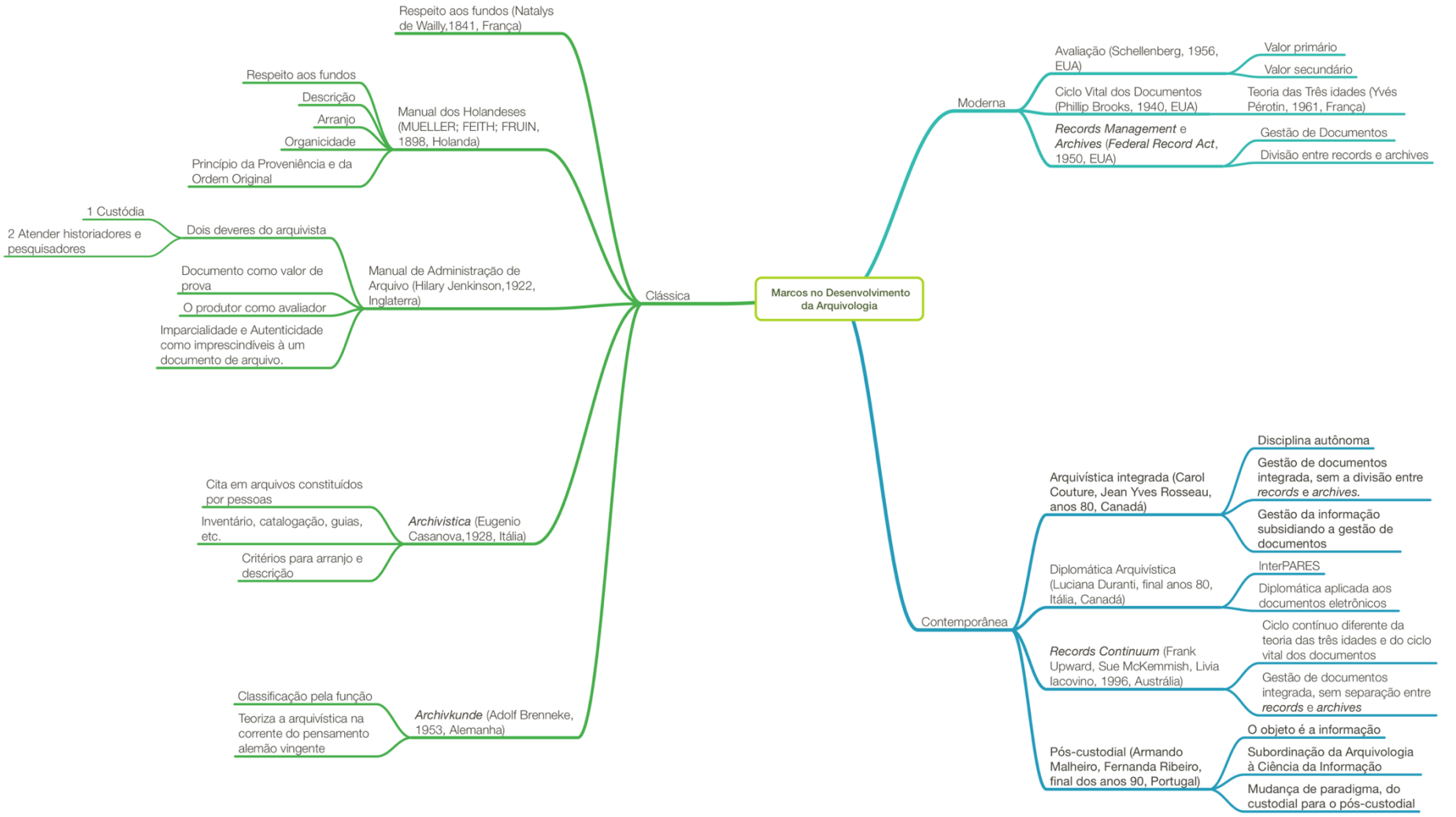
Fonte: Santos (2011, p. 123).

A Arquivologia seguiu caminhos até se tornar uma ciência (social aplicada). Tem o seu objeto de estudo que é o documento e, em sua trajetória, ganhou princípios e métodos.

Os princípios delineiam a informação registrada. Entre os diversos princípios, temos: o princípio da proveniência, o da territorialidade, o do respeito à ordem original, o respeito aos fundos, da pertinência, entre outros. Os métodos arquivísticos são conjugados com os princípios. As funções arquivísticas servem de norte para os métodos.

Todo esse histórico foi apresentado para demostrar que a Arquivologia é uma ciência em construção. Há diferentes visões que variam segundo autores quanto ao seus objetos e métodos. Essa “revolução tecnológica”, que dará origem à sociedade da informação, tem nas redes sociais mais um canal informativo e apropriado pelas instituições arquivísticas.

Imagem 5 – Marcos no desenvolvimento da Arquivologia



Fonte: elaboração própria, baseado em Marques (2013); Santos (2011), Schmidt (2012).

3 **FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS**

A trajetória da arquivística corroborou para que os canadenses, mais precisamente representados por Carol Couture e Yves Rosseau (1998), admitissem sete funções existentes dentro da área. Eles as entendiam como tarefas que o profissional de arquivo deve desempenhar. Tendo em vista que o saber (científico) e o fazer (prática) são, de certa forma, intrínsecos na área, subentende-se que as funções arquivísticas devem ser parte das instituições arquivísticas. Essas funções são: a produção/criação; avaliação, aquisição, classificação, descrição, difusão e preservação, que devem ser as atividades a serem realizadas por uma instituição arquivística. Ou seja, se todas elas forem corretamente executadas, o nível de organização e de gestão tende a estar numa qualidade formidável.

A cada função, buscaremos seu conceito dentro de *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (ARQUIVO NACIONAL, 2013). A opção por fazer isso se deu por conta de ser o Arquivo Nacional a principal instituição arquivística do país, por ele ser objeto de estudo desta pesquisa e por ser também referência às outras instituições arquivísticas.

3.1 PRODUÇÃO/CRIAÇÃO

A produção/criação tem como base os documentos administrativos, ou seja, é em razão da atividade da instituição que os documentos são produzidos. Esta função tem por objetivo controlar a criação de documentos orgânicos, de forma a padronizá-los segundo o objetivo para o qual foram criados (GAGNON-ARGUIN, 1999). A criação de documentos surge da necessidade administrativa, do exercício de uma função.

Se cada pessoa resolvesse fazer, por exemplo, a certidão de nascimento segundo sua própria maneira, haveria problemas. Um poderia colocar a filiação no documento e ignorar as testemunhas, outro poderia conter apenas o nome e a data e ignorar filiação, testemunha, local de nascimento, cor, etc. A padronização evita a multiplicação de documentos desnecessários. Se cada um fizesse a certidão de nascimento conforme sua vontade, além de ser difícil identificar que tal documento fosse uma certidão, também haveria de ser criados outros documentos para

complementar as informações faltantes. Para evitar esse cenário caótico, é necessário um controle na produção de documentos.

> A informação inútil, supérflua ou com dupla função é eliminada à partida. São-lhe aplicadas normas que visam a gestão da informação (formulários, relatórios, procedimentos, directivas, actas, correspondência, etc.). Além disso, uma intervenção imediata, desde a criação da informação, permite determinar o seu encaminhamento, bem como o seu tratamento ulterior. (COUTURE, 1998, p. 68).

Se não tiver um controle e padronização, ficará mais difícil classificar, avaliar e recuperar as informações desses documentos.

O *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (DIBRATE) não cita essa função. Já o Glossário da *Society of American Archivists* cita *records creation* como: "O primeiro estágio no ciclo de vida dos documentos, quando os documentos são acumulados por meio da criação ou recebimento" (PEARCE-MOSES, 2005, p. 333, tradução nossa).

Essa definição é bastante simplória e a produção/criação, para outros autores, vai além. Ela não leva em conta o controle, a produção de documentos a fim de evitar criações desnecessárias que contribuiriam para um acúmulo de papel.

Se as instituições, no decorrer de suas atividades e funções, criam muitos documentos, é necessário ter um controle do que é criado para não haver uma sobrepujança sobre as informações realmente necessárias.

> O planejamento da produção dos documentos nas instituições envolve um estudo de diplomática e tipologia documental. Esse estudo contribuirá para o conhecimento das espécies e dos tipos documentais que serão produzidos pela instituição. Cada documento terá a estrutura que deve ter, cumprindo assim os critérios de eficiência administrativa e contribuindo para o cumprimento das obrigações legais. (SOUSA, 2013, p. 21-22).

A importância do controle da produção documental é abordada também por Theodore R. Schellenberg (2006, p. 75), que diz que o excesso de documentos pode ser reduzido, "simplificando-se: a) as funções; b) os métodos de trabalho; e c) a rotina de documentação adotada nas diversas repartições".

Para o autor o funcionamento de uma repartição pública pode ser simplificado. Deve-se observar a maneira que programas são executados pelos governos, sendo este um dos passos iniciais para a redução no volume de documentos oficiais (SCHELLENBERG, 2006).

A segunda etapa proposta pelo autor é a simplificação dos métodos de trabalho. O uso de fluxograma auxilia na observação e entendimento das etapas a serem executadas, dando uma melhor visão e apontando o que pode ser alterado ou corrigido, a fim de melhorar o trâmite, racionalizando-o (SCHELLENBERG, 2006).

O terceiro ponto apontado por Schellenberg (2006) é a importância de simplificar a rotina de documentação: controlando formulários (que têm de ser indispensáveis), o conteúdo dos mesmos (o que devem conter), "formato, aplicação, distribuição e destinação final" (SCHELLENBERG, 2006, p. 79-80). Para ele, "quanto maior o grau de controle exercido sobre os documentos, menor será, provavelmente, o número dos mesmos" (SCHELLENBERG, 2006, p. 81). Ou seja, a padronização é importante para o controle da produção de documentos. Normas e manuais poderão ser elaborados para serem consultados em caso de dúvidas e como meio de seguir.

Gagnon-Arguin (1999, p. 81, tradução nossa) define a função "criação da informação", segundo a ótica arquivística, como a "atividade profissional ligada ao estabelecimento das condições necessárias para garantir a qualidade, validade, credibilidade e sustentabilidade da informação produzida pela instituição".

O autor ainda diz que três perguntas são essenciais para definir os propósitos e o valor de um documento: 1) Por que o documento foi criado?; 2) Para que objetivo o documento é utilizado?; 3) Por que o documento deve ser mantido? (GAGNON-ARGUIN, 1999).

Um novo problema emerge na criação/produção com o advento dos documentos digitais[21]. Estes têm informações também em metadados, sendo essenciais para saber a data de criação e possíveis alterações sofridas ao longo do tempo.

A Arquivologia trabalha com a informação registrada em um suporte. O documento digital está em um suporte físico que é o HD ou um sistema de banco de dados (um servidor) em "nuvens".

No documento digital, há também uma preocupação com a autenticidade e a obsolescência tecnológica, ou seja, com a veracidade das informações que ele contém e com a sua preservação. Ele, do ponto de vista da Diplomática, precisa possuir seis características: forma fixa (aparência do documento); conteúdo estável (dados obtidos no documento: data, assinatura, assunto, destinatários, selos, etc.);

[21] Segundo o CTDE (BRASIL, 2014, p.19), "um documento digital é um documento codificado [...] em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional".

relação orgânica; ação; e cinco pessoas envolvidas (sendo as três primeiras obrigatórias): autor, redator, destinatário, originador e produtor (MACNEIL at al., 2005; DURANTI e THIDODEAU, 2008; DURANTI, 2009b; DURANTI, 2010 apud RONDINELLI, 2013). Rondinelli (2013, p. 235) diz que manter a forma fixa e o conteúdo estável significa "que o documento arquivístico digital tem que manter a mesma apresentação que tinha quando 'salvo' pela primeira vez".

> No caso dos documentos tramitados em meio digital, cabe ao arquivista definir padrões para a produção, visando questões como o acesso e a preservação. Esta definição diminui a diversidade de formatos de arquivo, facilita a sua manutenção e minimiza a dependência tecnológica. […] Em resumo, o uso de padrões deve ser considerado desde a produção dos documentos, reduzindo custos e possíveis perdas de dados decorrentes, por exemplo, de uma migração. (SANTOS; FLORES, 2016, p. 167).

É fundamental documentar, seja em relatório ou manual, o modelo que padronizará as atividades e os tipos documentais (espécie documental mais função/ação): certidão de nascimento, ata de reunião, decretos legislativos, boletim de ocorrência, atestado médico etc. Assim, mantem-se uma uniformidade na rotina da instituição e evita-se duplicação de documento e de informação. Para o arquivista pensar esse manual, ele deve ter um conhecimento amplo das atividades da instituição, o que implica que ele deverá ter contato com outros setores e profissionais.

O que as instituições arquivísticas produzem nas redes sociais virtuais são documentos produzidos no exercício de suas atividades, mas isso ainda não parece uma questão compreendida na literatura arquivística.

3.2 AVALIAÇÃO

Se buscarmos no dicionário o termo "avaliar", encontraremos: "1. Estabelecer a valia ou o valor de algo. 2. Determinar a quantidade; calcular, computar. 3. Apreciar o mérito; estimar. 4. Ter ideia; conjecturar, imaginar" (SANTIAGO-ALMEIDA, 2011). No âmbito arquivístico, avaliar é

> um processo de análise e seleção de documentos que visa estabelecer os prazos de guarda e a destinação final dos documentos, definindo quais serão preservados para fins administrativos ou de pesquisa e, em que momento poderão ser eliminados ou recolhidos ao arquivo permanente,

> segundo o valor e o potencial de uso que apresentam para a administração que os gerou e para a sociedade. (INDOLFO, 2012, p. 20-21).

A avaliação é o ato de julgar os valores dos documentos arquivísticos (valor primário e secundário) e decidir o período de tempo durante o qual esses valores se aplicam aos documentos, em um contexto que leva em conta o vínculo existente entre a pessoa física ou jurídica e os documentos arquivísticos no curso de suas atividades (COUTURE, 1996-1997).

Imagine que tudo o que fosse produzido fosse armazenado. Quais problemas teríamos? Podemos sugerir os seguintes: 1) dificuldade para encontrar uma documentação solicitada, pois estaria em um amontoado de documentos; 2) problemas com a conservação do acervo, pois com o custo grande parte dos recursos financeiros seria utilizado para restaurar/conversar/reservar documentos que nunca seriam utilizados outra vez; 3) com o grande acúmulo de material, seria necessário alugar ou ter mais de um galpão, ou seja, mais custo com espaço e recursos humanos e materiais. Por isso, a intervenção do arquivista é fundamental no processo de avaliação.

De nada adiantaria se toda a informação fosse guardada, pois, no fim, nada se encontraria. Quanto maior o volume de documentos, maior será a dificuldade para se encontrar o que realmente importa em meio a tantas informações desimportantes ou fúteis produzidas. A avaliação é parte essencial de uma boa gestão de documentos. Funções como criação/produção, aquisição/crescimento, classificação, descrição, disseminação e preservação de arquivos estão relacionadas com ações tomadas durante a avaliação de arquivos, sendo a avaliação o nó duro da arquivística (COUTURE, 1999).

O prazo de guarda dos documentos é definido na avaliação, assim como sua possível eliminação, que deve ser feita, preferencialmente, ainda no arquivo corrente[22], da mesma forma que a classificação. Contudo, como prever o uso futuro dos documentos criados? Para isso, deve-se buscar um entendimento do documento criado e o contexto em que ele se insere. Por exemplo: o documento de posse da Presidência da República é criado em razão de uma necessidade

[22] Na teoria das três idades, há o arquivo corrente, o intermediário e o permanente. O arquivo corrente é que tem maior uso e está em constante andamento; o intermediário está no aguardo da definição sobre ser eliminado ou preservado, podendo ser solicitado a qualquer momento, mas estando em pouco uso administrativo. O arquivo permanente é o que tem valor histórico e/ou legal, não podendo ser destruído de forma alguma.

administrativa. O contexto permite entendê-lo também como um documento histórico, mas ele não nasce histórico.

Para Schellenberg (2006, p.41), os arquivos públicos têm dois tipos de valores: “valor primário, para repartição de origem, e valor secundário, para as outras repartições e consulentes estranhos ao serviço público ”. Com isso, ele quer dizer que nenhum documento nasce com valor secundário, pois ele nasce da necessidade administrativa da instituição em seus afazeres. O arquivo de valor secundário pode ser útil à própria instituição de origem ou custodiadora, já que pode servir de base para tomada de decisões, corrigir falhas, ver erros ou acertos estratégicos etc.

O valor primário é atribuído ao arquivo que está em uso corrente e/ou intermediário e que serve para cumprir as finalidades funcionais e administrativas da instituição. O valor secundário é a denominação atribuída ao arquivo que terá a guarda permanente, ou seja, que não poderá sob nenhuma hipótese ser destruído. Esse arquivo tem valor jurídico (legal), histórico, cultural, etc.

A avaliação terá como produto de uma análise documental a Tabela de Temporalidade. Essa tabela é o resultado da ação intelectual de avaliar os documentos. Nela estarão contidos os prazos de guardas que determinados documentos deverão permanecer aguardando sua destinação final: a guarda ou a eliminação. É baseado nessa tabela que o técnico de arquivo fará a separação física dos documentos.

Segundo o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2013, p. 40), avaliação é um “processo de análise de documentos de arquivo (1), que estabelece os prazos de guarda e a destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos”.

Para decidir o que será eliminado, deverá haver uma comissão permanente de avaliação. Essa comissão deve ter a participação e o envolvimento de diversos setores: administrativo, jurídico e, de preferência, também a participação de um arquivista, mas este não é obrigatório na formação da comissão, embora importante.

Os documentos poderão se tornar permanentes por ser de grande relevância para a sociedade, por conter informações essenciais a uma pessoa física e/ou jurídica. O contexto histórico, temporal, cultural e social acaba sendo levado em conta no processo avaliativo.

Não há como negar a questão subjetiva no processo de avaliar. Ela é intrínseca ao arquivista: ao que ele pensa, ao que leu, ao contexto econômico-social em que está inserido, aos valores, posição política, religiosa etc. Ele está ligado ao espaço-tempo em que vive. Da mesma forma como a sociedade muda, os valores da pessoa podem ser revistos e modificados ao longo de sua vida. Por outras palavras, um documento escolhido para ser preservado hoje poderia não ter sido selecionado em outro momento, ou seja, não existe neutralidade na avaliação. Portanto, é importante deixar registrados os procedimentos teóricos e práticos que levaram à tomada de decisões.

> Literalmente, estamos criando arquivos. Estamos decidindo o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, quem é visível na sociedade e quem é invisível, quem tem voz e quem não tem [...] ao se destruir os documentos, estamos, de forma taxativa e irrevogável, os excluindo dos arquivos e apagando-os da memória. (COOK, 2003, p. 88 apud INDOLFO, 2012, p. 30)

Por essa razão, esta pesquisa entende e defende também que a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos deve ser estendida para as publicações virtuais. Não só porque o campo virtual é uma espécie de extensão do corpo da instituição, mas também por entender que, dependendo da rede social virtual, a grande quantidade de publicação pode esconder o que seria mais relevante para a sociedade.

Uma publicação informando que o arquivo não abrirá no feriado ou que não haverá expediente durante determinado horário daquela semana poderia ser uma postagem com tempo determinado, pois só vale para aquele período. Não há necessidade de se acumular. Muita informação gera também muita desinformação, pois fica difícil para o usuário acompanhar as atualizações, se são feitas várias em pouco tempo. Ele pode ficar perdido. Se for seu desejo buscar uma publicação sobre o acervo feita pelo Arquivo (no Twitter ou no Facebook, por exemplo), ele terá de ficar procurando, rolando a página até encontrar, caso não tenha intimidade com o mecanismo de busca dentro da plataforma. Se a quantidade de informações desnecessárias ou que não têm mais efeito (devido ao prazo já ter se esgotado, como data de eventos, por exemplo) continuarem na rede, o usuário terá dificuldade de achar o que procura e desistirá da busca, assim, fazendo com que a instituição não atinja o objetivo de difundir o seu acervo.

Se forem várias publicações sobre o acervo, não há problemas, pois, o objetivo de difundir está sendo alcançado. O problema está em informações temporárias que poderiam ser deletadas após cumprida sua função.

Os documentos digitais acabam sendo acumulados por conta da ilusão de parecer que não ocupam espaço, mas basta tentar fazer uma busca em um monte de documentos digitais não avaliados para perceber o problema. Innareli (2011, p. 27), ao falar dos dez mandamentos da preservação de documentos digitas públicos, cita o nono mandamento como “não preservarás lixo digital”. O “lixo digital” é tudo aquilo que não tem relevância e continua sendo armazenado. O autor aponta como problemas a sobrecarga dos depósitos digitais e a sobrecarga no sistema. A orientação é estabelecer temporalidade e avaliar o documento digital, eliminando o “lixo digital” e preservando o que realmente importa.

> A memória é instituída e existe um trabalho de consolidação que a sustenta. Contudo, a memória pode ser tanto “lembrada” como “apagada”', pode ser “esquecida”, e, muitas vezes, tem sido vista apenas como resultado do acúmulo. (INDOLFO, 2012, p. 24).

Numa instituição, se não houver um controle do que será publicado na rede social virtual e, principalmente, se não houver uma avaliação, cada vez que a diretoria for trocada, por exemplo, poderá haver mudança na rede, a ponto de poderem apagar-se os feitos da administração anterior em prol do uso político da plataforma. Uma comissão de avaliação poderia evitar esse tipo de propaganda e evitar o uso político, apenas preservando o que é de interesse da instituição e da sociedade. Quanto mais mista for essa comissão, maior deverá ser o nível de transparência nos atos. Conforme apontam Santos e Flores (2016, p.168), “os documentos digitais possuem suas peculiaridades de modo que as funções arquivísticas devem se adaptar a elas”.

3.3 CLASSIFICAÇÃO

Todos os dias, passamos pelo processo de classificação. Ao organizar nosso armário, classificamos as roupas (e dentro delas um sub-grupo: roupa de sair, de dormir, sociais, etc.), sapatos etc., cada um segundo sua necessidade e peculiaridade. Nós, ao nascermos, já somos classificados quanto ao sexo e cor. Os

seres vivos são classificados pela biologia (taxonomia): classe de mamíferos, anfíbios, aves, peixes e répteis. Temos também classificação na organização de uma biblioteca, na botânica, na astrologia, na linguística etc. Classificam-se até os amigos das redes sociais virtuais antes de marcá-los em algo: botafoguenses ou flamenguistas; esquerda ou direita; masculino ou feminino; antigo ou novo; bem-humorado ou mal-humorado etc. Ou seja, tipifica-se segundo as características idênticas ou totalmente opostas. São classificações informais que são determinantes para selecionar que tipo de mensagem mandar e a quem enviar.

> Não só a sociedade constrói as classificações, mas também – através dos padrões culturais da vida quotidiana informal, dos processos de lutas de classificações e das grandes construções classificatórias institucionais – as classificações constroem a sociedade. (COSTA, 1997-1998, p. 74).

As classificações sociais não são estáticas, são mutáveis, são processos de construção e desconstrução de identidade e produtos de interação social inseridas em seu contexto (COSTA, 1997-1998).

O ato de classificar é antigo. Platão, por exemplo, classificou a ciência em três áreas do conhecimento: física, ética e lógica. Aristóteles dividiu dicotomicamente os objetos em gênero e espécie, sendo um dos primeiros contributos para a teoria da classificação (LANGRIDGE, 1977; PIEDADE, 1983 apud MAIA; ALVARENGA, 2014).

> Para Aristóteles, os objetos do mundo podem se manifestar sob dez maneiras: substância ou matéria (homem, cachorro, pedra, casa, etc); qualidade (azul, virtuoso, etc); quantidade ou extensão (grande, comprido, dois quilos, etc); relação (mais pesado, escravo, duplo, mais barulhento, etc); tempo ou duração (ontem, 1970, de manhã, etc); lugar ou localização (aqui, Brasil, no pátio, etc); ação ou atividade (correndo, cortando, falando, etc); paixão ou sofrimento da ação (derrotado, cortado, etc); maneira de ser (saudável, febril, etc); posição (horizontal, sentado, etc) (ARISTÓTELES, 1947, p. 338; DODEBEI, 2002, p. 96-97). Todas elas podem ser utilizadas como características classificatórias, isto é, para a distinção entre os seres e o estabelecimento de grupos. (ARAÚJO, 2006, p. 125).

O filósofo neoplatônico, Porfírio (324 304 d.C.), elaborou uma árvore inspirada na divisão de Aristóteles (384- 322 a.C.- filósofo grego da Antiguidade). Nela, vê-se claramente a divisão como forma de se classificar: o que é uma coisa não pode ser outra. Há uma subordinação de conceitos do maior ao menor, do mais geral ao mais específico.

Imagem 6 – Árvore de Porfírio

Fonte: Japiassu e Marcondes (2011).

Para Chaim Perelmam, as classificações dicotômicas seriam as mais satisfatórias, visto que são baseadas na presença/ausência de uma propriedade em comparação com outra e o grupo de objetos a serem classificados estaria, por sua vez, dividido em dois subgrupos que são exclusivos e exaustivos (POMBO, 1998).

De acordo com Piedade, em seu livro *Introdução à teoria de classificação*, classificar é "dividir em grupos ou classes, segundo as diferenças e semelhanças. É dispor os conceitos, segundo suas semelhanças e diferenças, em certo número de grupos metodicamente distribuídos" (PIEDADE, 1977, p. 09 apud ARAÚJO, 2006, p. 117).

O *Dicionário de Terminologia Arquivística* aponta a classificação como sendo:

> 1; Sequência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, visam distribuir os documentos de um arquivos (1). Ver também: método estrutural; método funcional; plano de classificação. […]
> 2. Restrição de acesso e uso de arquivo (1), documentos ou informações (1) imposta pela pessoa física ou jurídica de origem, para efeitos de segurança. Ver também: documento classificado; documentos confidencial; documento desclassificado; documento ostensivo; documento reservado; documento secreto; documento sigiloso; documento ultra-secreto (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 16)

No Brasil, depois da Lei de Acesso à Informação, o sigilo passou a ser a exceção e o acesso a regra. Pela lei 12.527/2011, a classificação quanto ao acesso e seu grau de sigilo pode ser: reservado (5 anos), secreto (15 anos) ou ultrassecreto (25 anos renováveis ou não por igual período uma única vez) (BRASIL, 2011).

O *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2013, p. 49) define classificação como:

> Organização dos documentos de um arquivo(1) ou coleção, de acordo com um plano de classificação, código de classificação ou quadro de arranjo.2 Análise e identificação do conteúdo de documentos, seleção da categoria de assunto sob a qual sejam recuperados, podendo-se-lhes atribuir códigos.3 Atribuição a documentos, ou às informações neles contidas, de graus de sigilo, conforme legislação específica. Também chamada classificação de segurança. Ver também desclassificação, documento classificado e documento sigiloso.

O DIBRATE ressalta a qualidade de recuperar a informação ao se classificar, ou seja, a finalidade ao realizar a tarefa. Já o *Dicionário de Terminologia Arquivística* vai mais a fundo nos graus de sigilo e dos métodos de classificação que podem ser empregados: estrutural e funcional. As definições dos dicionários acabam por se complementarem.

Segundo Janice Gonçalves o objetivo da classificação é “dar visibilidade às funções e às atividades do organismo produtor de arquivo, deixando claras as ligações entre os documentos” (GONÇALVES,1998, p. 12). Os documentos não devem ser entendidos de forma isolada, pois são parte de um todo orgânico. Por isso, há importância em entender e levar totalmente em consideração princípios de respeito aos fundos, da proveniência e da manutenção da ordem original.

Classificar a documentação permitirá um rápido acesso às informações contidas para a própria instituição e para a sociedade. Assim, permitindo melhorias em serviços, pois, uma vez que a sociedade tenha acesso a dados públicos, ela poderá propor mudanças, ajustes e fiscalizar as contas. Renato Sousa (2003) corrobora com este pensamento quando diz que…

> A classificação é uma função importante para a transparência e o compartilhamento de informações, que são caminhos seguros para a tomada de decisão, para a preservação da memória técnica e administrativa das organizações contemporâneas e para o pleno exercício da cidadania. (SOUSA, 2003, p. 240).

A classificação deve ser toda efetuada no arquivo corrente. Embora algumas grades curriculares insistam em separar classificação de arranjo, é importante ressaltar que o arranjo é uma classificação também, embora aplicada no arquivo

permanente. Héon (1999), ao dedicar um capítulo sobre classificação, passa grande parte do texto falando sobre arranjo e fundos e seus princípios e abordagens.

> Como decorrência da distinção tradicional de “classificação” e “arranjo”, os esquemas ou quadros gerais que os expressam costumam ser denominados diferentemente: “plano de classificação” (para os documentos de caráter corrente) e “quadro de arranjo” (para os documentos de caráter permanente). Ambos, porém, têm a finalidade do traduzir visualmente as relações hierárquicas e orgânicas entre as classes definidas para a organização da documentação. Vale destacar que, no caso de documentação de caráter permanente, as classes ganham nomes específicos: grupos, subgrupos a séries. (GONÇALVES, 1998, p. 14).

O uso de um vocabulário controlado pode trazer vantagens na classificação e também na descrição. Ele pode ser um agente que diminuiria a entropia na comunicação entre os indexadores e os usuários. O vocabulário controlado está no plano das ideias e tem muito da teoria da classificação desenvolvida pelo matemático e bibliotecário indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan. O vocabulário controlado deve respeitar o cânone de cadeias e renques. Cadeias são séries verticais de classes (GOMES; MOTTA; CAMPOS, 2006), ou seja, há uma subordinação da variação do termo. Por exemplo: Instrumento Musical> Instrumento de corda> Violão > Violão 7 cordas, fazendo uma extensão decrescente.

> Renques são classes de termos formadas a partir de uma única característica de divisão. O ponto de partida para a formação de renques seria, então, a definição de cada conceito a fim de identificar a característica genérica. O conjunto de termos com esta característica comum formaria um renque onde seus componentes guardam entre si uma relação de coordenação, formando uma série horizontal.
> No universo da Economia, por exemplo, os conceitos "ações", "cadernetas de poupança", "cotas de fundos de investimentos", "debêntures", "depósitos a prazo", "RDBs" seriam termos coordenados e formariam um renque, já que sua característica comum é serem todos "títulos financeiros", ou seja, "documentos ou registros contábeis representativos de quantia disponível, ou que se tornará disponível para o seu detentor". (GOMES; MOTTA; CAMPOS, 2006, não paginado).

Percebe-se que a teoria de Ranganathan influenciou bastante, pois, mesmo numa classificação por assunto, por funções ou estrutural, a ideia de hierarquia está relacionada com subordinação e correlação, apresentando-se em forma de cadeias e renques.

A classificação é uma atividade intelectual. Ela terá como produto um plano de classificação, que é (de forma simplificada) um quadro que se utiliza de códigos, estabelecendo onde determinados documentos devem ser organizados.

Algumas redes sociais virtuais permitem a criação de pastas para a alocação de imagens, assim possibilitando fazer arranjos sobre coleções da instituição arquivística.

3.4 DESCRIÇÃO

Segundo o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2013, p. 67), descrição é “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa”. A mesma definição é encontrada no *Dicionário de Terminologia Arquivística*.

O objetivo da descrição e indexação, segundo Maurel e Champagne (1999), é permitir a acessibilidade e comunicação dos arquivos. A descrição “destina-se a fornecer aos usuários um conjunto de ferramentas de identificação, seja em papel ou formato digital, para identificar um ou mais documentos ou informações” (MAUREL; CHAMPGNE, 1999, p. 258, tradução nossa). Para os autores (1999), é importante o arquivista não apenas identificar os melhores meios viáveis e possíveis para permitir o acesso às informações para a sociedade, mas também identificar os tipos de usuários que usam o arquivo. Dessa forma, podem-se traçar estratégias de pesquisa para atingir o seu o usuário.

A descrição tem por um de seus objetivos facilitar o acesso dos usuários através aos instrumentos de pesquisa. É importante, ao descrever, conhecer o conteúdo e o público (usuário), pois a forma como ele busca e pesquisa pode ser um norteador. Embora o arquivista possa ter o usuário que utiliza o acervo como base, ele deve permitir que a busca seja ampla e visar também potenciais usuários que não tenham o hábito de pesquisar no acervo da instituição. A busca não serve apenas ao usuário externo à instituição, mas seu benefício atinge o usuário interno da própria instituição.

Para o *Glossary of Archival and Records Terminology*, descrição arquivística é “o processo de analisar, organizar e armazenar detalhes sobre os elementos formais de um registro ou coleção de registros, como criador, título, datas, extensão e conteúdo, para facilitar a identificação, gestão e compreensão” (PEARCE-MOSES,

2005, p. 25, tradução nossa). Leão (2006, p. 12) conclui “que ‘descrição arquivística’ significa escrever sobre material de arquivo, sustentando os objetivos de representação e de classificação”.

A classificação é uma função essencial que auxilia a descrição, sendo esta definida pela organicidade dos documentos e existindo uma ligação entre todos (do todo com as partes). A classificação envolve também o arranjo e os princípios da proveniência e do respeito aos fundos, tornado assim possível identificar o criador e o contexto de produção.

Em 1994, O ICA (Conselho Internacional de Arquivo) publicou o primeiro modelo da norma ISAD(G) (*General International Standard Archival Description*) e, em 2000, a segunda versão (FONSECA, 2011). A versão no Brasil recebeu pequenos ajustes e o Arquivo Nacional lançou, em 2005, a NOBRADE (*Norma Brasileira de Descrição Arquivística*). Essas normas padronizam a forma de descrever, os campos a serem descritos e facilitam a pesquisa para os usuários de um mesmo país e de outros lugares do mundo também. A interoperabilidade ajuda também na troca de informações entre instituições[23].

A NOBRADE (2013) possui ao todo 28 itens divididos em oito áreas: 1) área de identificação (5 itens); 2) área de contextualização (4 itens); 3) área de conteúdo e estrutura (4 itens); 4) área de condições de acesso e uso (5 itens); 5) áreas de fontes relacionadas (4 itens); 6) área de notas (2 itens); 7) área de controle da descrição (3 itens); 8) áreas de pontos de acesso e indexação de assuntos (1 item). Desses 28 itens, apenas sete são obrigatórios: código de referência, título, data(s), nível de descrição, dimensão e suporte, nome(s) do(s) produtor(es) e condições de acesso (aplicáveis apenas no níveis 0 e 1). Há um ponto na NOBRADE muito interessante que não se encontra na ISAD(G), é o ponto de acesso: “elemento de informação, termo ou código que, presente em unidades de descrição, serve à pesquisa, identificação ou localização de documentos” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2013, p. 16).. O objeto desse ponto é indexar o assunto, além de trazer

[23] Apesar de parecer muito vantajoso possuir uma norma internacional para padronizar as descrições arquivísticas, nem todos estavam certos disso. Havia também quem era contra essa normalização. O motivo do atraso, segundo Leão (2006, p.35-36), para justificar certa resistência para a implementação das normas, teria se dado por cinco pontos: o “caráter único dos arquivos; a influência do usuário/pesquisador; a existência de diferentes realidades históricas, culturais, de formação, de organização e de funcionamento; isolamento e independência dos arquivistas; e carência de recursos”.

pontos para uma descrição multinível, contemplando nome de entidades, local, evento, período e assuntos tópicos (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2013).

Se cada arquivo tivesse o seu próprio método de descrição, cada usuário teria de estudá-lo antes de utilizá-lo, pois haveria diferentes formas que variariam segundo cada instituição. Com a normalização internacional, o usuário tem mais facilidade ao realizar a busca sem ter que ler um manual de procedimentos antes.

> A padronização permite fornecer aos usuários ferramentas descritivas uniformes e metódicas. Um sistema integrado de busca com padronizações padronizadas promove o acesso lógico, fácil e rápido aos documentos e às informações que eles contêm. Essa vantagem é aumentada se a padronização permitir a produção de ferramentas similares de um serviço de arquivo para outro. Isso garante que os usuários não tenham que se familiarizar com os novos sistemas de descrição sempre que visualizam documentos em um ambiente diferente. (MAUREL; CHAMPGNE, 1999, p. 298, tradução nossa).

Mesmo que os arquivistas devam procurar “sempre descrever o conteúdo, a estrutura e o contexto dos documentos, resguardando a imparcialidade e autenticidade da *evidência*, característica própria do documento arquivístico” (ANDRADE; SILVA, 2008, p.17), não há como ignorar o fator subjetivo na descrição. Por se tratar de uma atividade intelectual, o arquivista não é neutro, pois fatores históricos, políticos, econômico-sociais etc. são inerentes ao seu ser, tendo, sim, influência na descrição, pois até o vocabulário utilizado ao descrever tem a ver com a região em que habita, sua educação e sua trajetória ao longo da vida.

É de muito bom grado (como já dito anteriormente) que a instituição tenha um vocabulário controlado (tesauro), evitando vários sinônimos para uma palavra e com o mesmo significado, de preferência sempre remetendo à uma remissiva com a palavra que deve ser buscada. Dentro de um país, cada região pode denominar diferentes nomes para o mesmo objeto. Assim, evitaria-se não encontrar algo que está dentro do acervo.

Embora Bellotto (2006, p. 173) diga que a descrição é uma “tarefa típica dos arquivos permanentes” - o que no *records continuum* não caberia, por não haver uma distinção entre corrente, intermediário e permanente (teoria das três idades), já que o ciclo de vida é contínuo - a indexação pode ser feita desde a classificação, ajudando assim a recuperar a informação. Maurel e Champage (1999, p 338, tradução nossa) afirma que, “para os arquivos correntes, intermediários e

permanentes, o importante é criar índices para facilitar a identificação, esteja a ferramenta de verificação de vocabulário completa ou não".

> Indexação é a parte mais importante da análise documentária. Consequentemente, é ela que condiciona o valor de um sistema documentário. Uma indexação inadequada ou uma indexação insuficiente representam 90% das causas essenciais para a aparição de "ruídos" ou de "silêncios" em uma pesquisa. […]
> Os sistemas de classificação são, historicamente, o primeiro tipo de instrumento de indexação utilizado em sistemas documentários. Essas linguagens baseiam-se na pré-coordenação das noções para exprimir um conceito e no encaixe das classes de conceitos. Tais linguagens vão do geral para o particular, cada classe englobando a precedente, sendo o conjunto representado através de uma árvore hierárquica. (CHAUMIER, 1988, p. 63,68).

Reforça-se, assim, a importância da classificação para a descrição e que a indexação, mais comumente associada ao arquivo permanente, possa ser utilizada, desde a classificação, como um elemento de recuperação da informação através de palavras-chaves referendadas por um vocabulário controlado, estudado e definido pela instituição. É importante ainda lembrar que o vocabulário controlado precisa ser atualizado de tempos em tempos.

O advento da informática ajudou a interoperabilidade na descrição. Antes do grande alcance da internet e da possibilidade da busca por meios computacionais, os instrumentos de pesquisa eram o principal meio para auxiliar o pesquisador na busca de conteúdos. Lopez (2002) elaborou a tabela abaixo segundo os instrumentos e seus respectivos níveis e bases de descrição:

Imagem 7 – Instrumentos de pesquisa

NÍVEL	BASE DA DESCRIÇÃO	INSTRUMENTOS
Instituição	conjuntos documentais amplos	guia
Fundos, grupos, coleções	séries	inventário
Séries	unidades documentais	catálogo
Unidades documentais selecionadas pertencentes a uma ou mais origens	assunto; recorte temático	catálogo seletivo; índice

Fonte: Lopes (2002, p. 22).

A descrição arquivística aparece nas postagens e publicações nas redes sociais virtuais. Cada vez mais os arquivos públicos vêm utilizando, na disseminação

de seu acervo, a descrição e código das imagens, entre outros aspectos que estão melhor explorados no capítulo de análise.

3.5 DIFUSÃO

O jargão popular diz que “quem não é visto não é lembrado”. Essa máxima serve também para as instituições arquivísticas. Quanto mais próximas da sociedade, mais utilizada e defendida por ela será, pois seu uso e relevância serão percebidos por um público cada vez maior. Isso pode também ser refletido em verbas, maiores recursos públicos. Embora, infelizmente, não seja uma regra que isso ocorra.

Não há referência para o termo difusão, mas, se tomarmos o termo inglês *Outreach*, encontraremos, no *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2013, p.72), o relativo ao inglês como “divulgação”, sendo esta definida como um “conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos(2), por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências”.

O *Glosssary of Society of American Archivist* (2005) utiliza o termo *outreach*, equivalente à divulgação em português. O glossário traz em sua nota que *outreach* inclui exibições, workshops, publicações e programas educacionais. Além disso, aponta que um dos princípios[24] da *Society of American Archivists* (SSA), aprovado em 1994, é que

> Os arquivos devem identificar seus diversos grupos constituintes em termos de seu propósito, planejar e implementar métodos para avaliar as necessidades desses grupos em relação aos recursos da instituição e elaborar programas de extensão que atendam às suas necessidades. Esses programas podem incluir oficinas, conferências, programas de treinamento, cursos, festivais, exposições, publicações e atividades similares, direcionadas a grupos como estudantes, membros do corpo docente, acadêmicos, administradores, pesquisadores, doadores, criadores de registros ou a comunidade em geral. (PEARCE-MORSES, 2005, p. 282; SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS, 2012, não paginado).

Tomando o uso do termo divulgação (como proposto pelo *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*), entende-se que seminários, oficinas, visitas técnicas, exposições, festivais, concursos, entre outros fazem parte desta função, semelhante ao definido pela SSA. Normand Charbonneau (1999, p. 374) define difusão como:

---

[24] Princípio aprovado em 1994. *Guidelines for Evaluation of Archival Institutions*, item 10 - *Outreach and Public Programs*. (SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS, 2012, não paginado).

> o ato de divulgar, aprimorar, transmitir ou disponibilizar informações ou informações contidas em documentos de arquivo aos usuários (pessoas ou organizações) conhecido ou potencial para atender às suas necessidades específicas. A disseminação de arquivos é, portanto, uma atividade multifacetada, uma vez que inclui todos os relacionamentos mantidos pela equipe de arquivos com sua clientela interna ou externa, em todas as três idades (corrente, intermediária e permanente).

Charnonneau (1999) adverte que, nos arquivos permanentes, devem-se observar, nas atividades que envolvem a divulgação: as leis que protegem a privacidade[25], direitos autorais[26] e imagem de pessoas que estão envolvidas. Outros fatores que não são jurisdicionais foram lembrados pelo autor, tais como: atendimento à distância (e-mail, fax), atendimento presencial na sala de consulta, reprodução etc. No atendimento à distância, podemos hoje incluir as redes sociais virtuais, onde cresce cada vez mais a participação dos usuários e dos arquivos públicos brasileiros.

Assim como a descrição, é importante conhecer o público alvo para divulgação. Saber quem é o seu usuário, o que ele pesquisa, quais seus principais interesses etc., tudo alinhado também com o objetivo que a instituição queira passar, quem ela quer atingir, como ela vai chegar no objetivo, o que vai divulgar e que reação se estenderá. É necessário planejamento e um setor dedicado a isso. O contato direto ajuda o arquivista a atender o que o usuário costuma procurar no setor. Mesmo tendo o usuário presencial como base, não se pode deixar de pensar nos usuários em potencial, aqueles que não têm o hábito de frequentar presencialmente, mas podem se interessar por alguma coleção em especial. Deve-se também atentar para o usuário que faz solicitações e tira suas dúvidas via correio eletrônico, telefone e fax. O arquivista é o mediador entre o usuário e o acervo.

A divulgação é uma ótima oportunidade de aproximar a sociedade do arquivo. O ICA, como já dito anteriormente, lançou em 2012 *Os Princípios de Acesso aos Arquivos* (2012, p. 11), que diz que “os arquivistas são responsáveis pelo planejamento, implementação e manutenção dos sistemas de acesso”, além de que devem ter conhecimento de leis que envolvam o acesso e as necessidades dos usuários. Os dez princípios de acesso são:

---

[25] Informações de caráter privado tem o prazo de 100 anos de sigilo a partir da produção do documento segundo a Lei de Acesso à Informação, lei 12.527/2011.

[26] A obra só se torna domínio público no ano subsequente a 70 anos da morte do (último) autor.

- O público tem o direito de acesso aos arquivos de órgãos públicos e as entidades públicas e privadas devem abrir seus arquivos o mais amplamente possível;
- Instituições custodiadoras de arquivos tornam púbica a existência dos arquivos, inclusive a de documentos fechados ao acesso, e divulgam as restrições que afetam os arquivos;
- Instituições arquivísticas adotam uma postura proativa para acesso;
- Instituições custodiadoras asseguram que restrições de acesso sejam claras e de duração determinada, baseadas em legislação pertinente, reconhecem o direito de privacidade de acordo com as normas culturais e respeitam os direitos dos proprietários de documentos privados;
- Arquivos são disponibilizados em condições de acesso igualitárias e justas;
- Instituições custodiadoras de arquivos garantem que vítimas de crimes graves segundo as leis internacionais tenham acesso a documentos que proporcionam a evidência necessária à afirmação de seus direitos humanos e à prova de sua violação, mesmo se esses documentos estiverem fechados ao público em geral;
- Usuários têm o direito de apelar de uma negação de acesso;
- Instituições custodiadoras de arquivos garantem que as restrições operacionais não impeçam o acesso aos arquivos;
- Arquivistas têm acesso a todos os arquivos fechados e neles realizam o trabalho arquivístico necessário;
- Arquivistas participam do processo de tomada de decisão sobre acesso.

Existem outros meios de promover a instituição e seu respectivo acervo: calendários, camisas, CDs com acervo de uma determinada coleção, cartão postal etc. Isso pode gerar lucro financeiro e contribuir para melhorias na infraestrutra e, consequentemente, nos serviços de atendimento.

Para Charbonneau (1999), o curador de uma exposição arquivística deve evitar excessos para que a exposição não caia no tédio. Se possível, deve procurar um equilíbrio 70/30. Documentos escritos representariam 30% e os documentos visuais seriam os 70% restante. Dessa forma, estimularia-se o interesse dos

consulentes. Partes importantes como assinaturas ou trechos poderiam ganhar ampliação.

Visitas guiadas pelo acervo arquivístico com grupos escolares (infantil e juvenil) ajudam a conscientizar, desde cedo, às crianças da importância dos arquivos públicos e de seu patrimônio para a sociedade. Faz também com que elas possam adquirir, ao longo do tempo, o hábito de ir ao arquivo ou de saber que há um local de referência para pesquisa. O *National Archives and Records Administration* (NARA) tem um dia específico para as pessoas dormirem dentro da instituição.

A Web é um agente facilitador, servindo como um canal entre o usuário, o arquivo e o arquivista. Ela aproxima a sociedade e o arquivo público. Essa mediação feita por computador se intensificou com o advento das redes sociais. Informações práticas de como chegar, agendamento e atendimento também podem ser realizadas no âmbito virtual com as redes sociais. As publicações (livros, periódicos, instrumentos de pesquisa), que também são um meio de propagar a instituição, ganharam uma aliada: as redes sociais virtuais.

3.6 PRESERVAÇÃO

> Preservação: é um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais.
> Conservação: é um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento).
> Restauração: é um conjunto de medidas que objetivam a estabilização ou a reversão de danos físicos ou químicos adquiridos pelo documento ao longo do tempo e do uso, intervindo de modo a não comprometer sua integridade e seu caráter histórico. (CASSARES; MOI, 2000, p. 12).

Quando se fala de preservação, o senso comum traz a ideia de salvamento: preservação da natureza, preservação dos animais, da mata atlântica etc. Nos arquivos, de certa forma, não é muito diferente, pois a ideia de “salvamento” está atrelada à de conservação do patrimônio documental. Para Perron e Charbonneau (1999), o arquivista é responsável pela preservação do patrimônio documental que lhe foi confiado.

No dicionário *Houaiss* de língua portuguesa, preservação é o mesmo que

> ato ou efeito de preservar. 1 m.q. conservação (no sentido de 'conjunto de medidas')**2** série de ações cujo objetivo é garantir a integridade e a perenidade de algo; defesa, salvaguarda, conservação**3** ECO conjunto de práticas, como o manejo planejado e programas de reprodução, que visa à manutenção de populações ou espécies cf. *conservação*

Para o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2013, p. 135), preservação é “prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico.” Prevenção é algo que é feito antes que o sinistro ocorra. São técnicas, estratégias que visam evitar que algo ruim venha acontecer. No caso dos arquivos, evitam danos na documentação, prolongando seu tempo de vida.

Não são apenas documentos, são memórias. A preservação tem por função evitar que a memória se apague, seja esquecida. Quando os recursos são limitados, a escolha fica mais difícil, pois se escolherá o que será preservado e também o que não será. Ela “deve ser fiel ao princípio da proveniência ao mesmo tempo que respeita modelos como as metodologias baseadas no *continuum* ou no ciclo vital” (CLOONAN, 2016, p. 108).

Há uma diferença entre preservação e conservação, embora comumente sejam confundidas ou tidas como sinônimos. A conservação e a restauração são ações mais invasivas aos documentos, pois há um tratamento feito para que o dano seja reparado ou medidas tomadas que interferem no acervo.

> Independentemente do espaço de armazenamento, das condições ambientais, dos efeitos da manipulação e consulta, do mobiliário utilizado, do equipamento de guarda utilizado ou das práticas desenvolvidas, a qualidade do armazenamento de documentos depende da maneira, cujo ambiente físico e as múltiplas ações serão controladas. Embora inevitável, a deterioração pode ser retardada se alguém conseguir guiar cada ação na direção de uma melhor preservação. A situação é complexa porque muitos fatores estão envolvidos. (PERRON; CHARBONNEAU, 1999, p. 429, tradução nossa).

Os raios ultravioletas, a temperatura do ar-condicionado, o umidificador, as janelas, poeiras, a luz, a tinta ferrogálica, ferrugem e corrosão em materiais metálicos (grampos e borboleta) etc. são alguns dos elementos que devem ser observados ao preservar os documentos e adiar o máximo possível a degradação do acervo. Por exemplo: fotografias coloridas e em preto e branco possuem tratamentos diferentes em relação à temperatura e umidade relativa do ar, não podem ter o mesmo tratamento. Para Cassares e Moi (2000), os fatores de

deterioração em arquivos e bibliotecas são: fatores ambientais (temperatura e umidade relativa, radiação da luz, qualidade do ar); agente biológicos (fungos, roedores e ataques de insetos); intervenção inadequada nos acervos e problemas no manuseio de livros e documentos (furto e vandalismo).

Mary-Lynn Ritzenthaler (1993 apud CHARBONNEAU, 1999) afirma que as pessoas representam as ameaças mais constantes e reais aos acervos. Os danos causados (intencionalmente ou não) com fotocópias, derramamento de líquidos, mutilação (vandalismo) e roubo de material são os mais comuns.

Hoje há até ISOs específicas para o tipo de papel fabricado. Para papel de documentos, há a ISO 9706:1994 e também há a ISO 11.108:1996 para a permanência e durabilidade do papel utilizado para documento de arquivo (CLOONAN, 2016). Essas normas internacionais são importantes, pois, dependendo da qualidade do papel a ser utilizado, o seu “tempo de vida” pode ser curto, isso sem citar os problemas que podem ser derivados por conta da má qualidade dos materiais utilizados na fabricação do papel (água, cola, fibra, aditivos químicos etc).

O fato de haver instrumentos de pesquisa faz também com que muitos documentos acabem sendo preservados, pois, assim, evita-se o manuseio desnecessário no acervo até que se encontre o que se busca. Assim, preservam-se documentos do contato do suor das mãos, da poeira, de rasgos, acidentes com bebida etc. Colocar coleções online (cópia digital do acervo original) colabora para a preservação desse acervo.

A Preservação arquivística envolve planejamento, implementação de políticas, procedimentos para preventivamente retardar a ação de deterioração, reparar ou restaurar (quando o dano já ocorreu no documento), buscando prolongar seu tempo de vida e manter a informação a salvo. Preservação envolve solucionar e identificar problemas, é um guarda-chuva em que tratamentos de conservação estão inseridos. (CONWAY, 1990).

Imagem 8 – Guarda-chuva da preservação

Fonte: adaptado de Hollós (2007).

Lisa Fox (apud HOLLÓS, 2007) coloca a preservação como esse grande guarda-chuva em que a conservação e a reformatação estão incluídas. Na conservação, estão inseridas a conservação preventiva e a restauração.

A primeira tem por objetivo retardar o máximo possível a deterioração do acervo com medidas preventivas, fazendo o máximo para evitar que o acervo sofra uma intervenção direta. Hollós (2007) aponta, como as principais abordagens da conservação preventiva: controle de fatores ambientais (temperatura, umidade, etc); detecção e correção de problemas na estrutura do local; estabelecer um plano de segurança; higienização, acondicionamentos, pequenos reparos; treinamento multidisciplinar.

A restauração, como aponta Michèle Cloonan (2016, p. 109), refere-se ao “tratamento físico, mas está ligada ao ato de trazer de volta (o acervo) à condição mais próxima de seu estado original ou de um estado anterior conhecido”.

A avaliação e a aquisição têm grande impacto na preservação. O arquivo permanente, por exemplo, tem que ser preservado. O que não quer dizer que os arquivos das demais idades não tenham que ser. Pelo contrário, a preservação deve incluí-los também, pois a informação ainda está em uso. Sendo assim, devem fazer parte desse guarda-chuva para preservar a informação contida no documento, mesmo que, no futuro, sejam eliminados.

As novas mídias também fazem parte da preservação. Nesse ponto, entra a reformatação, ato que consiste em “preservar e dar acesso à informação em novo suporte” (HOLLÓS, 2007).

A microfilmagem é um desses suportes. Ela tem uma expectativa de vida que pode durar séculos e é a única que tem validade jurídica na substituição do documento original. A microfilmagem é uma técnica em que se “fotografa”, copia as imagens dos documentos e as grava em um rolo de tamanho reduzido. É recomendável que se façam cópias. A primeira (a matriz) é produzida em alta qualidade e as demais são cópias da matriz. Uma fica guardada e as outras ficam à disposição para acesso e devem, por questão de segurança, ficar em locais distintos (ANTUNES, 2009).

A cópia digital, apesar de mais fiel ao original, por conta de cores e imagens, só pode ser disponibilizada para acesso. Ela não pode substituir o original, pois não terá validade jurídica, já que é fácil adulterar um documento digitalizado. Vê-se muito o uso de imagens digitalizadas de documento e fotografias pelas instituições arquivísticas no ambiente virtual, incluindo as redes sociais. Assim, essas instituições difundem, preservam e dão acesso ao mesmo tempo, além de tirar do ostracismo alguma coleção que tenha pouco acesso, pois as pessoas não faziam ideia de que ela existisse ou pertencesse àquela instituição até então.

O documento digital gera uma nova preocupação em relação à preservação. Como é algo considerado ainda recente, a obsolescência dominada por uma ótica do mercado capitalista faz com que um formato não tenha um longo tempo de vida. Em outras palavras, um documento nato digital, salvo em um determinado formato, pode não ser mais acessível para acesso/leitura daqui a alguns anos. Tamanha é a preocupação com relação a isso, que já há um formato auto executável (não dependendo de softwares para abrir) de “.pdf”: o “.pdf/a”, que é definido pela ISO 19005-1:2005. Isso se deve ao formato pertencer à empresa Adobe, além de ser o formato mais popular de arquivos digitalizados, incluindo revistas científicas eletrônicas.

Outros problemas giram em torno das mídias que necessitam passar por reformatação. O disquete, por exemplo, ao longo do tempo, mudou de tamanho e hoje já não encontra entradas em novos computadores, tornando-se obsoleto e sendo substituído pelo disco compacto (CD). Este último tem uma capacidade média maior de armazenamento (entre 640 a 700 MB) em relação ao disquete (de 1,44 a 2

MB). Em seguida, o DVD aumentou a capacidade para 4,7 GB de informação que poderia ser armazenada. Ao reformatar, deve-se ter a preocupação em relação ao formato em que a informação está salva (se esse formato abre ou não em softwares novos) e aos metadados contidos. A emulação (fazer com que softwares antigos sejam abertos em novos sistemas operacionais, por exemplo) pode ser uma das saídas para alguns casos.

Deve-se ter uma atenção para o material produzido em meio digital, como as redes sociais virtuais. O governo dos Estados Unidos, através da figura de seu atual presidente, Donald Trump, utiliza o twitter para comunicados oficiais. Inclusive, a justiça estadunidense disse que o presidente Trump não pode bloquear cidadãos que o criticam, o que chegou a fazer algumas vezes. A alegação é que, ao bloquear cidadãos, ele viola a constituição estadunidense (que garante a liberdade de expressão) e suprime direitos, ao não permitir acesso à comunicados oficiais do governo, além de não poderem participar virtualmente com ideias em um "local público" (CORREIO DO POVO, 2018, não paginado). Quem fará o recolhimento, preservação digital e garantirá acesso futuro do que o presidente publicou nas redes sociais digitais será o *National Archives and Records Adminstration* (NARA). O mesmo princípio deve valer para as instituições arquivísticas brasileira em suas respectivas esferas (nacional, estadual e municipal): acesso, difusão, debate, preservação digital e aquisição.

3.7 AQUISIÇÃO

A palavra "aquisição" não aparece no *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, mas aparece como "entrada de documentos", sendo este o ingresso por meio de compra, custódia, comodato, doação, empréstimo, dação, legado, recolhimento, transferência, reintegração ou permuta (ARQUIVO NACIONAL, 2013, p. 85).

Para James Lambert (1999), a aquisição é um processo que tem por objetivo aumentar os arquivos não institucionais, ou seja, não orgânicos. Para o autor, o termo "aquisição" engloba toda forma de crescimento do acervo através de compra, doação, depósito, legado ou troca.

Ao adquirir um acervo, não há como garantir que ele esteja organizado, com o seu histórico e contexto de produção conhecidos e que seja autêntico. Por isso, há a

importância de adquiri-lo de uma instituição que faça uma gestão de documentos ou que o tenha adquirido direto da fonte original, em outras palavras, do produtor dos documentos. No mínimo, é fundamental saber a proveniência do acervo precedente à sua aquisição.

Alguns dos princípios arquivísticos são retomados nessa função: o da territorialidade (o acervo não pode sair de determinada região), o do respeito aos fundos (não misturá-lo com os de outras organizações), respeito à ordem original (mantê-lo da mesma forma em que foi adquirido) e o princípio da proveniência (conhecer todo o seu histórico de aquisições e pertencimentos à outras instituições, se for o caso). O princípio do respeito à ordem original é passível de debate, pois, se o acervo vier totalmente fora de organicidade, com assuntos misturados, por que não arranjá-los em séries? Pode-se arranjá-los e colocar uma observação de como se encontravam antes, de como o acervo chegou ao arquivo. Assim, facilita-se o acesso ao pesquisador e dá-se organicidade ao acervo.

Os acervos que são doados ou comprados e que não foram classificados (arranjados) certamente precisarão passar pelo processo de descrição também. Se uma parte do acervo adquirido estiver em uma instituição e a outra parte, em outra, a descrição acabará por “reunir” esse acervo, pois saberá que a parte faltante se encontra em outro local. Isso reforça o motivo de normas para a descrição dos arquivos.

Assim, uma instituição pode solicitar a outra uma cópia ou digitalização da parte faltante, dando acesso do todo a seu usuário. Sem falar que dará mais sentido ao conteúdo do acervo, não ficando este restrito às intuições arquivísticas brasileiras, mas também internacionais.

Nesse ponto, as redes sociais virtuais facilitam bastante, pois, além de as instituições arquivísticas poderem promover campanha para envio de material pessoal, elas podem descobrir, através de publicações (virtuais) de outras instituições, materiais de seu interesse para constituir coleções.

Se o acervo foi adquirido, é porque ele tem uma importância jurídica, cultural, histórica, seja para a instituição e/ou para a sociedade. Em outras palavras, será um acervo que precisará de cuidados e que será preservado. Portanto, os cuidados de conservação se aplicaram diretamente a esse acervo adquirido. Em outras palavras, a doação - forma preferida de aquisição das instituições públicas brasileiras, devido à falta de recursos financeiros - nunca é de fato gratuita, se não vier acompanhada

com os seus custos de preservação, já que geram despesas para as instituições que irão custodiar esse material. Dessa forma, alguns fatores (como patrocínios) podem auxiliar a preservação de determinado acervo. A Lei Rouanet, como uma lei de incentivo à cultura, deveria ser bastante utilizada pelas instituições arquivísticas, já que são também um local de cultura e memória.

Outra forma de crescimento do arquivo é o arquivo orgânico. Aquele que passou pelo processo de avaliação e que não foi eliminado no que se chama processo de recolhimento.

O ato de custódia pode se dar por diversos motivos. O acervo pode virar uma coleção, um fundo etc. Muitos cientistas, literatos, presidentes gostam de deixar seus arquivos pessoais como doação às instituições ou seus familiares o fazem, após a morte dos mesmos. Esses arquivos serão coleções e podem ou não ter a ver com a instituição. O que por vezes pode acarretar problemas, pois poderiam ser um acervo importante para um determinado órgão, mas se encontram em outro, que não faz e nem justifica a ligação com o arquivo doado. Por isso, é importante estabelecer um planejamento que justifique o tipo de acervo que deve ser adquirido, assim, evitando pressões externas e acumulação de acervos que nada enriquecem ou tenham a ver com a instituição custodiadora.

Abaixo, um quadro resumindo e recapitulando as sete funções arquivísticas:

Quadro 1 – Funções arquivísticas

Função arquivística	Conceito
Produção	Controle da criação e padronização documental buscando a racionalização e evitando a criação de documentos desnecessários e/ou supérfluos para a atividade da instituição.
Avaliação	Análise documental para definir o prazo de guarda e a destinação final dos documentos: eliminação ou guarda permanente.

Aquisição	Aquisição de acervos, seja por compra, doação, recolhimento, empréstimo, custódia etc.
Classificação	Organização dos documentos em classes/grupos... (funcional, estrutural ou temático), controlando os documentos para que possam ser encontrados com maior rapidez.
Descrição	Descrição do documento ou conjunto documental, de modo a facilitar a identificação do que é e contém, agente facilitador para a pesquisa do usuário. Auxilia na elaboração de instrumentos de pesquisa.
Difusão	Disseminação de informações e do acervo da instituição para o usuário (seja ele físico ou virtual).
Preservação	Ato de evitar a deterioração dos documentos através da preservação, da conservação e da restauração.

Fonte: elaboração própria (2018).

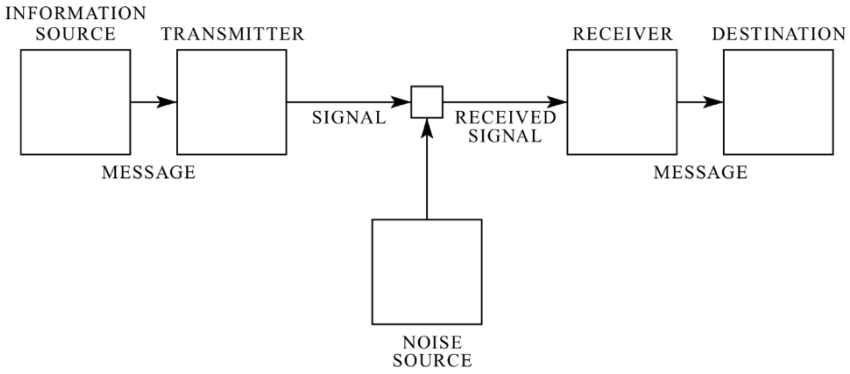
4 **PROBLEMATIZAÇÃO CONCEITUAL E TEÓRICA DAS REDES SOCIAIS**

O cognitivismo é bastante estudado nas áreas da psicologia e da educação. É uma abordagem interacionista. Ele está relacionado com o estudo da mente, “o ato de conhecer; como o homem desenvolve seu conhecimento acerca do mundo, analisando os aspectos que intervêm no processo ‘estímulo/reposta” (SANTOS, 2006, p. 100). Na perspectiva do cognitivismo, o conhecimento é construído. Ela “enfatiza os processos mentais, dando atenção aos modos de atribuição do significado, compreensão, armazenamento e utilização da informação envolvida” (FALCI, 2017, p. 33).

> A abordagem cognitiva entra no campo da CI como uma crítica às abordagens objetivistas já estabelecidas. Foi uma verdadeira revolução, fazendo com que os estudos da CI se voltassem de modo mais sistemático aos usuários e suas necessidades. [...]
> O cognitivismo parte da noção que nossa aprendizagem, o modo como lidamos com o que nos cerca, nosso entendimento, é mediado por modelos mentais, constituídos em nossa estrutura cognitiva. Dito de outro modo, são modelos abstratos com relações de conceitos, naturalmente construídos a partir de nosso sistema nervoso e das experiências que temos durante nossa vida. Esta estrutura não deixa de ser uma memória, que terá privilégio nos estudos das ciências cognitivas. (FERNANDES, 2011, p. 52)

O matemático Claude E. Shannon, em 1948, escreveu o artigo *A Mathematical theory of communication*, em que descreve os problemas na comunicação. Segundo o autor, para que uma mensagem enviada (pelo emissor) para um receptor chegue com sucesso, é necessário evitar falhas na transmissão, reduzir o ruído. Tomando como exemplo uma ligação telefônica, caso o sinal esteja fraco, a comunicação poderá sofrer falhas como “picotar”, tornar-se intermitente, fazendo com que o receptor não consiga decodificar a mensagem inicial e causando ruídos, do que decorre a entropia nessa comunicação.

Imagem 9 – Diagrama esquemático de um sistema de comunicação



Fonte: Shannon (1948, p. 2).

Para Claude Shannon (1948, p. 1), o problema fundamental da comunicação "é o de reproduzir em um ponto exatamente ou aproximadamente uma mensagem selecionada em outro ponto[27]". Segundo o autor, para confirmar que a mensagem original foi perfeitamente entendida pelo receptor, este teria de dar o retorno (*feed-back*).

Essa breve apresentação do que é o cognitivismo e da teoria matemática da informação mostra que a intenção do emissor nem sempre é ou será entendida pelo receptor da forma como o primeiro pretende, além de servir de base para o que será visto nesse capítulo: mediação da informação, virtualização da comunicação e teoria de redes. A primeira tem o usuário como um construtor do conhecimento, ele é quem "define" o que é informação. O que está em seu subconsciente faz parte do que ele perceberá ou reterá de informação. Na virtualização da comunicação, debate-se o que se entende por virtualidade, apresentando outra forma de percepção do espaço (mediado pelo computador). Na teoria de redes ou teoria ator-rede, buscou-se definir o que entende por rede social, os tipos de ligação e a influência que se podem configurar na troca (ou não) de informação entre os atores envolvidos.

4.1 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

O termo "informação" é muito estudado por diversos autores e até hoje não se chegou a uma definição unificada devido às suas diversas facetas e aos

[27] "The fundamental problem of communication is that of reproducing at one point either exactly or approximately a message selected at another point".

entendimentos que variam de acordo com áreas do conhecimento. O conceito e aplicação do termo são diferentes nas ciências humanas e sociais, nas ciências naturais, na ciência da informação etc. A informação é um conceito interdisciplinar e polissêmico.

Dentro da perspectiva da Teoria Matemática da informação, por exemplo, a informação é o redutor de incertezas. Ela é importante no fluxo, entendimento e organização de uma empresa. Uma busca em movimentos e ações ocorridas no passado pode ser um guia para tomadas de decisões futuras. A "informação constitui uma mercadoria vital para a empresa (...)" (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 63). Em se tratando de instituição pública, para Schafer e Lima (2013), as informações produzidas e custodiadas, "nestas unidades, são reflexo do caráter público e social, que vem servir ao coletivo (...)"

> Quando usamos o termo informação em CI, deveríamos ter sempre em mente que informação é o que é informativo para uma determinada pessoa. O que é informativo depende das necessidades interpretativas e habilidades do indivíduo (embora estas sejam frequentemente compartilhadas com membros de uma mesma comunidade de discurso) [...] Capurro (1996) define informação como uma categoria antropológica que diz respeito ao fenômeno de mensagens humanas, cujas estruturas verticais e horizontais estão relacionadas ao conceito grego de mensagem (*angelia*), bem como ao discurso filosófico (*logos*). (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p.154-155; 161).

O conceito de mediação pode variar segundo as áreas de conhecimento. Davallon (2007) cita alguns tipos de utilização do termo. O primeiro seria o uso comum, de "interposição entre as partes que têm um diferendo, que pressupõe um conflito uma ideia de conciliação ou de reconciliação". A outra utilização vem do senso comum, que é de servir de intermediário. Tomando como exemplo, o que faz um jornalista, quando trata de replicar o discurso de outrem, servindo este de "mediador" entre a pessoa que fez o discurso e o público em casa que assiste ao telejornal.

A mediação se encontra no campo jurídico, midiático, pedagógico, cultural, entre diversos outros. O senso comum vê como uma forma de mediação a resolução de um conflito entre duas pessoas em que o terceiro é o mediador. Um juiz, por exemplo, é o mediador entre duas partes conflitantes. Numa sala de aula, o professor faz a ponte entre o conteúdo a ser lecionado e o estudante. Porém, a imagem de uma ponte é criticada por Almeida Júnior (2009), pois a mesma passa

uma ideia de imobilidade, de permanecer estático, predefinido e fixo, sem a possibilidade de interferência nesse trajeto entre o emissor e o receptor. A ponte pressupõe uma troca, transferência e não uma integração ou uma interferência.

A noção de mediação da informação vem ganhando cada vez mais espaço e debate acerca de sua definição dentro da Ciência da Informação. Almeida Júnior (2009) divide a mediação em duas: a implícita e a explícita. A mediação implícita seria a que não conta com a presença física do usuário. Na arquivística, ela se faz presente durante a separação, tratamento, organização, descrição, dentre outras etapas, do material que contém a informação (FERREIRA; ALMEIDA JÚNIOR, 2013). Já a mediação explícita requer a presença do usuário (mesmo sendo à distância). Esta ainda é dividida em duas outras partes, que, por falta de denominação melhor, Almeida Júnior (2009) classificou em: explícita-explícita (em que há um certo controle, de forma consciente) e explícita-implícita (conhecimento inconsciente, sem possibilidade de controle).

A abordagem explícita-explícita é voltada para ações pensadas para atender o usuário e a organização do serviço. É controlável. Na explícita-implícita, que é inconsciente, está a arquitetura do prédio, a postura física do atendente, as palavras utilizadas ao dialogar com o usuário etc.

Partindo da premissa de que não existe neutralidade, pois em todas as nossas atitudes, decisões, formas de organizar, arranjar etc. carregamos conosco teorias e pensamentos que adquirimos ao longo de nossa existência. Tudo o que pensamos, escrevemos, decidimos é fruto de uma interseção social, das leituras que adquirimos, da educação que tivemos e dos acontecimentos e fatos que vivemos e como se gravaram em nosso cognitivo. Em nossos atos, estão intrínsecas nossa forma de pensar, nossa posição politica, religião etc. O homem é fruto do contexto em que ele se encontra, do espaço-tempo que ocupa. É preciso estar consciente disso para evitar uma manipulação na informação ou no modo de prepará-la para auxiliar o usuário, seja em um arranjo ou numa descrição de um arquivo, pois a interferência irá sempre ocorrer.

> Em oposição ao pensamento hegemônico que sustenta a imparcialidade e a neutralidade do profissional da informação no exercício de seu trabalho, defendemos a existência da interferência. É ela constante e indissociada do fazer do profissional da informação.

> […] A informação está imersa em ideologias e em nenhuma hipótese se apresenta desnuda de interesses, sejam econômicos, políticos, culturais, etc. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 93).

Os Arquivos Estaduais estão sob o comando de sua unidade federativa e seus diretores são geralmente designados pelo governador. Eles são mantidos financeiramente pelo Estado. Uma publicação pode ter, por exemplo, cunho político, utilizando-se de seus acervos para rememorar ou comemorar uma data, um evento, etc. Não há neutralidade nessa publicação e, sim, uma intenção. Nesse momento podem aparecer embates/controvérsias entre atores (usuários) que se "associaram" virtualmente à página dos arquivos. Há também aqueles que não gostam do (conteúdo e da forma) que é publicado e resolvem se "desassociar" (deixando de curtir/seguir a página), pois é muito usual diferentes tipos de reações numa postagem. Uns curtem, outros criticam, uns debatem e comentam, uns bloqueiam, outros compartilham e há também os que convidam amigos para participar e assim por diante.

Para Almeida Junior (2009), quem determina a existência da informação é o usuário e isso se faz à partir do momento em que o usuário tem contato com o conteúdo. Isso porque, para o autor, ocorre uma modificação, uma mudança, uma transformação do conhecimento, passando o usuário a ser coprodutor da informação.

> Em síntese, a pesquisa defende que a informação é efêmera e se concretiza apenas no momento em que se dá a relação do usuário com o suporte que torna possível a existência dela, informação. Não existe antes da relação usuário/suporte, o que redunda em defendermos que o profissional da informação trabalha como uma informação latente, uma quase-informação. Preferimos chamá-la de proto-informação, uma vez que ela não é, ainda, uma informação. (ALMEIDA JÚNIIOR, 2009, p. 98).

Corroborando o pensamento de Almeida Junior (2009), tomamos como exemplo a Bíblia, livro sagrado dos cristãos. Cada religião a interpreta de uma forma, embora as palavras escritas sejam as mesmas. Assim também é um texto jurídico, que pode dar margem às mais diversas interpretações e entendimentos. Dessa forma, a informação sofre transformação no contato com o indivíduo e sua configuração cognitiva.

Com mais pessoas aderindo à internet, temos mais informação fluindo e mais comunicação. Nesse processo, ocorre um ciclo: Pessoas – Comunicação –

Informação – Documento – pessoas. É em meio a essa relação de pessoas que a “proto-informação” flui, aumenta e é ressignificada, sofrendo interferências. Assim também é quando uma instituição arquivística publica algo nas redes sociais. Cada um entenderá a seu modo ou compreenderá apenas uma parte. Por exemplo, o que costuma acontecer em relação a uma publicação sobre um fato histórico do Estado. Para um historiador local, poderá ser um complemento ao que ele já havia estudado, mas para uma pessoa de outra área poderá se tratar de uma informação totalmente nova e curiosa. O entendimento de um conteúdo tende a ser percebido de forma menos desigual em grupos que tenham o mesmo perfil, uma mesma associação, forma de pensar e de agir. Ainda assim, nunca será igual.

Nas redes sociais virtuais, quando uma publicação é compartilhada por várias pessoas, elas podem escrever algo acima da publicação original, podendo ser ressignificada, retirada de seu contexto e alocada em outro, em cima de uma postagem antiga ou nova. No atual contexto político, muitos usuários têm salvado postagens no Twitter feitos por alguns deputados ou pessoas com influência e retuitado para apresentar contradições entre seu discurso e ações, com o uso da publicação original (recente ou mais antiga).

Para Almeida Júnior (2009, p. 93), a “mediação da informação é um processo histórico-social. O momento em que se concretiza não é um recorte de tempo estático e dissociado de seu entorno”.

Sob essa perspectiva, quem decide o que é ou não informação é o usuário. Ele deixa de ser apenas um receptor da mensagem para se tornar também um agente influenciador da mesma. O cognitivo de cada um é que definirá a informação. Um texto em mandarim, para um desconhecido no idioma, nada significa além de símbolos, pois este não saberá interpretá-los, diferente de um falante dessa língua, que saberá decodificá-lo e terá a sua própria interpretação do texto, podendo haver uma outra leitura de outro falante, em função de suas idiossincrasias. O usuário é ativo e não passivo na informação.

> A mediação está presente em todos os momentos do processo informacional, não somente no momento da disponibilização da informação para o usuário, mas também em todas as atividades desenvolvidas pelo profissional da informação. Isto é, não ocorre apenas no momento do contato do usuário com os documentos e com a possibilidade de obter informações. Ela abarca todas as ações do fazer bibliotecário/arquivístico, desde a construção do acervo, o processamento técnico dos documentos etc. (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, MATERIAL DE AULA apud LOUSADA; ALMEIDA JÚNIOR, 2016, não paginado).

O arquivista, ao realizar um arranjo, faz uma mediação, por exemplo, pois o usuário já terá acesso àquele acervo arranjado da forma em que fora montado. Sendo assim, as séries e subséries estarão divididas segundo a classificação original ou arranjada por um arquivista. Esse é um exemplo de mediação feita pelo profissional de arquivo no realizar de uma de suas funções.

Outra função arquivística, segundo a perspectiva canadense, é a difusão, que se encaixa na mediação da informação e é feita com o intuito de tornar pública a informação disponível (e que não tenha nenhuma restrição quanto à classificação) ao usuário.

> [...]é preciso considerar que a organização documental, de maneira geral, obedece a padrões e instrumentos que podem ser aplicados em qualquer tipo de arquivo, no entanto, é importante destacar o fato de que o arquivista se situa como elemento humano mediador de todo esse processo, portanto, passível de tendências pessoais.
> [...] Segundo Ketelaar (2007), toda interação, intervenção, interrogação e interpretação por parte do criador, do usuário e do arquivista é uma ativação do documento. Cada uma delas deixa marca que são atributos do significado infinito do arquivo. Todas essas ativações são atos de coautoria que determinam o significado do documento. (LOUSADA; ALMEIDA JÚNIOR, 2016, não paginado).

O arquivista é um mediador de maneira implícita e explícita. Implícita, quando desempenha as suas funções sem que haja o contato direto com o usuário. Como afirma Lousada e Almeida Júnior (2016), o arquivista tem primeiro contato com o documento e só depois com o usuário. E explícita, quando há o contato com o usuário.

Outra função já citada no capítulo anterior, a descrição, é mais uma que reforça que a mediação não seja neutra. A escrita e as palavras estão no inconsciente e fazem parte da subjetividade. Fatores políticos, econômicos, sociais, espaciais e temporais são partes intrínsecas na formação do cidadão e interferem na mediação da informação também. O mesmo vale para os instrumentos de pesquisa, sítios eletrônicos e redes sociais virtuais.

4.2 VIRTUALIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

Lèvy (2011) desfaz a ideia do senso comum de que o virtual se opõe ao real, quando na verdade, para ele, o virtual se opõe ao atual. “Virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes” (LÈVY, 2011, p.15). O virtual é real,

porém não físico como uma caneta, um caderno, mas ele existe. Ele discrimina as diversas formas de virtualização, entre elas: do texto, da economia, da linguagem, da inteligência e do corpo. Muito do capital financeiro que há em um banco é virtual. Se todos os clientes desse banco fossem até ele para sacar de suas contas todo o dinheiro em espécie, o banco simplesmente não teria esse valor.

Para o autor, nosso modo de levar a vida foi atingido pelas tecnologias, um movimento geral de virtualização, tanto no lazer, na informação quanto no trabalho. As pessoas se comunicam, se encontram (virtualmente), conversam, trocam ideias, sem haver um espaço físico para tal encontro. “A virtualização inventa uma cultura nômade[...], fazendo surgir um meio de interações sociais onde as relações se configuram com um mínimo de inércia” (LÈVY, 2011, p. 20-21). O espaço virtual é uma possibilidade de extensão do “corpo” das instituições. Para Consoni (2016, p. 112), o “virtual é complemento do presencial e um não deve excluir o outro”.

No espaço virtual ou ciberespaço, não há fronteiras geográficas, “não é mais nem um ponto de partida, nem uma coerção. [...] se desterritorializam” (LÈVY, 2011, p.20-21). Ainda para Lèvy (2011, p.41), o “computador é, portanto, antes de tudo um operador de potencialização da informação”. Hoje, há uma convergência com os meios de informação e de mediação. Eles estão na smart TV, nos jornais online, nos celulares, nos tablets etc. Bem diferente das décadas de 50 à 80, em que poucos possuíam o monopólio da informação. Havia como alternativa algumas rádios, estando grande parte delas em comunidades, sem grande alcance fora desse espaço geográfico, e eram pouco ou quase nada interativas. Hoje, basta ter um celular na mão para ser produtor de conteúdo informativo.

Desde o final do século passado, já se falava em acesso por meios eletrônicos e digitais. Mostra-se, portanto, o longo debate sobre o tema e a necessidade de expandir os meios de acesso aos arquivos, democratizando informações e conteúdos dos mais variados informes. Para Jardim (1999):

> As atuais tecnologias da informação fomentam um 'espaço virtual' com funcionamento e características próprias que produzem novas configurações de produção, fluxo e acesso à informação;
> O conceito de "lugar" torna-se secundário para o profissional da informação e para os usuários onde a informação se encontra não é o mais importante e sim o acesso à informação; (JARDIM, 1999 p. 197).

É, dentro desse espaço virtual (mediado pelo computador), que se encontram as plataformas que fazem parte do marco empírico dessa pesquisa, junto com as instituições arquivísticas. Essas plataformas podem ser chamadas de redes sociais na internet, redes sociais online e, como esta pesquisa prefere, redes sociais virtuais.

O conceito de Web 2.0 (termo cunhado por Tim O'Reilly[28]), surgiu em 2004 numa conferência organizada por O'Reilly e MediaLive, foi consolidado ao longo do tempo, mas não é ainda aceito por todos. Os defensores do termo Web 2.0 dizem que ela é considerada uma espécie de atualização do início da internet, uma versão aprimorada, onde há interoperabilidade. Robredo aponta bem como alguns a veem:

> Web 2.0 é vista por alguns como uma segunda geração do desenho e da evolução da Web, que facilita a comunicação e o compartilhamento da informação, a interoperabilidade e a colaboração, com a subsequente proliferação de redes comunitárias e sociais, hospedagem de serviços e aplicações, compartilhamento de vídeos, wikis, blogs e folksonomias. (ROBREDO, 2010, p. 6).

Tim Berners-Lee[29] discorda da ideia de uma atualização, visto que a noção de conexão entre pessoas já fazia parte da internet. Ele deixa isso claro, numa entrevista, quando diz: “Web 1.0 foi tudo sobre como conectar pessoas. Era um espaço interativo, e acho que a Web 2.0 é, obviamente, um jargão de peças, ninguém sabe o que isso significa” (IBM, 2006, tradução nossa).

É dentro dessa chamada Web 2.0 que se encaixam as redes sociais. Entre elas: o Facebook, o Instagram, o YouTube, o Twitter, o Flickr, o Pinterest, o SoundCloud e o MixCloud.

Essa compreensão da virtualização da comunicação e do surgimento da Web 2.0 demonstra como as informações podem ser disseminadas, atingindo um público que antes não alcançaria. Geralmente, esse alcance é mensurado através de grafos, o que será abordado no item a seguir.

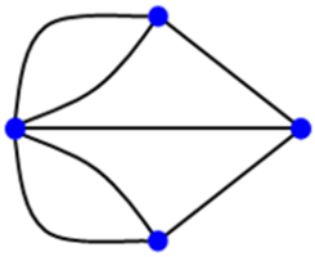
4.3 TEORIA DE REDES

Em 1736, o matemático Leonard Euler tentou resolver um enigma sobre as pontes da cidade de Könisberg (atual Kaliningrado), na Prússia (hoje Rússia), que

[28] Fundador da empresa O'Reilly Media (www.oreilly.com). Criador do termo Web 2.0.
[29] Ele é considerado o criador/idealizador da World Wide Web (www- internet).

era cortada pelo rio Prególia. Essas pontes ligavam duas ilhas e totalizavam o número de sete na cidade. O enigma consistia em saber se era possível atravessar a cidade pelas setes pontes existentes sem ter que repetir nenhuma. Euler, mostrou que não era viável passar pelas pontes uma única vez e criou um gráfico para representar, sendo este o primeiro teorema de grafo (FREITAS; BORGES, 2015; RECUERO, 2014).

Imagem 10 – Gráfico representando as pontes (linhas, arestas) e os quatro cantos da cidade (pontos, vértices)



Fonte: Wikipedia (2016).

A teoria dos grafos pode ser usada para diversas funcionalidades. Pode auxiliar no combate ao crime, no tráfego de redes de comunicação, na disseminação e prevenção de doenças, entre outras diversas aplicações. Atualmente, essa teoria tem sido muito utilizada nas análises de redes sociais.

A internet possibilitou uma rede de comunicação entre pessoas através de códigos binários. A noção de rede, assim como a informação, percorre também diversas áreas acadêmicas. O termo “redes” aparece na Sociologia, na Antropologia, na Filosofia, na Comunicação, na Geografia, entre outras, chegando à Tecnologia da Informação. Acioli (2007, p.3) aponta que “trabalhar com a ideia de redes significa trabalhar, de forma articulada, com a ideia de informação” e que a noção de redes/ redes sociais nasceu na Antropologia Social. O estudo das redes começou no início da década de 1970, “quando antropólogos e sociólogos buscaram compreender como os indivíduos estão conectados uns aos outros e como essas afiliações servem como uma ‘cola’ ou mantêm o significado da vida social” (LOPES; BALDI, 2009, p. 1011).

Marteleto (2001, p. 72) usa a seguinte definição para redes sociais:

> [...]sistema de nodos e elos; uma estrutura sem fronteiras; uma comunidade não geográfica; um sistema de apoio ou um sistema físico que se pareça com uma árvore ou uma rede. A rede social, derivando deste conceito, passa a representar um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados.

Para Latour (2012), a Teoria Ator-Rede passa pelo que ele denomina como cinco fontes de incertezas. Entre essas fontes de incertezas, uma é a de que não há grupos, mas a formação dos mesmos. Os grupos não existem, mas se formam através de interesses em comum (seja político, financeiro, geográfico, linguístico etc.). O autor traz de volta o significado da palavra “social” que vem de “associação”, do ato de se associar. Associar-se é estabelecer laços. Os grupos só vão existir através de associações. Quando uma página é curtida no Facebook ou se segue alguém no Twitter, há aí certo tipo de associação e, para que ela ocorra, as controvérsias são importantes. Isso porque, com elas, serão formados grupos diversos que poderão entrar em debates que, ao mesmo tempo, irão também se fortalecer em razão de uma alteridade.

> Buscando conceituar o conflito, pode-se dizer, nas palavras de Simmel (1955), que qualquer interação entre pessoas representa uma forma de sociação. O autor observa no conflito uma das formas mais vívidas de interação, já que esse não ocorre com um indivíduo de maneira isolada, ou seja, precisa de pelo menos dois sujeitos capazes de interagir de acordo ou desacordo com o outro, configurando-se em um processo social. (CAMPOS, 2016, p. 167)

Segundo apontam Ferreira e Vitorino (2010, p. 2), a Teoria de redes

> pode ser entendida como uma análise complexa das interações entre os atores envolvidos, atores que podem ser pessoas, organizações, meio ambiente, a partir do instante em que haja algum tipo de troca entre eles, sendo tangíveis (bens, materiais) ou intangíveis (ideias, valores).

Mesmo assim, há mais de uma forma de interação entre os atores e essa interação pode se diferenciar, dependendo do canal utilizado para a comunicação. Um ator pode acabar levando vantagem sobre outro e isso pode variar segundo a rede social utilizada. Em outras palavras, é necessário analisar como se dá a relação do ator com a estrutura. A vantagem que um ator pode exercer sobre o outro vai além de apenas passar um conteúdo e oferecer pouca interação, mas, sobretudo, configura-se em obter conteúdo, informações de outro ator (idade, localização, sexo, pessoas com quem o ator se relaciona e etc).

Baran (1964) apresenta, com um diagrama, algumas formas de redes, entre elas: centralizada, descentralizada e distribuída.

Imagem 11 – Rede centralizada, descentralizada e distribuída

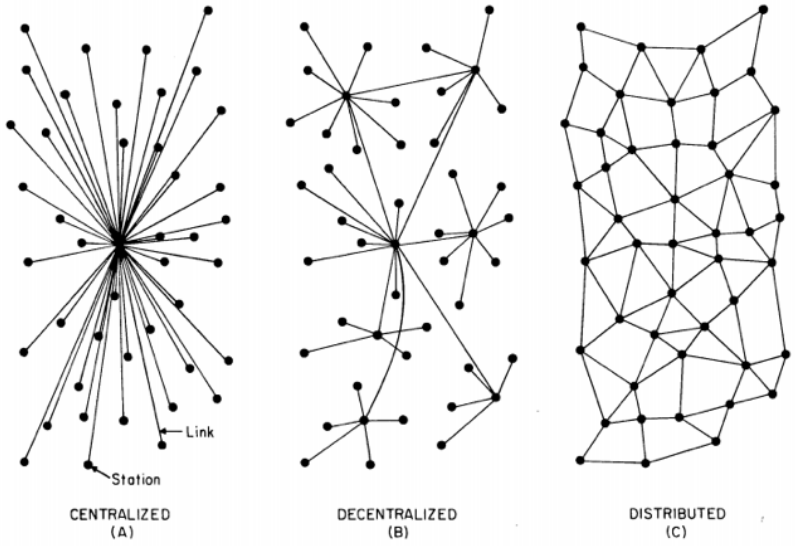


FIG. 1 — Centralized, Decentralized and Distributed Networks

Fonte: Baran (1964 p. 2).

Na figura (A), está representada uma rede centralizada. Há um ator que distribui a informação aos demais atores. Nela, há maior relação de poder, pois a informação está em posse desse único ator. Na figura (B), ainda ocorre uma relação desproporcional entre os atores (que chamaremos de “nós”). Há uma relação hierárquica, porém menor que a anterior. Na figura (C), não há um ator central, ou seja, não há uma hierarquia dentro dessa rede.

Paul Baran (1964) aponta a fragilidade e a vulnerabilidade da rede centralizada, pois ela depende de um “nó” (ator) central.

> A rede centralizada é obviamente vulnerável, pois a destruição de um único nó central destrói a comunicação entre as estações finais. Na prática, uma mistura de componentes estrela e malha é usada para formar redes de comunicação. Por exemplo, o tipo (b), na Fig. 1, mostra a estrutura hierárquica de um conjunto de estrelas conectadas na forma de uma estrela maior, com um link adicional formando um loop. Essa rede é, às vezes, chamada de rede "descentralizada", porque nem sempre é necessária a dependência total de um único ponto. (BARAN, 1964, p. 1, tradução nossa).

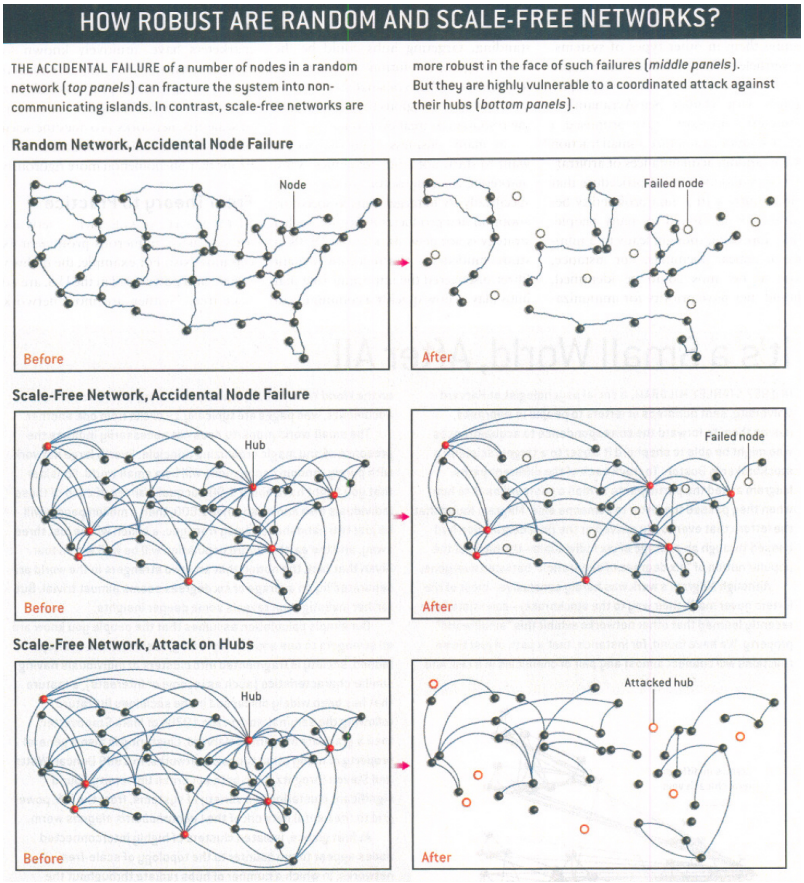
Caso esse “nó” seja destruído, tudo que estiver contido nele também será. Podemos aplicar isso a um sítio, por exemplo. As informações estão todas lá,

apenas no sítio eletrônico. Uma vez que esse sítio saia do ar, seja apagado ou reformulado, a informação contida nele simplesmente pode ser destruída e quem tinha acesso antes poderá perdê-lo.

O mesmo ocorre em uma postagem na rede social virtual. Se uma instituição arquivística publicar uma postagem, ela poderá ser compartilhada. Porém, se a postagem original (da instituição arquivística) for apagada, todos os compartilhamentos feitos por demais usuários também o serão, incluindo recompartilhamentos (compartilhamentos à partir de usuários que compartilharam a postagem original).

Albert-László Barabási e Eric Bonabeau (2003), em sua teoria de “rede sem escala”, apontam que um ator (nó) poderá ter mais ligações que outros atores, não havendo uma aleatoriedade defendida por alguns autores. Tendo um ator mais ligações, há, então, um desequilíbrio de poder. Esse ator que tem muitas conexões tenderá a reforçar esses laços e aumentar sua interação, possuindo, assim, mais ligações com outros atores. Estes são denominados de *hubs* (conectores).

Imagem 12 – Rede sem escala



Fonte: Barabasi e Bonebeau (2003, p. 57).

Algumas redes sociais sugerem novos “seguidores/amigos” baseadas nas conexões de cada ator. Essa sugestão pode ser devida e esse ator “pertencer” a um grupo numa rede social, por “seguir/curtir” interesses semelhantes, local etc. A essa estrutura, denominou-se *rich get rich* (ricos ficam mais ricos). Ou seja, quanto mais conexões um nó possui, maiores as chances de ele ter mais conexões” (RECUERO, 2005, p. 6).

Nem sempre a interação é perceptível. Uma pessoa pode “curtir/seguir” uma instituição em sua rede social virtual, porém manter uma interação unilateral e implícita, ou seja, carregando o conhecimento ou informação adquirida nas publicações sem ter que dar um retorno à instituição (seja com um *like* ou qualquer outro mecanismo que se apresente, tais como emoticons, onomatopeias, *hashtags* etc). Não é preciso interagir diretamente com a publicação para estar ciente dela. Muitas redes sociais disponíveis online permitem que você possa ler postagem classificadas como públicas sem ter a necessidade de se associar.

O termo “capital social” tem várias definições segundo a área de conhecimento. Para Lin (1999 apud STEINFELD; ELLISON; LAMPE; 2008, p. 434, tradução nossa), “há certo consenso geral de que ele se refere amplamente aos benefícios que recebemos de nossas relações sociais”. Nas redes sociais virtuais, não seria diferente.

> O capital social em Bourdieu é diretamente relacionado com os interesses individuais, no sentido de que provém de relações sociais que dão a determinado ator determinadas vantagens. Trata-se de um recurso fundamental para a conquista de interesses individuais.
> [...] Para Coleman, o capital social não está nos atores em si, mas em sua estrutura de relações. (RECUERO, 2014, p. 47-48).

Para Steinfeld, Ellison e Lampe (2008), há o que eles chamam de “capital social de manutenção” e citam o Facebook como uma das redes sociais para esse laço entre atores permanecer. O laço/elo pode ser forte ou fraco, dependendo do nível de interação entre as partes ou apenas de contato (manutenção). O laço forte é aquele em que a aproximação entre as partes é grande, há uma intimidade, maior intensidade de trocas; enquanto, no laço fraco, as relações são mais dispersas, com pouca troca e interação. Porém, como aponta Raquel Recuero, esses laços não têm de ser necessariamente recíprocos, pois é “possível que uma ator A considere B seu melhor amigo (laço forte) e que B, em retorno, não considere A como uma pessoa

tão próxima (laço mais fraco)" (RECUERO, 2014, p. 42). Um outro exemplo de laço forte não recíproco é quando alguém segue a página do Arquivo Nacional e visualiza sempre as postagens sem ser preciso interagir com comentários, compartilhamento ou curtidas.

Outro fator fundamental é perceber a *persona* que cada ator desempenha. Uma espécie de "máscara", ou seja, o ator faz parecer uma coisa que não necessariamente ele é. Em outras palavras, existe uma representação. Nessa perspectiva junguiana (Carl G. Jung), a *persona* é importante para a manutenção e o bom convívio social. Cada ator se comporta de determinado modo segundo a situação em que se apresenta. Isso vai desde o linguajar utilizado até expressão corporal, por exemplo. Dependendo da forma que isso se equilibre, a *persona* pode desempenhar um papel que esconda o real. Dificilmente, aparecerão, nas redes sociais virtuais, os arquivos públicos reclamando da falta de orçamento e como ele faz falta para a manutenção das atividades e preservação do acervo. O que é postado não necessariamente reflete que uma instituição seja organizada, mas poderá passar ou não essa impressão, dependendo de como o usuário perceberá determinada informação. Afinal, "não são atores sociais, mas representação dos atores sociais" (RECUERO, 2014, p. 25).

Quanto mais "seguidores/curtidas" um perfil de um Arquivo Nacional tiver, maior será o alcance e a probabilidade de maiores compartilhamentos da publicação. O compartilhamento feito por um outro ator poderá suscitar um interesse de outros atores, fazendo com que seja possível aumentar a quantidade de "seguidores/curtidas/amizades" no perfil das instituições e, consequentemente, seu alcance. Isso é interessante, embora algumas redes sociais virtuais propositalmente modifiquem de tempos em tempos os seus algoritmos para que o conteúdo atualizado seja visualizado por apenas 5 a 10% dos seguidores, forçando assim a venda de anúncios para aumentar a visibilidade da publicação e da página e dando lucros financeiros à empresa privada dona da rede social virtual. Essa prática é feita atualmente pela empresa Facebook. Em outras palavras, não existe processo aleatório nas redes sociais virtuais, já que as empresas determinam e modificam, de tempo em tempo, o algoritmo utilizado em seu *software*.

Regina Marteleto (2001) aponta que não necessariamente quem tem mais contatos (amigos/seguidores) terá maior alcance/circulação da informação. Há o que a autora chama de "contatos estratégicos", ou seja, a informação (ou o informe

publicado) pode chegar a mais pessoas com menor número de contatos e, assim sendo, com menos esforço, otimizando as relações.

> [..] Um sujeito pode não ter muitos contatos, estabelecer elos fracos, mas ter uma importância fundamental na mediação de trocas. O papel de mediador traz em si a marca do poder de controlar as informações que circulam na rede e o trajeto que elas podem percorrer. (MARTELETO, 2001, p. 79).

Um exemplo disso é, se uma pessoa com grande número de seguidores, como o jogador da seleção brasileira Neymar Jr., que possui 40,2 milhões de seguidores[30], retuitar[31] uma postagem de um arquivo estadual brasileiro, a probabilidade de sucesso e alcance será grande, em função da influência digital que o atleta possui com seus fãs. Isso poderia fazer com que aumentassem o número de seguidores desse arquivo estadual nessa plataforma.

O Arquivo Nacional pode ter, por exemplo, 5.000 seguidores a quem determinada publicação atinge, mas não necessariamente esses 5.000 irão republicar (compartilhar) a informação divulgada pela instituição e esse número de alcance da publicação pode ficar estático. Uma outra instituição pode ter 500 seguidores e todos eles republicarem a postagem original. Se cada um dos 500 seguidores tiver pelo menos uns 200 outros seguidores (ou amigos, dependendo da rede social) a postagem terá chegado a, no mínimo, 99.800 pessoas. Isso, não levando em conta os algoritmos das empresas, que mudam de tempos em tempos segundo as vontades delas.

As redes sociais não são uma exclusividade do mundo físico. Como já deu para perceber, elas também ocorrem em ambientes virtuais, onde a presença física é mediada por computador. Assim, “essas redes acabam por funcionar como plataformas sociais, dada a facilidade de intercomunicação dos usuários por meio dos recursos proporcionados por tais serviços” (SANTAELLA, 2013, p. 42).

> Embora os sites de redes sociais atuem como suporte para as interações que constituirão as redes sociais, eles não são, por si, redes sociais. Eles podem apresentá-las, auxiliar a percebê-las, mas é importante salientar que são, em si, apenas sistemas. São os atores sociais que utilizam essas redes, que constituem essas redes. (RECUERO, 2014, p. 103).

Essa virtualização da comunicação já existia em salas de bate-papo (chats) e

---

[30] Números obtidos em 19 de junho de 2018.

[31] Ato de compartilhar uma postagem originalmente feita na rede social virtual Twitter.

correio eletrônico (e-mails), mas se intensificou ainda mais ao longo dos anos com o avanço de novas plataformas e tecnologias, como, por exemplo, o smartphone. Essa ferramenta possibilita responder praticamente no mesmo instante em que foi recebida uma mensagem e, por ser portátil, pode-se levá-la a qualquer local, o que facilita uma maior interatividade na comunicação. Tal facilidade, permite a comunicação com as instituições arquivísticas em qualquer espaço e a qualquer tempo.

5 CENÁRIO DOS ARQUIVOS ESTADUAIS BRASILEIROS NAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS

Para o usuário ter uma melhor experiência, o sítio eletrônico do arquivo público deve conter: o que é o arquivo, o que vai se encontrar de informação dentro da instituição, condições de surgimento do acervo, contexto da sua documentação, instrumentos de pesquisa e uma boa interface, de fácil entendimento para o usuário (MARIZ, 2011). Isso é fundamental para que o usuário não fique perdido ou "amontoado" em muitas informações. A poluição visual tende a atrapalhar o usuário, tirando o foco do que ele pretende obter e dificultando sua busca.

Anna Carla Almeida Mariz (2012) analisou os arquivos públicos brasileiros na internet. Ela observou 16 arquivos estaduais (que se fizeram presente na internet) entre os anos de 2004 e 2009. Este projeto técnico-científico encontrou 19, ou seja, um aumento de aproximadamente 20%, se só considerarmos os endereços eletrônicos oficiais, sem levar em conta as redes sociais, mesmo sendo apenas uma página dentro de alguma secretaria estadual.

Numa comparação entre os estudos de Mariz (2012) e da pesquisa aqui apresentada, feita em 2017 e 2018, percebeu-se que algumas páginas viraram sítios eletrônicos e alguns arquivos, que possuíam um portal, hoje não se encontram mais disponíveis para visitação virtual. O Arquivo Público do Estado do Pará possuía, em 2009, um endereço eletrônico e hoje não possui mais, embora, curiosamente, esteja presente no Facebook. Esse fato gerou indícios - percebidos também em outras instituições - que podem apontar a falta de recursos financeiros ou de capital humano destinados para a manutenção de uma página na web. Outros motivos para a não existência de um sítio (e de apenas da presença virtual da instituição nas redes sociais) pode existir por conta de uma maior burocracia entre o pedido de atualização do arquivo e o setor responsável, pois este está muitas vezes ligado a outra secretaria (com endereço físico diferente), dificultando-se a comunicação e a velocidade de publicação.

Esse fato gera um problema de ordem maior. Se não há um endereço eletrônico oficial com ".gov.br" ou com a sigla do Estado, como identificar que realmente se trata da página oficial do Arquivo Público em questão? Não há como o usuário ter certeza. Neste capítulo de análise, iremos apontar problemas encontrados nas páginas dos arquivos públicos estaduais brasileiros e aprofundar a

análise com foco nas duas instituições que têm maior número de seguidores que fazem melhor uso dessas plataformas da web 2.0: as redes sociais virtuais.

5.1 PROBLEMAS DE IDENTIFICAÇÃO E PESQUISA PARA O USUÁRIO

Nem todos os endereços eletrônicos dos arquivos estaduais apontavam para as suas respectivas páginas nas redes sociais. Alguns simplesmente não apontavam para nenhuma rede social virtual, outros tinham *links* quebrados e um deles redirecionava para um endereço virtual pertencente a uma pessoa física, que nada tinha a ver com a instituição.

O Arquivo Público do Distrito Federal possui, em seu sítio eletrônico, o apontamento para quatro redes sociais, porém esta pesquisa encontrou cinco. Os *links* para o Twitter e para o YouTube estão dando erro de direcionamento, dizendo que a página não foi encontrada. É de fundamental importância que esses *link*s não deem erros, pois, caso o usuário vá procurar pelo Arquivo Público do DF diretamente no campo de busca dentro do Twitter, ele encontrará três opções semelhantes e com o mesmo nome. À princípio, parece que essas contas eram da própria instituição e, aos poucos ela foi deixando de usá-las. Ao invés de continuar de onde haviam parado, criaram outra conta seguida de mais outra. Não há como afirmar que tenha acontecido exatamente dessa forma, mas a situação atual confunde o usuário, podendo fazê-lo se associar (seguir) a uma conta que não será mais atualizada. O ideal, caso se tratem de contas pertencentes ao Arquivo Público do Distrito Federal, é que se deletem as contas que não serão mais utilizadas. Caso semelhante ocorre no YouTube, onde há mais de um canal representando a instituição.

Imagem 13 – Busca pelo Arquivo do DF dentro do Twitter

Fonte: Twitter (2018).

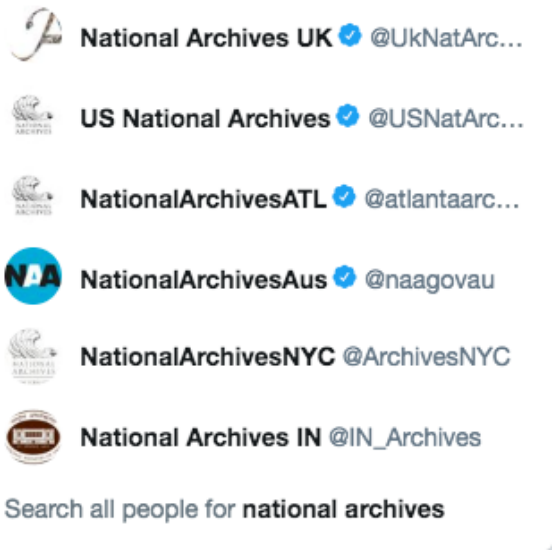
Imagem 14 – Busca pelo Arquivo Público do DF no Youtube

Fonte: Youtube (2018).

Essas ocorrências levaram este projeto técnico-científico a perceber a importância da autenticidade, para chancelar que se trata mesmo do Arquivo na web 2.0. Algumas das plataformas utilizam uma espécie de selo (verificação) para confirmar que se trata mesmo de uma organização pública e não de um fã ou de um perfil falso para enganar ou atrair seguidores, seja qual for o motivo imbricado por detrás disso. O selo geralmente aparece no formato de um “check” com um fundo azul. Imaginemos se um perfil falso, passando-se por um arquivo público, anuncia que haverá um evento com a participação de famosos e pessoas influentes no endereço da instituição e em determinado horário, mas apenas para os primeiros mil e quinhentos que chegarem. Isso causaria uma tremenda confusão, interromperia o trabalho de servidores e, dependendo de como for a situação for conduzida, poderia gerar tumulto e acidentes.

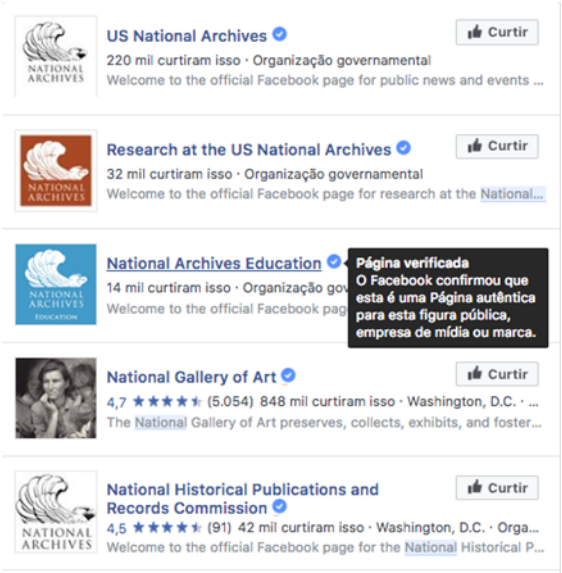
Mais uma vez, este produto técnico-científico reforça a importância de as instituições arquivísticas presentes na web 2.0 buscarem a sua autenticação. Com a verificação, não haveria problemas do Arquivo do DF possuir três contas com o mesmo nome, pois a oficial seria a que possuísse o selo ou fosse oriunda direto do sítio eletrônico oficial. Caso este último ficasse, por problemas técnicos, fora do ar, as contas verificadas garantiriam se tratar do Arquivo em questão.

Imagem 15 - Exemplo de conta verificada no Twitter



Fonte: Twitter (2018).

Imagem 16 – Exemplo de conta verificada no Facebook



Fonte: Facebook (2018).

Na imagem 15, referente ao Twitter, aparecem três páginas associadas ao National Archives and Records Administration (NARA), havendo apenas uma sem o selo que determina a página realmente se tratar daquela que representa a instituição. A seção em questão é a de Nova York (@ArchivesNYC). Embora ela não possua o selo, pelo sítio eletrônico do NARA, é possível se chegar no mesmo endereço, porém, somente com algum nível de conhecimento dentro do sítio, pois não há o *link* de acesso na página principal. O usuário pode ficar em dúvida de que se trate ou não de uma conta oficial, já que seção da cidade de Atlanta possui a conta verificada. A imagem 16 mostra contas verificadas pela empresa Facebook.com. O Arquivo Nacional do Brasil e o Arquivo Público do Estado de São Paulo têm suas páginas autenticadas no Facebook.

Imagem 17 – Página do AN atestada pelo Facebook

Fonte: Facebook (2018).

Percebeu-se que, ao tentar acessar o sítio do Arquivo Público do DF, há pequenas, porém, importantes diferenças. As quatro redes sociais virtuais só aparecem na versão *desktop* (utilizando um computador). Na versão *mobile* (celular e tablets), esses *link*s estão simplesmente suprimidos, não aparecendo sequer os ícones dessas plataformas de interação. Se for levado em conta que grande parte dos brasileiros acessam a internet através do celular, esses usuários não saberão da existência de outro espaço virtual em que a instituição se faz presente.

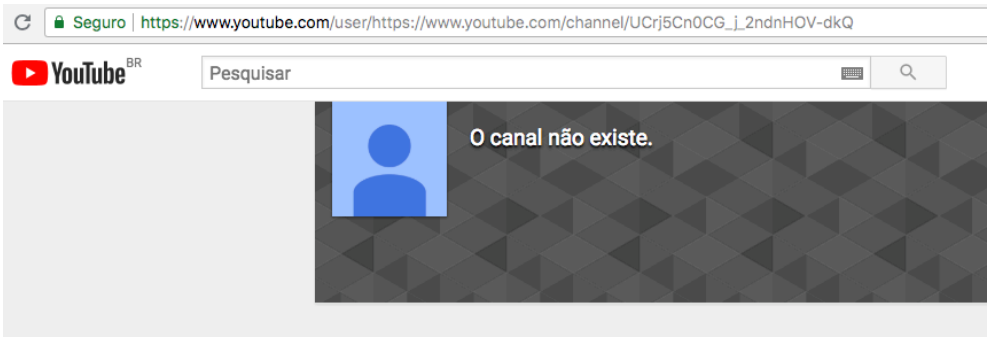
O Arquivo Público Estadual de Alagoas não aponta para nenhuma rede social virtual em seu sítio eletrônico, porém, é possível encontrar um endereço seu no Facebook e outro no Instagram. Ou seja, deveriam existir ou um *link* direto no sítio

eletrônico, ou esse espaço na web 2.0 autenticado. Outros casos semelhantes foram também percebidos no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, no Arquivo Público Mineiro, no Arquivo Público Estadual de Alagoas, no Arquivo Público do Estado do Amazonas, no Arquivo Histórico Estadual de Goiás, no Arquivo Público do Pará e no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

O fato de os sítios eletrônicos oficiais não indicarem os *links* para as redes sociais faz com que muitos não tenham consciência da atuação, eventos e comunicações dos respectivos arquivos, que perdem, assim, uma chance de aumentar sua visibilidade e atuação junto aos cidadãos. Perde-se a interação entre arquivo e usuário.

Alguns endereços apontam para *links* errados e que nada têm a ver com a instituição. O sítio do Arquivo Público Estadual do Amazonas tem dois *link*s que apontam para as redes sociais virtuais Facebook e YouTube. Quando se clica no ícone do Facebook, ele liga para um a página da Secretaria de Administração e Gestão do Estado (SEAD) nessa plataforma. Ao clicar no ícone do YouTube, aparece uma mensagem dizendo que a página simplesmente não existe. Se o endereço não existe, nem deveria ter um *link* para ele, porém, no Facebook, encontrou-se uma página do Arquivo Público do Amazonas, embora não através de um direcionamento direto do sítio eletrônico oficial do Arquivo.

Imagem 18 – *Link* da página do sítio Arquivo Público do Estado do Amazonas para o Youtube



Fonte: Youtube (2018).

Caso semelhante ocorre com o Arquivo Público do Distrito Federal, cujos *link*s estão quebrados, sendo necessário copiar a URL da rede social e colar. Já com o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, no sítio eletrônico, há um *link* para

a página do Arquivo no Twitter que, no entanto, leva à conta de uma mulher russa. O *link* está errado.

Imagem 19 – Sítio eletrônico do Arquivo Público do Rio Grande do Sul

Fonte: Arquivo Público Do Estado Do Rio Grande Do Sul (2018).

Imagem 20 – Página redirecionada através do sítio oficial do Arquivo Público do Rio Grande do Sul

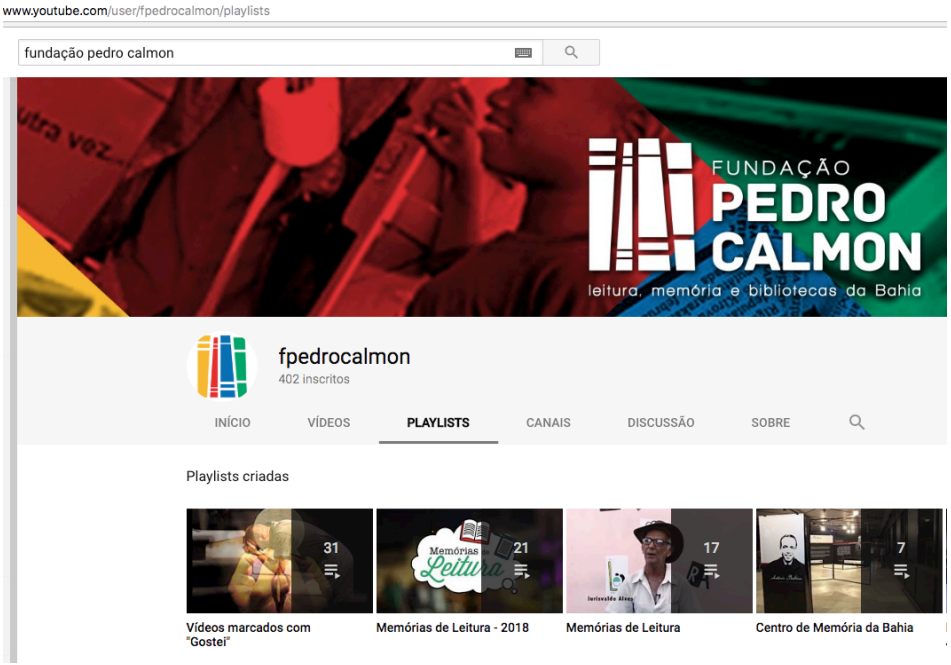
Fonte: (APERS_SARH, 2018).

O Arquivo do Pará não tem sua conta atualizada desde o ano de 2013, tendo passado por um período de quase dois anos entre a penúltima e última postagem, que por sinal foi um *retwitt* (compartilhamento).

A Fundação Pedro Calmon é quem coordena o Arquivo Público do Estado da Bahia (APB). A Fundação está vinculada à secretaria estadual de cultura. Ela não é só responsável pelo Arquivo Público, mas também pelo Centro de Memória da Bahia (CBM), pelo Memorial dos Governadores, pelo Sistema Estadual de Bibliotecas

Públicas (SEPB) e por atividades que incentivem e expandam a leitura através da Diretoria do Livro e Leitura (DLL). É esta fundação que fica responsável por prestar assistência técnica às bibliotecas e arquivos dos municípios baianos (SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA, 2018).

Imagem 21 – *Playlists* e *slogan* da Fundação

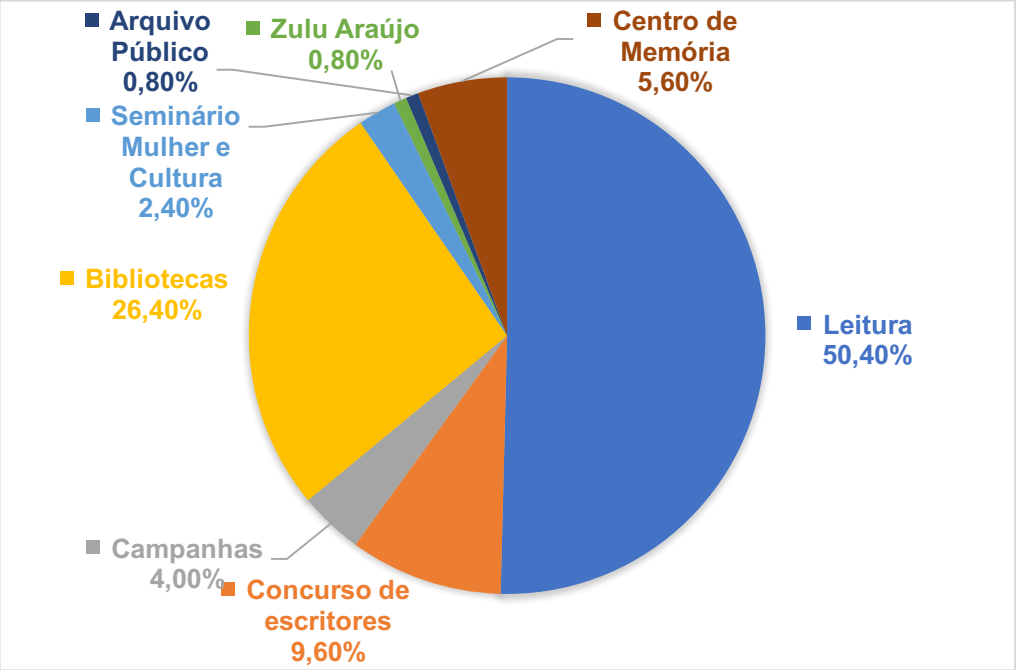


Fonte: Fundação Pedro Calmon (2018).

O logotipo da fundação são livros e o slogan que aparece na página da fundação no YouTube diz: “leitura, memórias e bibliotecas da Bahia”. Não há referência alguma à palavra “Arquivo”, embora pudesse ficar subentendido que memória é algo ligado aos arquivos. O sítio da própria fundação associa “memória” ao Centro de Memória e Memorial dos Governadores, dando um aspecto muito mais historicista do que arquivístico à palavra. No canal do YouTube da fundação, encontram-se 63 vídeos ligados à leitura, 12 a concursos de escritores escolares, 5 campanhas, 33 envolvendo bibliotecas (incluindo oficinas realizadas dentro desse espaço), 3 sobre seminário nacional mulher e cultura, 1 de Zulu Araújo, 1 do Arquivo Público do Estado da Bahia e 7 do Centro de Memória da Bahia[32]. Fato semelhante ocorre nas demais redes sociais virtuais da Fundação.

[32] *Link* visitado na data de 2 de junho de 2018: <https://www.youtube.com/user/fpedrocalmon/playlists>.

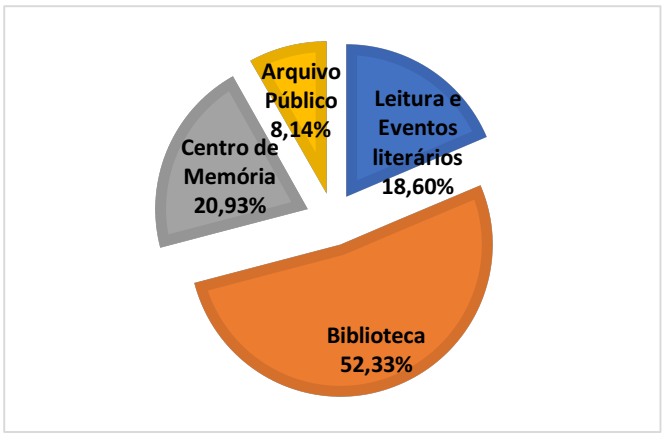
Gráfico 1 – Porcentagem dos assuntos dos vídeos no Youtube da Fundação Pedro Calmon



Fonte: elaboração própria, adaptado de Fundação Pedro Calmon (2018).

No gráfico acima, percebe-se que 86,2% dos vídeos estão relacionados às atividades que envolvem leitura, livros e bibliotecas e apenas 0,80%, ao Arquivo Público do Estado da Bahia. No Facebook da Fundação Pedro Calmon, nas postagens entre 28 de maio e 29 de junho de 2018, observaram-se os seguintes dados: 16 postagens sobre literatura e eventos literários, 45 postagens envolvendo bibliotecas, 18 postagens envolvendo o Centro de Memórias e apenas 8 sobre o Arquivo Público.

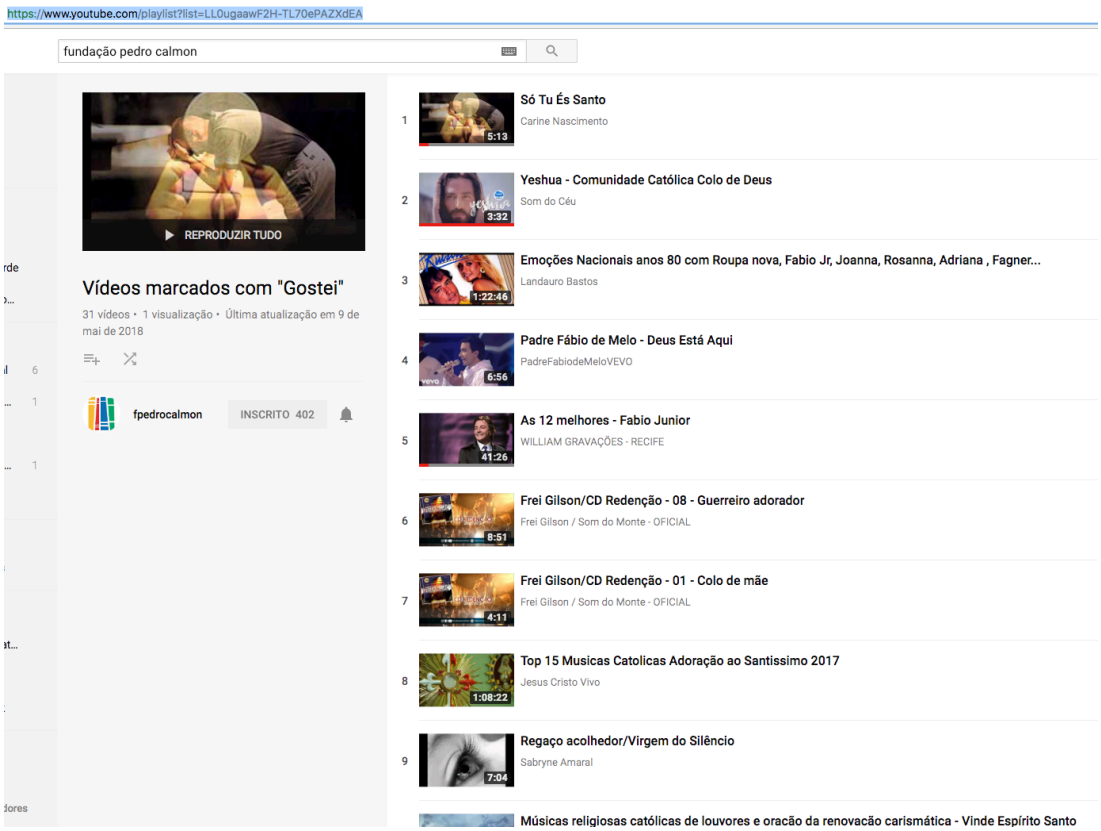
Gráfico 2 – Percentual dos assuntos relacionados em um mês no Facebook da Fundação Pedro Calmon



Fonte: elaboração própria, adaptado de Fundação Pedro Calmon (2018a).

Um fato inusitado está presente nas *playlist* da Fundação - que está atrelada à secretaria de cultura do Estado da Bahia - no YouTube. Há, nessa *playlist,* vídeos que aparecem como “gostei”, que são vídeos publicados por outras pessoas ou órgãos que foram marcados como relevantes pela fundação responsável pelos arquivos e bibliotecas públicas estaduais da Bahia, mas que aparecem em suas listas de reprodução juntos com os vídeos produzidos por ela própria. Além disso, esses vídeos, ao todo 31, são: 2 vídeos bloqueados por infringir lei de direitos autorais, 1 com doze canções do Fábio Júnior, 1 com uma música do Gilson, 1 de sucessos da Banda Reflexus, 25 de conteúdo religioso e 2 dando dicas de beleza física e como acordar motivada.

Imagem 22 – *Playlist* marcados como “Gostei” pela Fundação Pedro Calmon no YouTube

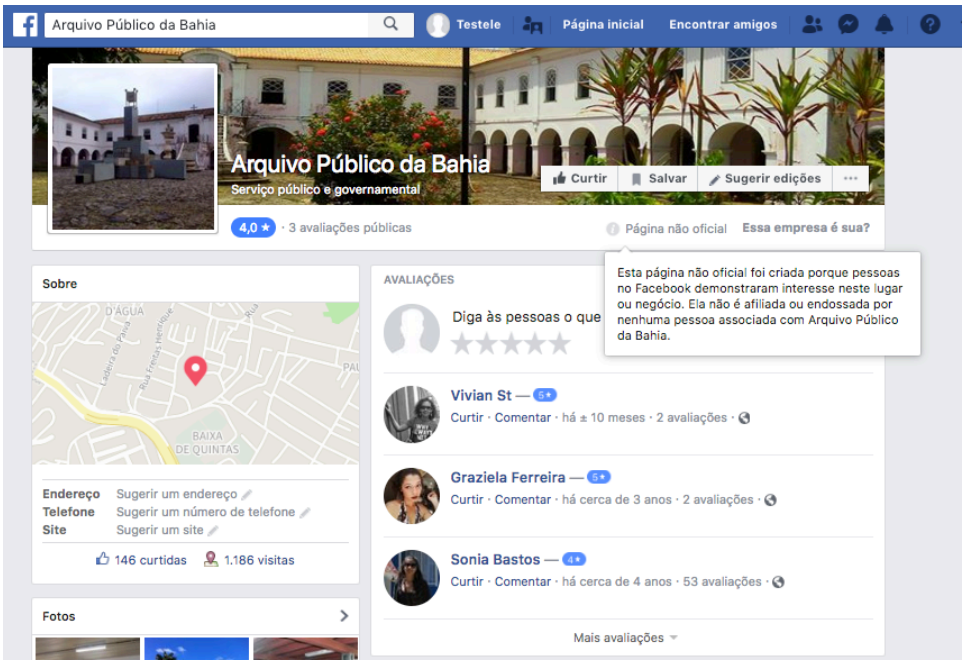


Fonte: Fundação Pedro Calmon (2018b).

Em um Estado laico, não deveria uma instituição pública ter músicas católicas em uma *playlist* que é aberta a todos os usuários (sendo estes inscritos ou não no canal). O que se espera, na *playlist* “gostei”, é algo que envolva a atividade fim da instituição. Pode ter sido que algum servidor tenha usado, sem querer, a conta da fundação e a confundido com sua conta pessoal.

Há uma página, no Facebook, criada por fãs, ou seja, não-oficial do Arquivo Público do Estado da Bahia. Este projeto técnico-científico entende ser uma necessidade a separação nas redes sociais virtuais do Arquivo Público do Estado da Bahia da Fundação Pedro Calmon, pois os objetivos e funções de um arquivo não estão contempladas nas redes da fundação. É preciso que o arquivo público baiano tenha autonomia gerida por seus funcionários.

Imagem 23 – Página não oficial criada por fãs do Arquivo Público da Bahia

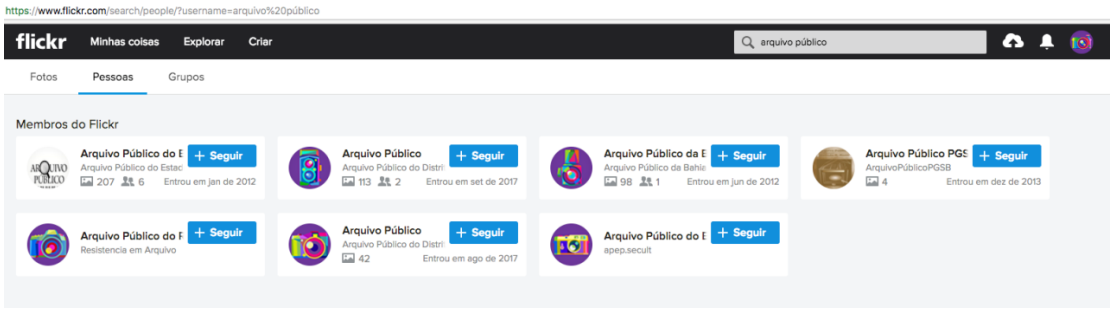


Fonte: Página… (2018).

Todos esses dados podem ser reveladores para diversas e interpretativas relações, desde o fato de o Arquivo ser pouco citado, até que importância ele tem dentro da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. A investigação desses pontos foi relevante e serviu para que não fosse incluído o Arquivo Público da Bahia no estudo comparativo, construído apenas com o Arquivo Nacional e o Arquivo Público de São Paulo. Percebeu-se que não seriam os dados do Arquivo Público da Bahia, mas sim da Fundação Pedro Calmon. Reforça-se, nesse sentido, a importância da autonomia que o Arquivo Público do Estado da Bahia necessita para ter representatividade nas plataformas de interação social online. Essa importância é real sobretudo em um estado que, segundo o CENSO de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui mais de 14 milhões de habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Na rede social Flickr, aparece o nome de alguns arquivos públicos estaduais. Foram identificadas contas do Arquivo Público do Pará, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, do Arquivo Público do Rio Grande do Sul e do Arquivo Público do Estado da Bahia, mas não há como comprovar que qualquer deles seja oficial. A permanece a dúvida também, pois não há sequer *links* em seus sítios oficiais que apontem para as respectivas páginas.

Imagem 24 – Flickr de Arquivos Públicos Estaduais?



FONTE: (FLICKR, 2018).

Nenhum dos sítios oficiais, exceto o do Arquivo Nacional, apontam para páginas no Flickr. A Fundação Pedro Calmon até o faz, porém em prol da própria fundação e não do Arquivo estadual da Bahia. Não foi possível descobrir se, em algum momento, foram páginas oficiais, pois, além de não haver ligações com os sítios eletrônicos, muitas delas não são atualizadas faz um bom tempo. O Arquivo do Distrito Federal aparece com duas páginas no Flickr, uma criada em agosto e outra, em setembro de 2017. Apesar de semelhantes, a criada em setembro tem mais material. Porém, não há como afirmar qual é a oficial, já que o *link* do sítio não redirecionou para o endereço de maneira correta, havendo uma falha na comunicação.

O Arquivo Nacional possui uma conta no SoundCloud que não está muito bem discriminada em seu sítio eletrônico. Apesar de aparecer, no topo do sítio do AN, o logotipo da empresa SoundCloud, o *link* joga para a rede social MixCloud. E embora os áudios disponíveis na primeira estejam presentes também na segunda, ainda se tratam de empresas diferentes. Conclui-se disso que o AN tem uma rede social virtual a mais do que diz ter, a MixCloud, que, embora não esteja no sítio, foi anunciada em uma postagem no Facebook em 2017.

Imagem 25 – Anúncio da conta do AN nacional no SoundCloud

Fonte: Brasil (2018).

Imagem 26 – Banner do sítio eletrônico do AN e *link* errado

Fonte: Brasil (2018a).

Observa-se, na página do SoundCloud, que apenas 4 faixas de áudio estão presentes, dando a entender que tal plataforma foi abandonada pela instituição e que não receberá mais atualizações. Enquanto a página no MixCloud contém[33] 39 arquivos de áudio.

Os problemas não param por aí. Com a proximidade da data de 7 de julho de 2018, em função da lei eleitoral (lei 9.504 de 30 de setembro de 1997), muitos arquivos públicos simplesmente retiraram suas páginas do ar, incluindo as redes

[33] Dados recolhido na data de 12 de julho de 2018 na página do AN no SoundCloud.

sociais. Muitos usuários foram pegos de surpresa. Alguns arquivos estaduais chegaram a avisar, mas faltando pouco tempo, horas antes. No entanto, a maioria não fez nenhuma menção e simplesmente saiu. O que avisou com maior antecedência foi o Arquivo Público do Estado de São Paulo, em 3 de julho de 2018, quatro dias antes. Parece que inclusive as instituições foram pegas de surpresa.

Toda publicação que fora compartilhada não aparecerá mais nos casos das instituições que saíram do ar, pois a ligação foi quebrada. O arquivo público é o *hub* (nó principal, ator central) e, a partir do momento em que ele foi "atacado", sua mensagem apagada, tudo o que foi compartilhado pelas pessoas nas redes sociais também desaparecerá, assim como a aponta a imagem 12 do capítulo anterior. Os que ainda avisaram só o fizeram muito próximo da data ou no dia em que retiraram todo o conteúdo do ar.

O Arquivo Público do DF comunicou em seu sítio eletrônico que as suas cinco redes sociais ficarão fora do ar pelos próximos três meses, porém, como analisado, o Instagram em momento algum apareceu como opção de *link*.

Imagem 27 – Sítio do DF (com *link* quebrado do Flickr) e no canto superior direito *link* para quatro redes sociais no dia 4 de julho de 2018

Fonte: Distrito Federal (2018).

Imagem 28 – Aviso no sítio eletrônico do Arquivo do DF em 6 de julho de 2018

Fonte: Distrito Federal (2018).

A legislação eleitoral não fala nada sobre redes sociais, até porque elas ainda nem existiam em 1997, quando da promulgação da lei em questão. Nenhum de seus artigos indicam que deva o sítio ser retirado do ar. Tanto assim é, que muitos estados tiveram que fazer portarias para complementá-la. A instrução normativa n.2/2018, de 05 de junho de 2018, da Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal, diz da comunicação nos três meses que antecede a eleição:

> Art. 3º Para os fins desta Instrução Normativa, a publicidade sujeita ao controle da legislação eleitoral compreende as espécies abaixo descritas:
> I - a publicidade institucional;
> II - a publicidade de utilidade pública; e
> III - a publicidade mercadológica de produtos e serviços que não tenham concorrência no mercado
>
> Da Suspensão dos perfis e páginas das Redes Sociais Art. 10. A partir de 7 de julho de 2018 até a realização da eleição, deverão ser suspensos em redes sociais os perfis e páginas dos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal.
> Parágrafo único. Para garantir o cumprimento da suspensão dos perfis pelas assessorias de comunicação dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, a SECOM/DF se tornará administradora de todas as páginas e perfis de redes sociais oficiais. (DISTRITO FEDERAL, 2018, não paginado)

Mesmo assim, a rede social é apresentada ao longo deste capítulo, não como veículo de publicidade apenas, mas principalmente de informação, pesquisa, conhecimento e cidadania. Há que se entender que os Arquivos não estão ao dispor de políticos, mas sim da sociedade. É um perigoso precedente que foi aberto, pois, a cada dois anos, há eleições. O que pode significar (incluindo segundo turno)

aproximadamente 114 dias, quase 4 meses de comunicação e serviços prestados via online fora do ar.

O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro seguiu a resolução da Casa Civil nº 35, de 29 de junho de 2018 do Estado, que interpretou a legislação eleitoral da seguinte forma:

> Para fins eleitorais, nos moldes do art. 73, § 1º, da Lei 9.504/97, e art. 77, § 1º, da Instrução TSE nº 23.551/2017, agente público é "quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional"
> É fundamental que se proceda de modo a evitar violações à Legislação Eleitoral e, de modo especial, ao disposto no §1º do art. 37 da Constituição Federal c/c. art. 78 da Instrução TSE nº 23.551/2017, no sentido de estabelecer que a "publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos". (RIO DE JANEIRO, 2018, p.2).

Ainda sobre a resolução, esta entende que um sítio eletrônico pode ser entendido como um "guichê virtual" e, como a lei eleitoral não determina o fechamento destes, não será preciso interromper o funcionamento online dos sítios eletrônicos dos órgãos públicos no tocante à informações, solicitação de serviço etc. Porém, veta-se o uso de slogan do governo estadual ou promoção do mesmo (RIO DE JANEIRO, 2018). Há uma resolução para eventos que sejam realizados ou promovidos por órgãos e entidades do estado.

> Congressos e seminários são, em geral, eventos em que se reúnem pessoas com alguma especialização profissional ou ocupacional, para debater temas pertinentes a sua atividade, comunicar experiências e avanços recentes nessa área de atuação, trocar informações de interesse profissional. Na medida em que sejam fechados ao público em geral, devem ser considerados como eventos não publicitários.
> Feiras e exposições objetivam atrair públicos mais amplos para tomarem contato com produtos e serviços dos expositores. Essas atividades são vedadas, nos três meses que antecedem o pleito. Entretanto, como exceção a essa regra, pode acontecer de alguns órgãos ou entidades terem estabelecido, como rotina, a colocação de estandes de prestação direta de serviços à população, em eventos da espécie, algo como uma extensão de seus guichês de atendimento tradicional ao público. Se essa prática já está desde há muito estabelecida, pode-se admitir sua continuidade. De qualquer modo, é recomendável autorização prévia do TRE para a participação em feiras e exposições, exceto se a participação se destinar à promoção de serviços e produtos que tenham concorrência no mercado. (RIO DE JANEIRO, 2018, p. 6, grifo do autor).

Visto pela data das resoluções, é perceptível que as instituições arquivísticas foram pegas de surpresa e este pode ser o motivo de muitas nem sequer terem avisado que sairiam do ar. É preciso debater mais sobre esse assunto e prontamente, pois não podem os Arquivos Públicos ficarem tanto tempo sem um canal de comunicação com a sociedade. Isso é, sim, interferir em uma missão da instituição, que é dar o acesso. Segundo a Lei de Acesso à informação, o sigilo é exceção e o acesso a regra, mas não parece que isso tenha sido levado em conta.

Apenas o Arquivo Nacional manteve as publicações constantemente atualizadas nas redes sociais e lançou uma nota em sua página no Facebook, no dia 7 de julho de 2018, em que dizia que, durante o período eleitoral, o espaço para comentários seria adaptado em observância à lei eleitoral, podendo este ser passível de exclusão, caso houvesse propaganda eleitoral.

Os Arquivos estaduais de Alagoas, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul (Arquivo Histórico), a fundação Pedro Calmon (BA) e o Arquivo do Distrito Federal desativaram ao público as suas contas nas redes sociais virtuais, quebrando as ligações, compartilhamentos e informações anteriormente existentes. O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul saiu do Facebook, mas manteve suas contas (sem atualização) no Twitter e no YouTube.

Os arquivos públicos dos estados do Pará, Rio de Janeiro e São Paulo tiveram suas últimas postagens respectivamente nas datas de 31 de maio, 6 de junho e 6 de julho. Apesar de permanecerem online nas redes sociais, os arquivos do Rio de Janeiro e de São Paulo não farão atualizações durante o período eleitoral. Nenhuma informação foi encontrada sobre o arquivo do estado do Pará.

O Arquivo Público de Pernambuco (João Emerenciano) chegou a ter uma publicação no dia 10 de julho no Facebook e mantém seu sítio eletrônico funcionando normalmente. Não foi encontrada nenhuma menção à lei eleitoral de 1997.

O mínimo que se poderia esperar dos arquivos que saíram do ar seria uma postagem fixa prévia ou, na figura de capa das redes sociais, um aviso estampado. O Arquivo Público do Estado de São Paulo chegou a fazer isso, porém muito próximo da data de paralização.

Se houvesse uma avaliação nas redes sociais virtuais, a dificuldade em manter a página funcionando durante o período eleitoral poderia não ocorrer. As possíveis propagandas dos governos estaduais teriam um prazo para ser

eliminadas, com o limite da data prevista pela lei eleitoral. O prazo de manutenção já estaria estabelecido desde a sua criação, sendo encerrado na data programada.

Outro fator em que uma avaliação cairia bem seria o que diz respeito às publicações excessivas de datas de eventos ou informes ultrapassados. Se já cumpriu a sua missão de informar, por exemplo, que o arquivo não abrirá tal dia ou que terá horário restrito em determinado período, não há porque manter uma publicação após esse prazo. Apenas torna mais dificultosa a possibilidade de um usuário alcançar alguma publicação mais antiga, pois terá de passar por diversas outras que, talvez, já tenham cumprido seu objetivo temporário e que acabam "soterrando" o que é de mais relevante para a instituição e para o cidadão.

Imagem 29 – Imagem encontrada nas redes sociais estaduais que saíram do Facebook durante o período eleitoral

Fonte: Facebook (2018).

Verificou-se que as instituições arquivísticas estaduais precisam - e muito - melhorar sua comunicação, até que sejam claras para o usuário: esclarecer se algo é ou não oficial; avisar com antecedência quando e o quê vai sair do ar, para que o usuário possa baixar imagens; disponiblizar *links* corretos das redes sociais etc.

O Arquivo Público do Estado de São Paulo é o arquivo estadual que mais possui seguidores nas redes sociais. No Facebook,[34] ele possui 58.943 seguidores e é seguido em números, pelos seguintes: Arquivo Público Mineiro, com 9.551 seguidores; Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (PE), com 6.555; Arquivo Público do Espírito Santo, com 6.443; Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, com 5.803; Arquivo Público do Distrito Federal, com 3.810; Arquivo Público do

[34] Pesquisa realizada em 8 de julho de 2018.

Pará, com 3.495; Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, com 2.357; Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, com 2.134; Arquivo Público de Alagoas, com 1.180; Arquivo Histórico Estadual de Goiás, 126, e Arquivo Público do Estado do Amazonas com 78 seguidores. Se somarmos todos os arquivos, exceto São Paulo, teremos o total de 41.650 seguidores. O Arquivo Público do Estado de São Paulo sozinho é maior que a soma dos outros onze arquivos enumerados. Isso pode ser um indicador de qualidade, de importância e/ou até de reconhecimento social da instituição. Para se ter uma ideia, na comparação, o Arquivo Nacional possui 49.002 seguidores, ou seja, quase 10 mil a menos que o arquivo estadual de São Paulo. Em maio de 2017, a diferença era de quase 20 mil. Mostra-se, assim, um grande crescimento no engajamento do AN no Facebook. Não foi incluída, aqui, a Fundação Pedro Calmon, que tem 35.885 seguidores. Isso se deve a esta pesquisa entender que não se trata diretamente do Arquivo Público da Bahia, que, nas pesquisas (nas redes sociais virtuais), mostrou ter pouca relevância nas publicações, voltadas mais para o campo de leitura e bibliotecas. Por esta questão, a presente pesquisa irá desconsiderar os seus dados na análise comparativa.

No Twitter[35], o Arquivo Público do Estado de São Paulo possui 28.461 seguidores, contra 1.715 do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul; 1.118 do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; 196 do Arquivo Público do Distrito Federal e 147 do Arquivo Público do Estado do Pará. O Arquivo Nacional possui atualmente 82.293 seguidores. Em maio de 2017, esse número era de 55.762 seguidores, ou seja, ocorreu um aumento de 26.531 seguidores.

No Instagram, os arquivos estaduais de Alagoas, Espírito Santo, Pará e São Paulo, Distrito federal, Pernambuco e o Arquivo nacional possuem respectivamente 531, 833, 440, 4.888, 575, 301 e 33.512 mil seguidores. No YouTube[36], os números são mais modestos. As pessoas inscritas no canal dos arquivos de São Paulo são 648, do Distrito Federal, 39 e do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 30. O Arquivo Nacional conta com 1.781 inscritos que seguem o canal.

No Flickr[37], o Arquivo Público do Distrito Federal possui 2 inscritos, o do Rio de Janeiro 6, o do Estado do Rio Grande do Sul e o do Estado do Pará nenhum, nenhum. O Arquivo Nacional, por fim, possui apenas 96 inscritos.

O Arquivo Nacional do Brasil se faz presente em dez redes sociais e o

[35] Pesquisa realizada em 8 de julho de 2018.
[36] Pesquisa realizada em 8 de julho de 2018.
[37] Pesquisa realizada em 8 de julho de 2018.

Arquivo Público do Estado de São Paulo é o que mais se equipara a ele. Apesar de não apresentar os mesmos números, possui qualidades que foram observadas nesta pesquisa e que serão abordadas à frente. Abaixo, um quadro dos arquivos públicos estaduais e sua presença ou não na internet e nas redes sociais virtuais. Dados foram, inicialmente, colhidos em setembro de 2017 e atualizados e modificados em 28 de junho de 2018. Os dados dos cursos de Arquivologia no Brasil foram retirados do sítio do CONARQ em 02 de julho de 2018[38].

[38] <http://conarq.arquivonacional.gov.br/links-uteis/389-cursos-de-arquivologia-no-brasil.html>.

Arquivo	Facebook	Twitter	YouTube	Instagram	Flickr	Pintrest	Mixcloud/ SoundCloud	Zappiens	Wiki Commons	Endereço algum eletrônico oficial?	Possui Ensino Superior em Arquivologia
DF	3.810	196	39	575*	2	-	-	-	-	Sim	1
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não	Não
AL	1.180*	-	-	531*	-	-	-	-	-	Sim	Não
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não	Não
AM	78*	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim	1
BA	35.885	2.663	400	4.789	48	-	-	-	-	Sim	1
CE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim	
ES	6.443	-	-	833	-	-	-	-	-	Sim	1
GO	244*	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim	
MA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim	
MT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim	
MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim	
MG	9.551	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim	1
PA	3.495*	147*	-	440*	0	-	-	-	-	Não	1
PB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não	2
PR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim	1
PE	6.555	-	-	301	-	-	-	-	-	Sim	
PI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim	
RJ	2.134*	1.118*	-	-	6*	-	-	-	-	Sim	2
RN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não	
RS	2.357	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim	3
RS 2	5.803*	1.715*	30*	-	0*	-	-	-	-	Sim	
RO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não	
SC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim	1
SP	58.943	28.461	648	4.888	-	-	-	-	-	Sim	1
SE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não	
AN	49.002	82.293	1781	33.512	96	1.201	39/38*	N/A	N/A	Sim	N/A

Tabela 1 – Arquivos Públicos Estaduais e sua representação na internet

Fonte: elaboração própria (2018).

*Não há *links* nos sítios oficiais que apontem para as redes sociais em questão ou conta verificada para garantir a autenticidade da mesma.

RS= Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. RS 2= Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

5.2 ANÁLISE DO USO DAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS PELO ARQUIVO NACIONAL E PELO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fundado em 1892, o Arquivo Público do Estado de São Paulo é a principal instituição arquivística do Estado paulista. Atualmente, o órgão está vinculado à Secretaria do Governo (estadual), sendo responsável pela política de gestão de documentos, preservação e acesso, que envolve também atividades como classificação, avaliação e conservação. Além disso, é responsável por atuar junto aos arquivos municipais para orientação de serviços técnicos e de implementação de políticas públicas de arquivo.

Ao longo dos seus 126 anos de idade, adquiriu cinco conjuntos documentais considerados patrimônios da humanidade pela UNESCO[39], o acervo do extinto DEOPS[40], de ex-governadores do Estado, além de outros diversos (SÃO PAULO. 2018). A instituição possui em seu acervo de aproximadamente...

> 25 milhões de documentos textuais, 2,7 milhões de documentos iconográficos e cartográficos, 45 mil volumes de livros e mais de seis mil títulos de jornais e 2.300 títulos de revistas, provenientes de diversas secretarias do Estado, arquivos e entidades privadas estão disponíveis para consulta ao público gratuitamente, na sede do Arquivo Público ou pela Internet. São mais de um milhão de páginas de documentos digitalizados para pesquisa online. (SÃO PAULO, 2018, não paginado).

Facilitando sempre o acesso ao seu usuário, o Arquivo Público do Estado de São Paulo faz uso da plataforma ICA-AtoM[41], catálogos, inventários, base de dados e repositório digital em seu sítio eletrônico. Inclusive, neste último, é possível encontrar diversos manuais de como descrever, classificar e avaliar documentos. Muitas revistas e e-books (livros em formato digital) estão disponíveis para baixar gratuitamente, o que favorece uma troca e abrangência do conhecimento arquivístico pelo país e serve de referência e base técnica e teórica para os estudantes e professores de Arquivologia do país.

Já o Arquivo Nacional do Brasil foi criado em 1838 e batizado de Arquivo Público do Império. Foi, inicialmente, estabelecido na Secretaria de Estado dos Negócios do Império, já com a finalidade de custódia dos documentos públicos do

---

[39] Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

[40] Departamento de Ordem Política e Social.

[41] ICA-AtoM é um software de descrição arquivística que é baseado no Conselho Internacional de Arquivos. AtoM é um anacronismo para- Access to Memory.

Império. Atualmente, o AN é vinculado ao Ministério da Justiça. O Arquivo Público do Império começou organizado em três seções: Administrativa, Legislativa e Histórica. Em 1876, ele passou a ser reorganizado nas seguintes seções: Legislativa, Administrativa, Judiciária e Histórica. Nesse mesmo período, foram estabelecidos prazos para recolher os documentos e a conservá-los (BRASIL, 2018b).

Com a Proclamação da República, em 1889, e o fim da Monarquia, o Arquivo Público do Império tem seu nome alterado, em 1893, passando a se chamar Arquivo Público Nacional. Dezoito anos mais tarde, em 1911, a instituição tem seu nome alterado mais uma vez, passando a se chamar Arquivo Nacional. Não foi apenas a mudança de nome que ocorreu, mas também a criação de um novo regulamento interno, estabelecendo três seções: Administrativa, Histórica e Legislativa/Judiciária. Essa divisão perdurou até 1932, quando o Arquivo passou a ser reorganizado em: Administrativo, Histórico, Legislativo/Judiciário, Biblioteca/Mapoteca e Secretaria.

Essas foram as primeiras de muitas mudanças que o AN iria sofrer ao longo dos anos. Em 1958, ganhou um novo regimento que lhe conferia uma nova reorganização. Em 1975, outro novo regimento conferia outra estrutura para a instituição: Divisão de Pré-Arquivo[42], Divisão de Documentação Escrita, Divisão de Documentação Audiovisual, Divisão de Pesquisas e Atividades Técnicas, Divisão de Publicações, Divisão de Administração e Coordenadoria de Cursos de Arquivologia (BRASIL, 2018b).

A criação do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), em 1978, deu ao Arquivo Nacional a missão de preservar os documentos do Poder Público, assim como ficou a cargo da instituição a Comissão Nacional de Arquivos (CONAR).

> O Arquivo Nacional conserva, na sede, no Rio de Janeiro e em sua Coordenação Regional no Distrito Federal, mais de 55 quilômetros de documentos textuais, cerca de 1,74 milhão de fotografias e negativos, 200 álbuns fotográficos, 15 mil diapositivos, 4 mil caricaturas e charges, 3 mil cartazes, mil cartões postais, 300 desenhos, 300 gravuras e 20 mil ilustrações, além de mapas, filmes, registros sonoros e uma coleção de livros raros que supera 8 mil títulos. (BRASIL, 2018b, não paginado)

[42] A concepção de pré-arquivo era tudo o que não era corrente nem permanente, ou seja, era o aquivo intermediário. O curso de Arquivologia era ainda incipiente. Não existia o curso superior na área e nem a regulamentação da profissão de arquivista. As estruturas dos arquivos foram se modificando conforme evoluíram os estudos na área. De acordo com o explicado e detalhado no capítulo 2 dessa pesquisa, o saber e fazer da área estão, de certa forma, imbricados e isso foi constituindo a Arquivologia e as instituições arquivísticas.

Outros fatores marcantes foram: a criação da Revista Acervo, que está em circulação desde 1986; a criação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), em 1994 -para definir e estabelecer diretrizes para o SINAR-; a criação do RECINE, em 2002; a criação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos (SIGA), em 2003; recolhimento dos documentos da Ditadura Militar; criação do Memórias Reveladas, em 2009; a Semana de Arquivos, em 2017, chegando à ampliação da difusão de seus acervos através das redes sociais virtuais (BRASIL, 2018b).

Durante os meses de abril, maio, junho e julho de 2018, foram analisados os usos que essas duas instituições arquivísticas fizeram nas redes sociais virtuais. Algumas possibilidades foram muito bem alcançadas e outras poderiam ter melhor proveito, inclusive baseadas em algumas funções arquivísticas tratadas no capítulo 3 desta pesquisa.

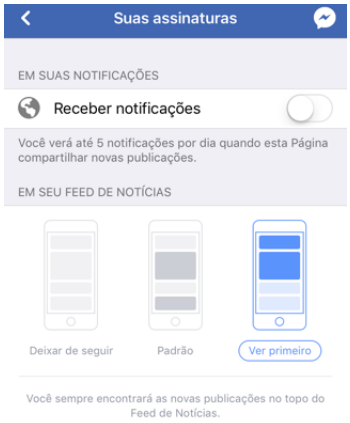
Nos Estados Unidos, há uma prática bastante utilizada pelos grandes veículos de comunicação: a análise dos 100 dias. Esse seria um prazo para saber o que se esperar e para saber como concluiu-se um mandato em cargo público. Nos Estados Unidos, essa prática começou em 1933, pelo presidente Franklin Delano Roosevelt. Seria o prazo para avaliar o que já foi feito e o que esperar dos próximos desafios (RUIC, 2017). Essa prática vem sendo replicada aos poucos, por aqui, pelos principais meios de comunicação do país. Por isso, as análises levaram em conta aproximadamente 100 dias, um pouco mais e um pouco menos em alguns casos. Para ser mais preciso, entre 90 e 106 dias à partir da data de 1º de maio de 2018.

5.2.1 **APESP e AN no Facebook**

O Facebook tornou-se, ao longo dos anos, a plataforma mais popular da web 2.0 e é a mais completa das redes sociais analisadas nesta pesquisa, devido as suas diversas possibilidades de aplicação. Com mais de 2 bilhões de usuários no planeta, ela tem sempre que se reinventar, fazer atualizações para se manter no topo. Mudanças em seu algoritmo são feitas com frequência e, cada vez mais, visam lucrar com anúncios. Para o usuário que curta a página de uma instituição arquivística, caso queira se manter informado o máximo possível de suas atualizações, ele deverá marcar, ao seguir a página, que pretende ver o conteúdo desta primeiro, além de poder receber até cinco notificações dessa página por dia. Caso contrário, ficará marcado como padrão e não receberá tudo o que for

publicado pela instituição na página principal de seu perfil, também chamada de linha do tempo (*timeline*). Como poucos usuários têm esse conhecimento, o Facebook.com oferece opções de anúncios pagos para que a instituição possa alcançar mais seguidores ou difundir apenas uma publicação em especial. Quanto maior o valor investido, maior a possibilidade de atrair e conquistar novos seguidores.

Imagem 30 – Notificação, prioridade



Fonte: Facebook (2018).

Imagem 31 – Promoção da página

Fonte: Facebook (2018).

Os valores para impulsionar uma publicação partem de R$ 7. Um investimento de 7 reais em uma determinada publicação terá um alcance estimado e programado pelo Facebook entre 890 e 2300 usuários (durante o prazo que for estipulado pela instituição). No valor de 120 reais, por exemplo, o alcance patrocinado ficará entre 15.000 e 41.000 pessoas.

Há outras opções, como a de promover a página. O valor de 10 reais por dia garante uma estimativa de 5 a 22 novas curtidas a cada dia em que a campanha estiver sendo veiculada. Isso demonstra que, além de o Arquivo ter uma equipe própria para cuidar das redes sociais virtuais, é também necessário que tenha recursos financeiros para aplicar segundo a proposta de cada equipe.

O estudo de usuário é fundamental para as estratégias a serem traçadas. O Arquivo Nacional, em seu sítio eletrônico, publiciza a discriminação dos dados obtidos no relatório de pesquisa sobre a qualidade do atendimento aos seus consulentes internos e externos (à distância). A pesquisa abrange a demanda, o nível de escolaridade, a formação acadêmica e a qualidade do serviço prestado, com espaço para comentários e observações. Isso serve como um ponto de partida para iniciar o uso das redes sociais virtuais pelos arquivos públicos. Mesmo podendo aproveitar esses estudos a respeito dos consulentes que utilizam os serviços prestados pelas instituições, elas não podem focar apenas neles, pois o ambiente virtual trará novos tipos de usuários que conhecerão e poderão se transformar em novos consulentes presenciais ou à distância. Algumas redes sociais oferecem alguns dados sobre os usuários que seguem determinada página, como: sexo, idade, localidade, horário em que costumam estar online na plataforma, o número de alcance e envolvimento em uma publicação, entre diversos outros. O Facebook é uma dessas redes que fornecem tais dados aos criadores de páginas.

Imagem 32 – Exemplo de percentuais dos seguidores de uma página no Facebook

País	Seus seguido...	Cidade	Seus seguido...	Idioma	Seus seguido...
Brasil	2.083	Rio de Janeiro, RJ	433	Português (Brasil)	2.050
Portugal	53	João Pessoa, PB	205	Português (Portugal)	80
México	13	Brasília, DF	173	Espanhol	30
Argentina	10	Niterói, RJ	94	Inglês (EUA)	21
Espanha	8	São Paulo, SP	89	Espanhol (Espanha)	10
Angola	4	São Gonçalo, RJ	82	Inglês (Reino Unido)	5
Moçambique	4	Salvador, BA	68	Francês (França)	3
Romênia	3	Rio Grande (Rio Grand...	62	Italiano	2
Estados Unidos da Am...	3	Santa Maria (Rio Gran...	61	Romeno	2
Austrália	2	Porto Alegre, Rio Gran...	57	Alemão	1

Fonte: Facebook (2018).

Além das diversas opções para conhecer o seu usuário/seguidor, é possível também:

- Programar uma publicação com data e hora com antecedência;
- Promover a página;
- Criar eventos e divulgá-los;
- Fazer uma transmissão ao vivo de evento, cerimônia, cursos etc.

Na análise comparativa, os dois arquivos, tanto o de São Paulo quanto o Nacional, utilizam muito bem o campo que se refere à razão de ser das páginas, além de serem certificadas como páginas oficiais das instituições pelo Facebook. Na página inicial, o usuário encontra os dados básicos que devem estar presentes em um guia, tais como: o endereço físico em que está localizado o Arquivo, que tipo de acervo ele irá encontrar lá, o horário de funcionamento, telefone e correio eletrônico para contato, informação sobre o que é a instituição, o sítio eletrônico oficial e como chegar. Todas essas informações são relevantes e constam dentro da página da rede social.

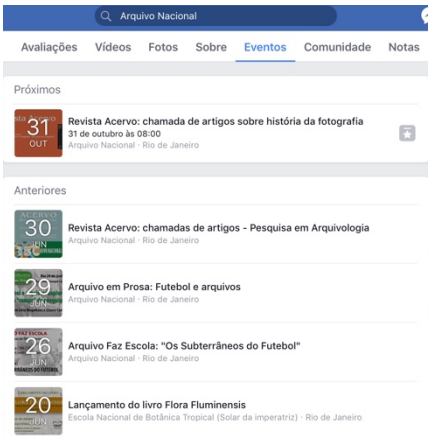
Outra ferramenta oferecida por esta plataforma é a criação de eventos. Nela,

é possível obter e colocar mais informações sobre um evento que ocorrerá no futuro. Para isso, gera-se uma página exclusiva do evento associada à página oficial do Arquivo no Facebook. O usuário pode dirimir suas dúvidas direto nessa página criada, além de poder convidar pessoas para participar do evento.

Imagem 33 – Eventos do APESP

Fonte: São Paulo (2018b).

Imagem 34 – Eventos do AN



Fonte: Brasil (2018c).

Imagem 35 – Evento futuro do AN

Fonte: Facebook (2018c).

Há um campo para pesquisa dentro da própria página da instituição no Facebook, porém esta só é visível ao usuário que utilizar um computador de mesa

ou notebook, não ficando disponível ao usuário de eletrônicos portáteis, como celulares e tablets. Por isso, é importante saber fazer um bom uso das palavras-chave dentro dos textos publicados. O uso de *hashtags* (palavras-chave com o símbolo “#” na frente do termo associado) não deve ser indiscriminado, tentando atingir tudo, pois, nas postagens, há um limite de caracteres a serem utilizados.

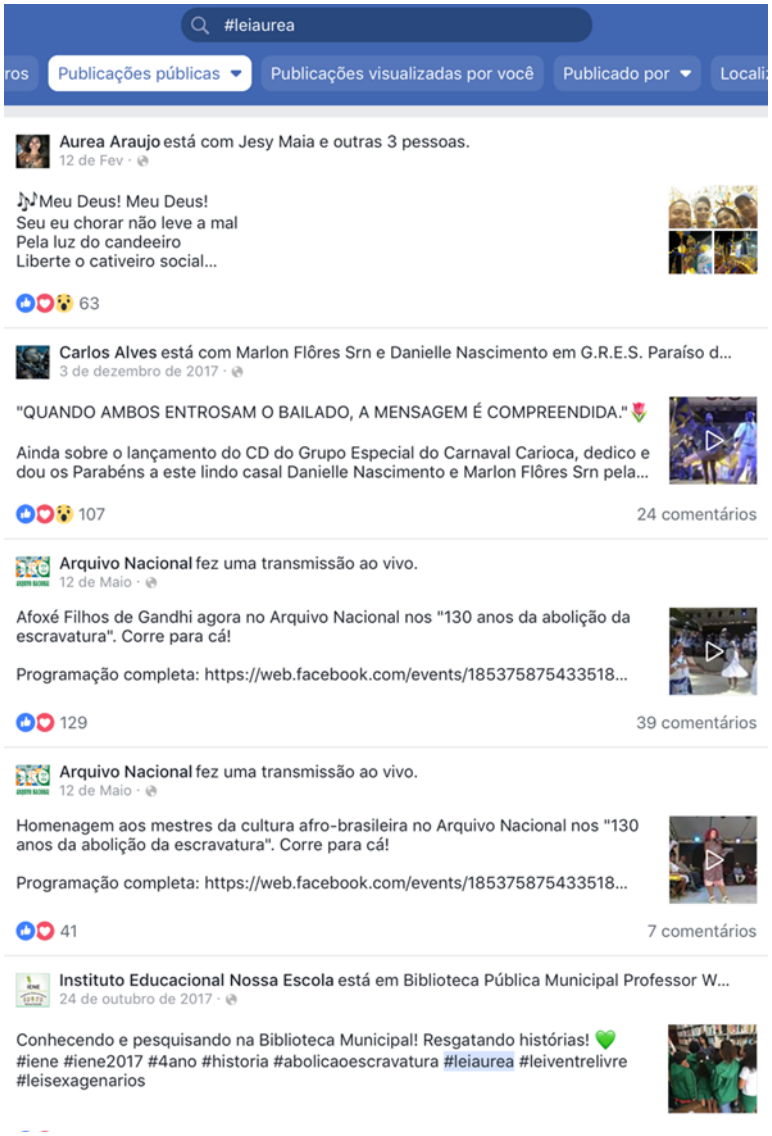
Analisando uma postagem específica do APESP, o uso das *hashtags* na publicação de 11 de maio de 2018, sobre os 130 anos da abolição da escravatura, trouxe um diferencial: ao mesmo tempo em que a imagem estava descrita, os pontos de acesso (com o uso de *hashtags*) estavam inseridos dentro do texto. Embora não vista em outras postagens dentro do prazo analisado, poderia servir como exemplo para postagens futuras, pois, além dos pontos de acesso, em nada prejudicarem a leitura. Na verdade, sobrou mais espaço para inserir o código de referência da imagem, local, data, fundo, proveniência e outras informações relevantes. Essa publicação foi transferida da mesma forma para o Instagram.

Imagem 36 – Publicação do APESP com uso de *hashtags* dentro do texto

Fonte: Arquivo Público Do Estado De São Paulo (2018c).

A publicação não diz se o jornal Auriverde se encontra em seus acervos e nem qual o código de referência, caso esteja sob a custódia do APESP. Cada *hashtag,* ao ser clicada, leva para outra página, dentro do próprio Facebook, em que mais pessoas ou instituições fizeram uso da mesma palavra. Por exemplo, ao clicar em "#LeiÁurea", o Facebook mostrou:

Imagem 37 – Uso da *hastagh* Lei Áurea à partir da publicação do APESP no Facebook

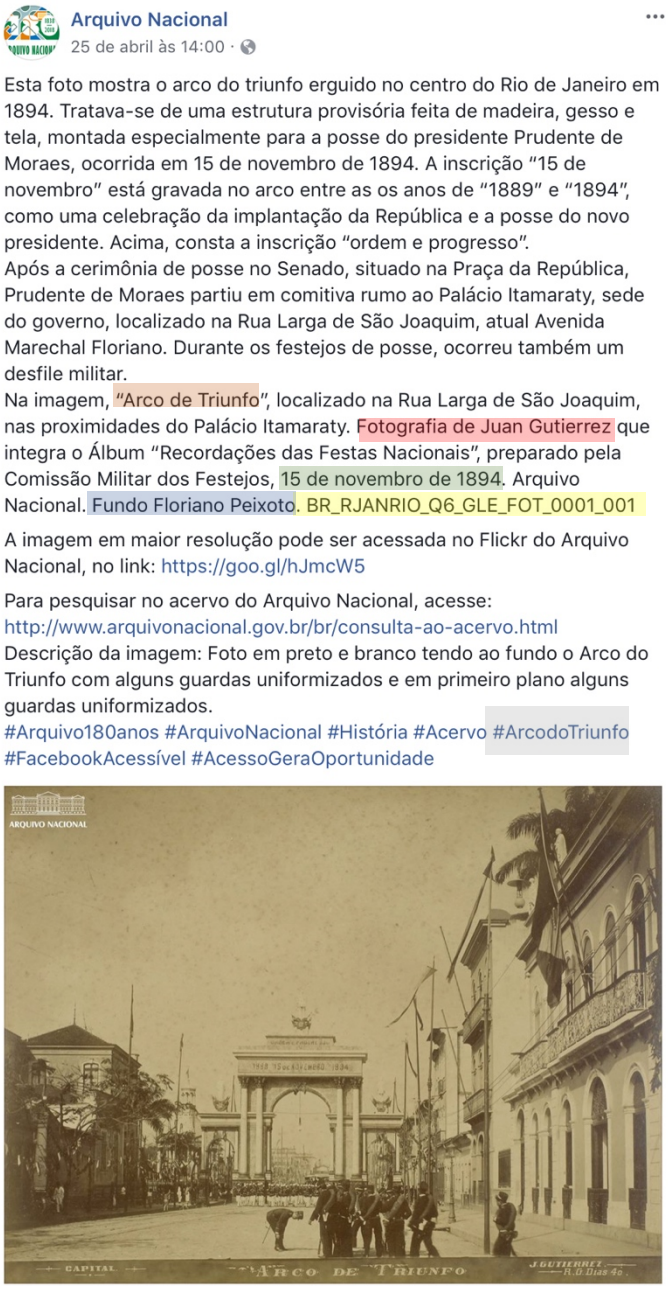


Fonte: Facebook (2018).

Nota-se que a primeira aparição é de uma pessoa física, remetendo ao desfile do G.R.E.S. Paraíso do Tuiuti, cujo o enredo tratava dos 130 anos da abolição da escravatura e fazia uma crítica social às reformas trabalhistas propostas pelo governo de Michel Temer. A segunda é também sobre a escola, porém remete ao casal de mestre-sala e porta-bandeira no lançamento oficial do CD das Escolas de Samba. A terceira e a quarta foram transmissões ao vivo do Arquivo Nacional sobre o tema.

Para Maurel e Champagne (1999), a descrição deve ser feita do geral ao particular. Dessa forma, poderiam compreender-se melhor os componentes do fundo e descrevê-los com maior precisão, dando uma visão geral do acervo.

Imagem 38 – Publicação do AN no Facebook



Fonte: Brasil (2018d).

A imagem acima foi retirada de uma publicação feita pelo Arquivo Nacional em sua página no Facebook. É perceptível a influência da NOBRADE na descrição feita na postagem. Há elementos da NOBRADE como a área de identificação,

contendo o código de referência (item 1.1; item obrigatório da NOBRADE). O código de referência “é um dos principais pontos de acesso à unidade de descrição” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2013, p. 20). Caso um usuário queira procurar a sequência de outras existentes possíveis e/ou ver a fotografia original, pode utilizar o código “BR_RJANEIRO_Q6_GLE_FOT_0001_001” para que o funcionário do arquivo faça a busca e levantamento. Quem se interessa, por exemplo, pelos assuntos “Brasil Republicano”, “Positivismo”, “Rio Antigo”, “Juan Gutierrez” etc., já tem um caminho de pesquisa com o código.

Outros itens obrigatórios que estão abarcados são o título (item 1.2) e a data (1.3), que também fazem parte da área de identificação. No caso, a fotografia já estava embutida de um título, mas, caso não houvesse, deveria ser atribuído um. Neste caso, “Arco do Triunfo”. A data que aparece é de 15 de novembro de 1894, sendo a data de produção (item 1.3.3). Há também a data tópica (item 1.3.1), ou seja, o local.

A postagem é sobre um item documental (nível 5). Porém, ela pertence ao Fundo Floriano Peixoto, que seria o nível 1. O Arquivo Nacional é a entidade custodiadora, mas não a produtora. Todas essas informações estão inseridas na descrição. O suporte (fotografia, item 1.5.5.2) aparece no início descrição da imagem.

Na área de contextualização, o nome do produtor (item 2.1 é obrigatório da NOBRADE) é o do fotógrafo Juan Gutierrez, pois se trata do item documental (a fotografia) e não do fundo. Não há história arquivística e nem administrativa/biográfica.

Diante disso, entendemos que o uso não deve ser indiscriminado. Pelo contrário, além de ter a ver com o conteúdo, tem que ter relação com o fundo e com a série, além do item postado. Este projeto técnico-científico sugere que se dê preferência por utilizar os termos comuns em descrições já realizadas. Por exemplo: #NomedoFundo, #NomedaSeção, #NomedaSérie, #NomedaSubsérie, #NomedoDossiê, #NomedoItemDocumental, seguindo sempre a ordem do maior (geral) para o menor (mais específico), que facilita a busca e o entendimento da organicidade.

O presente trabalho defende que o uso das *hashtags* deve seguir dois critérios: 1) De acordo com o arranjo do fundo, do geral para o específico; 2) O uso dos nomes de pessoas e do veículo (jornal, revista, etc) dentro do texto, como ponto

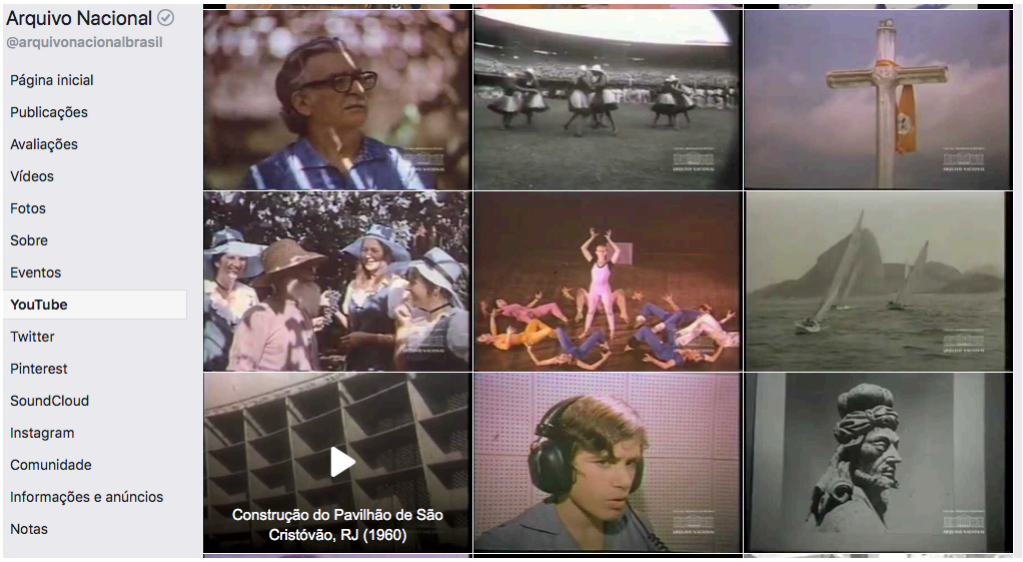
de acesso. Assim, quando um usuário integrante do Facebook for procurar sobre determinado artista, jornal ou qualquer outra coisa, para saber o que vai achar, uma das referências que ele encontrará será a de uma instituição arquivística.

A convergência com outras redes sociais aparece na página das duas instituições. Isso é ótimo, pois não obriga o usuário a se inscrever em diversas plataformas, concentrando o maior número de redes sociais virtuais em um único sítio, nesse caso, o Facebook.

Imagem 39 – Convergência de redes sociais virtuais dentro do Facebook da APESP

Fonte: Arquivo Público de São Paulo (2018).

Imagem 40 – Convergência de redes sociais virtuais dentro do Facebook do AN



Fonte: Brasil (2018d).

A transmissão ao vivo de eventos no Facebook permite ver o momento em que algum comentário foi feito. Por exemplo, a fala de um convidado, aos 32

minutos da palestra, pode ser indagada, via Facebook, segundos logo após a fala. A interatividade é em tempo real, podendo a instituição interagir no mesmo momento e/ou selecionar perguntas feitas pelos usuários online e repassá-las aos palestrantes, ampliando a discussão para além do público presente fisicamente no local.

Os dois arquivos fazem uso da transmissão ao vivo de diversos de seus eventos. Quem mora distante ou está impossibilidade de comparecer, seja por problemas ou porque o evento já está lotado, pode acompanhar ao vivo de onde estiver. Além de poder interagir dentro do Facebook. Outra função habilitada e utilizada pelas duas é o Messenger, uma espécie de bate-papo (chat) em que o usuário pode enviar mensagem direto pelo Facebook e aguardar a resposta pelo mesmo canal. Não à toa, as duas instituições estão na vanguarda das redes sociais virtuais que envolvem arquivos públicos brasileiros.

Imagem 41 – Transmissão ao vivo do AN

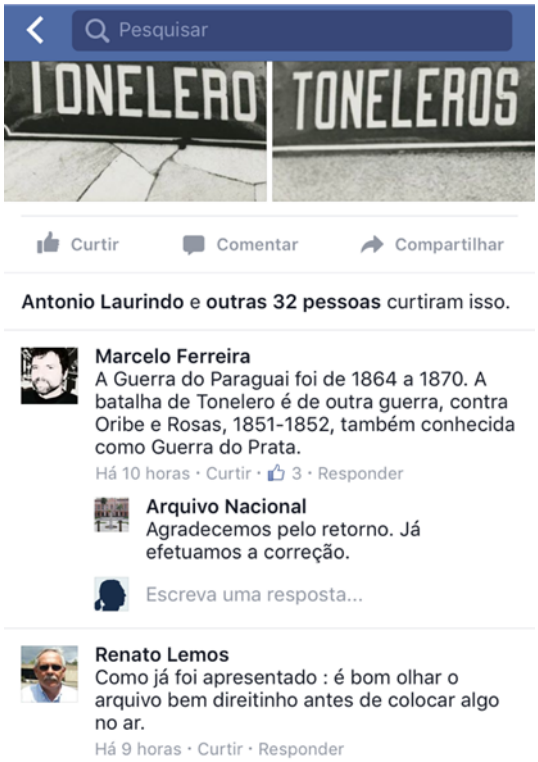
Fonte: Brasil (2018d).

Imagem 42 – Transmissão ao vivo da APESP

Fonte: Arquivo Publico do Estado de São Paulo (2018).

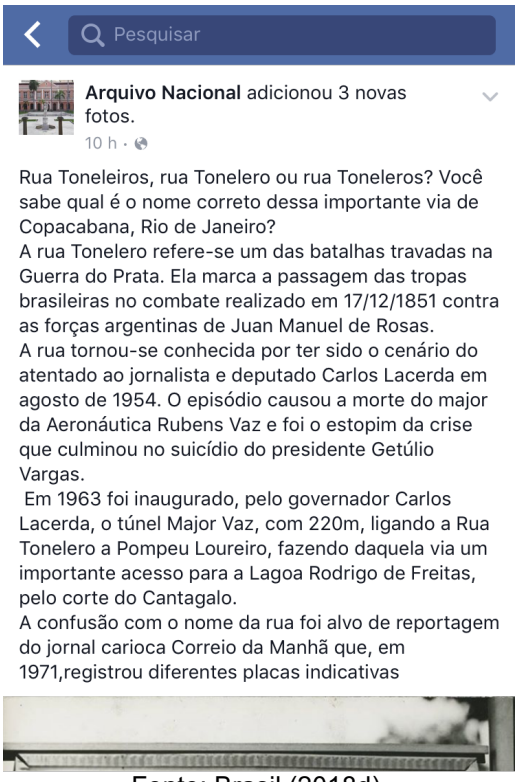
É preciso, além de uma pesquisa apurada, não cometer erros nem de português e nem históricos. Apesar de as plataformas permitirem a correção com a edição, *printscreens* de tela poderão ser acionados e, de certa forma, tirar um pouco da credibilidade da instituição. Numa postagem de 29 de janeiro de 2016, o Arquivo Nacional cometeu um pequeno deslize que foi rapidamente solucionado, mas foi um usuário que percebeu o erro e avisou. Na publicação original, dizia-se que o nome da rua Tonelero, em Copacabana, se devia a uma batalha na Guerra do Paraguai. A mensagem errada foi apagada e uma nova foi posta com as informações corretas em seu lugar.

Imagem 43 – Rua Toneleiro e FB do AN



Fonte: Brasil (2018d).

Imagem 44 – Rua Toneleiro e FB do AN



Fonte: Brasil (2018d).

Isso mostra a importância de ter uma equipe voltada apenas para a postagem de conteúdo em redes sociais virtuais. Em novembro de 2017, o Arquivo Nacional passou a conter uma equipe exclusiva para trabalhar com redes sociais virtuais e isso pode ter sido um grande fator de mudança. Foi, a partir desse momento, que aumentou o número de plataformas em que a instituição estava inserida, assim como seu engajamento. O número de seguidores subiu em aproximadamente 72%, em números comparativos com os de maio/setembro de 2017 e de julho de 2018, levando apenas em conta o Twitter e o Facebook. Ressalta-se, assim, a importância para a manutenção e criação de equipes exclusivas para trabalhar com redes sociais virtuais.

As duas instituições fazem um bom uso do Facebook, percebem a importância dessa rede social. Descobriu-se uma oportunidade de tirar uma coleção até então “escondida” da obscuridade, para dar “nova vida” à mesma, tornando-a destaque e de conhecimento do público.

Os três assuntos com maiores números de engajamento no Facebook do Arquivo Nacional entre os meses de abril e junho de 2018 foram:

Tabela 2 – Assuntos mais comentados no Facebook do AN entre os meses de abril e junho

Data	Assunto	Curtidas	Compartilhamentos	Comentários
07 de maio	Série Abolicionistas- Luiz Gama	522	576	34
11 de abril	101 anos do Profeta Gentileza	560	421	34
21 de abril	Tiradentes	391	341	30

Fonte: elaboração própria (2018).

Os três assuntos com maiores números de engajamento no Facebook do Arquivo Público do Estado de São Paulo entre os meses de abril e junho de 2018 foram:

Tabela 3 – Assuntos mais comentados no Facebook do APESP entre os meses de abril e junho

Data	Assunto	Curtidas	Compartilhamentos	Comentários
07 de maio	Anúncio de Curso Técnico em Arquivo	224	254	59
20 de abril	Lançamento da edição Revista do Arquivo	67	151	6
10 de maio	II Seminário documentos públicos na era digital (transmissão ao vivo)[43]	89	80	42

Fonte: elaboração própria (2018).

5.2.2 **APESP e AN no Twitter**

O Twitter foi a primeira rede social do Arquivo Nacional e de muitos arquivos estaduais. A plataforma iniciou suas atividades permitindo apenas a inclusão de 140 caracteres que, mais recentemente, foram ampliados para 280. Ela permite o envio de conteúdo com imagens, vídeos e textos. É a rede social em que mais se faz uso das *hashtags* e tem uma ferramenta chamada *Trending Topics*, que aponta quais são os assuntos mais comentados dentro da rede. Essa medição é feita com o auxílio das *hashtags*. Corrobora-se, assim, o uso mais estratégico das palavras-chave, conforme dito anteriormente.

O Twitter funciona como um microblog. É uma plataforma muito utilizada por governos, artistas, jornalistas etc. A sua velocidade de informação é rápida e concisa. Basta ser seguidor de uma pessoa física ou jurídica para receber as atualizações na ordem em que foram publicadas (da mais recente para a mais antiga). Perdem-se bem menos atualizações que no Facebook. Portanto, não à toa é o canal preferido de alguns políticos. As atualizações aparecem em tempo real para o seguidor.

Algumas emissoras de televisão deixam, em sua tela, uma marca d'água com a *hashtag* com nome do programa, para que este chegue aos assuntos mais comentados do *Trending Topics.* Isso reforça a importância social que esta plataforma representa.

As figuras abaixo apresentam os assuntos mais comentados, no dia 12 de julho, até as 18h15min, no Brasil e no mundo (imagem 45).

[43] O vídeo do II Seminário documentos públicos na era digital teve 2,1 mil visualizações.

Imagem 45 – Assuntos mais comentados no Brasil e no mundo

Fonte: Twitter (2018).

Nas datas próximas ao dia internacional dos arquivos, a ALA (Asociación Lationoamericana de Archivos) convoca a todas instituições arquivísticas e arquivistas a utilizarem a *hashtag* do ano (escolhida através de votação). Em 2018, foi #ArchivosParaNoOlvidar. Assim como no Facebook, no Twitter, ao clicar no *link* que contém a *hashtag,* o usuário irá para outra página contendo várias publicações com a mesma *hashtag*.

Imagem 46 – Campanha #ArchivosParaNoOlvidar no Twitter

Fonte: Twitter (2018).

Verificou-se que o Arquivo Nacional e o Arquivo Público do Estado de São Paulo têm feito uso do Twitter de forma semelhante à do Facebook, ou seja, o

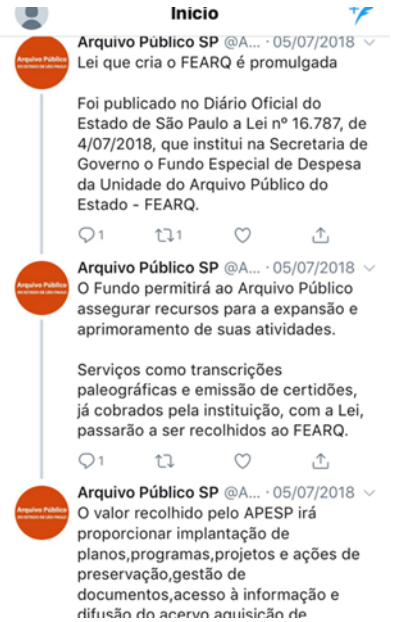
mesmo conteúdo que é publicado em um também está no outro. Sem falar que grande parte do público no Twitter tem *link*s para a página do Facebook, sendo este mais um canal de replicação e não de informações exclusivas para o canal.

Nada impede que isso seja feito, mas chama a atenção que praticamente nenhum conteúdo tenha sido criado apenas para esse perfil de público e plataforma. Colocar citações relevantes e que enalteçam o Arquivo, títulos de artigo com nome do autor e *link* para a revista (do Arquivo de São Paulo ou do NA), uma terminologia arquivística e seu significado (com *link* para o dicionário do próprio Arquivo), entre outras diversas possibilidades poderiam ser utilizadas para não ocorrer uma mera replicação.

O Twitter foi criado para ser uma espécie de SMS online. O que as duas instituições têm feito com ele, no entanto, é replicar o que foi publicado antes em outras redes sociais virtuais, principalmente as publicações feitas no Facebook. Por um lado, é totalmente compreensível, justificável e totalmente aceitável que as instituições façam isso, pois, diferente do Facebook, o Twitter envia todos os *twitts* para os seguidores em tempo real, não fazendo filtragem. Porém, é necessário se atentar para o fato de que o usuário que se inscreveu no Twitter espera uma comunicação em até 280 caracteres. Caso lhe interesse saber mais, ele pode clicar no *link* e ler a matéria por completo. Nesse caso, seria importante o meio-termo. Talvez fossem suficientes apenas uma imagem com o código de referência e as *hashtags* com os nomes do fundo, série (subsérie), item documental e pontos de acesso e um *link* para saber mais sobre a imagem. Aí, sim, podendo-se encaminhar o usuário para o Facebook, para o sítio eletrônico, Pinterest etc. Essa, inclusive, tem sido a tática utilizada pelo Arquivo Nacional, evitando anexos do tipo o Arquivo de São Paulo faz uso.

Por conta de seu limite de 280 caracteres, o Twitter permite que se mantenha a ligação de uma postagem com outra, sendo esta continuação da anterior. Abaixo, um exemplo do Arquivo de São Paulo no Twitter e no Facebook.

Imagem 47 – APESP Twitter com postagens anexadas



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo (2018d).

Imagem 48 – APESP Facebook

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo (2018d).

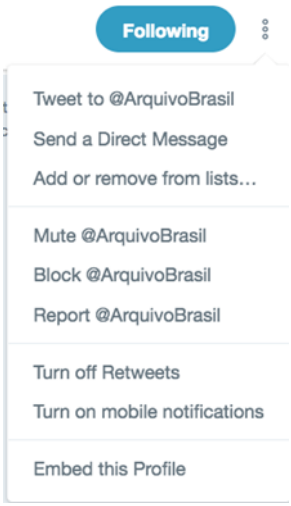
Os arquivos públicos podem se unir em campanha, com uso de *hashtags,* de tempos em tempos, todos postando, assim como a ALA faz, mas não apenas no dia do arquivista e no Dia Internacional dos Arquivos e, sim, em campanhas conjuntas. Recentemente, aconteceu a Copa do Mundo FIFA de Futebol, na Rússia. Alguns arquivos estaduais aproveitaram o evento e publicaram imagens sobre futebol que estão sob suas custódias e poderiam ter utilizado uma *hashtag* em uníssono que

aparecesse nos *Trending Topics*, algo como, por exemplo, #FuteboleArquivo, #ArquivoNaCopaDoMundo etc. No entanto, não é necessário esperar que esse evento se repita, pois o futebol domina a paixão do brasileiro e do sul-americano. Uma campanha como essa ou outras podem ser feitas a qualquer momento. De tempos em tempos, há Copa do Mundo, Copa América, Eliminatórias, entre outros torneios. Essa campanha tem algo a mais, pois ela mexe com o lado emocional e passional do torcedor, criando uma identificação e maior interação.

Para não ficar só no esporte, documentos históricos e políticos, que estão sob custódia dos arquivos, poderiam ter uma campanha em conjunto, como: #50anosdoAI-5, #DitaduraMilitar, #MemoriasReveladas etc. Cada instituição postaria o material que está sob sua custódia e postaria a *hashtag* utilizada na campanha. Isso chamaria a atenção de muitos ao aparecer no *Trending Topics*, além de que, ao clicar "linkar" para uma página com todos que utilizaram a mesma *hashtag*, o usuário encontraria material sobre o mesmo assunto em vários arquivos do Brasil. Poderiam, às vezes, um complementar o outro e até descobrir documentos faltantes que completam informações que dariam organicidade maior ao acervo. Tudo isso ajuda o usuário e interligaria instituições.

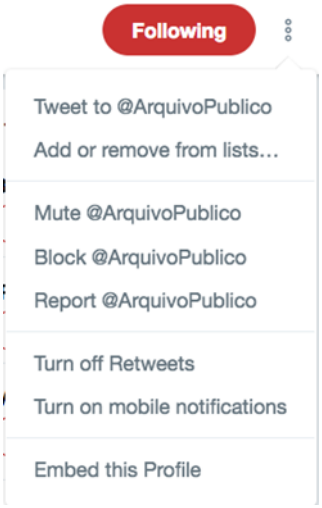
Uma diferença apareceu entre as instituições no tocante ao contato direto com o usuário utilizando o Twitter. O Arquivo Nacional dá a possibilidade de o usuário se comunicar diretamente com a instituição, como se fosse um bate-papo, enquanto o de São Paulo não tem esta função habilitada.

Imagem 49 – AN e canal de mensagem com o usuário



Fonte: Brasil (2018e).

Imagem 50 – APESP sem canal de mensagem com o usuário no Twitter SP



Fonte: Arquivo Publico de São Paulo (2018d).

O Twitter também permite transmissão ao vivo de um evento, assim como vídeos com duração de até 2 minutos e 20 segundos. Se o Arquivo tiver algum vídeo até essa duração, é preferível colocar diretamente no Twitter a posicionar um *link* do YouTube no Twitter. Isso porque, toda vez que clicar no *link,* o usuário sairá da atual rede social e irá para outra, nesse caso, o YouTube. Se o vídeo for postado diretamente na conta do Twitter, ele abrirá sem a necessidade de sair dessa rede social. Portanto, é interessante sempre dar preferência ao vídeo postado diretamente.

O Arquivo Nacional, em suas postagens no Twitter, tem feito uso de diversas *hashtags* idênticas, como: #ArquivoNacional, #AN, #AN180, #AN180anos e #Arquivo. Elas ocupam espaço de caracteres que poderiam ser utilizados para servir como mais ponto de acesso para assunto. O uso de muitas *hashtags* para denominar o mesmo arquivo não "força" o usuário a criar uma identificação com uma palavra-chave em comum da instituição, espelhando a informação em redundância e gerando menor chance de ela alcançar os *Trending Topics*. Geralmente, o AN é citado por usuários como "#ArquivoNacional. Cabe aqui destacar o uso da palavra "#Arquivologia" em diversas postagens do AN. Isso engrandece a área que ainda muitos a desconhecem na sociedade. Caracteriza, aos olhos do usuário, a importância que as ações arquivísticas têm para a instituição.

Perceberam-se o uso de *links* para abertura de arquivos em formato PDF no Facebook e no Twitter, *links* para consultar a revistas inteiras, artigos e documentos.

Isso ajuda - e muito - na preservação e conservação do material, pois não haverá o contato direto no manuseio dos documentos. Essa é outra função arquivística contemplada nas redes sociais virtuais, além das próprias imagens do acervo.

Os três assuntos com maiores números de engajamento no Twitter do Arquivo Nacional, entre os meses de abril e junho de 2018, foram:

Tabela 4 – Assuntos mais comentados no Twitter do AN entre os meses de abril e junho

Data	Assunto	Curtidas	Compartilhamentos	Comentários
03 de maio	Programação do evento da semana "130 da Abolição da Escravatura"	50	25	01
12 de abril	Homenagem a Chico Anysio	37	12	00
12 de maio	130 anos da Lei Áurea	29	12	01

Fonte: elaboração própria (2018).

Os três assuntos com maiores números de engajamento no Twitter do Arquivo Público do Estado de São Paulo entre os meses de abril e junho de 2018 foram:

Tabela 5 – Assuntos mais comentados no Twitter do APESP entre os meses de abril e junho

Data	Assunto	Curtidas	Compartilhamentos	Comentários
05 de maio	130 anos da Abolição da Escravatura – Luiz Gama	13	17	01
17 de maio	Estação da Luz (Série lugares de SP no Arquivo)	14	07	00
18 de junho	Dia Nacional da Imigração japonesa	14	02	01

Fonte: elaboração própria (2018).

5.2.3 **APESP e AN no Instagram**

O Instagram é um aplicativo que, até um tempo atrás, existia apenas para celular. Depois, também ganhou um sítio eletrônico para acesso em computadores

de mesa. Seu foco são imagens, preferencialmente fotografias. Publicação de vídeos de até 60 segundos também é permitida, embora o foco seja mesmo o material iconográfico.

Desde 2012, o aplicativo foi adquirido pela empresa Facebook, também dona da rede social WhatsApp e da rede social homônima.

O Arquivo Nacional faz um uso um pouco diferenciado da rede. Não replica todo o conteúdo do Facebook e evita colocar avisos nesse canal, sendo este um canal exclusivo para o material iconográfico custodiado pela instituição, além de procurar postar imagens diferentes das utilizadas no Facebook. O Arquivo de SP mantém a mesma prática que adota no Twitter e no Facebook, tornando-o também um canal de informativos[44].

Imagem 51 – AN no Instagram

Fonte: Brasil (2018f).

[44] Informativos no sentido de avisos, como dia de fechamento da instituição, alertas sobre horário de visitas etc.

Imagem 52 – APESP no Instagram

Fonte: Arquivo Publico Do Estado De São Paulo (2018e).

O Instagram permite colocar até 10 figuras numa mesma postagem, que podem compor uma espécie de folhetim de 10 páginas. Se as fotografias ou iconografias de um artista tiverem uma sequência, é possível colocar todas na mesma postagem e apenas passar para a próxima, sem sair da publicação. Por exemplo, no sítio do Arquivo Nacional, há uma exposição virtual sobre as Copas do Mundo. Essa exposição poderia ganhar as páginas do Instagram segundo cada Copa e seu acervo. Porém, a proveniência das imagens deve ser a mesma, pois não é possível editar as informações de cada imagem em separado, apenas da postagem incluindo as dez. Funciona melhor em jornais e revistas pertencentes ao mesmo fundo.

A imagem postada pode ser publicada, ao mesmo tempo, no Facebook, Twitter, Tumblr e Facebook. Outras redes sociais terão a opção de postagem compartilhada, ou seja, ao postar o conteúdo em determinada plataforma, ela será automaticamente replicada nas demais selecionadas.

Em junho de 2018, foi criado o IGTV, uma ferramenta dentro do Instagram que permite postagem de vídeos bem mais longos e na vertical, diferente do YouTube, em que os vídeos são na horizontal. Essa é uma opção para caso a

instituição queira filmar também na vertical um evento, já que essa posição fica mais confortável de assistir no celular, ou apenas transferir as partes principais do evento já gravado em formato horizontal - pois a ferramenta faz um corte automático - para caber no tempo de 60 minutos. Por enquanto, apenas as contas verificadas podem postar vídeos com até 60 minutos (1 hora).

Os três assuntos com maiores números de engajamento no Instagram do Arquivo Nacional, entre os meses de abril e junho de 2018, foram:

Tabela 6 – Assuntos mais comentados no Instagram do AN entre os meses de abril e junho

Data	Assunto	Curtidas	Comentários
04 de maio	Trecho do cinejornal da Agência Nacional sobre festejos do aniversário do Corpo de Bombeiros em 1952. Publicação em comemoração ao dia internacional do bombeiro.	2.122	20
14 de junho	Condecoração de Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul pelo presidente Jânio Quadros	1.244	48
08 de junho	Vídeo reportagem da Agência Nacional sobre pesquisas oceanográficas. Publicação em comemoração ao dia mundial dos oceanos.	1.223	00

Fonte: elaboração própria (2018).

Os três assuntos com maiores números de engajamento no Instagram do Arquivo Público do Estado de São Paulo, entre os meses de abril e junho de 2018, foram:

Tabela 7 – Assuntos mais comentados no Instagram do APESP entre os meses de abril e junho

Data	Assunto	Curtidas	Comentários
03 de maio	Projeto “Oficina infantil”: visita ao centro de preservação e oficina experimental para alunos de uma escola estadual	269	25
20 de junho	Diários Associados de São Paulo[45]	189	03
07 de maio	Anúncio de Curso Técnico em Arquivo	162	03

Fonte: elaboração própria (2018).

[45] Embora a postagem fale sobre Diários Associados de São Paulo, na imagem postada aparece a fachada da extinta loja Mappin.

5.2.4 **APESP e AN no YouTube**

Mais uma empresa que foi criada independente e depois foi adquirida por uma gigante da tecnologia, o Google. Diferente do Instagram, em que você tem que criar uma conta para poder visualizar as publicações, o YouTube não exige isso para que se possam visualizar os vídeos. A criação de uma conta serve para poder seguir, curtir, comentar, compartilhar e publicar conteúdo. Não há limite de tempo para os vídeos. Podem durar de 1 segundo a 1 dia, por exemplo.

Essa ferramenta permite a gravação e transmissão ao vivo e, em 2017, chegou a ter os direitos e transmitiu uma partida de futebol entre Coritiba e Atlético Paranaense, válida pelo Campeonato Paranaense, que também pode ser vista no Facebook. Algumas emissoras de TV aberta transmitem sua programação também neste ambiente. É o caso, por exemplo, do SBT (Sistema Brasileiro de Televisão).

O YouTube hospeda diversos tipos de conteúdo: filmes, clipes musicais, protestos, eventos, vídeos educativos, engraçados, todo conteúdo possível. Hoje, ele é considerado um grande rival da TV aberta e fechada. Muitos conteúdos são postados inclusive pelas emissoras, que podem monetizar esses conteúdos com anúncios dentro do vídeo, com o número de alcance e visualizações que o vídeo tenha e/ou traçar estratégias até mesmo para a divulgação de um programa. Isso sem falar que o celular ou computador acabe desempenhando a função de uma televisão. A convergência tecnológica aproximou a TV e a internet um do outro. É possível também acessar a página de instituições arquivísticas do YouTube, Facebook e Twitter pela televisão.

O arquivo Nacional é bastante atuante na área audiovisual, com seu vasto e riquíssimo conteúdo, vem compartilhando ao público desde campanhas governamentais a tutoriais. A sua *playlist* conta atualmente[46] com: 130 vídeos da série “Reportagens Agência Nacional”; 1 “vídeos institucionais”; 6 da série “Cartas de Arquivo”; 178 de “documentários”; 10 do “Arquivo em prosa”; 8 da “I Semana Nacional de Arquivos”; 15 da “II Semana Nacional de Arquivos”; 8 de “eventos e palestras”, 29 de “matérias jornalísticas”; 23 “Programas de TV”; 5 “Campanhas governamentais”; 13 de “Exposições”; 6 de “Com a palavra o usuário”; 9 do “Festival Arquivo em Cartaz”; 4 de “Conheça o Arquivo Nacional”; 4 da “Revista Acervo” e 5

[46] Dados colhidos em 13 de julho de 2018.

do “Tutorial do SIAN”. Ao todo, 457 vídeos foram disponibilizados pelo Arquivo Nacional. Vídeos estes que podem ser compartilhados em diversas redes sociais virtuais.

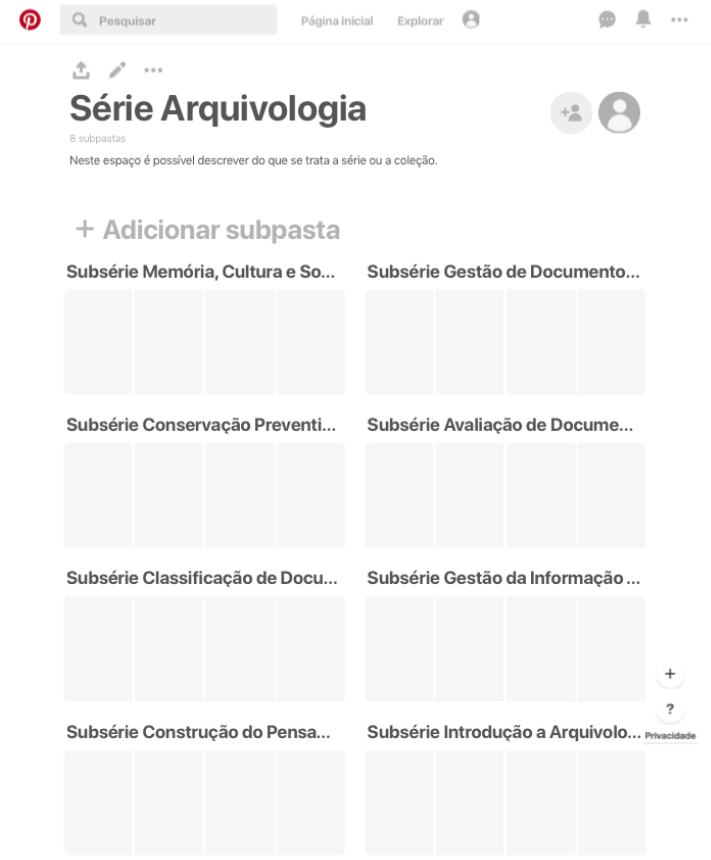
O Arquivo Público do Estado de São Paulo possui 163 vídeos divididos em: 6 sobre “Mesa-Redonda ‘Desafios dos Arquivos nos dias de hoje’- comemoração dos 126 anos do Arquivo Público do Estado”; 9 do “Seminário ‘Documentos que viajam: correspondências entre arquivos do ultramar’”; 14 do “Sem. A imprensa abolicionista paulista: de Luiz Gama ao jornal A Redempção”; 10 do “Sem. Júlio Prestes, o último presidente da República Velha: arquivo privado de um homem público”; 3 do “Curso de Difusão em Arquivologia”; 2 “Vídeos do Acervo”; 4 do “Ciclo de Debates sobre Gestão Documental – ‘Gestão documental e direito de acesso”; 5 do “Ciclo de Debates sobre Gestão Documental – ‘Gestão documental e preservação da memória’”; 5 do “Seminário ‘Expedição Tietê: registro dos usos, ocupação e recuperação’”; 8 do “Seminário Loucura: memórias e fragmentos”; 8 das “Jornadas Culturais 2017: Palestra um Panorama sobre a Conservação de Acervos Analógicos e Digitais”; 5 do “Seminário Arquivos Cidadania e Interculturalismo”; 9 do “Seminário Arquivos e Direitos Humanos: Documentos da Comissão Teotônio Vilela”; 5 do “Ciclo de Debates sobre Gestão Documental –Sistema de Gestão Arquivística de Documentos: o papel da tecnologia na gestão documental”; 5 do “Ciclo de Debates sobre Gestão Documental –Conservação preventiva de documentos arquivísticos”; 4 da “Conferência – A história da Universidade de São Paulo e a contratação de seus primeiros docentes”; 7 do “Seminário Documentos Públicos na Era Digital” e 5 do “Ciclo de Debates sobre Gestão Documental: A Política de Gestão Documental na Administração Pública de São Paulo”.

O Arquivo de São Paulo tem focado bastante os seus eventos públicos em temáticas arquivísticas. Assuntos como difusão, conservação, arquivo pessoal, acesso, gestão documental, entre diversos outros foram tratados e diversos profissionais renomados da área de Arquivologia participaram dos eventos. Já O Arquivo Nacional, em seus vídeos no YouTube, mistura eventos arquivísticos, como a Semana Nacional de Arquivo, com seu material histórico, produzido, em grande parte, pela Agência Nacional. Em termos de conteúdo e debate arquivístico, o Arquivo Público de São Paulo é mais profundo.

5.2.5 **AN no Pinterest**

O Pinterest é uma rede social para compartilhamento de imagens em que também é possível a troca de mensagens. É um ótimo canal para uma instituição arquivística criar coleções online. Atualmente, essa rede permite a inclusão de pastas e subpastas, facilitando um arranjo. Por exemplo, durante a Copa do Mundo, o Arquivo Nacional e o Arquivo Público do Estado de São Paulo publicaram bastante material custodiado em seus acervos sobre o tema. O AN fez uso citando várias seleções, além da brasileira. Nesse caso, poderia criar uma coleção com o tema Copa do Mundo e diversas subpastas com os anos das Copas (1930, 1934, 1938, 1950…) ou criar uma coleção “Seleções” e subpastas com o nome de cada seleção representada em seu acervo, “Brasil”, “França”, Uruguai” etc. Pode-se também trabalhar com alguma série que o arquivo possua e suas subséries. Abaixo, há um exemplo de uma série e suas subséries, neste caso, a série é Arquivologia e as disciplinas estão como subséries.

Imagem 53 – Criação de subpastas dentro do Pinterest



Fonte: PINTEREST (2018).

Essa rede social não permite apenas o arranjo de coleções, mas também uma campanha para aquisição. Como é possível criar coleções temáticas, podem-se criar campanhas para as pessoas doarem (virtualmente) imagens de caráter privado sobre algum tema específico. Por exemplo: Imagens de filiação partidária de algum parente nos anos 20, fotografia de movimentos populares, como as “Diretas Já”, fotografias e documentação dos soldados que se alistaram e combateram na II Guerra Mundial etc. São relíquias particulares que podem despertar interesse geral. Só nisso, há arranjo, aquisição, difusão e interação, que fazem com que o usuário se torne um doador e colaborador, contribuindo e construindo coleções.

Imagem 54 – Divulgação do AN no Facebook para sua conta no Pinterest

Fonte: Brasil (2018d).

O Arquivo Nacional possui, ao todo, 1.481 imagens[47] (ou pins, como são denominados pela plataforma) no Pinterest, divididas em 52 pastas com os mais variados assuntos.

[47] Dados de 16 de julho de 2018.

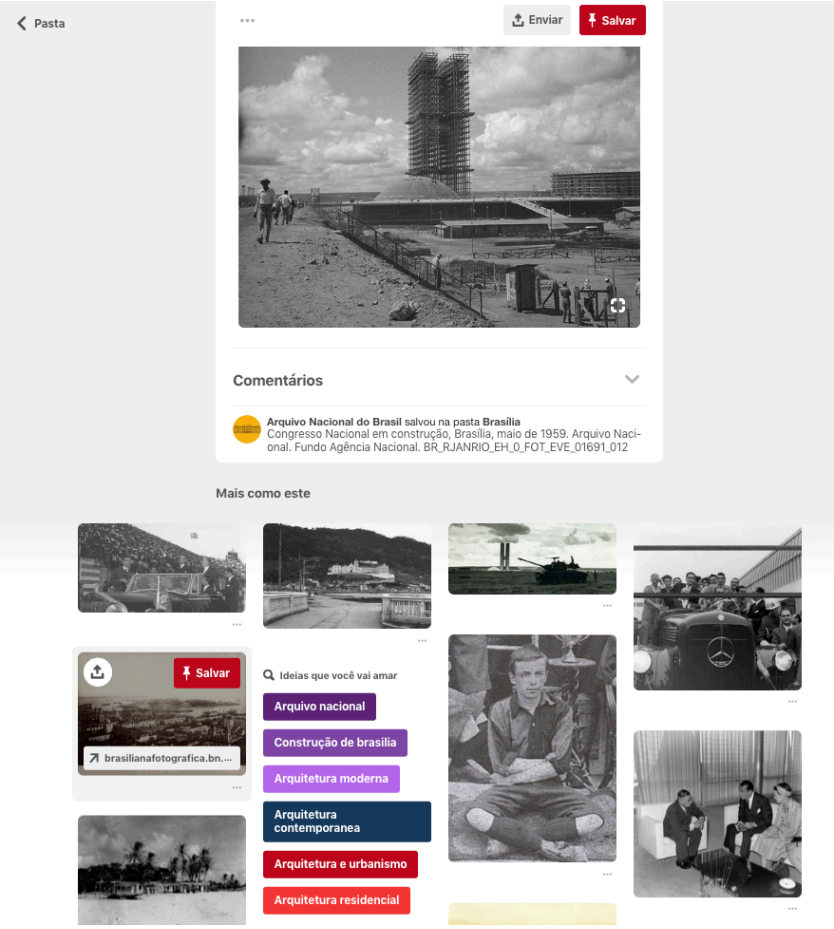
Tabela 8 – Assunto e quantitativo de imagens do AN no Pinterest

Assunto	Pins	Assunto	Pins
Acre	21	Imigração	24
Alagoas	8	Indústria	17
Amazonas	16	Infância	52
Arquitetura	48	Invenções	19
Aviação	38	Mapas	67
Bahia	15	Marcas	31
Bibliotecas	17	Minas Gerais	24
Bondes	24	Natureza	21
Brasil Império	9	OVNIs	31
Brasília	17	Paraná	10
Brasões	31	Paraíba	7
Carnaval	53	Pernambuco	9
Carros Antigos	41	Personalidades	65
Ceará	11	Povos Indígenas	28
Cidades internacionais	22	Praias	21
Ciência	8	Presidentes do Brasil	36
Constituições do Brasil	15	Prédio do Arquivo Nacional	18
Ditadura	60	Rio de Janeiro (cidade)	85
Embarcações	32	Rio de Janeiro	27
Escravidão	32	Rio Grande do Sul	18
Espírito Santo	10	Santa Catarina	14
Família Real Brasileira	26	São Paulo (cidade)	23
Ferrovias	42	São Paulo (estado)	18
Futebol	35	Transporte	12
História Colonial	46	Universidades	22
Igrejas	41	Ônibus	64

Fonte: elaboração própria (2018), baseado no uso do AN no Pinterest.

Foi muito bom perceber que essas coleções não estão esquecidas e nem “jogadas”, elas possuem códigos de referência, título, ano, local, fundo etc. O Interessante no Pinterest é que, ao selecionar uma imagem, outras baseadas na selecionada são oferecidas. No exemplo abaixo, está uma foto de Brasília do Arquivo Nacional e o Pinterest sugere outras, baseadas na atual, que estão no perfil de diversos outros usuários, como, por exemplo, Brasiliana, acervo O Globo, CasaVogue, Folha de São Paulo e de pessoas físicas também.

Imagem 55 – Oferta de fotografias baseada nas selecionadas



Fonte: Brasil (2018g).

O interessante é que um usuário poderá montar sua própria exposição virtual sobre determinado assunto ou artista. Se um usuário pode fazer isso, porque não uma instituição arquivística promover uma exposição virtual com imagens de seu acervo?

5.2.6 **AN no MixCloud/SoundCloud**

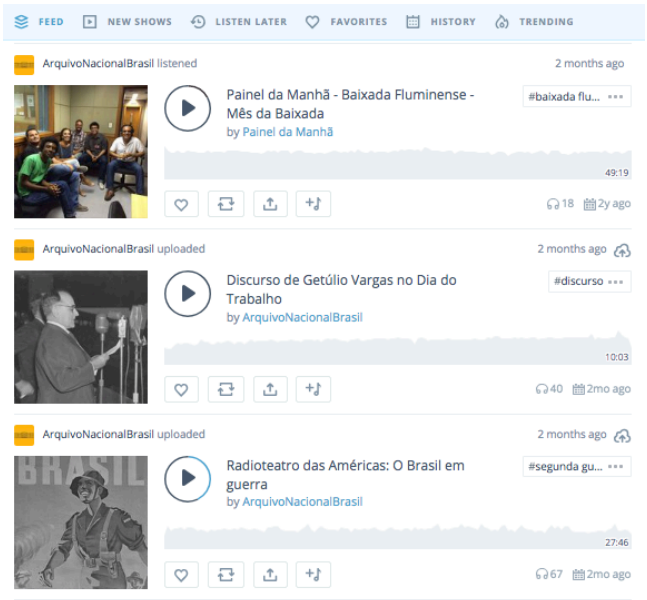
O SoundCloud (fundado em 2007) e o MixCloud (fundado em 2008) são redes sociais voltadas para a publicação de áudios. A interação se dá através de comentários e compartilhamentos. Também é viável a criação de *playlists* e selecionar um arquivo para ouvir em outro momento.

No SoundCloud, o comentário fica marcado no trecho em que estava tocando o áudio, ou seja, pode-se chamar a atenção para um ponto específico da faixa sonora. Porém, há planos pagos e limites para o *upload* (carregamento) de arquivos,

diferente do MixCloud. Uma diferença a favor do SoundCloud é que os arquivos podem ser baixados (*download*), diferentemente do MixCloud, que não o permite. Ao que parece, embora não seja oficial, o Arquivo Nacional trocou o SoundCloud pelo MixCloud em definitivo. Não só pelo erro na página oficial da instituição, com logotipo do SoundCloud e endereço do MixCoud, mas principalmente por não alimentar mais o banco de dados do SoundCloud, que está com 4 publicações aproximadamente há 1 ano. As mesmas publicações se encontram no MixCloud, que é atualizado constantemente e já conta com 39 áudios[48] divididos em seis playlists: músicas, discursos gerais, programas de rádio, comunicação com óvnis, discursos presidenciais e pó-de-arquivo (que é um podcast).

A imagem abaixo apresenta alguns dos itens sonoros disponibilizados pelo Arquivo Nacional no MixCloud e um que ele ouviu. Não há como afirmar se foi proposital ou se alguém sem querer ouviu o programa “Painel da Manhã - Baixada Fluminense - Mês da Baixada”. Sendo proposital ou não, ficou marcado como item escutado pelo Arquivo Nacional.

Imagem 56 – Faixas que aparecem na página de quem segue o AN no MixCloud



Fonte: Brasil (2018h).

O uso dessa rede social virtual pelo Arquivo Nacional foi um grande acerto. Com um material fonográfico riquíssimo, custodiado pela instituição, torná-lo

[48] Essa foi a quantidade verificada até a data de 16 de julho de 2018.

acessível vai totalmente ao encontro das recomendações do ICA para difusão proativa de acervos. O melhor é que há diversidade no conteúdo compartilhado pela instituição, fazendo inclusive com que o usuário se transporte (de alguma forma) para a época em que os áudios (programas) foram criados, entre eles, noticiários e teatro de rádio.

Imagem 57 – Página do AN no MixCloud com um áudio

Fonte: Brasil (2018h).

É perceptível e plausível que a instituição em todas as redes sociais em que se faz presente nunca se esquece de colocar as referências, fundo, ano e uma breve descrição, enriquecendo a pesquisa do usuário e a divulgação de seu acervo.

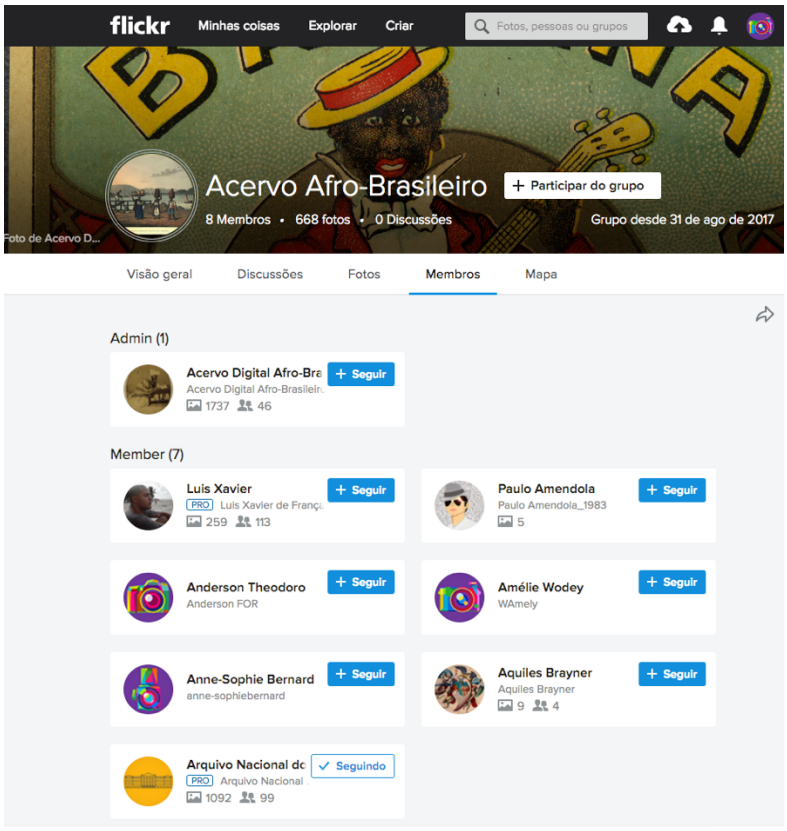
5.2.7 **AN no Flickr**

Esta rede social foi criada para o compartilhamento de fotografias, assim como o Pinterest e o Instagram. Porém, como as duas anteriores, ela tem a sua peculiaridade: podem-se criar grupos para troca e integração de imagens e construir exposições, debates e álbuns. Apesar de o documento audiovisual também ser carregado para dentro da página, esta tem seu foco maior no material iconográfico.

O campo “Grupo” permite um intercâmbio entre instituições. Um acervo faltante de uma pode ser complementado, virtualmente, pelo de outra, assim, dando maior organicidade ao acervo. Nesse caso, podem ser uma página faltante ou um

relatório que é citado em documentos, mas está em posse de outra instituição etc. O importante é que diversos usos podem ser feitos em “Grupos”, desde troca e complemento de documentos, como também a criação de uma exposição envolvendo arquivos de diversos estados e instituições, inclusive no âmbito internacional. Um documento, que está em outro país - em posse de uma instituição que também esteja associada ao Flickr -, sobre algo relevante da História do Brasil poderia ser digitalizado e disponibilizado para acesso e complementado com o acervo carregado (*upload*) pelo Arquivo Nacional, seja esse acervo uma série ou uma coleção. Dentro do campo “grupo” do AN, apareceu apenas um: Acervo Afro-Brasileiro. O Arquivo Nacional está associado com outros sete membros para inserção de imagens relativas a este acervo.

Imagem 58 – Campo “Grupo” do AN no Flickr



Fonte: Brasil (2018i).

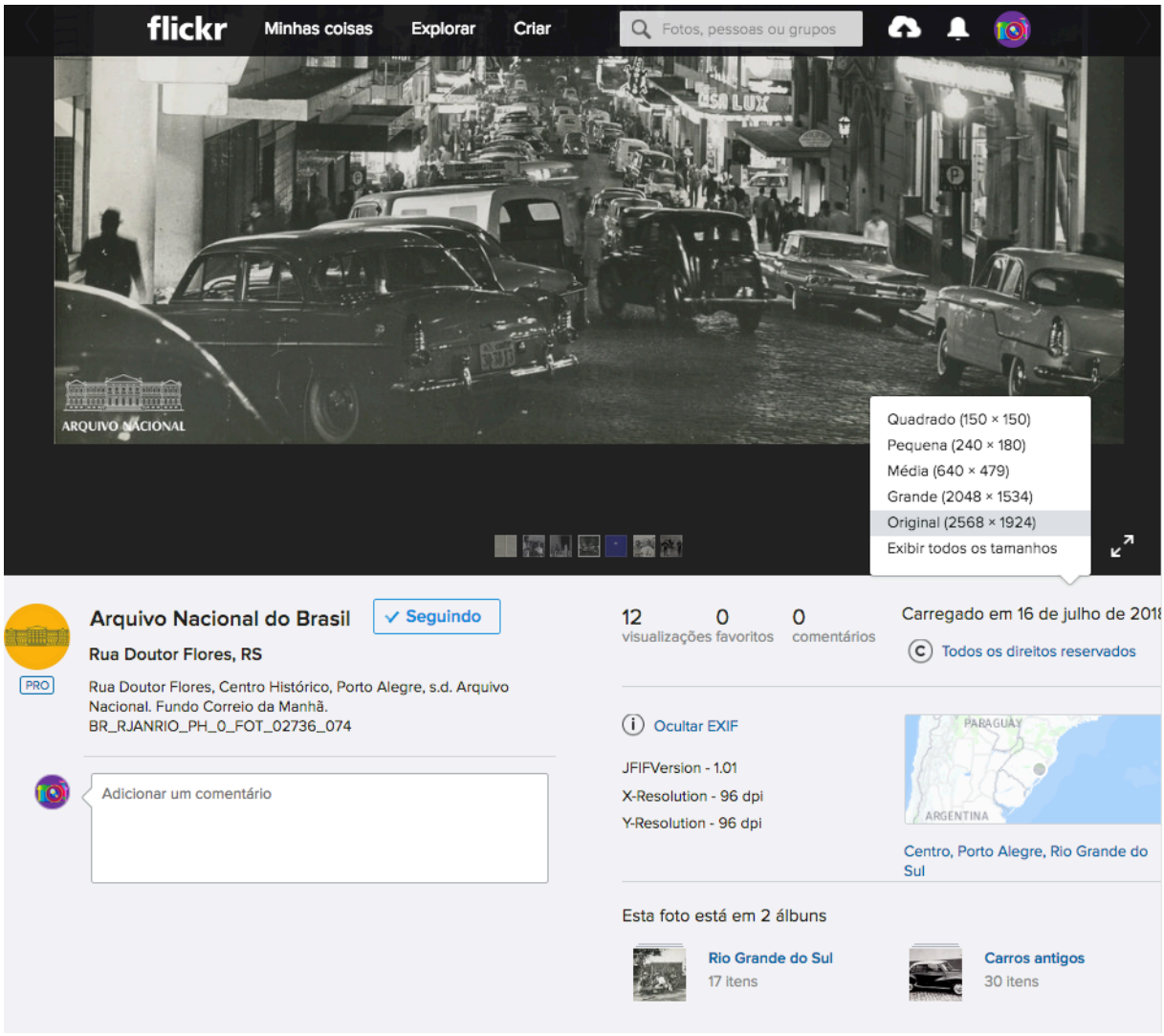
A conta do AN é PRO, significa que a instituição investe cerca de 6 dólares em plano mensal ou 50 dólares em um plano anual, que oferece, entre outras opções, estatísticas avançadas das fotos e navegação sem anúncios. Visto o que a rede oferece em possibilidades, é um investimento válido. O maior problema se trata

de que esta rede não é aberta como o Facebook e o Twitter. É necessário se cadastrar para ter acesso. O cadastro é gratuito, mas, sem este, não será possível visualizar nenhuma imagem, tornando-a, de certa maneira, uma rede seletiva. Por mais que, em outras, também tenhamos que nos associar para interagir, mesmo assim, é possível apenas visualizar.

Assim como o Pinterest, o Flickr é um ótimo canal para promover a aquisição de fotografias, documentos, pôsteres de época, entre outros. Esse acervo pode ser colocado em ‘Exposição”, pois não se misturaria com as imagens postadas no “álbum” da página do Arquivo Nacional no Flickr. O AN seria o curador da exposição, da coleção ou da série, lembrando que é viável digitalizar uma série do acervo institucional e disponibilizá-la. É uma forma de conservação para este material, pois evitará o contato físico com o mesmo. Seria bom já deixar nas redes sociais todo o material já digitalizado e disponível para acesso público (sem restrições), seja em imagem ou em *link* de arquivo PDF - de preferência, PDF/A - (no Facebook ou Twitter). Assim, seria garantido maior tempo de vida útil do material, sem a necessidade de uma intervenção (restauração).

A possibilidade de criar ilimitadas coleções e de que um mesmo item possa estar em mais de uma pasta (coleção criada) é um dos atrativos do Flickr, apesar de esta opção ser possível também no Pinterest. A imagem abaixo é da rua Doutor Flores em Porto Alegre. Ela está em dois álbuns: Rio Grande do Sul e Carros antigos.

Imagem 59 – Imagem de uma fotografia do AN no Flickr



Fonte: Brasil (2018i).

É possível fazer download da imagem em diversos tamanhos e formatos e, caso o usuário queira compartilhar em outra rede social virtual, o logotipo do Arquivo Nacional está gravado na imagem, não deixando dúvida de quem detém a custódia. Também é possível baixar os vídeos que estejam disponibilizados online.

As *tags* (etiquetas) para ajudar a encontrar um conteúdo, e também bastante utilizadas pela instituição, funcionam iguais às *hashtags* utilizadas em outras redes sociais. Nessa plataforma, não há a necessidade de controlar a quantidade do uso das *tags*, pois esta é interativa. O próprio usuário pode definir um nome que servirá de ponto de acesso para a imagem. Não é apenas o Arquivo Nacional quem determina, mas o próprio usuário da rede é um colaborador nesse sentido. Utilizar as *tags* pode servir como um ensaio para a instituição, pois, através de seu acervo,

ela entenderá como o usuário define, em palavras-chave, o conteúdo. É uma espécie de classificação feita pelo próprio usuário.

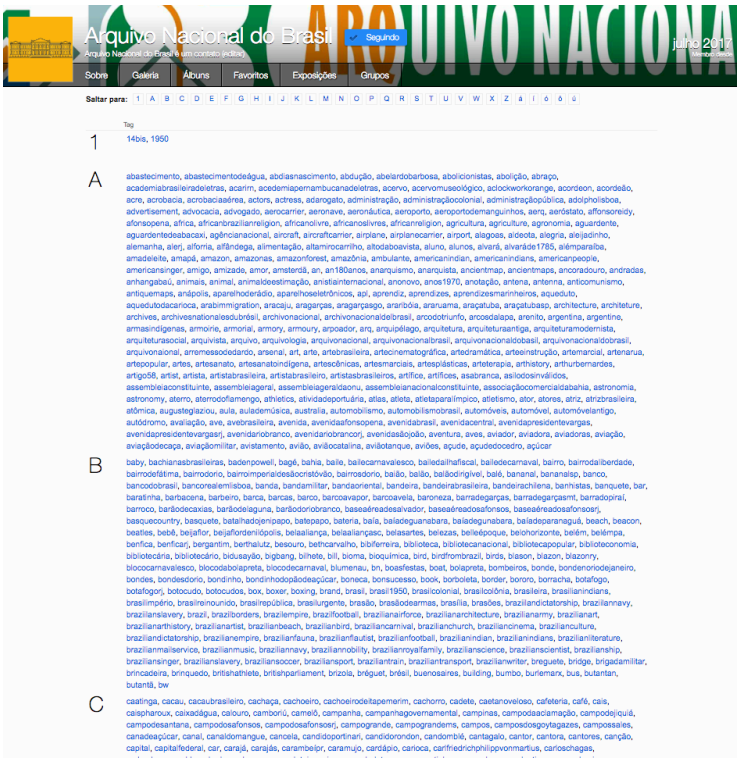
Imagem 60 – Imagem e uso de *tags* em imagem do AN no Flickr

Fonte: Brasil (2018i).

As palavras em cinza foram etiquetadas pelos usuários ou pelo Arquivo. As palavras apenas com o contorno cinza - neste caso: trem, carro, edifício, gente, placa - foram feitas automaticamente pelo Flickr. A imagem identificada como um trem pelo Flickr é, na verdade, um ônibus. Em outras palavras, a palavra-chave (ponto de acesso) está errada.

Muitas imagens já estão em outras redes sociais virtuais da instituição. A grande diferença fica na possibilidade de uso de cada uma. Atualmente, o AN, no Flickr, conta com 471,4 mil visualizações, 415 geotags (localização etiquetada), 25 imagens nos favoritos, 1 grupo e 2,7 mil *tags* (palavras-chave, etiquetas), sendo possível acessá-las através de um índice.

Imagem 61 – Índice de *tags* do AN no Flickr



Fonte: Brasil (2018i).

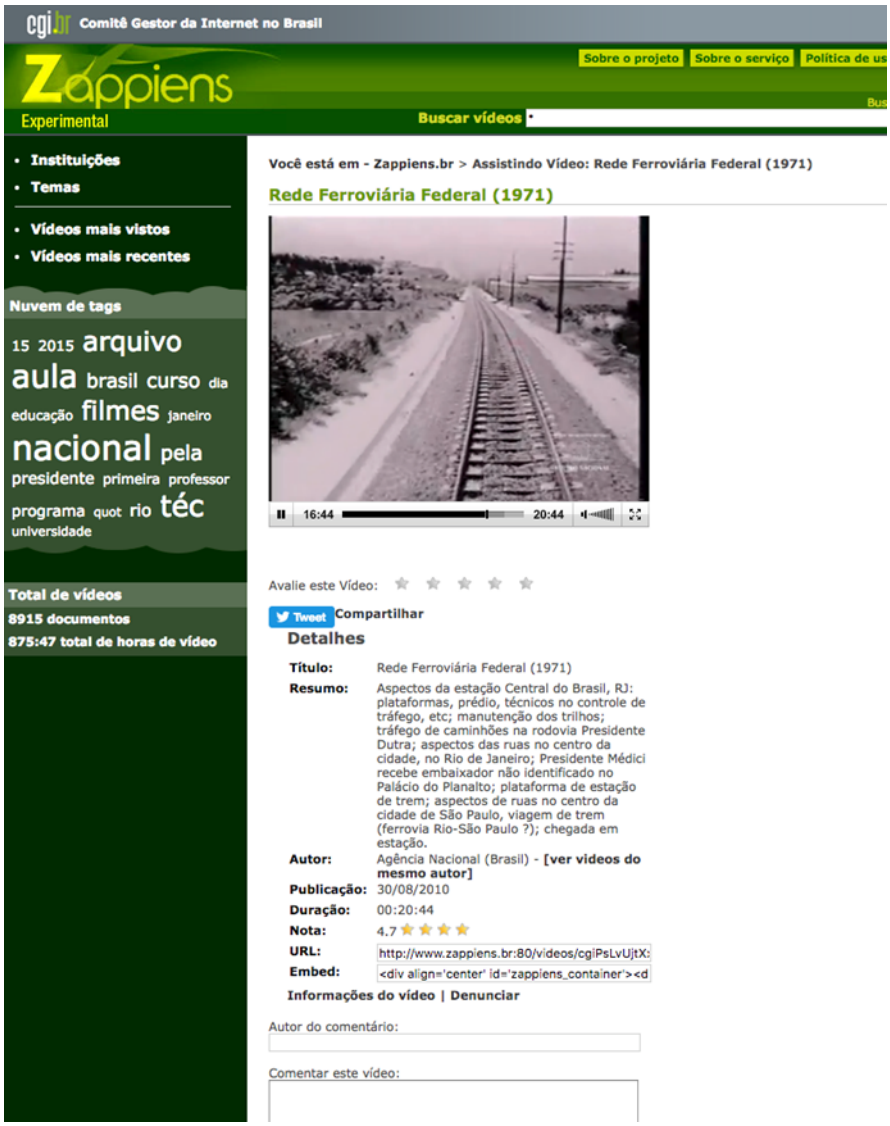
5.2.8 **AN no Zappiens**

O Zappiens, criado em fevereiro de 2010, é um projeto do Comitê Gestor da Internet no Brasil para “divulgação, disseminação e distribuição de conteúdos digitais em língua portuguesa. Neste site, você encontra materiais disponibilizados por diversas instituições” (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2018, não paginado). Contado pelo Arquivo Nacional como uma rede social virtual, ele foi também analisado. Essa rede é muito pouca conhecida pelo grande público e só instituições podem fazer parte dela, postando conteúdos. As instituições que fazem parte desta rede são: o Arquivo Nacional, o Comitê Gestor da Internet no Brasil, a Internet Society, Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa), Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), USP (Universidade de São Paulo) e W3C Brasil. A USP, apesar de fazer parte, não possui nenhum vídeo no Zappiens.

O Arquivo Nacional tem vídeos de cinejornais das décadas de 1930 à 1970, um material estipulado em 119 horas de vídeo. Possui aproximadamente 936 vídeos disponibilizados. Diferente das redes sociais citadas anteriormente, não há nenhum

código de referência, há apenas o título, o resumo e o autor. A interação fica restrita aos comentários, possibilidade de cópia do código do vídeo para utilizar em blogs ou Twitter, recomendação por e-mail e avaliação do vídeo. A maior parte do acervo foi disponibilizado no ano de 2010, quase uma década atrás e assim continua disponível, embora sem as informações detalhadas fornecidas pela atual equipe responsável pelas redes sociais virtuais do Arquivo Nacional.

Imagem 62 – Vídeo mais visualizado do AN no Zappiens



Fonte: Zappiens (2018).

O vídeo da imagem acima, “Rede Ferroviária Federal”, de 1971, feito pela Agência Nacional, foi o mais visto do Arquivo Nacional no Zappiens. Teve 8.262 acessos.

Os vídeos funcionam bem no computador de mesa, mas não podem ser

visualizados em tablets e celulares, porque sua reprodução requer a instalação da ferramenta Adobe Flash Player, deixada de lado pelas principais produtoras de tecnologia: Google e Apple. Portanto, exclui os dois maiores sistemas operacionais, o iOS e o Android, tornando-se, aos poucos, obsoleta.

5.2.9 **AN no Wikimedia Commons**

O Wikimedia Commons foi criado em 2004 e é mantido pela Wikimedia Foundation, criadora do Wikipedia, a maior enciclopédia colaborativa do mundo. Esta pesquisa não entende o Wiki Commons como uma rede social virtual, visto que falta a esta a interatividade, embora permita que o usuário possa fazer algumas edições. Entende-a como um repositório digital de imagens.

O Arquivo Nacional carrega (*upload*) as imagens para dentro do sítio da Wikimedia Commons e, lá, ficam disponíveis para diversos usos, principalmente o educativo. A ideia central é que o material fique acessível a grande número de pessoas que passam a ter licença livre para fazer uso da imagem. Os metadados - como data em que foi gerada a digitalização, dimensão em pixels, o software utilizado para capturar a imagem, o formato e tamanho do arquivo digital, o sistema de cores etc. - das imagens carregadas ficam disponível para os usuários. As imagens podem ser baixadas em quatro tamanhos: pequeno, médio, grande e o original. O Arquivo Nacional tem feito, na maioria das fotografias, o uso do formato “TIFF” e acima da resolução mínima (300dpi), modo RGB, 8 bit por canal de cor, etc., como recomenda a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos para a matriz digital de documentos arquivísticos permanentes (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2010).

Abaixo, temos a imagem “Presidente da República Artur Bernardes e ministros de Estado” e seus respectivos os metadados disponibilizados.

Imagem 63 – Imagem de fotografia postada na Wiki Commons pelo AN

Fonte: Brasil (2018j).

Imagem 64 – Metadados da imagem acima

Metadata

This file contains additional information such as Exif metadata which may have been added by the digital camera, scanner, or software program used to create or digitize it. If the file has been modified from its original state, some details such as the timestamp may not fully reflect those of the original file. The timestamp is only as accurate as the clock in the camera, and it may be completely wrong.

Date and time of data generation	11:03, 29 December 2006
Width	11,670 px
Height	8,705 px
Bits per component	• 8 • 8 • 8
Compression scheme	LZW
Pixel composition	RGB
Orientation	Normal
Number of components	3
Number of rows per strip	1
Horizontal resolution	300 dpi
Vertical resolution	300 dpi
Data arrangement	chunky format
Software used	Windows Photo Editor 10.0.10011.16384
File change date and time	23:52, 21 October 2017
Date and time of digitizing	11:03, 29 December 2006
DateTimeOriginal subseconds	68
DateTimeDigitized subseconds	68
Color space	sRGB
Hide extended details	

Categories: Photographs on politics in Arquivo Nacional (Brazil) | Artur Bernardes | 1922 in Brazil | Group portrait photographs of men | 1922 portrait photographs | Portrait photographs of politicians | Rio de Janeiro (city) in the 1920s

Hidden categories: Artworks without Wikidata item | CC-PD-Mark | PD-old-90-1923 | PD-Arquivo Nacional | Wikimedia in Brazil GLAM initiative with Arquivo Nacional | Uploaded with pattypan | Images with annotations | Files with no machine-readable author

Fonte: Brasil (2018j).

A imagem foi carregada em 22 de outubro de 2017 e foi digitalizada em 29 de dezembro de 2006. A última edição da página da Wiki que carrega a imagem foi feita em 4 de junho de 2018. Algumas outras imagens não seguem os metadados para matriz digital. Embora seja interessante o uso dessa na WikiCommons, esse não é o objetivo. O problema de sempre utilizar a matriz digital é que ela torna o arquivo muito grande e pesado, causando demora para o usuário baixar a imagem de dentro do Wiki Commons e para o Arquivo carregá-la para dentro da rede social, pois esse processo dependerá muito de uma boa velocidade de conexão da banda larga.

Viu-se a possibilidade de diversos usos das redes sociais virtuais, desde o mais óbvio, a difusão, até outros mais complexos, como: a conservação/preservação, com a digitalização de imagens e arquivos gerados em

pdf/a; a descrição, o código, o fundo a que pertence o acervo, a contexto da imagem ou do audiovisual; a classificação, do próprio usuário, etiquetando as imagens, mas, principalmente, da instituição, tendo a possibilidade de criar coleções diversas e arranjá-las segundo bem entender; a aquisição, que, embora ainda não praticada pelos arquivos brasileiros no âmbito virtual, é viável e possível, garantindo maior interação com outras instituições (para complementar e dar maior organicidade a um acervo) e com os usuários (para enriquecer uma coleção); a avaliação, para não acumular informações desnecessárias ou que já cumpriram o seu objetivo e evitar que os arquivos tenham de sair do ar em época de eleição.

Como as redes sociais virtuais são mutáveis, é bem provável que, em um futuro não muito distante, surjam novas ou as atuais ganhem novas funções que permitirão novas possibilidades e usos aos Arquivos do mundo inteiro.

Quadro 2 – Características das redes sociais virtuais

Plataforma	Características
Facebook	É a rede social virtual mais utilizada no mundo. Possibilita a troca de mensagens direta e compartilhamento de publicações (imagens, textos e/ou vídeos), comentários e curtidas. Também é possível fazer uma transmissão ao vivo de um evento, além de convidar pessoas a se associarem.
YouTube	Seu uso é direcionado à publicação de vídeos que podem ser previamente filmados ou transmitidos ao vivo. Faz parte da empresa Google.
Instagram	Publicação de imagens e vídeos, sendo o material iconográfico o seu carro-chefe. Popularizou-se por permitir filtros nas fotografias, modificando o aspecto das imagens. A empresa hoje pertence ao Facebook.
Twitter	Funciona como um micro blog em que o limite de caracteres é de 280. Popularizou o uso das chamadas *hashtags.*
MixCloud	Plataforma para publicação de conteúdo fonográfico. Voltado para conteúdo musical, pode ser usado para publicar qualquer tipo de áudio.
Flickr	Publicação de imagens (fotografias, desenhos, vídeos etc.) que podem ser alocadas e organizadas em álbuns. Permite uma interoperabilidade entre os usuários e seus respectivos acervos. Usa um sistema colaborativo de etiquetagem (*tags*) para indexar os assuntos.
Zappiens.br	Sítio eletrônico para hospedagem de vídeos institucionais.
Pinterest	Rede social de compartilhamento de material iconográfico. Permite a criação de pastas e subpastas para melhor organização do acervo.
SoundCloud	Plataforma para publicação de conteúdo fonográfico. Voltado para conteúdo musical, pode ser usado para publicar qualquer tipo de áudio.
Wikimedia Commons	Sítio eletrônico de repositório de imagens com os metadados delas.

Fonte: elaboração própria (2018).

Quadro 3 – Possibilidades de usos das redes sociais 1

Plataforma	Usuários ativos	Ano de fundação	Permite a inserção de conteúdo:				
			Textual	Fonográfico	Audiovisual	Iconográfico	Transmissão ao vivo
Facebook	2,167 bilhões	2004	✔	✘	✔	✔	✔
YouTube	1,500 bilhões	2005	✔	✘	✔	✘	✔
Instagram	800 milhões	2010	✔	✘	✔	✔	✘
Twitter	330 milhões	2006	✔	✘	✔	✔	✔
MixCloud	17 milhões	2008	✔	✔	✘	✘	✘
Flickr	Não identificado	2004	✔	✘	✔	✔	✘
Zappiens.br	Não identificado	2010	✔	✘	✔	✘	✘
Pinterest	250 milhões	2010	✔	✘	✘	✔	✘
SoundCloud	Não identificado	2007	✔	✔	✘	✘	✘
Wikimedia Commons	7,145 milhões	2204	✔	✘	✘	✔	✘

Fonte: elaboração própria (2018), adaptado de Facebook, Youtbe, Instagram, tumbler e Twitter.
Dados de janeiro de 2018, fonte: <https://wearesocial.com/blog/2018/01/global-digital-report-2018>.
Fonte: https://www.digitalmusicnews.com/2018/05/24/music-industry-latest-39/
Pintrest: https://www.trecebits.com/2018/06/14/pinterest-supera-los-250-millones-de-usuarios-y-crece-mas-que-twitter-y-snapchat/

6 **DIRETRIZES PARA O USO DAS REDES SOCIAIS PELAS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS BRASILEIRAS**

O Conselho Nacional de Arquivos tem publicações sobre *Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos*, *Diretrizes para a implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis*, *Diretrizes para a gestão arquivístico do correio eletrônico corporativo*, *Diretrizes do produtor e do* preservador, *Diretrizes gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas*, mas nenhuma diretriz para o uso das redes sociais virtuais para as instituições arquivísticas.

Viu-se, ao longo deste trabalho, a trajetória da arquivologia desde seu início como instituição arquivística. Também foi visto que se misturou e se mistura o seu saber/fazer, o quanto o conhecimento prático influencia no acadêmico e como este influencia na instituição arquivística.

Com as redes sociais virtuais e as instituições arquivísticas, não é diferente. O modo como o usuário se comporta na rede, como ele interage, têm influência na tomada de decisão do arquivo e, ao mesmo tempo, é o arquivo que traça as metas e objetivos a serem alcançados, influenciando no que o usuário-seguidor irá ler e interagir. Abaixo, encontram-se 10 pontos em que se sintetizam as diretrizes para o aproveitamento dos recursos proporcionados pelas redes sociais virtuais aos arquivos públicos brasileiros na efetivação de suas funções arquivísticas. Esse produto resulta das conclusões de pesquisa apresentadas nas seções anteriores deste trabalho.

1) Formação de equipe específica e exclusiva para atualizar e criar campanhas nas redes sociais

É fundamental que se tenha uma equipe voltada para o uso dessas ferramentas, pois elas demandam tempo, estudo e interação com os usuários, sendo necessário que o arquivo esteja atento às solicitações e respostas das dúvidas dos mesmos.

A rede social virtual não deve ser vista como um luxo, mas como algo que já é parte do cotidiano de grande parte dos cidadãos, não podendo mais ser ignorada por nenhuma instituição governamental que preste atendimento externo.

A equipe pode ser formada como a instituição desejar. Se ela está atrelada à secretaria de educação, é mais provável que seu foco seja nessa área e inclua pedagogos e professores na composição da equipe. Se estiver associada a uma secretaria de cultura, pode ser que se prefiram incluir pessoas que tenham o perfil dessa secretaria e assim por diante, para que as postagens sigam o perfil da instituição. Porém, isso nunca deve ser uma regra e a instituição deve ter total autonomia para decidir quem vai compor sua equipe. É recomendável trabalhar em conjunto com (ao menos) um Historiador, um Arquivista e um especialista em Redação.

2) Planejamento a médio e longo prazo

A instituição arquivística deve ser proativa e oferecer conteúdos, não reativa, esperando que o usuário solicite. É necessário manter um planejamento para os dois anos subsequentes. Esse seria um bom tempo, a médio prazo, para avaliar se é necessário incluir novas redes sociais ou investir mais ou menos em alguma que já faça parte, ou, ainda, rever a estratégia utilizada.

Todos os passos oriundos das reuniões devem gerar relatórios que devem ser arquivados para caso de uma mudança estratégica de equipe e para que essa não recomece do zero.

O planejamento deve envolver todos os passos contidos nessas diretrizes e gerar um documento das estratégias que deverão ser seguidas. Estudar as redes sociais em que os arquivos se fazem presentes; planejar com antecedência as publicações que serão postadas (pode ser por conta de datas comemorativas, eventos, etc.); determinar quem serão os responsáveis pela pesquisa, redação, publicação e resposta; o melhor horário para se publicar (segundo as características dos seguidores da página); entre outras questões que aparecerão no percurso.

As redes sociais virtuais são empresas de capital privado, algumas até com ações na bolsa de valores e estão suscetíveis ao mercado. Podem sofrer incorporações, ganhar novas funções e perder outras. Podem ter o número de usuários esvaziados, migrando para uma outra plataforma e, esta que fora esvaziada, ser desativada, como foi no caso do Orkut[49]. Portanto, já ter todo material escrito, imagens, vídeos etc. alocados de forma organizada e classificada, com

[49] O Orkut foi uma rede social virtual criada em 2004, da empresa Google, muito popular no Brasil e que teve seu encerramento decretado pela própria empresa em 2015.

backups feitos de tempos em tempos, facilitaria uma migração para uma outra conta em uma nova rede social, ao invés de recomeçar tudo do zero. Além disso, esse material pode servir de consulta para não repetir publicações. Podem-se também mesclar as postagens novas com as antigas na plataforma emergente.

O planejamento envolve o todo, incluindo o uso de scanner ou celular para capturar imagens do acervo, espaço para o trabalho, computadores, ou seja, uma infraestrutura, além das metas, cronogramas e objetivos a serem alcançados.

3) Avaliação permanente sobre o desempenho em relação aos objetivos e atualização das estratégias

Reuniões periódicas (semanais, mensais e/ou trimestrais) precisam ser realizadas para verificação dos dados e alcance obtidos x esperado. É importante sempre ter o documento do planejamento como base e equiparação para o que vem sendo realizado: se há sucesso ou não, o porquê disto e como melhorar a performance.

É preciso analisar quais postagens tiveram mais acesso; quais tiveram maiores números de comentários e compartilhamentos; qual foi afinal o nível de engajamento. Daí, descobrir o nível de conexão emocional que foi conquistado. Determinar que postagens deram certo, de acordo com o perfil dos usuários, e mantê-las. Da mesma forma, o que não der certo, não repetir. Lembrando que cada rede social virtual tem perfis diferentes de usuários.

4) Mapeamento dos temas mais solicitados e acervos mais procurados para disponibilização online

A instituição custodiadora deve, sempre que possível, disponibilizar seu acervo online. Como é sabido, nem todos os arquivos públicos dispõem de recursos financeiros necessários para o mínimo funcionamento da instituição e têm que, muitas vezes, fazer um grande esforço para manter e prover o material básico para o seu funcionamento. Como se torna inviável a curto e médio prazo ter todo seu acervo disponível online, é preciso saber trabalhar estrategicamente. Isso envolve conhecer quem é o seu usuário à distância e presencial e o que eles costumam solicitar. Procurar nas estatísticas, caso haja, o perfil profissional e o acervo constantemente buscado por determinado grupo profissional. Isso será de grande

valia para saber o que publicar online, mas sem deixar de conquistar novos seguidores e usuários com publicações de temas variados.

5) Publicização dos indicadores alcançados com compartilhamento, comentários e interações das postagens

Nos Estados Unidos, há um termo em que não possui uma tradução específica para o português: *accountability*. Seria algo próximo de “prestação de contas” do que se faz, como se faz e do porquê de ser feito. Esse termo é comumente associado à transparência, democracia e direto à informação. Nesse caso, diz respeito à prestação de contas de como a rede social virtual foi utilizada e o que dela foi gerado.

O National Archives (NARA) publica anualmente os relatórios mensais de todas as suas contas nas redes sociais virtuais. O NARA possui centenas de contas, uma para cada assunto (tema), divisão regional, agências etc. Os dados que eles publicizam, por exemplo, são: o número crescente de usuários mês após mês, o número de páginas visualizadas, o quantitativo de usuários que visualizaram ou interagiram com as postagens, o número de imagens, vídeos e textos postados a cada mês, os cinco assuntos com mais visualizações no canal do NARA, entre diversos outros.

Os dados podem ser de utilidade para agências governamentais ou não governamentais, membros da sociedade civil, políticos etc. A publicização evita acusações, como a de que um arquivo estadual possa usar os dados obtidos e internos para favorecer a campanha do candidato da situação, pois este saberia das reações dos usuários a determinados assuntos. Por mais que os comentários e a quantidade de visualizações sejam públicos, o alcance que teve certa publicação não é. Apenas o administrador da página (o arquivo público estadual) o possui.

O dono de uma página no Facebook possui acesso a dados exclusivos, como o número de pessoas alcançadas com determinada postagem e o número de cliques na publicação. Também é acessível, ao administrador da página, saber dados dos compartilhamentos: a quantidade de comentários e de recompartilhamentos.

Imagem 65 – Exemplo de dados exclusivos de um administrador de uma página

Fonte: Facebook (2018).

Tomando a página oficial de um município como exemplo, as reclamações sobre uma obra ou sobre qualquer conteúdo por esta publicado podem ser um reflexo do que pensam os cidadãos dessa cidade, corroborando a tomada ou mudança de decisões da prefeitura.

Os dados obtidos podem trazer melhorias para a sociedade através do estudo de seus indicadores e propostas de melhorias.

6) Uso de estratégias diferenciadas para cada rede social segundo o perfil de usuários

A página da instituição na chamada Web 2.0 não deve ser uma mera réplica do sítio eletrônico ou das demais redes sociais virtuais. O conteúdo publicado no Twitter não tem que ser o mesmo do Facebook, do Instagram ou de quaisquer outros. Até porque, se fosse para ser réplica, não se precisaria sair criando contas diferentes, uma vez que elas irão dizer a mesma coisa. Porém, isso não impede que sejam feitas convergências. Um vídeo transmitido ao vivo no YouTube pode, sim, ter *links* para páginas como o Facebook e o Twitter. Não há problemas nesse sentido. O que deve ser evitado é saturar o usuário com o mesmo conteúdo em plataformas diferentes, pois isso poderá encorajá-lo a deixar de seguir alguma delas (se desassociar), já que são iguais.

As estratégias precisam ser diferentes, pois as plataformas não são iguais. O Twitter começou permitindo apenas 140 caracteres por postagem. Hoje, esse número subiu, desde novembro de 2017, para 280. O Facebook permite, por

exemplo, criar eventos, envio de vídeo e transmissão ao vivo de um evento, além de publicação de textos etc. O MixCloud, por sua vez, é voltado para conteúdo sonoro e o Flickr e o Instagram para conteúdos visuais. Este último permite vídeos curtos também. E isso não é estático. Essas plataformas estão se adaptando às novas tendências e apelos da sociedade e precisam se renovar para não perder espaço e público. Da mesma forma que as plataformas mudam, as equipes devem estar atentas a essas mudanças desde o algoritmo da plataforma até o perfil de público (que varia segundo o sexo, a faixa etária, o tempo conectado, etc).

7) Criação de uma conexão pessoal e emotiva através de uma narrativa

Uma das coisas fundamentais para manter seu usuário associado é deixá-lo sempre interessado no acervo difundido. Nos Estados Unidos, há um termo chamado *storytelling* que, em uma tradução livre, seria o mesmo que contar estórias, mas talvez o mais adequado fosse “a arte de contar estória”, saber prender a atenção do seu público.

A arte está em fazer o usuário se interessar pelo tema, pelo arquivo postado. Para isso, alguns pontos são importantes:

- A imagem é o primeiro ponto que o usuário irá prestar atenção, portanto a escolha da imagem não pode ser aleatória, tem de ser uma que desperte a atenção e a curiosidade. Assim como em uma revista, a linguagem visual é o primeiro atrativo para o leitor.
- Dar um título de chamada que seja bom e instigue a continuação da leitura da mensagem. Em um jornal, a manchete é o que será visto após a imagem. Um título é o segundo ponto para prender o leitor. A partir dali, ele decidirá se irá ou não ler o texto. Esse título, portanto, precisa ser convidativo e ter a ver com o assunto, mas que não seja sensacionalista. Tem de ser verdadeiro, retratar o que realmente é. O título tem de ter a ver com o texto.
- Elaborar uma boa redação, sem erros gramaticais e de ortografia, que recorte bem a imagem ou vídeo postado. A redação é a parte que explicará do que se trata a imagem, contextualizará o assunto, prenderá o usuário para que ele continue a leitura desde o primeiro momento, até fim. Ela deve ser acompanhada das referências sobre a fonte, onde encontrá-la, código e

palavras-chave. O que for principal e relevante deve estar no texto, o que não for deve ser desprezado.

- Criar um laço emotivo e pessoal tem muito a ver com o material a ser publicado. Por exemplo, o autódromo de Jacarepaguá (Rio de Janeiro) foi desativado por conta do uso do espaço para os Jogos Olímpicos de 2016, mas um novo projeto está pronto para ser construído em Deodoro. Em outras palavras, é necessário buscar algo do cenário atual e fazer um *link* com o passado que esteja no acervo da instituição. Em protestos que ocorreram no Brasil, em 2015 e 2016, algumas pessoas chegaram a pedir a intervenção de um governo militar. Muitos arquivos detêm documentos do período do regime militar e que agora podem ser acessíveis ao público. Mesmo que o conteúdo não seja favorável ao governo Militar, este gera debates e apresenta outras opiniões.

Quando possível, é lícito estimular debates e traçar desafios como: transcrever a primeira linha de um documento antigo, descobrir quem são os personagens da imagem etc.

Nessa conexão com o usuário, convém deixar sempre um espaço aberto para que ele possa dar sugestões de publicações. Seja através de um post (fixo) para isso, ou do campo de mensagem das redes sociais. O importante é que ele possa se sentir parte da equipe, com atitudes como doar acervo virtual (imagem digitalizada) para compor coleções e exposições online ou se sentir livre para complementar a informação.

Quando o usuário fizer uma pergunta à instituição em uma postagem, a mensagem deve ser respondida no mesmo canal. Caso a dúvida seja particular, é necessário convidá-lo para o campo de mensagem e iniciar o bate-papo ou dar um telefone ou endereço que termine com a dúvida dele. Mesmo que não se saiba informar com precisão, é importante dar uma resposta a que a procura. Isso tem a ver com criar um laço pessoal com o cidadão-usuário.

8) Realização de funções arquivísticas através das redes sociais

Conservação/Preservação

Objetivo nas redes sociais: Evitar contato direto com um acervo, que precisa de maiores cuidados devido a alguma fragilidade, além de economizar recursos com restaurações.

Como fazer: Postar cada vez mais acervos em ".PDF/A", com conteúdos, de preferência, na íntegra e/ou também imagens digitalizadas dos documentos da série ou do fundo nas redes sociais virtuais. Isso fará com que não seja necessário para o usuário ter contato físico com o acervo, prolongando assim a vida útil dos documentos sem a interferência de uma restauração. Redes sociais como o Pinterest e o Flickr permitem a criação de séries ou coleções através de pastas em que se podem incluir imagens digitalizadas dos documentos.

Difusão

Objetivo nas redes sociais: Aumentar o número de seguidores.

Como fazer: Para ter um maior impacto na difusão, fazer parcerias com outros órgãos governamentais ou influenciadores digitais. No segundo caso, apenas pedir que estes repliquem/compartilhem algo do Arquivo. O inverso nunca deve ser feito (só em caso de instituição pública). Publicar coisas de outras instituições e elas, por sua vez, postarem coisas do arquivo é um bom caminho para aumentar o engajamento nas redes sociais.

Essas postagens podem entrar em avaliação, ou seja, depois de um mês ou dois serem descartadas, pois nada têm a ver diretamente com a instituição. O compartilhamento mútuo entre arquivos ou outras instituições ajuda os dois ou mais lados envolvidos a atrair a atenção de quem não seguia ou não seguiria. Isso pode ser uma boa estratégia de difusão do Arquivo. Outra é que as instituições tratem no mesmo dia sobre o mesmo assunto com a mesma *hashtag*, criando campanhas e atingindo os *Trending Topics* do Twitter como o assunto mais comentado.

É necessário ser específico e cirúrgico no uso das *Hashtags* (palavras-chave). Por exemplo, se utilizar-se a *hashtag* #brasil, aparecerá de tudo e não se alcançará o público desejado. Tem de existir ligação entre o assunto levantado e o acervo, imagem, fundo etc.

Caso a instituição tenha recursos financeiros para investir em promoção em alguma rede social, não há problemas. Porém, ele tem de ser bem pensado e com estratégia para atingir o público esperado.

Aquisição

Objetivo nas redes sociais: Adquirir documentos que enriqueçam uma coleção ou série e exposições.

Como fazer: Criar campanhas públicas para doação de imagens digitalizadas de algum tema. O Flickr permite a criação de grupos para criar um conteúdo em comum. Isso pode fazer com que um documento de uma série que esteja em uma instituição possa complementar alguma de outra instituição, dando maior organicidade ao acervo. As imagens doadas podem servir para criar coleções, servir de complemento para algum acervo incompleto (caso oriundo de outra instituição, pois é necessário garantir a autenticidade do documento) e para criar exposições virtuais.

Avaliação

Objetivo nas redes sociais: Controlar a quantidade de postagens de modo que só fiquem as relevantes, evitando que o usuário se perca em informações que já perderam sua eficácia e validade.

Como fazer: Avaliar é garantir a memória que os arquivos podem testemunhar de acontecimentos sociais, é garantir que as informações mais importantes não se percam em montes de documentos acumulados.

A avaliação é o momento em que se planeja o que será preservado como permanente, quanto tempo deverá ser mantido uma documentação até esta ser recolhida ou eliminada. É quando se cria a tabela de temporalidade e os termos de eliminação, mas, para isso ocorrer, depende-se da formação de uma comissão para avaliar, dar valor aos documentos. Essa comissão fornece critérios que deverão ser utilizados. Por que não envolver essa comissão no uso das redes sociais?

Viu-se que os arquivos estaduais saíram das redes sociais no período eleitoral. Se houvesse uma avaliação que determinasse o prazo de tempo de publicações que podem ser vistas como propaganda do governo e, por isso, devem ser eliminadas antes dos três meses em que ocorre o pleito eleitoral, talvez não

fosse necessário que os arquivos públicos encerrassem temporariamente as suas atividades online, mantendo os serviços aos usuários nesse meio.

Observou-se que os termos de eliminação não são publicados nas redes sociais. Essa informação não chega aos usuários das plataformas aqui estudadas. Não há uma divulgação nessas plataformas.

Muitos usuários, caso queiram pesquisar e ver postagens anteriores, se perderão em publicações que não faz mais sentido continuarem a existir na página. Por exemplo: anúncios de feriado e os dias e horários em que o arquivo funcionará em determinada semana. Passada a semana, não faz sentido a publicação permanecer online, mas quem decidiria isso seria a comissão permanente de avaliação, com o uso de tabelas e aviso prévio aos usuários que as publicações selecionadas serão apagadas, o que confere tempo para usuário tirar um *print* da tela, mantendo uma cópia para si.

Quanto ao acervo, não há problemas em utilizar e ou republicar algo já feito, pois este divulga a instituição e, dependendo do momento em que for repostada certa postagem, pode ocorrer uma ressignificação. Tudo dependerá do contexto em que for republicada, que pode torná-la uma nova publicação com novos tipos de comentários.

Descrição

Objetivo nas redes sociais: Fazer com que o usuário encontre o que procure e contribua com o conteúdo

Como fazer: A descrição será a maior auxiliadora para o usuário entender o material publicado através da contextualização (história, procedência, conteúdo etc.) e da indexação dos assuntos, gerando pontos de acesso no campo de pesquisa das redes sociais virtuais.

Na descrição da imagem, deve haver o código de referência do acervo, a autoria, a data, o fundo, a série etc. As *Hashtags* podem ser colocadas no meio do texto, pois outros nomes de personagens podem aparecer. Tomemos como exemplo uma fotografia em que apareçam vários ex-ministros que estão com os nomes no texto. Cada um desses pode virar pontos de acesso ao ser indexado.

Evitar o uso exagerado e sem sentido das *hashtags*, *tags* (palavras-chave), pois de nada adiantaria, por exemplo, colocar “#Brasil”, pois faria ligação (*link*) com qualquer coisa e não com o algo específico de que se fala na postagem. Dar

preferência ao uso de indicar o nome da instituição (custodiadora), do fundo, da série, subsérie, dossiê, item documental (no final do texto, sendo a última parte da postagem).

O usuário pode usar o campo de comentário para inserir mais informações sobre a publicação. No Flickr, pode também criar palavras-chave, indexando termos que auxiliam na busca. Quando o usuário compartilha uma publicação de uma página no Facebook e deixa o acesso aberto ao público, a página que teve sua postagem compartilhada pode ler se este incluiu algo além do compartilhamento, se usou outras *Hashtags*, se incluiu novos dados etc. Observando o comportamento do usuário, podem-se traçar estratégias para o uso dos termos chaves e da descrição.

Classificação

Objetivo nas redes sociais: Organizar e fazer arranjo em coleções, séries e fundos.

Como fazer: Nesse ponto, o arranjo é mais utilizado no YouTube e é preciso organizar a *playlist* dos vídeos de modo a que sejam excludentes, não pertencendo o mesmo vídeo a mais de uma lista, classificando-os. Em outras redes sociais, como o Flickr e o Pinterest, é possível criar coleções e arranjá-las, facilitando a busca por temas.

Foi observado que muitos dos arquivos públicos que estão nas redes sociais virtuais não utilizam essa plataforma para submeter à crítica pública um plano de classificação proposto, o que aumentaria a participação pública através de comentários e sugestões de mudanças e aprimoramento.

O uso das plataformas Flickr e Pinterest podem servir de protótipos para o arranjo de um fundo, série, coleção. Esses protótipos também estariam abertos à participação popular durante um determinado período, com chamadas através das diversas plataformas em que a instituição arquivista se faz presente. Pode funcionar como um ensaio para o arranjo físico de um fundo. As sugestões podem partir de diversos arquivistas (ou não) de todo o país. Professores, alunos, especialistas participariam e dariam sugestões para o melhor arranjo a ser feito em um determinado fundo ou coleção. Assim, seria garantida uma maior organicidade à documentação, situando-se melhor o contexto da criação e tendo um média do pensamento geral sobre como ficaria mais fácil o acesso para os usuários através da organização proposta.

9) Garantia da autenticidade da página

Um grande perigo da web 2.0 é a velocidade com que notícias falsas são propagadas e podem gerar desinformação. Há, inclusive, empresas especializadas nessa prática no Brasil e no mundo.

Muitos arquivos públicos estaduais não possuem *links* para suas respectivas redes sociais virtuais, outros não colocam todas em que estão, alguns possuem a ligação com as plataformas quebradas e há os que só possuem as redes sociais, sem possuir um sítio eletrônico oficial. A melhor maneira de evitar riscos e confusões para o usuário seria a verificação das contas nas plataformas que possuem essa funcionalidade. Assim, seria garantida a autenticidade das mensagens publicadas pelas instituições arquivísticas.

10) Termos de uso e normas de responsabilidade

Apesar de a internet ser um meio democrático para uso da informação, tornando a opinião de cada cidadão passível de ser lida, vista e/ou ouvida, é preciso ter alguns cuidados. É importante a instituição arquivística deixar claro (em uma postagem fixa ou em algum outro campo) o que pode ser dito ou não em seus comentários. Isso evitaria conflitos com o público, pois a regra já estaria estabelecida. Pode haver, por parte do arquivo público (dono da página), um apagamento de um comentário (preconceituoso, machista, racista, propaganda eleitoral etc.), mas nunca a exclusão ou o bloqueio do perfil de um usuário infrator, pois ainda se trata de um meio de informação feito por um órgão público. O termo de uso deve deixar claro o que pode ou não se fazer e dizer nos comentários da página, para nunca parecer que foi uma atitude ditatorial da instituição.

Conforme a sociedade vai se modificando e a tecnologia avançando, novas configurações e atores irão surgir. De tempo em tempo, as propostas aqui apresentadas devem ser reavaliadas e atualizadas. Afinal, as diretrizes propostas por este trabalho são como a sociedade (atores) e a tecnologia (redes sociais virtuais), não param no tempo, são dinâmicas.

Imagem 66 – Diretrizes para o uso das redes sociais pelas instituições arquivísticas brasileiras

Fonte: elaboração própria, com ícones (FREEPIK , 2018; VECTORS MARKET, 2018).

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Sonia. Redes sociais e teoria social: revelando os fundamentos do conceito. **Informação & Informação**, [s.l.], v. 12, p.8-19, dez. 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1784>. Acesso em: 24 out. 2016.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação,** Brasília, DF, v. 2, n. 1, p.89-103, jan./dez. 2009.

ANDRADE, Ricardo Sodré; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 2, n. 3, p.14-29, 2008. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3211/2335>. Acesso em: 22 fev. 2018.

APERS_SARH. **@apers_sarh.** 2018. Disponível em: <https://twitter.com/apers_sarh>. Acesso em: 11 jul. 2018.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos teóricos da classificação. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, [s.l.], v. 11, n. 22, p.117-140, 14 dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11n22p117/368>. Acesso em: 1 maio 2018.

ARCHIVES NATIONALES (França). **Histoire de l'institution**. 2017. Disponível em: <http://www.archives-nationales.culture.gouv.fr/fr/web/guest/histoire-de-l-institution>. Acesso em: 15 jul. 2017.

ARISTÓTELES. **Política**. Espanha: [bk] Ebooket, [20--]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bk000426.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2017.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **@arquivonacional.** 2018d. Disponível em: <https://www.facebook.com/arquivonacionalbrasil/>. Acesso em: 11 jul. 2018.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **@ArquivoBrasil .** 2018e. Disponível em: <https://twitter.com/ArquivoBrasil>. Acesso em: 10 jul. 2018.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Arquivonacionalbrasil.** 2018f. Disponível em: <https://www.instagram.com/arquivonacionalbrasil/>. Acesso em: 12 jul. 2018.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Eventos.** 2018c. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/arquivonacionalbrasil/events/?ref=page_internal>.

Acesso em: 05 jul. 2018.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Histórico.** 2018b. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/institucional.html>. Acesso em: 02 mar. 2018.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Página no Facebook.** 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/arquivonacionalbrasil/>. Acesso em: 17 jul. 2018.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Página no Flickr.** 2018i. Disponível em: <https://www.mixcloud.com/ArquivoNacionalBrasil/>. Acesso em: 13 jul. 2018.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Página no MixCloud.** 2018h. Disponível em: <https://www.mixcloud.com/ArquivoNacionalBrasil/>. Acesso em: 15 jul. 2018.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Página no Pinterest.** 2018g. Disponível em: <https://br.pinterest.com/arquivonacional/>. Acesso em: 11 jul. 2018.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Página principal.** 2018a. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/>. Acesso em: 06 jul. 2018.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Presidente Artur Bernardes e ministros de Estado.tif.** 2018j. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Presidente_Artur_Bernardes_e_ministros_de_Estado.tif>. Acesso em: 13 jul. 2018.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. **Página principal.** 2018. Disponível em: <http://www.arpdf.df.gov.br/>. Acesso em: 04 jul. 2018.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **@arquivoestado.** 2018c. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/arquivoestado/posts/?ref=page_internal>. Acesso em: 11 jul. 2018.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **@ArquivoPublico.** 2018d. Disponível em: <https://twitter.com/ArquivoPublico/>. Acesso em: 10 jul. 2018.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Eventos.** 2018b. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/arquivoestado/events/?ref=page_internal>. Acesso em: 05 jul. 2018.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Sobre nós.** Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/arquivoestado/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 06 jul. 2018.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Página principal.** 2018. Disponível em: <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php>. Acesso em: 11 jul. 2018.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES (Rio de Janeiro). **Manual de arranjo e descrição de arquivos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/media/manual_dos_arquivistas.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2018.

BARABÁSI, Albert Lászlo; BONABEAU, Eric. Scale-free networks. **Scientific American**, [s.l.], v. 288, n. 5, p.50-50, maio 2003. Disponível em: <http://barabasi.com/f/124.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2016.

BARAN, Paul. **On distributed communications:** I. Introduction to distributed communications networks. Santa Monica: Rand Corporation, 1964. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/research_memoranda/RM3420.html>. Acesso em: 15 fev. 2016.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. **A construção discursiva em arquivística:** uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição. 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)–Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, SP, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93667/barros_thb_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática.** 4. ed. Santa Maria: Editora Ufsm, 2012.

BORDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Bourdieu – Sociologia.** São Paulo: Ática, 1983. p. 122-135.

BRASIL. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Conselho Nacional de Arquivos. Glossário Documentos Arquivísticos Digitais. [s.l]: [s.n.]., 2014. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2014ctdeglossario_v6_public.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 22 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Lei de Acesso à Informação. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BRASIL. Procuradoria Federal Dos Direitos Do Cidadão. **Declaração dos direitos do homem e do cidadão de 1789.** [20--]. Disponível em:

<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2017.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros/Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CAMPOS, Aline de. Os conflitos em processos colaborativos de escrita coletiva na web 2.0. In: PRIMO, Alex (Org.). **Interações em rede**. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 163-188.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 12, n. 1, p.148-207, abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n1/11.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2016.

CASANOVA, Eugenio. **Archivistica.** 2. ed. Siena: Stab. Arti Grafiche Lazzeri, 1928. Disponível em: <http://www.icar.beniculturali.it/biblio/pdf/EuCa/totalCasanova.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

CASSARES, Norma Cianflone; MOI, Claudia. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2000. Disponível em: <http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2018.

CHANNEL 4 (Inglaterra). **Data, Democracy and Dirty Tricks: Cambridge Analytica Uncovered.** 2018. Disponível em: <https://www.channel4.com/news/data-democracy-and-dirty-tricks-cambridge-analytica-uncovered-investigation-expose>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CHARBONNEAU, Normand. La diffusion. In: COUTURE, Carol et al. **Les fonctions de l'archivistique contemporaine**. Québec: Presses de L'universitè Du Quebec, 1999. p. 373-427.

CHAUMIER, Jacques. Indexação: conceito, etapas e instrumentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 21, n. 1, p.63-79, 1998. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/11407>. Acesso em: 12 maio 2018.

CLOONAN, Michèle V. Preservando documentos de valor permanente. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016. p. 107-134.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Zappiens.** 2018. Disponível em: < http://www.zappiens.br/portal/instituicao.jsp?idInstituicao=8>. Acesso em: 12 jun. 2018.

CONGRÈS INTERNATIONAL DES ARCHIVISTES ET DES BIBLIOTHÉCAIRES, 1910, Bruxelas. **Actes.** Bruxelas: Commission Permanente Des Congrès Internationaux Des Archivistes Et Des Bibliothécaires, 1910, p. 635. Disponível em:

<http://extranet.arch.be/congres1910/8B887_B_0625.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2018.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Princípios de acesso aos arquivos.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acesso/central_atendimento/download/CIA_principios_do_acesso>. Acesso em: 21 set. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **E-ARQ:** Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Resolução n° 31, de 28 de abril de 2010**. Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

CONSONI, Gilberto Balbela. Conversação on-line nos comentários de blogs: organização e controle das conversas nas interações dialógicas no blog melhores do mundo. In: PRIMO, Alex (Org.). **Interações em rede**. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 111-141.

CONWAY, Paul. Archival Preservation Practice in a Nationwide Context. **The American Archivist**, [S.l.], v. 53, n. 2, p.204-222, abr. 1990. Disponível em: <http://americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.53.2.d0gt78p562832655>. Acesso em: 12 fev. 2018.

CORREIO DO POVO (Porto Alegre). **Juíza decide que Trump não pode bloquear seus críticos no Twitter**. Correio do Povo. Porto Alegre, 23 maio 2018. Não paginado. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Internacional/2018/5/651226/Juiza-decide-que-Trump-nao-pode-bloquear-seus-criticos-no-Twitter>. Acesso em: 25 maio 2018.

COSTA, António Firmino da. Classificações sociais. **Leituras**: Revista da Biblioteca Nacional, Lisboa, v. 3, n. 2, p.65-76, out. 1997/abr. 1998. Disponível em: < http://www.academia.edu/1797083/Costa_AF_1998_Classificações_sociais>. Acesso em: 25 jan. 2018.

COSTA FILHO, Cássio Alves. O ciclo vital ante o documento digital: o modelo records continuum como recurso de elucidação. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p.155-167, dez. 2016. Jul./dez.. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/705/735>. Acesso em: 05 abr. 2018.

COUGO JÚNIOR, Francisco Alcides. **História do Pensamento Arquivístico:** curso

de extensão. 2016. Disponível em: <http://chicocougo.wixsite.com/hpa2016/material-didatico>. Acesso em: 12 maio 2017.

COUGO JÚNIOR, Francisco Alcides. **História do pensamento arquivístico:** curso de extensão. 2017. Https://pt.slideshare.net/chicocougo/aula-02-arquivstica-clssica-19811940. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/chicocougo/aula-02-arquivstica-clssica-19811940>. Acesso em: 16 nov. 2017.

COUTURE, Carol. **Les fonctions de l'archivistique contemporaine.** Québec: Presses de l'Université du Québec, 1999.

COUTURE, Carol. L'évaluation des archives: État de la question. **Archives**, [S.l.], v. 28, n. 1, p.3-31, 1996-1997. Disponível em: <https://www.archivistes.qc.ca/revuearchives/vol28_1/28-1-couture.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2018.

COUTURE, Carol. L'evaluation. In: COUTURE, Carol et al. **Les fonctions de l'archivistique contemporaine**. Québec: Presses de L'universitè Du Quebec, 1999. p. 103-143.

CUNNINGHAM, Adrian. Instituciones archivisticas. In: MCKEMMISH, Sue et al. **Archivos: gestión de registros en sociedad.** Cartagena: 3000 Informática, 2007. Cap. 2. p. 47-84. (Tendencias 6).

CUNNINGHAM, Adrian. O Poder da Proveniência na Descrição Arquivística: Uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR(CPF). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n.1-2 jan./dez. 2007b

DALLOZ, Victor Alexis Désiré; DALLOZ, Armand. **Jurisprudence générale: Répertoire méthodique et alphabétique de législation, de doctrine, et de jurisprudence en matière de droit civil, commercial, criminel, administratif, de droit des gens et de droit public.** Paris: Bureau de La Jurisprudence Générale, 1847. v. 5. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=Wi8yAAAAIAAJ>. Acesso em: 29 mar. 2018.

DAUNOU, Pierre-claude-françois. **Tableau systématique des archives de l'Empire, au 15 août 1811.** França: Bibliothèque Nationale de France, 1811. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k850686q/f9.image>. Acesso em: 27 mar. 2018.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.com**, [S. l.], v. 4, p.3-36, 2007. Disponível em: <http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/viewFile/645/pdf>. Acesso em: 01 ago. 2017.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DINGWALL, Glenn. Modelo do ciclo vital e modelo do continuum: Uma visão das

concepções de organização arquivística desde o período do pós-guerra. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Org.). **Correntes do pensamento arquivístico.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016. p. 205-235.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Norma nº 2, de 05 de junho de 2018. Disciplina a publicidade dos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal nos três meses que antecedem a eleição. Distrito Federal, DF, 2018. Disponível em: <http://www.arpdf.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/Instru%C3%A7%C3%A3o_Normativa_N%C2%BA_02_de_05_de_junho_de_2018.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2018.

DOLLAR, Charles M.. Archivists and Records Managers in the Information Age. **Archivaria: The Journal of the Association of Canadian Archivists,** Canadá, v. 36, p.37-52, 1993. Disponível em: <http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11933/12888>. Acesso em: 13 jul. 2017.

DUCHÂTEL, Tanneguy. **Rapport au roi sur les archives départementales et communales.** Paris: Imprimerie Royale, 1841. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=J-jv1Ao2JawC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f;=false>. Acesso em: 17 jul. 2017.

DUCHEIN, Michel. O Respeito aos Fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração,** Rio de Janeiro, p.14-33, abr. 1982.

DURANTI, Luciana. **Ciência Archivística.** Córdoba: [s.n.], 1995.

DURANTI, Luciana. The Odyssey of Records Managers. **Records Management Quarterly**, v. 23, n. 3, p.3-11, 1989. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/302085767_The_Odyssey_of_Records_Managers>. Acesso em: 25 jul. 2017.

ESTEVÃO, Silvia Ninita de Moura; FONSECA, Vitor Manoel Marques da. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p.81-108, jan./jun. 2010.

FACEBOOK. **Política de dados.** 2015. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/about/privacy/>. Acesso em: 21 mar. 2018.

FACEBOOK. **Sítio eletrônico**. 2018. Disponível em: <www.facebook.com>. Acesso em: 11 jun. 2018.

FACEBOOK. **Termos de serviço.** 2015b. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/terms>. Acesso em: 21 mar. 2018.

FALCI, Samuel Henrique. **Novas abordagens para detecção automática de aprendizagem.** 2017. 82 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2017. Disponível em: <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/1657/1/samuel_henrique_falci.pdf>.

Acesso em: 7 jun. 2018.

FERNANDES, Geni Chaves. **Introdução à Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2011. Notas de aulas da disciplina Introdução à Ciência da Informação ministrada na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

FERREIRA, Letícia Elaine; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A mediação da informação no âmbito da arquivística. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 18, n. 1, p.158-167, mar. 2013. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1270>. Acesso em: 29 jul. 2017.

FERREIRA, Toniel; VITORINO, Valdir Antonio. Teoria de redes: uma abordagem social. **Revista Conteúdo**, Capivari, v. 1, n. 3, p.1-19, jul. 2010. Disponível em: <http://www.conteudo.org.br/index.php/conteudo/article/viewFile/27/25>. Acesso em: 10 fev. 2015.

FLICKR. **Página de busca.** 2018. Disponível em: <https://www.flickr.com/search/people/?username=arquivo%20p%C3%BAblico>. Acesso em: 05 jul. 2018.

FOLHAPRESS. **Senado dos EUA cobra de Google e Facebook transparência em eleições.** 2018. Disponível em: <http://www.valor.com.br/internacional/5162568/senado-dos-eua-cobra-de-google-e-facebook-transparencia-em-eleicoes>. Acesso em: 20 mar. 2018.

FONSECA, Vitor. Entrevista. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1/2, p.3-12, jan./dez. 2011. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/66>. Acesso em: 12 jun. 2017.

FRANÇA. Lei nº 7 du messidor an II, de 25 de junho de 1794. Concernant l'organisation des archives établies auprès de la représentation nationale. 1794. Disponível em: <http://data.legilux.public.lu/file/eli-etat-leg-memorial-1794-2-fr-pdf.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2017.

FREEPIK. **Página de ícones**. 2018. Disponível em: <https://www.flaticon.com/authors/freepik>. Acesso em: 15 jul. 2018.

FREITAS, Anderson; BORGES, Lívia Minami. As pontes de Königsberg. **C.q.d. Revista Eletrônica Paulista de Matemática**, [s.l.], v. 5, p.44-48, dez. 2015. Disponível em: <https://www.fc.unesp.br/Home/Departamentos/Matematica/revistacqd2228/5-ed-completa.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018.

FUNDAÇÃO PEDRO CALMON. **Playlist Gostei.** 2018b. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=LL0ugaawF2H-TL70ePAZXdEA>. Acesso em: 04 jul. 2018.

FUNDAÇÃO PEDRO CALMON. **Playslist no YouTube.** 2018. Disponível em:

<https://www.youtube.com/user/fpedrocalmon/playlists>. Acesso em: 06 jul. 2018.

G1. **Ato no Rio reúne 300 mil pessoas e termina em confronto com a PM.** 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/ato-no-rio-reune-300-mil-pessoas-e-termina-em-con>. Acesso em: 24 set. 2017.

G1. **Inventor do 'Obama on-line' diz que redes sociais só funcionam em mão dupla.** 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL1466000-6174,00-INVENTOR+DO+OBAMA+ONLINE+DIZ+QUE+REDES>. Acesso em: 03 nov. 2017.

G1. **Suspeitos de usar dados vazados do Facebook são flagrados em vídeo dizendo que consultoria trapaceia em eleições, diz TV.** 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/suspeitos-de-usar-dados-vazados-do-facebook-sao-flagrados-em-video-dizendo-que-consultoria-trapaceia-em-eleicoes-diz-tv.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2018.

GAGNON-ARGUIN, Louise. La création. In: COUTURE, Carol et al. **Les fonctions de l'archivistique contemporaine**. Québec: Presses de L'universitè Du Quebec, 1999. p. 69-101.

GOMES, Hagar Espanha; MOTTA, Dilza Fonseca da; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Revisitando Ranganathan**: a classificação na rede. [S.l.], ago. 2006. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/biti/revisitando/revisitando.htm#faceta>. Acesso em: 25 fev. 2018.

GOMES, Patrícia Catarina Nogueira. **A gestão de documentos de arquivos electrónicos:** o Moreq 2 e os modelos de gestão documental. 2011. 81 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Documentação e Informação Arquivística)– Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3628/1/ulfl080939_tm.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2018.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. Disponível em: <http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf2.pdf>. Acesso em: 1 maio 2018.

GOOGLE. **Youtube Insights 2017.** 2017. Disponível em: <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/youtubeinsights/2017/>. Acesso em: 21 mar. 2018.

GREENWALD, Glenn. **Sem lugar para se esconder.** Rio de Janeiro: Sextante, 2014. *E-book*.

HÉON, Gilles. La classification. In: COUTURE, Carol et al. L**es fonctions de l'archivistique contemporaine**. Québec: Presses de L'universitè Du Quebec, 1999. p. 219-253.

HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora de lugar. **Revista do Arquivo Público**

Mineiro, Belo Horizonte, v. 2, p.40-57, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A03.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2016.

HOLLÓS, Adriana Cox. A tecnologia digital como recurso de preservação de acervos documentais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS BRASIL, 2007, São Paulo. **Anais**... São Paulo: [s.n.], 2007. p. 1 - 27. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=23444>. Acesso em: 21 nov. 2017.

HOUAISS, Antônio. **Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa**. [S.l.]: Editora Moderna, 2018. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#2>. Acesso em: 04 fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010.** 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>. Acesso em: 02 jul. 2017.

IBM. **DeveloperWorks interviews**: Tim Berners-Lee. 2006. Disponível em: <https://www.ibm.com/developerworks/podcast/dwi/cm-int082206txt.html>. Acesso em: 07 abr. 2014.

INDOLFO, Ana Celeste. Avaliação de documentos de arquivo: atividade estratégica para a gestão de documentos. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 6, p.13-37, 2012. Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e06_a15.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2018.

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. **Arquivística.net,** [S.l.], v. 3, n. 2, p.28-60, 2007. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/5190>. Acesso em: 30 jun. 2017.

INNARELLI, Humberto Celeste. **Preservação de documentos digitais públicos**. 2011. Disponível em: <http://sites.usp.br/arquivogeral/wp-content/uploads/sites/39/2015/01/Humberto-Innarelli.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010.** 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>. Acesso em: 02 jul. 2017.

JAPIASSÚ Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

JARDIM, José Maria. **Arquivos, transparência do estado e capacidade governativa na socie-dade da informação.** [s.l]: [s.n.], 2001. Disponível em: <http://www.oas.org/udse/espanol/documentos/1hub11.doc>. Acesso em: 09 abr.

2018.

JARDIM, José Maria. Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p.19-50, jul./dez. 2015.

JARDIM, José Maria. Em torno de uma política nacional de arquivos: os arquivos estaduais brasileiros na ordem democrática (1988-2011). In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, 2., 2011, Rio de Janeiro. **Reunião.** Rio de Janeiro: [s.n.], 2011. p. 1 - 11. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=YXJxdWl2aXN0aWNhLm9yZ3xyZXBhcnF8Z3g6MmYxMjI3NTFhOTk3NTc0Zg>. Acesso em: 25 jul. 2017.

JARDIM, José Maria. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. In: MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS, 1999, Rio de Janeiro. **Caderno de textos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. p. 1 - 21. Disponível em: <ttp://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/mesa/o_acesso__informao_arquivstica_no_brasil.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2014.

JENKINSON, Hilary. **A manual of archive administration including the problems of war archives and archive making.** Londres: Oxford, 1922. Disponível em: <https://ia802700.us.archive.org/5/items/manualofarchivea00jenkuoft/manualofarchivea00jenkuoft.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2018.

KERN, Daniela. Pierre Daunou. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de História:** o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. p. 63-90.

KHUN, Thomas S.. **A estrutura das revoluções científicas.** 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LAMBERT, James. L'accroissement (l'acquisition). In: COUTURE, Carol et al. **Les fonctions de l'archivistique contemporaine**. Québec: Presses de L'universitè Du Quebec, 1999. p. 145-217.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria ator-rede. Salvador: EdUFBA, 2012.

LEÃO, Flávia Carneiro. **A representação da informação arquivística permanente**: a normalização descritiva e a ISAD(G). 2006. 81 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação)–Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.moyak.com/papers/archival-descriptive-standards.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2018.

LE GOFF, Jacques. **Memória e História.** Campinas: Unicamp, 1990.

LÈVY, Pierre. **O que é virtual?** 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2011.

LOPES, Fernando Dias; BALDI, Mariana. Redes como perspectiva de análise e

como estrutura de governança: uma análise das diferentes contribuições. **Revista de Administração Pública**, [s.l.], v. 43, n. 5, p.1007-1035, out. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n5/v43n5a03.pdf>. Acesso em: 21 set. 2017.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumento de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/589/1/LIVRO_como_descrever_documentos_de_arquivo.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018.

LOUSADA, M.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A mediação da informação na teoria arquivística. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais**... Salvador: UFBA, 2016.

MAIA, Regina M.C.S; ALVARENGA, Lídia. Teoria da Classificação Facetada e Contribuições para o Modelo Entidade Relacionamento. **Prisma.com**, [Porto], v. 25, p.91-125, 2014. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/1870/1703>. Acesso em: 30 abr. 2018.

MARIZ, Anna Carla Almeida. **A informação na internet:** Arquivos públicos brasileiros. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

MARIZ, Anna Carla Almeida. Arquivos Públicos Brasileiros: Análise da evolução da transferência da informação arquivística na internet. **Encontros Bibli**: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da informação**,** [Florianópolis], v. , n. , p.106-125, jan. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16nesp1p106/18066>. Acesso em: 09 ago. 2017.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **A arquivologia brasileira:** busca por autonomia cientifica no campo da informação e interlocuções internacionais. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, [s.l.], v. 30, n. 1, p.71-81, abr. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a09v30n1.pdf>. Acesso em: 22 maio 2016.

MARTÍ, Silas. **Escândalo faz Facebook perder US$ 37 bi:** Ação cai 7% após revelação de que dados de usuários foram usados para favorecer eleição de Trump. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/escandalo-faz-facebook-perder-us-37-bi.shtml>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MAUREL, Dominique; CHAMPAGNE, Michel. La description et l'indexation. In: COUTURE, Carol et al. **Les fonctions de l'archivistique contemporaine**. Québec: Presses de L'universitè Du Quebec, 1999. p. 255-371.

MENNE-HARITZ, Angelika. Ernst Posner's Archives and the Public Interest. **The American Archivist**, [s.l.], v. 68, n. 2, p.323-332, set. 2005. Society of American

Archivists. http://dx.doi.org/10.17723/aarc.68.2.9lg3054k0057k462.

OBAMAWHITEHOUSE.GOV. **The Obama Administration Digital Transition: Moving Forward.** 2017. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/blog/2017/01/17/obama-administration-digital-transition-moving->. Acesso em: 02 nov. 2017.

O'REILLY, Tim. What is Web 2.0: Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software. **Communications & Strategies**: Communications & Strategies, [s.l.], v. 65, p.17-37, 30 set. 2005. Disponível em: <http://www.oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html>. Acesso em: 19 dez. 2016.

PÁGINA não oficial. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Arquivo-P%C3%BAblico-da-Bahia/140386812737720>. Acesso em: 01 jun. 2018.

PEARCE-MOSES, Richard. **A Glossary of Archival and Records Terminology**. Chicago: The Society of American Archivists, 2005. Disponível em: <http://files.archivists.org/pubs/free/SAA-Glossary-2005.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

PEREIRA, Felipe. **Após R$ 3 bilhões em aditivos, nove estádios da Copa caíram na Lava Jato.** 2017. Disponível em: <https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2017/05/26/10-estadios-da-copa-cairam-lava-jato-politicos-e-empreiteiras-sob-suspeita.htm>. Acesso em: 26 maio 2017.

PERRON, Johanne; CHARBONNEAU, Hélène. La préservation. In: COUTURE, **Carol et al. Les fonctions de l'archivistique contemporaine**. Québec: Presses de L'universitè Du Quebec, 1999. p. 429-469.

PINTEREST. **Página principal.** 2018. Disponível em: <https://br.pinterest.com/>. Acesso em: 09 jul. 2018.

POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. **Leituras**: Revista da Biblioteca Nacional, Lisboa, v. 2, n.3, p.19-33, out. 1997/abr. 1998. Disponível em: <http://cfcul.fc.ul.pt/textos/OP - Da Classificacao dos Seres a Classidicacao dos Saberes.pdf>. Acesso em: 2 set. 2017.

POSNER, Ernest. Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa. **Acervo,** Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p.273-284, 2013. Jul./dez.. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/531/529>. Acesso em: 10 dez. 2016.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet: considerações iniciais. **e Compós,** [s.l.], v. 2, n. , p.1-17, 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/redes_sociais.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

RIO DE JANEIRO (Estado). Resolução nº 35, de 29 de junho de 2018. Orientações para a publicidade governamental durante o período eleitoral. Rio de Janeiro, RJ, 2018. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=fbf13232-765a-4b1a-9326-d4e4787eda5f&groupId=132901>. Acesso em: 15 jul. 2018.

ROBREDO, Jaime. Ciência da informação e web semântica: linhas convergentes ou linhas paralelas? In: ROBREDO, Jaime; BRÄSCHER, Marisa (Org.). **Passeios pelo bosque da informação**: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento. Brasília: IBICT, 2010. p. 2-40. Disponível em: <http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/7952/6/CAPITULO_CienciaInformacaoWebSemantica.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2016.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Revista Perspectivas em Ciência da Informação,** Belo Horizonte, p.102-117, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/449/260>. Acesso em: 29 jul. 2017.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O documento arquivístico ante a realidade digital**: uma revisão conceitual necessária. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social.** [S.l.]: Ed. Ridendo Castigat Mores, 1750. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv00014a.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2017.

ROSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

RUIC, Gabriela. **100 dias de governo Trump:** as vitórias, as derrotas e os desafios. 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/100-dias-de-governo-trump-as-vitorias-as-derrotas-e-os-desafios/>. Acesso em: 24 maio 2018.

SANTELLA, Lucia. Intersubjetividade nas redes digitais: Repercussões na educação. In: PRIMO, Alex (Org.). **Interações em rede**. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 33-47.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. **Minidicionário Livre da Língua Portuguesa**. São Paulo: Hedra, 2011. Disponível em: <www.gpesd.com.br/baixar.php?file=45>. Acesso em: 21 mar. 2018.

SANTOS, Henrique Machado dos; FLORES, Daniel. O documento digital no contexto das funções arquivísticas. **Páginas A&b Arquivos & Bibliotecas**, [Porto], v. 5, n. 3, p.165-177, fev. 2016. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/ojs/index.php/paginasaeb/article/view/1477/1271>. Acesso em: 23 fev. 2018.

SANTOS, José Alex Soares. Teorias da aprendizagem: Comportamentalista, cognitivista e humanista. **Revista Científica Sigma,** Macapá, v. 2, n. 2, p. 96-110,

2006. Disponível em: <https://www.iesap.edu.br/arquivo/Revista_SIGMA_2.pdf>. Acesso em: 22 maio 2018.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **A teoria arquivística a partir de 1898:** em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos. 2011. 279 f. Tese (Doutorado)–Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10323/3/2011_VanderleiBatistaSantos.pdf >. Acesso em: 09 abr. 2018.

SCHAFER, Murilo Billig; LIMA, Eliseu dos Santos. A classificação e a avaliação de documentos: análise de sua aplicação em um sistema de gestão de documentos arquivísticos digitais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, set. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pci/v17n3/a10v17n3. Acesso em: 26 out. 2016.

SCHELLENBERG, Theodore R.. **Arquivos Modernos:** princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e construção do objeto científico:** concepções, trajetórias, contextualizações. 2012. 320 f. Tese (Doutorado)–Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/publico/ClarissaMSSchmidt_revisada.pdf>. Acesso em: 15 set. 2016.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA. **Fundação Pedro Calmon.** 2018. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=22>. Acesso em: 04 jul. 2018.

SHANNON, Claude Elwood. A Mathematical Theory of Communication. **The Bell System Technical Journal,** v. 27, p.379-423, 623-656, jul./out. 1948. Disponível em: <http://math.harvard.edu/~ctm/home/text/others/shannon/entropy/entropy.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2018.

SOARES, Ana Paula Alves; PINTO, Adilson Luiz; SILVA, Armando Malheiro da. O paradigma pós-custodial na arquivística. **Páginas A&b Arquivos & Bibliotecas**, [s.l.], v. 4, n. 3, p.22-39, 2015. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/996/905>. Acesso em: 09 abr. 2018.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. **Guidelines for Evaluation of Archival Institutions**. 2012. Aprovação do Conselho da SAA / Data de endosso em janeiro de 1994. Disponível em: <https://www2.archivists.org/groups/standards-committee/guidelines-for-evaluation-of-archival-institutions>. Acesso em: 16 abr. 2018.

SOUSA, Fábio Nascimento. **Funções arquivísticas**: Contribuições para o cumprimento da lei de acesso à informação. 2013. 60 f. Monografia (Especialização em Gestão em Arquivos)–Universidade Federal de Santa Maria, Cachoeira do Sul,

2013. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/114/Souza_Fábio_Nascimento.pdf?sequence=3>. Acesso em: 25 set. 2017.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 240-269. Disponível em: <http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/1439/1/CAPITULO_PrincipiosArquivisticosConceitoClassificação.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2018.

STEINFIELD, Charles; ELLISON, Nicole B.; LAMPE, Cliff. Social capital, self-esteem, and use of online social network sites: A longitudinal analysis. **Journal Of Applied Developmental Psychology,** v. 29, n. 6, p.434-445, nov. 2008. Disponível em: <https://ac.els-cdn.com/S0193397308000701/1-s2.0-S0193397308000701-main.pdf?_tid=987b7dab-16ef-49f0-8e59-bf27ac8df262&acdnat=1529759564_7f18b4efa4bc16a754e8bab21d94d488>. Acesso em: 11 jun. 2018.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil:** livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/livroverde.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2018.

TWITTER. **Página de busca.** 2018. Disponível em: <https://twitter.com/>. Acesso em: 02 jun. 2018.

UPWARD, Frank. Structuring the records continuum - part one: postcustodial principles and properties. **Archives & Manuscripts**, [s.l], v. 24, n. 2, p.268-285, 1996. Disponível em: <https://figshare.com/articles/Structuring_the_records_continuum_-_part_one_postcustodial_principles_and_properties/4037445>. Acesso em: 06 abr. 2018.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Gestão documental em ambientes empresariais. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Estudos avançados em Arquivologia.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 11-25. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2017.

VECTORS MARKET. **Página de ícones**. 2018. Disponível em: <https://www.flaticon.com/authors/vectors-market>. Acesso em: 16 jul. 2018.

WE ARE SOCIAL. **Digital in 2018:** world's internet users pass the 4 billion mark. 2018. Disponível em: <https://wearesocial.com/blog/2018/01/global-digital-report-2018>. Acesso em: 21 mar. 2018.

WIKIPEDIA. **Sete pontes de Königsberg**. 2016. Disponível em: <https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Sete_pontes_de_Königsberg>. Acesso em: 20 jun. 2018.

YOUTUBE. **Página principal.** 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/>. Acesso em: 08 jun. 2018.

APÊNDICE A – Lista de endereços eletrônicos das redes sociais dos arquivos públicos estaduais

DF – **Arquivo Público do Distrito Federal**
http://www.arpdf.df.gov.br/
https://www.instagram.com/arpdf/
https://www.flickr.com/photos/151532834@N03/albums/with/72157686141064441
https://www.youtube.com/channel/UCc8kb77YoCP3CDDbeKsMGtg
https://twitter.com/arquivoDF
https://web.facebook.com/Arquivo-P%C3%BAblico-do-Distrito-Federal-144455649083845/

AL – **Arquivo Público Estadual de Alagoas**
http://www.arquivopublico.al.gov.br/
http://servicos.sead.am.gov.br/arquivopublico/

AM – **Arquivo Público do Estado do Amazonas**
http://servicos.sead.am.gov.br/arquivopublico/
https://web.facebook.com/Arquivo-P%C3%BAblico-do-Estado-do-Amazonas-APEAMSEAD-204090383554986/

BA – **Arquivo Público do Estado da Bahia**
http://www.fpc.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=66
https://www.flickr.com/photos/fpedrocalmon
https://twitter.com/fpedrocalmon
https://www.youtube.com/user/fpedrocalmon
https://www.instagram.com/fpedrocalmon/
https://www.facebook.com/fpedrocalmon/?rc=p

CE – **Arquivo Público do Estado do Ceará**
http://www.secult.ce.gov.br/index.php/equipamentos-culturais/arquivo-publico

ES – **Arquivo Público do Espírito Santo**
https://ape.es.gov.br/

https://web.facebook.com/arquivopublicoes/
https://www.instagram.com/arquivopublicoes/

GO – Arquivo Histórico Estadual de Goiás
http://cultura.seduc.go.gov.br/arquivo-historico-estadual/
https://web.facebook.com/arquivohistoricogo/

MA – **Arquivo Público do Estado do Maranhão**
http://apem.cultura.ma.gov.br/siapem/index.php

MT – **Arquivo Público de Mato Grosso**
http://www.apmt.mt.gov.br/

MS – **Arquivo Público de Mato Grosso do Sul**
http://www.arquivopublico.ms.gov.br/

MG – Arquivo Público Mineiro
http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/
https://web.facebook.com/arquivopmineiro/

PA – **Arquivo Público do Pará**
https://www.facebook.com/Arquivo-P%C3%BAblico-do-Estado-do-Par%C3%A1-492539750817158/
https://www.instagram.com/arquivoestadopa/
https://www.flickr.com/people/98792872@N05/
https://twitter.com/apepsecult

PB – **Arquivo Administrativo da Paraíba**

PR – **Arquivo Público do Estado do Paraná**
http://www.arquivopublico.pr.gov.br/

PE – **Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - APEJE**
http://arquivopublico.pe.gov.br/

https://www.instagram.com/arquivopublicodepernambuco/
https://www.facebook.com/arquivopublicodepernambuco/

PI – **Arquivo Público do Estado do Piauí**
http://www.arquivopublico.pi.gov.br/

RJ – **Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro**
http://www.aperj.rj.gov.br/
https://twitter.com/ArquivoRJ
https://www.flickr.com/photos/74523646@N08/

RN – **Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte**

RS – **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**
http://sedactel.rs.gov.br/ahrs
https://web.facebook.com/arquivors/

RS2 – **Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**
http://www.apers.rs.gov.br/
https://twitter.com/ArquivoRS
https://www.youtube.com/user/ArquivoPublicoRS
https://web.facebook.com/ArquivoPublicoRS/

RO – **Arquivo Público de Roraima**

SC – **Arquivo Público do Estado de Santa Catarina**
http://www.sea.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=90&Itemid=245

SP – **Arquivo Público do Estado de São Paulo**
http://www.arquivoestado.sp.gov.br
https://twitter.com/ArquivoPublico/
https://web.facebook.com/arquivoestado/
https://www.youtube.com/user/arquivopublicosp

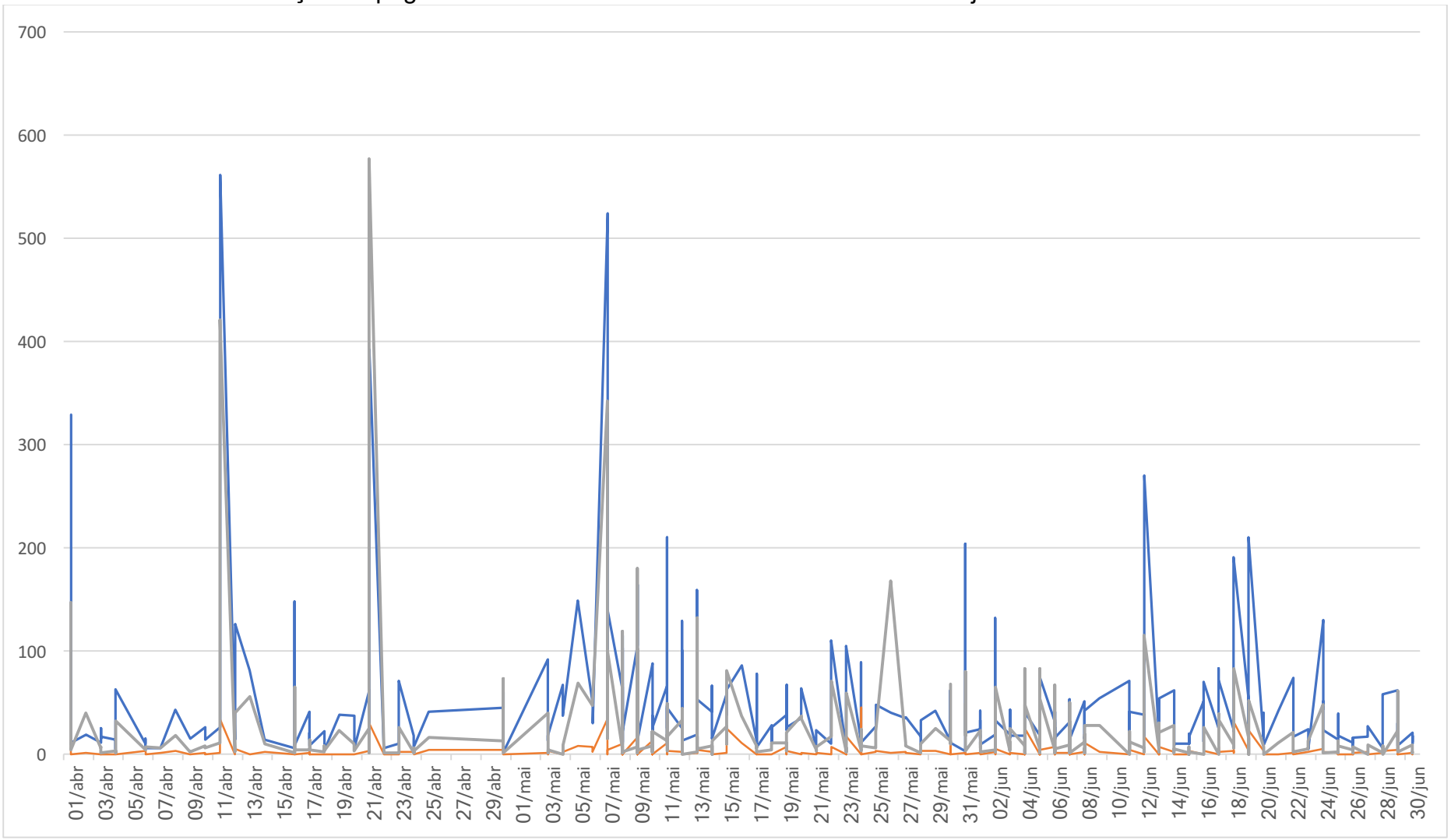
https://www.instagram.com/arquivoestadosp/

SE – **Arquivo Público Estadual de Sergipe**

AN – **Arquivo Nacional do Brasil**
http://www.arquivonacional.gov.br/br/
https://web.facebook.com/arquivonacionalbrasil/
https://www.flickr.com/photos/arquivonacionalbrasil/
https://www.instagram.com/arquivonacionalbrasil/
https://br.pinterest.com/arquivonacional/
https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=Category:PD-Arquivo_Nacional&fileuntil=Constitui%C3%A7%C3%A3o+1824+f+48.tif%0AConstitui%C3%A7%C3%A3o+1824+f+48.tif#mw-category-media
https://www.mixcloud.com/ArquivoNacionalBrasil/
http://zappiens.br/portal/instituicao.jsp?idInstituicao=8
https://twitter.com/ArquivoBrasil
https://www.youtube.com/channel/UCcB7XUfJLfmtXx5KRKWAwCg/featured

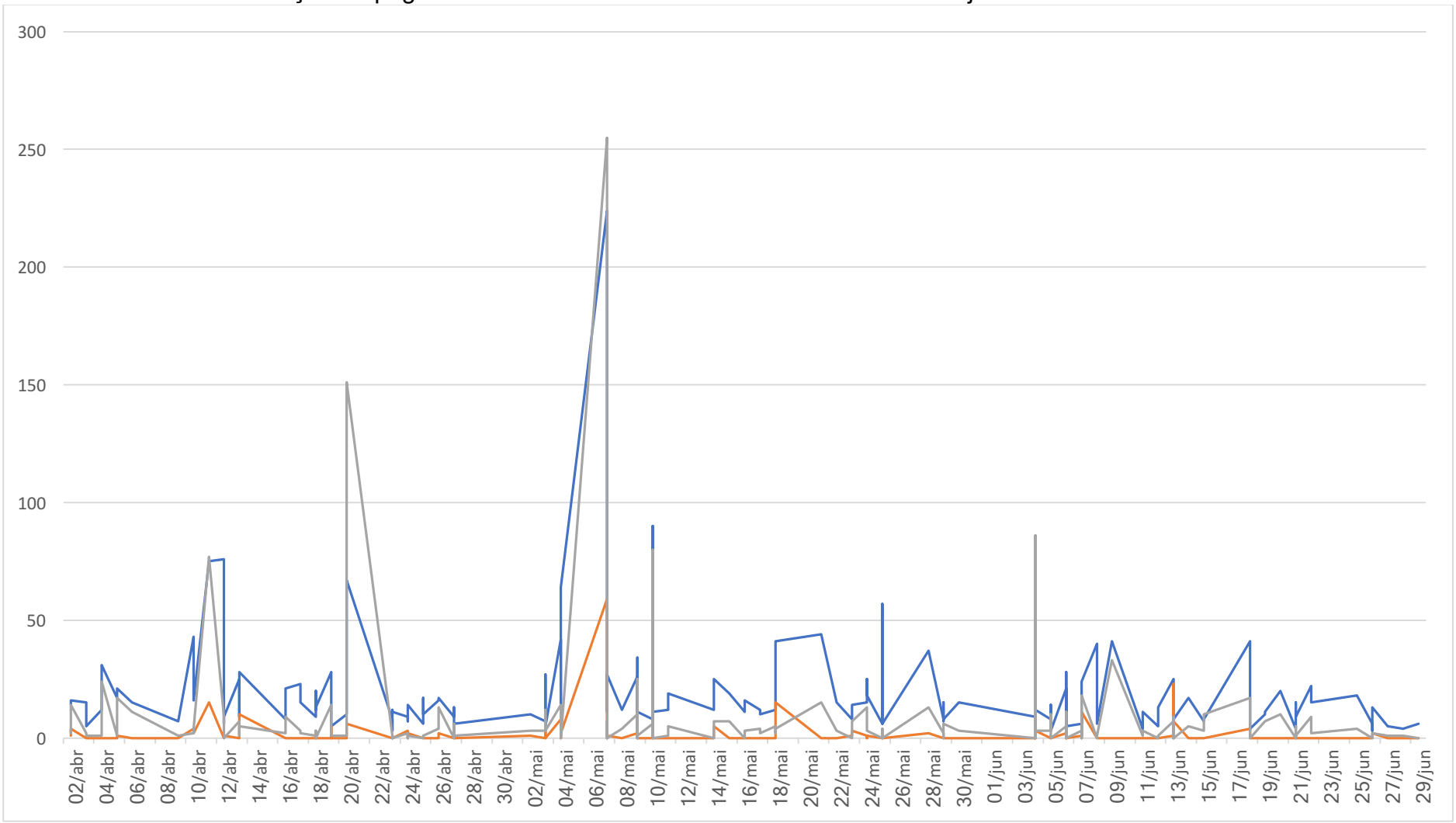
APÊNDICE B – Níveis de interação do AN e do APESP no Facebook, Twitter e Instagram entre abril e junho de 2018

Gráfico 3 – Nível de Interação da página do AN no Facebook entre os meses de abril e junho de 2018



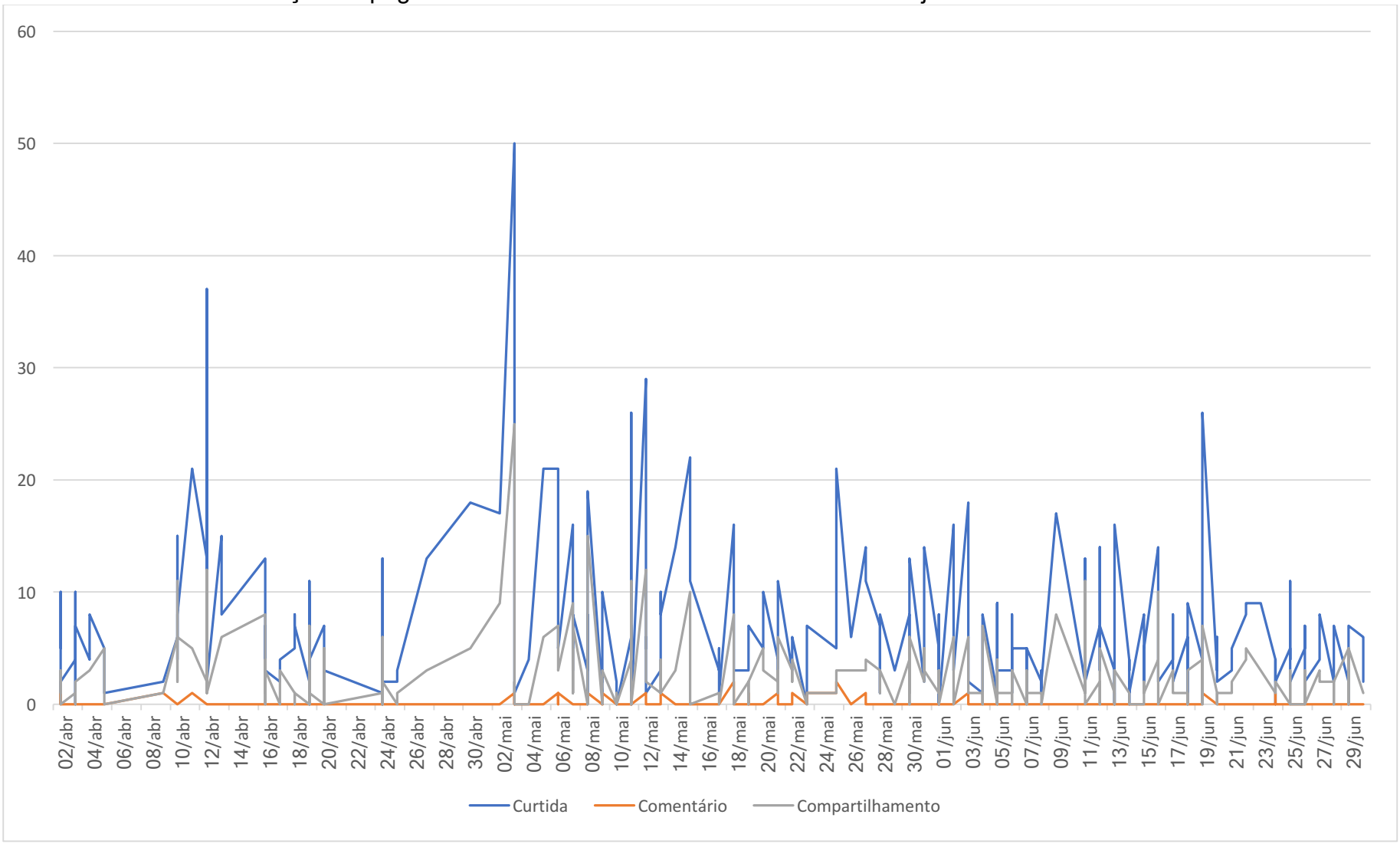
Fonte: elaboração própria (2018).
Legenda: Azul – n. de curtidas; cinza- n. de compartilhamentos; laranja- n. de comentários.

Gráfico 4 – Nível de Interação da página do AN no Facebook entre os meses de abril e junho de 2018



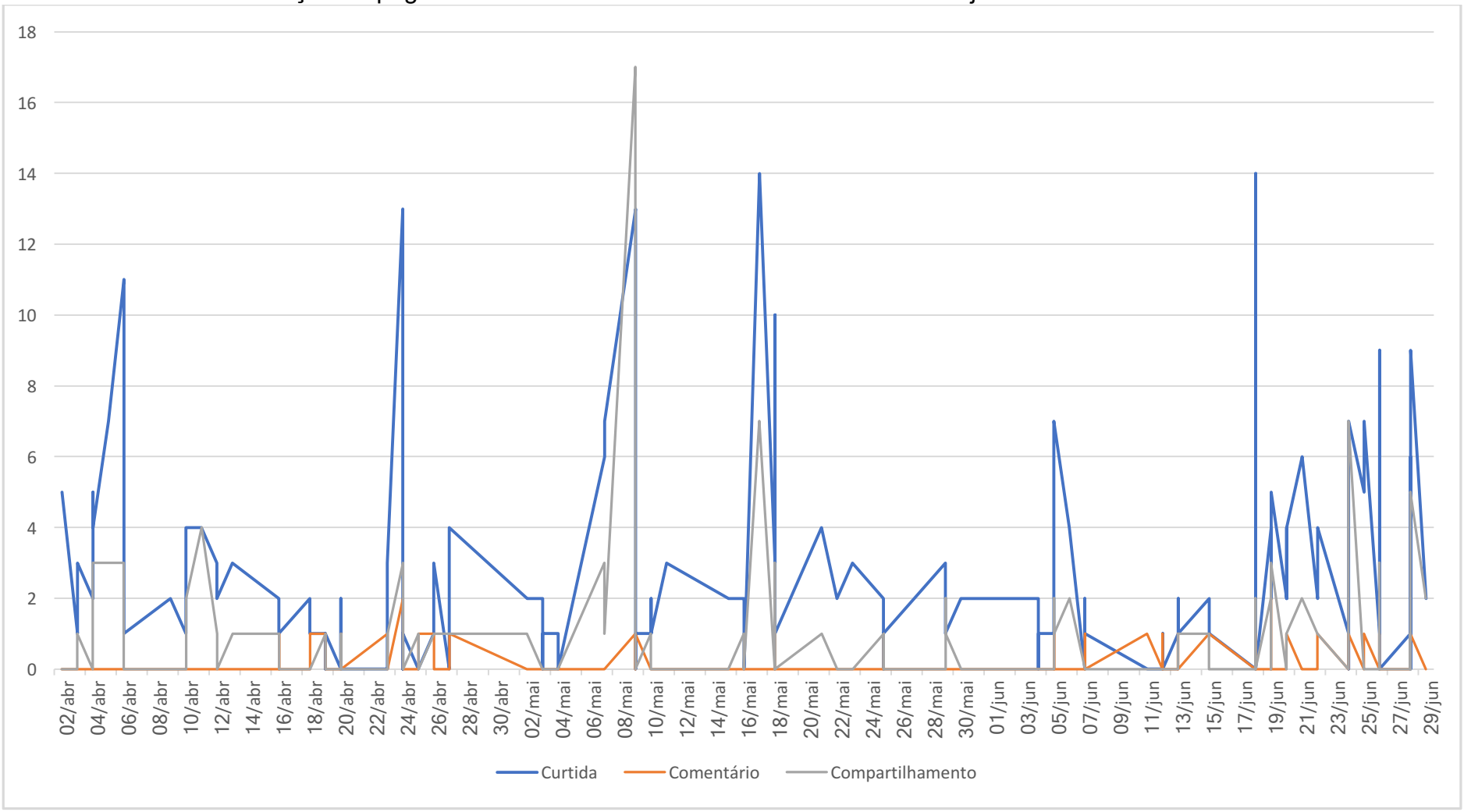
Legenda: Azul – n. de curtidas; cinza- n. de compartilhamentos; laranja- n. de comentários
Fonte: elaboração própria (2018).

Gráfico 5 – Nível de Interação da página do AN no Twitter entre os meses de abril e junho de 2018



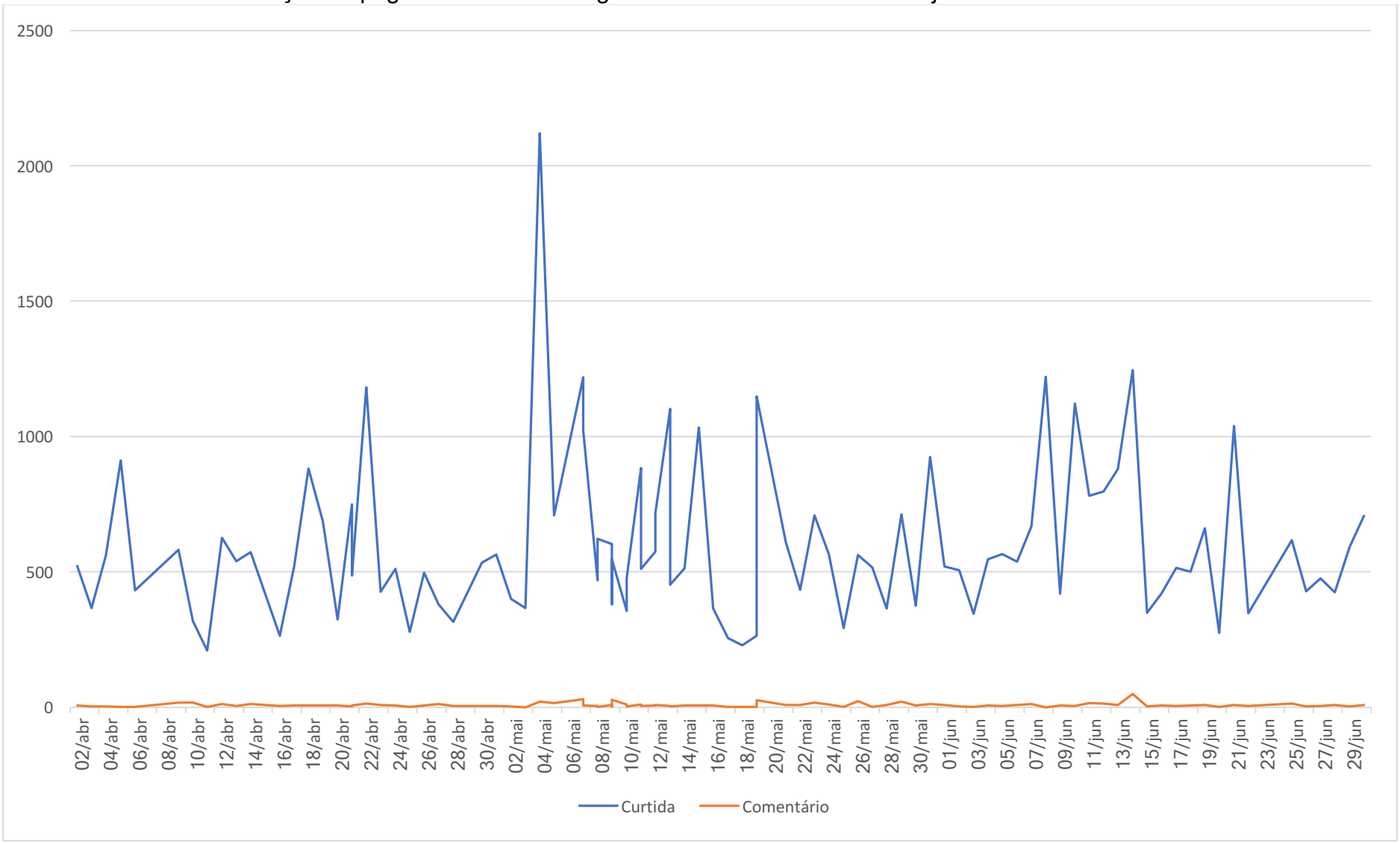
Fonte: elaboração própria (2018).

Gráfico 6 – Nível de Interação da página do APEP no Twitter entre os meses de abril e junho de 2018



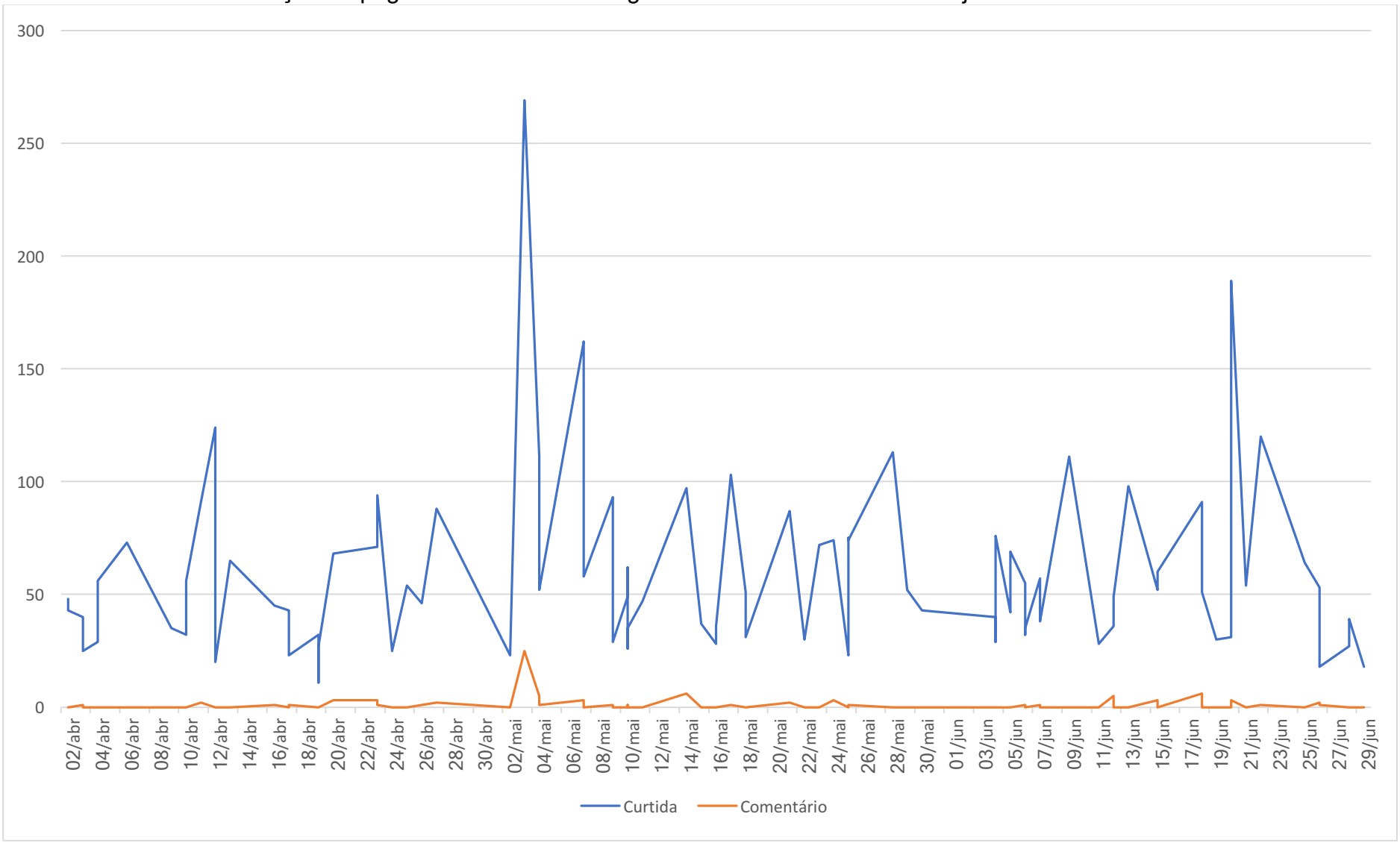
Fonte: elaboração própria (2018).

Gráfico 7 – Nível de Interação da página do AN no Instagram entre os meses de abril e junho de 2018



Fonte: elaboração própria (2018).

Gráfico 8 – Nível de Interação da página do APEP no Instagram entre os meses de abril e junho de 2018



Fonte: elaboração própria (2018).